

ISSN 2237-2083

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

JUL./SET. 2025

V. 33 – N. 3



**REVISTA DE ESTUDOS DA**  
**LINGUAGEM**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida; VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

**Faculdade de Letras**

DIRETORA: Sandra Gualberto Bianchet; VICE-DIRETOR: Lorenzo Teixeira Vitral

**Editora-chefe**

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

**Editoras-associadas**

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

**Conselho Editorial**

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

**Editor de Arte**

Emerson Eller

**Projeto Gráfico**

Stéphanie Paes

**Secretaria**

Ana Clara Marques, Júlia Netto, Lilian Souza dos Anjos

**Revisão e normalização**

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG), Maria Mendes Cantoni (UFMG)

**Diagramação**

Izabelly Silva Duque

# REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM



Rev. Est. Ling. | Belo Horizonte | v. 33 | n. 3 | jul./set. 2025 | 215 p. | e-ISSN 2237-2083



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

### **Indexadores**

Diadorim [Brazil]  
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]  
EBSCO [USA]  
EuroPub [England]  
JournalSeek [USA]  
Latindex [Mexico]  
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]  
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]  
MLA Bibliography [USA]  
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]  
Portal CAPES [Brazil]  
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]  
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]  
Web of Science [USA]  
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]  
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,  
Faculdade de Letras da UFMG

#### **Histórico:**

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)  
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)  
1994 Publicação interrompida  
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)  
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.  
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

#### **Nova Numeração:**

1997 v.6, n.2 (jul/dez)  
1998 v.7, n.1 (jan/jun)  
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG  
Seção de Periódicos, sala 2017  
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil  
Tel.: (31) 3409-6009  
[www.lettras.ufmg.br/periodicos](http://www.lettras.ufmg.br/periodicos)  
[periodicosfaleufmg@gmail.com](mailto:periodicosfaleufmg@gmail.com)

## Sumário

- 7 O conceito de “representação” dos sistemas sígnicos/simbólicos: análise comparativa entre V. Volóchinov e E. Cassirer  
*The Concept of “Representation” of Sign/Symbolic Systems: Comparative Analysis Between V. Voloshinov and E. Cassirer*  
Ludmila Kemiak
- 29 A organização tópica no gênero “dissertação do Enem” e sua correlação com a desigualdade social  
*Topic Organization in “Enem Dissertation” Genre and Its Correlation with Social Inequality*  
Maria Beatriz Gameiro Cordeiro; Anna Christina Bentes da Silva; Kennedy Cabral Nobre
- 55 A variável idade: estudo da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural  
*The Variable Age: The Study of Verbal Agreement Variation in the Third Person Plural*  
Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott; Raquel Gomes Chaves; Izete Lehmkuhl Coelho
- 76 Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência(s) e retomada(s) no pós-redemocratização  
*Language Policies for Indigenous Languages in Brazil: Between Resistance(s) and Recovery(ies) in the Post-Redemocratization*  
Diego Barbosa da Silva

- 114 How Do Oral Deaf Individuals Comprehend Primary Metaphors and Idioms? Let's Begin to Dot the I's and Cross the T's  
*Como surdos oralizados compreendem metáforas primárias e expressões idiomáticas? Colocando os pingos nos I's*  
Daniela Marques; Laura Baiocco; Maity Siqueira
- 132 O político dos corpos no longa-metragem *120 batimentos por minuto*  
*The Political of Bodies in the Feature Film 120 BPM (Beats per Minute)*  
Thiago Henrique Ramari
- 152 Transposed-letter Neighbor Effects on Different Syllabic Positions on a Lexical Decision Task  
*Efeito de vizinho transposto em diferentes posições silábicas em uma tarefa de decisão lexical*  
Lucas Silveira Santiago; Francis Ricardo dos Reis Justi
- 167 Gramaticalização de gestos dêiticos em pronomes na Libras durante a aquisição da linguagem em crianças bilíngues bimodais  
*Grammaticalization of Deictic Gestures in Libras Pronouns During Language Acquisition in Bimodal Bilingual Children*  
Bianca Sena Gomes; Ronice Quadros Muller
- 190 Nosso corpo realmente nos pertence?: discurso/corpo feminino no instagram  
*Do our Bodies Truly Belong to us?: Female Discourse/Body on Instagram*  
Denise Sousa dos Santos; Rosemeri Passos Baltazar Machado

# O conceito de “representação” dos sistemas síguicos/simbólicos: análise comparativa entre V. Volóchinov e E. Cassirer

*The Concept of “Representation” of Sign/Symbolic Systems:  
Comparative Analysis Between V. Voloshinov and E. Cassirer*

**Ludmila Kemiác**

Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG) | Cuité | PB | BR

ludmila.kemiác@professor.ufcg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4035-5290>

**Resumo:** Os conceitos de linguagem e de signo estão associados com o conceito de representação. É propriedade do signo a função de representar (um objeto, uma ideia etc.). Pode-se afirmar que um signo existe e se constitui enquanto tal à medida que representa algo. Volóchinov (2017) dedica-se, nos primeiros capítulos de *Marxismo e filosofia da linguagem*, a discutir o modo como ocorre a representação nos sistemas sígnicos. O filósofo alemão Ernst Cassirer (2001), ao conceber que nossa relação com o objeto é mediada por signos, também debate longamente esse tema da representação. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar e comparar o conceito de “representação” delineado por Cassirer (2001) e a forma como Volóchinov (2017) trata desse conceito. Apontam-se similaridades e diferenças nos dois autores, para que se possa compreender como a representação dos sistemas sígnicos apresentada por Volóchinov se singulariza. Conclui-se que o conceito de “representação”, na filosofia cassireriana, é amplo e complexo, podendo ser considerado sob diferentes aspectos: como função simbólica; como constituição de sentido das formas simbólicas; como estruturação da consciência. O conceito de “representação”, em Volóchinov (2017), é mais preciso. Volóchinov adota a premissa, apresentada por Cassirer, segundo a qual nossa relação com o objeto é mediada por signos. O autor russo conclui que os sistemas sígnicos são representativos à medida que não se encerram em si mesmos, ao contrário dos objetos não semiotizados.



**Palavras-chave:** representação; sistemas sógnicos; Marxismo e filosofia da linguagem; Filosofia das formas simbólicas.

**Abstract:** The concepts of language and sign are associated with the concept of representation. The function of representing (an object, an idea, etc.) is a property of the sign. It can be stated that a sign exists and is constituted as such to the extent that it represents something. Voloshinov (2017) dedicates himself, in the first chapters of *Marxism and philosophy of language*, to discussing the way in which representation occurs in sign systems. The German philosopher Ernst Cassirer (2001), when conceiving that our relationship with the object is mediated by signs, also discusses this topic of representation at length. In this sense, this article aims to analyze and compare the concept of “representation” outlined by Cassirer (2001) and the way Voloshinov (2017) deals with this concept. Similarities and differences in the two authors are pointed out, in order to understand how the representation of sign systems presented by Voloshinov is unique. It is concluded that the concept of “representation”, in Cassirerian philosophy, is broad and complex, and can be considered under different aspects: as a symbolic function; as constitution of meaning of symbolic forms; as structuring of consciousness. The concept of “representation”, in Voloshinov (2017), is more delimited. Voloshinov adopts the premise, presented by Cassirer, that our relationship with the object is mediated by signs. The Russian author concludes that sign systems are representative to the extent that they are not self-enclosed, unlike non-semiotized objects.

**Keywords:** representation; sign systems; Marxism and philosophy of language; Philosophy of symbolic forms.

## 1 Introdução

Muitos estudos, com o objetivo de reconstruir as raízes filosóficas do chamado “Círculo de Bakhtin”, têm analisado as contribuições, influências e convergências entre o pensamento do Círculo e de outros autores contemporâneos de Mikhail Bakhtin, Pável Mediviedev e de Valentin Volóchinov. Algumas dessas pesquisas têm, nesse sentido, mostrado certas similaridades entre o pensamento do filósofo alemão Ernst Cassirer e o pensamento dos auto-

res russos supracitados (Brandist, 1997, 2012; Faraco, 2009; Grillo, 2017; Lofts, 2000, 2016; Marchezan, 2019; Tihanov, 2002).

Brandist (1997), por exemplo, afirma que o conceito de “signo” desenvolvido por Volóchinov em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Volóchinov, 2017) teve certa influência das teses apresentadas em *A filosofia das formas simbólicas: a linguagem* (Cassirer, 2001). Tihanov (2002, p. 98) argumenta que Volóchinov se apoia na visão de Cassirer acerca da autonomia da linguagem em relação à estética, buscando modificar e traduzir o ponto de vista de Cassirer para a linguagem marxista.

Ao tratarmos da linguagem, de forma específica, e do signo, de modo amplo, somos, de imediato, impelidos para um conceito correlato: o conceito de *representação*. É propriedade do signo – diríamos, na verdade, que isto é o que constitui o caráter sógnico de algo – a função de representar (um objeto, uma ideia etc.). Sem adentrarmos qualquer teoria, podemos dizer que um signo existe e se constitui enquanto tal à medida que representa um conceito, um objeto, etc., isto é, à medida que traz em si o representado.

Cassirer (2001), ao conceber que nossa relação com o objeto é mediada por signos, debate longamente esse tema da representação. Volóchinov dedica-se, também, nos primeiros capítulos de *Marxismo e filosofia da linguagem*, a discutir o modo como ocorre a representação nos sistemas sógnicos, que, em sua visão, são essencialmente ideológicos. Nesse sentido, objetivamos, neste artigo, analisar e comparar o conceito de “representação” delineado por Cassirer em sua *Filosofia das formas simbólicas* e a forma como Volóchinov trata desse conceito em *Marxismo e filosofia da linguagem*. Apontaremos similaridades e diferenças nos conceitos apresentados pelos dois autores, de modo a compreender como a representação dos sistemas sógnicos apresentada por Volóchinov se singulariza. Ao analisarmos a representação dos sistemas sógnicos/simbólicos em ambos os filósofos, inevitavelmente seremos remetidos a conceitos que se imbricam e se destacam, como a refração do signo/símbolo. Assim, algumas considerações nesse sentido serão também apresentadas.

## 2 A representação dos sistemas simbólicos em Cassirer

Porta (2011, p. 310), ao analisar a filosofia cassireriana, argumenta que, nos escritos do autor alemão, convivem motivos “semióticos” e “consciencialistas”, pois Cassirer, ao mesmo tempo em que ressalta que nossa relação com o objeto é mediada por signos (arbitrários), afirma que esses signos se apoiam em uma simbologia natural. Existem dois conceitos distintos abordados por Cassirer: o símbolo e o signo. Aquele corresponde à atribuição de sentido a dados sensíveis; este é uma particularização dos símbolos. O “símbolo” é um conceito bem mais amplo, que tem como ênfase o conceito de sentido, conforme destaca Porta (2011, p. 311). Tudo que tem sentido é, na visão de Cassirer, simbólico. O signo, por outro lado, refere-se aos substratos sensíveis intersubjetivamente acessíveis, que são arbitrários em sua correlação de sentidos (por exemplo, os fonemas linguísticos, os signos artísticos da pintura). De forma geral: todo signo é um símbolo, mas o inverso não é verdade.

Considerando, portanto, que Cassirer “mescla” motivos consciencialistas e semióticos, ao tratarmos do conceito de “representação”, inevitavelmente abordaremos, nas páginas que seguem, tanto o modo como os signos arbitrários (mais especificamente os signos linguísticos) representam o objeto, como teremos de nos voltar para o modo como a “consci-

ência” em geral o faz. A fim de tornarmos essa discussão mais precisa, dividimos este tópico em três subtópicos: “Representação e formas simbólicas”, “Representação e consciência”, “Representação e linguagem”.

## 2.1 Representação e formas simbólicas

Ao mencionarmos o conceito de “representação”, na filosofia cassireriana, um primeiro sentido advindo desse conceito remete à ideia de “função simbólica”. A representação é uma função simbólica, ao lado da expressão e da significação pura. Porta (2011, p. 66) argumenta que a filosofia de Ernst Cassirer não tem exatamente um princípio “a partir do qual são derivadas as diversas formas simbólicas”. Esse último conceito – forma simbólica – é, na visão de Porta (2011), em demasia amplo e pouco sistematizado. As “funções simbólicas”, entendidas como modos de correlação entre o representante e o representado, seriam princípios que mais se aproximariam de uma sistematização das formas simbólicas.

No volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer justifica a ampliação da tricotomia das críticas Kantianas (lógica, ética e estética), argumentando, a partir dos escritos de Paul Natorp, que, não obstante esse último autor tenha fundamentado seus estudos nessa tricotomia, elas não se mostrariam suficientes, frente a “polidimensionalidade” do mundo do espírito (Cassirer, 2011, p. 98). A expressão “função simbólica”, no sentido de constituição ou de princípio derivativo das formas simbólicas, é utilizada nesse volume:

De fato, revelar-se-á para nós que a “função da representação”, que confere à língua seu conteúdo e seu caráter, juntamente com a “função da significação”, que prevalece nos conceitos do conhecimento científico, não é uma só e que a segunda também não é meramente o “desenvolvimento” da primeira, ou seja, sua continuação numa linha reta, mas que **ambas contêm em si formas qualitativamente distintas de atribuição de sentido**. (Cassirer, 2011, p. 98-99, destaques nossos).

Observemos que o autor afirma que as funções simbólicas (representação e significação) são modos “qualitativamente distintos de atribuição de sentido” (Cassirer, 2011, p. 98-99). Adiante, acrescenta que a forma do mito é também um modo próprio e irreduzível de construção de sentido, fundamentando-se na função expressiva. Essa última função se constitui como uma forma de ordenamento em que não há uma distinção entre o representante e o representado, bem como entre o sujeito e o objeto. A imagem é tomada como expressão pura do ser. Na função da representação, por seu turno, temos clara essa distinção entre o representante e o representado. A língua é uma forma simbólica que tende à representação. A função da significação pura, finalmente, caracteriza-se por uma “independência” entre sentido e o meio de representação, sendo a ciência (mais especificamente as ciências exatas, com seus signos numéricos) uma forma simbólica que tende para a significação pura.

As Formas simbólicas, na visão de Cassirer, tendem a determinadas funções simbólicas, mas não excluem as demais. O mito, por exemplo, tende à expressão, mas não exclui a representação. A língua é uma forma simbólica essencialmente representativa, mas a função expressiva faz-se presente nessa forma de simbolização, sobretudo se considerarmos as ono-

matopeias, ou se pensarmos na poesia, que a todo momento utiliza as semelhanças entre os dados sensíveis e o sentido em seus jogos de linguagem.

As formas simbólicas podem, também, ser entendidas como *representações* do real – e, aqui, destacamos um dos sentidos de “representação” como construção ou criação em oposição à mera reprodução do mundo. Nas primeiras páginas do volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer (2001) critica a teoria da reprodução do conhecimento, segundo a qual o mundo seria algo previamente dado, cabendo ao homem apenas acessá-lo. O autor utiliza o conceito de “símbolo” formulado por Hertz, como “simulacro interno”, para argumentar que tais simulacros não têm exatamente concordância com a coisa, com algo “externo”, mas um sentido constituído no interior da teoria. Na ciência exata, os conceitos de força ou trabalho, advindos da física, por exemplo, não são meras conformações do mundo intuitivo: trata-se de conceitos que não reproduzem o mundo, mas instituem sua lógica no arcabouço teórico.

O autor, em seguida, propõe uma “ampliação” da crítica da teoria da reprodução do conhecimento, argumentando que não apenas a ciência teórica trabalha com símbolos (com seus “simulacros internos”), mas também a arte, a linguagem, o mito são formas simbólicas de construção do real. Para sustentar essa tese, afirma que o próprio Kant considerou o objeto do conhecimento lógico “estreito demais” (Cassirer, 2001, p. 20), ao desenvolver o conjunto das três críticas do Sistema da Razão Pura. Assim, segundo seus argumentos, devemos considerar que a ciência, a arte, o mito e a linguagem são formações simbólicas, e, como tais, não “acessam” algo previamente dado: as formas simbólicas são representações que ativamente criam o real.

Acrescentamos que, ao propor a tese das formas simbólicas, Cassirer busca responder à questão: É possível apreender o “ser uno”? Essa questão pode ser desdobrada: há um real substancial? Entender essa questão e a resposta para ela será importante para entendermos a ideia que fundamenta as formas simbólicas, bem como será fundamental para discutirmos, posteriormente, diferenças nos modos como Cassirer e Volóchinov constroem suas teses.

A fim de analisarmos como Cassirer responde a essas questões, observemos o excerto abaixo, retirado do ensaio *Language and art II*:

Nas nossas últimas discussões eu frequentemente tive a impressão de que alguns de vocês estavam pensando que o que eu defendo aqui é um sistema de idealismo subjetivo no qual o ego, a mente subjetiva, o eu pensante é considerado como o centro e como o criador do mundo, como a realidade única ou última. Eu não gostaria de discutir termos aqui. Sabemos que Kant sentiu-se muito surpreso e muito escandalizado quando sua Crítica da razão pura na primeira aparição encontrou a mesma objeção, quando foi descrita por um crítico como um sistema de idealismo subjetivista. Ele escreveu um tratado especial, seu *Prolegomena*, para refutar essa visão. [...] O ego, a mente individual não pode criar a realidade. O homem é rodeado por uma realidade que ele não fez, mas que ele tem de aceitar como um fato. Mas o homem deve interpretar a realidade, fazê-la coerente, compreensível, inteligível – e essa tarefa é realizada de diferentes formas nas várias atividades humanas, na religião e na arte, na ciência e na filosofia.<sup>1</sup> (Cassirer, 1979a, p. 194-195).

<sup>1</sup> No original, em inglês: “In our former discussions I often had the impression that some of you were thinking that what I defend here is a system of subjective idealism in which the ego, the subjective mind, the thinking self is considered as the center and as the creator of the world, as the sole or ultimate reality. I do not wish to argue here about terms. We know that Kant felt very much surprised and very much scandalized when his *Critique of*

No excerto acima destacado, torna-se claro que Cassirer não desconsidera haver um “real”<sup>2</sup>. Sua posição filosófica o filia a um idealismo mais moderado, que não nega a existência do real – a questão que se coloca é: qual é a natureza desse “real” que Cassirer admite existir, admite “rodear” o homem? Observemos, ainda, que as formas simbólicas – religião, arte, ciência, filosofia – são entendidas como produtos culturais cuja tarefa é interpretar o real, fazê-lo coerente e inteligível (na citação acima: “o homem deve interpretar a realidade, fazê-la coerente, compreensível, inteligível”). Ao fazê-lo, ao interpretar o real, as formas simbólicas não criam uma nova “coisa substancial”, mas uma *representação*, uma “descrição objetiva do mundo empírico” (Cassirer, 1979a, p. 195). O real, portanto, na visão de Cassirer, não é negado; mas não pode ser entendido como algo substancial e sim *funcional*.

No mesmo ensaio, ressalta Cassirer (1979a, p. 170): “Não podemos definir a razão ou o espírito de uma forma substancial, ontológica – nós temos de defini-lo como uma função”. O autor nega haver uma coisa substancial, denominada “razão, mente, espírito” (Cassirer, 1979a, p. 170) e argumenta que esses termos são formas de organizar nossa experiência humana.

O volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas* apresenta, em páginas iniciais, a questão acima exposta (É possível apreender o ser uno?) e a ela responde, inicialmente considerando as ciências exatas: “O Ser Uno (...) afasta-se mais e mais do terreno do *conhecimento*. Ele se torna um mero x que, quanto mais proclama categoricamente a sua unidade metafísica como “coisa em si”, tanto mais se subtrai a toda e qualquer possibilidade do conhecimento” (Cassirer, 2001, p. 17, destaque do autor). Aqui, o autor retoma as considerações apresentadas em sua primeira obra, *Substance and function*<sup>3</sup> – obra na qual, ao analisar o funcionamento das ciências exatas, conclui que elas constroem seu objeto não a partir do primado lógico do conceito de substância, mas a partir do conceito de função. O filósofo argumenta que a unidade conceitual do objeto pode ser abstraída quando reconhecemos a regra ou a lei a partir da qual os elementos estão relacionados no todo. (Cassirer, 1923).

Essa ideia de “função” (os elementos constituem-se ao se unir em um todo funcional, sendo inter-relacionados nesse “todo”) é utilizada no volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas*. O autor argumenta que, em vez de se exigir “uma unidade absoluta da substância, à qual remontam todas as existências particulares, busca-se agora uma regra que domine a multiplicidade e diversidades das funções cognitivas” (Cassirer, 2001, p. 18). Busca, em seguida, aplicar essa premissa não apenas à ciência exata, mas a todas as manifestações culturais (arte, religião, linguagem etc), concebendo que essas manifestações não podem ser vistas como conformações e sim como “funções”. Em suas palavras: “Estas esferas tampouco podem ser colocadas em um mundo dado como simples *conformações*, pelo contrário, é necessário compreendê-las como *funções*, em virtude das quais se realiza, em cada caso, uma configuração particular do ser” (Cassirer, 2001, p. 39).

No ensaio *Language and art II* (Cassirer, 1979a), Cassirer reafirma a ideia de que as formas simbólicas são diferentes estágios no nosso caminho para a objetividade. Nesse ensaio, o filósofo mais uma vez rebate a teoria da reprodução do conhecimento, e argumenta que a linguagem, o mito, a religião etc. não são imitações ou reproduções de uma coisa “pronta”;

---

*Pure Reason* at first appearance met the same objection, when it was described by a reviewer as a system of subjective idealism” (Cassirer, 1979, p. 194). Tradução livre.

<sup>2</sup> O autor opõe-se, na verdade, à ideia de um real ontológico. Admite, porém, a existência de um real funcional.

<sup>3</sup> No original, em alemão: *Zur Logik der Kulturwissenschaften*. Para a escrita deste artigo, tivemos acesso à tradução da obra em língua inglesa.

são, na verdade, as “fontes de luz” da própria objetividade. No ensaio supracitado, Cassirer utiliza a metáfora do espelho que “refrata” a imagem. O autor afirma: “Cada um desses [ângulos] é um espelho da nossa experiência humana, que possui seu próprio ângulo de refração” (Cassirer, 1979a, p. 194). Também no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, o filósofo utiliza a metáfora da “refração” para caracterizar as formas simbólicas. Em suas palavras: “As mesmas funções básicas que dão ao mundo do espírito sua determinação, sua marca, seu caráter, mostram-se, por outro lado e de modo equivalente, como refrações que o ser individual é único experimenta em si” (Cassirer, 2011, p. 9).

Essa ideia de “refração” lembra-nos, de imediato, a tese apresentada em *Marxismo e filosofia da linguagem*, segundo a qual o signo “reflete e refrata” o real. Com efeito, conforme discutiremos posteriormente, há paralelos que podem ser traçados entre Cassirer e Volóchinov, acerca dessa metáfora da refração. Todavia, segundo argumentaremos (e aqui tomamos a liberdade de “adiantar” alguns de nossos argumentos) não se trata exatamente da “mesma refração”. Sem nos determos nas ideias de Volóchinov, apresentadas posteriormente, ressaltamos que a “refração cassireriana” responde a um problema específico: a superação do dualismo matéria-forma dentro da temática idealista (Porta, 2011, p. 61). Assim, as formas simbólicas são concebidas também como modos de “sínteses” entre o dado sensível e o dado inteligível, por meio do signo que medeia a relação do homem com o mundo.

As formas simbólicas “enformam” o mundo, atribuindo um sentido ao dado sensível. Cassirer (2011) formula, no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, o conceito de pregnância simbólica, por meio do qual, opondo-se tanto ao empirismo, quanto ao racionalismo, considera que o dado sensível é sempre “pregnante” de sentido. Não há, portanto, em sua visão, dados sensíveis puros – o sensível será sempre configurado por um modo específico do sentido.

Ainda no volume 3, Cassirer apresenta um exemplo em demasia simples, mas útil para entendermos essa configuração dado-sentido. Uma linha pode ser concebida em seu sentido expressivo, se observarmos os contornos e suas determinações espaciais. Essa “mesma linha”, pode, porém, adquirir um sentido totalmente diferente, se a tomarmos como estrutura matemática, isto é, como uma figura geométrica. Nas palavras do autor: “A visibilidade pura nunca pode ser concebida fora de uma determinada forma de ‘visão’ e independente dela; enquanto experiência ‘sensível’, ela é sempre portadora de um sentido e está como que a serviço desse sentido” (Cassirer, 2011, p. 338-339). Não havendo um “dado sensível puro”, compreende-se que não há, na visão de Cassirer, a “coisa em si” ou, ao menos, a “coisa em si apreensível”. Essa “coisa” necessariamente é enformada por um sentido, que direciona a própria “visibilidade”. As formas simbólicas, como índices modais, enformam o mundo; são as condições de possibilidade de apreensão e de constituição do mundo, a possibilidade de “visibilidade”. A “refração”, a que se refere Cassirer, remonta, pois, a essa possibilidade de visibilidade, de constituição das formas simbólicas. A refração (o “ângulo refrativo”) é constitutiva, no sentido mesmo de “constituir”, pela síntese forma/matéria, sensível/inteligível, o dado apreendido. As formas simbólicas são, assim, os diferentes ângulos refrativos que constituem o real.

As formas simbólicas são pensadas, finalmente, como contextos modais, como índice de modalidade que visam à síntese de qualidades. As qualidades de determinada relação são definidas como “tipo específico de conexão através do qual ela cria séries dentro da totalidade da consciência, sujeita a uma lei especial de organização dos seus elementos” (Cassirer, 2001, p. 46). Espaço, tempo, coisa e atributo etc. são qualidades, entendidas, em seus modos mais elementares, como “relações” (o tempo como relação de sucessão; o espaço como relação de

justaposição; a coisa e o atributo como relações de fixação e transformação). Essas relações são ordenadas de acordo com o “contexto” em que figuram. Assim, o tempo, por exemplo, é uma relação essencial presente tanto no mito quanto na ciência ou na língua. Em cada um desses contextos, o tempo será configurado de forma específica: o tempo mítico é o tempo das origens e teogonias; na ciência, mais especificamente na Física clássica, temos o tempo absoluto newtoniano; na língua, o tempo vincula-se ao ato da enunciação. Cada um desses “contextos” são, portanto, modalidades ou “índices modais” que configuram as relações.

Em síntese, a “representação” é uma função simbólica (a representação ao lado da expressão e da significação pura). O conceito de representação remete também ao modo de “ser” das formas simbólicas, que configuram o real (não reproduzem algo já pronto), representam-no, segundo seu “índice modal” próprio.

## 2.2 Representação e consciência

As relações referidas no tópico anterior (espaço, tempo, coisa e atributo, causalidade) visam ao estabelecimento de “totalidades” de sentido, a partir da síntese que a consciência efetua em conformidade com o índice modal em questão. Essa ideia de síntese é central também para entendermos o conceito de “representação” como modo de funcionamento próprio da consciência. A consciência, para Cassirer, é essencialmente representativa.

Ao tratar da função representativa, no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer (2011, p. 191) ressalta que a representação instaura uma “nova era” na consciência. Há uma verdadeira cisão na consciência, no momento em que uma impressão sensorial passa a ser utilizada não em seu mero em si imediato, quando essa impressão é tomada em sentido simbólico. Em suas palavras: “onde for possível apreender um conteúdo intuitivo sensual, não como algo presente (...), mas como representação, como representante de um outro conteúdo, atingimos (...) um nível elevado e totalmente novo da consciência” (Cassirer, 2011, p. 190-191).

Observemos que, segundo a citação acima, a função representativa institui uma espécie de “ausência na presença” – o conteúdo que “não está” é representado pelo que “está presente”. O autor trata desse modo de constituição do dado no não dado, a partir das relações de espaço, tempo, coisa e atributo. O tempo é uma relação que particularmente nos permite visualizar de modo mais simples essa “ausência na presença”. Ao intuirmos a simples ideia de tempo, o “agora”, imediatamente evocamos o passado e o futuro – que não “estão” propriamente, uma vez que o passado é o que “já não é mais” e o futuro é o que “ainda não é”. O agora, porém, só faz sentido, só existe se, simultaneamente, evoca o “não agora”. Assim, na simples intuição do agora, do que está presente, trazemos a intuição “do que não está presente” (o passado e o futuro).

A representação dos sistemas simbólicos funda-se, dentre outros aspectos, nessa necessária “ausência na presença”, ou na “presença pelo outro” e através do outro. Ao tratar da relação de coisa e atributo, Cassirer (2011) mostra-nos como, na experiência óptica, ocorre a representação: as cores são representativas, à medida que não se apresentam em seu mero em si; não são apenas vistas em sua luminosidade, mas, ao serem visualizadas, trazem “algo a mais” em sua presença: a representação da classe geral da cor em questão (“o” vermelho em geral, o azul etc.): essa classe geral (...) não apenas *se apresenta* à nossa consciência, mas se nos apresenta como “um” vermelho, como exemplar de uma espécie que é representada por

ele” (Cassirer, 2011, p. 229, destaques do autor). Ao mesmo tempo, a cor não é vista em um espaço vazio, pois ela necessariamente é o caminho de apresentação de uma coisa, de um objeto localizado no espaço.

A experiência óptica, longamente debatida por Cassirer (2011), evidencia como a função representativa busca sempre a formação de totalidades abrangedoras, por meio de “agrupamentos”, de formação de classes e séries. Assim, no exemplo citado, não vemos uma cor qualquer sem, ao mesmo tempo, tomarmos a cor vista como exemplar que representa o grupo. Da mesma forma, qualquer objeto visto ou meramente intuído, é visto em seu em si e, simultaneamente, é visto como exemplar de alguma classe geral na qual imediatamente agrupamos o objeto. Em ambos os casos, temos uma relação *representativa*, porque o que é visto (a cor, o objeto etc.) traz em si o que está presente (o objeto) e o que não está propriamente presente (a classe geral a que pertence esse objeto), mas que é intuído e que se torna essencial para que possamos compreender o objeto “presente”, afinal, sem associações, sem agrupamentos, torna-se impossível interpretar um simples objeto visualizado.

As “totalidades abrangedoras” (e não os componentes individuais) são, segundo Cassirer (2011, p. 239), os verdadeiros e únicos dados da consciência. O autor contrapõe-se ao empirismo e à filosofia sensualista, para argumentar que a consciência não opera com tais componentes individuais, mas com *totalidades*. Utiliza a metáfora do “redemoinho” para explicar como ocorre a formação dessas totalidades. Para Cassirer (2011), algo se torna significativo (e, portanto, simbólico, à medida que o simbólico é “ter sentido”) uma vez que é destacado da torrente experiencial, fixado, e reconhecido como idêntico em diferentes situações experienciais. Ainda no primeiro volume de *A filosofia das formas simbólicas*, ao tratar da linguagem, Cassirer utiliza o conceito de “reflexão” de Herder, para abordar o modo como a consciência, para tornar algo simbólico, “isola” e “fixa” esse algo vivido na torrente experiencial.

Os diferentes sistemas simbólicos isolam, retêm e fixam esse dado de modo diferente. Cada forma simbólica cria seu próprio centro, seu ponto “nodal”. Na obra *Linguagem e mito* (2013), o autor compara os modos de semiotização da língua, do mito e da ciência. Argumenta haver uma similaridade nos modos como a língua e o mito constroem seus centros de atenção em oposição ao modo como a ciência o faz. A língua e o mito tendem a isolar um ponto específico, que é percebido, destacado na torrente de sensações. Utilizando a metáfora do foco de luz, Cassirer (2013) afirma que essa impressão destacada é então “iluminada”, enquanto todas as demais permanecem na escuridão. Ao nomear a impressão destacada, a língua interrompe o devir de sensações.

No volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer (2011) utiliza o conceito de reflexão para demonstrar a função representativa. Para Cassirer (2011, p. 193), um fator que é destacado do devir temporal de sensações, ao mesmo tempo em que é percebido, é também tomado como “representante do todo”. E, em torno desse elemento destacado, concebido como representante de uma totalidade, passa a orbitar a série de sentidos, uma vez que a representação pressupõe atos de “concentração”, de formação e criação de centros de sentido (Cassirer, 2011, p. 273), em um movimento que institui “centros e periferias” (Cassirer, 2011, p. 268). O “centro” remete à unidade da coisa, aquilo que é tomado como característica constante e em torno do qual se reúnem os elementos variáveis e, portanto, periféricos. Assim, ao visualizarmos um objeto, ele se torna representativo à medida que o interpretamos como exemplar de uma classe. Esse objeto pode ter certas variações, pode não ser especificamente

idêntico aos demais, mas isso não o anula da classe (por exemplo: um livro sem a capa não deixa de pertencer à classe dos livros em geral). Vejamos:

Também esse espaço só se realiza quando uma multiplicidade de fenômenos, ou seja, de “imagens” ópticas específicas, é reunida em grupos e quando esses grupos são tomados como representações de um único e mesmo “objeto”. A partir desse momento, os específicos fenômenos variáveis passam a formar para nós apenas a periferia, e de qualquer ponto dessa periferia surgem, por assim dizer, indicadores que dirigem nossa visão em uma certa direção e que nos remetem sempre de novo à mesma unidade da coisa, ao centro. (Cassirer, 2011, p. 268)

O espaço a que se refere o autor, no trecho acima destacado, é o espaço empírico, o espaço da experiência sensível. O autor cita esse espaço porque, na sua argumentação anterior, mostrava como o espaço geométrico pode sofrer transformações (considerando-se as diferentes geometrias: métrica, projetiva etc.), ao serem mudados os “centros” significativos, isto é, ao se selecionar qual é o elemento invariável e quais são os elementos variáveis. Argumenta, em seguida, que não só o espaço simbólico da ciência, mas também o espaço perceptivo tem, salvaguardadas as devidas proporções, modo similar de funcionamento (embora não na mesma extensão). O simbolismo da experiência perceptiva consiste também na “seleção” ou no estabelecimento de centros e periferias, de elementos variáveis e elementos invariáveis que se agrupam em torno dos primeiros. Segundo essa seleção, um “mesmo complexo óptico ora pode se converter neste, ora naquele objeto espacial, pode ora ser “visto” como este, ora novamente como um outro objeto” (Cassirer, 2011, p. 268-269).

Esse argumento é importante para confirmar a ideia, que apresentamos anteriormente, de “refração”. Observemos que a “refração” dos sistemas simbólicos é constitutiva, pois, mesmo a mais simples experiência perceptiva humana não se funda a partir de algo dado previamente, mas depende da seleção, da instituição de centros e periferias de sentido. Cassirer resenha longamente experimentos realizados na física óptica para argumentar como se constitui a percepção humana. O autor afirma: “Essa distinção entre o “constante” e o “variável”, o “necessário” e o “acidental”, o “geral” e o “individual” contém em si o germe de toda “objetivação”” (Cassirer, 2011, p. 262). Assim, uma experiência óptica qualquer ora pode ser tomada como um objeto, ora pode ser considerada como algo diverso, dependendo do ângulo, da luminosidade considerada. Ressaltamos, porém, que essa “modificação” do objeto, segundo assinala Cassirer, não ocorre com a mesma intensidade com que ocorre a modificação do espaço puramente simbólico da geometria. Cassirer não pretende, com os experimentos resenhados no volume 3, afirmar que nossa visão é totalmente arbitrária. Pelo contrário: o autor destaca que a estruturação de centros e periferias de sentido ocorre de acordo com o índice modal em questão. Assim, a ciência geométrica (que tende à função da significação pura) tem mais liberdade para estabelecer centros de sentido, e assim intercambiar entre as diferentes geometrias. A visão “pragmática”, isto é, a visão natural de mundo, tende à função da representação, e, portanto, não tem a mesma “liberdade” de construção de centros e periferias de sentido.

Em seu último ensaio, *Reflections on the concept of group and the theory of perception* (1945), Cassirer (1979b) compara nossa experiência perceptual com a teoria dos grupos na álgebra abstrata, defendendo a tese de que nossa percepção obedece às regras das invariantes dos grupos. Nossa experiência pressupõe a constância perceptual, a partir do estabelecimento de “invariantes” em relação ao grupo. As variáveis são, nesse ensaio, comparadas às

operações realizadas na teoria dos grupos (por exemplo: mudanças na iluminação, na distância de visualização do objeto seriam as operações em relação ao grupo). Sob as mais distintas operações, o objeto tende a permanecer o mesmo (sob pouca luminosidade, sob uma certa distância, nós conseguimos ainda reconhecer um objeto como sendo o “mesmo”). Essa “constância” perceptiva, segundo discutiremos adiante, é dada pela língua, por sua operação básica de estabelecimento de coisas e atributos.

É importante destacar, primeiramente, que, segundo essa concepção de representação e de “simbólico” apresentada por Cassirer, as experiências humanas mais elementares são simbólicas – o sentido de “simbólico” na obra cassireriana é, portanto, amplo: segundo Porta (2011), o símbolo, para Cassirer, consiste na atribuição de sentido a um dado sensível. Nossa visão de mundo é necessariamente simbólica, de acordo com essa concepção.

Em segundo lugar, para manter a “constância representativa”, a consciência realiza conexões e sínteses entre os dados apreendidos. Essa síntese a que almeja a consciência não é uma simples soma de elementos percebidos – trata-se de uma operação que, utilizando a analogia com a matemática, lembraria não a soma, mas a integral no cálculo diferencial (Cassirer, 2001). Nas palavras de Cassirer (2001, p. 60): “Assim como a equação diferencial de um movimento expressa a trajetória e a lei geral deste movimento, da mesma maneira é necessário que pensemos as leis gerais da consciência como já dadas em cada um dos seus elementos”. Trata-se de tendências e direções contidas em cada dado sensível, com vistas à síntese da percepção. O autor exemplifica essa síntese em relação ao espaço e ao tempo: a consciência de um momento específico, de um “agora” traz em si o todo temporal (o passado e o futuro); a percepção de um ponto específico no espaço, de um “aqui” é referida ao todo espacial (ao “lá” e ao “acolá”). Assim, aquilo que é representativo “indica algo que não está aqui, o que nos é dado agora retoma ou antecipa algo que não nos é dado agora” (Cassirer, 2011, p. 209). Trata-se da “ausência na presença” referida anteriormente.

Essa ausência na presença, conquistada pela síntese a que almeja, de imediato, a consciência, é também viabilizada pela série de conexões que ela realiza. A respeito dessas conexões, no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer ressalta que uma única nota entoada na consciência desperta milhares de vibrações: “onde quer que haja um todo formado, a consciência precisa apenas da atualização de um de seus fatores para apreender junto a ele e nele o próprio todo, para “tê-lo” por meio desse fator” (Cassirer, 2011, p. 237). Essa citação nos parece interessante porque traz em si a ideia de que o símbolo é também “esquemático”, por trazer sempre em si o que não está presente, por sempre trazer, portanto, um “algo a mais” (condensando, assim, “conteúdo”). Destacamos, inclusive, que, no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, encontramos, em dado momento, o termo “símbolo” como sinônimo de “esquema”. Vejamos: “A transição da mera ação para o esquema, para o símbolo, para a representação significa, em cada caso, uma verdadeira “crise” da consciência do espaço” (Cassirer, 2011, p. 260). Essa citação foi retirada do capítulo “O espaço”, constante da segunda parte da obra citada, momento em que o autor trata do problema da representação e da construção do mundo intuitivo. Cassirer, nessa citação, refere-se à passagem do espaço da ação – espaço comum ao homem e aos animais – para o espaço simbólico. Essa transição, como qualquer “transição simbólica”, não ocorre linearmente, pressupõe sempre uma grande cisão, uma “crise”.

Em síntese, sobre a questão da relação “representação/consciência”, destacamos que essa última – a consciência – é essencialmente representativa, constituindo-se a partir de uma necessária “ausência na presença”, buscando a formação de totalidades, por meio de

conexões e “condensação” de informações. Essa característica do modo de funcionamento da consciência é resultado do sistema sógnico que essencialmente a molda: a língua.

## 2.3 Representação e língua

A formação de totalidades abrangedoras citada no tópico anterior concerne ao que Cassirer (2011) denomina como “formação qualificadora do conceito” (Cassirer, 2011, p. 196). A língua é responsável pela “grande cisão” da consciência a que nos referimos acima, uma vez que o ato da denominação do mundo pressupõe tanto o estabelecimento de coisas e atributos, quanto a fixação dessas mesmas coisas, de modo que elas possam ser reconhecidas em diferentes situações experienciais. Da mesma forma, a linguagem, tomada como forma simbólica, é, entre as demais formas de simbolização, aquela que mais tende à função representativa (lembramos: o mito tende à expressão e a ciência tende à significação pura). A qualificação, isto é, a criação e o estabelecimento de classes, série, grupos abrangentes, é uma tarefa essencialmente realizada pela língua.

Cassirer (2011) ressalta, no volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, argumentos apresentados ainda no volume 1, segundo os quais a língua cria as “generalidades” em torno das quais as particularidades vão se agrupando, e, assim, dá uma nova direção para a consciência. Vejamos:

O que a análise da formação linguística dos conceitos nos mostrou em toda parte é que a língua exerce um papel decisivo nesse tipo de ênfase e articulação. A “primeira generalidade” só fica realmente garantida quando encontramos na língua seu suporte e seu precipitado sólido. Aqui, a consciência, sob a direção da língua, chega de algum modo a uma nova potência e a uma nova dimensão da reflexão. (Cassirer, 2011, p. 197, destaque nosso).

Para sustentar essa tese da articulação do mundo efetuado pela língua, Cassirer (2011) analisa, ainda no volume 3, relatos clínicos de pacientes com afasia, que tiveram essa habilidade de articulação prejudicada. O autor argumenta que, em muitos casos, o comportamento global e o estado psíquico dos pacientes “revelaram-se alterados e prejudicados pela mudança de sua consciência linguística e de sua capacidade de desempenho linguístico” (Cassirer, 2011, p. 353). Analisa, entre outros, o caso de um paciente que não conseguia nomear corretamente as cores, mas conseguia realizar essa nomeação quando havia um estímulo concreto associado à cor em questão (por exemplo: verde grama, azul cor do miosótis). Assim, ao analisar esse e outros relatos, Cassirer conclui que a habilidade geral de articulação do mundo, por meio da formação de classes, fora prejudicada nesses pacientes, em virtude da afasia.

A linguagem tem um importante e decisivo papel em nossa experiência perceptiva, graças à função representativa que atua nessa forma simbólica. Essa função pressupõe dois atos simultâneos: o de “ter em vista” e, ao mesmo tempo, o de “desconsiderar” (Cassirer, 2011, p. 383). Dessa forma, segundo mencionamos no tópico anterior, ao ver um objeto vermelho, por exemplo, o homem considera o objeto visto como um exemplar da classe, ele “tem em vista” o objeto. Ao mesmo tempo, precisa desconsiderar as variações na apresentação desse objeto vermelho (variações de luminosidade, de tom) para conseguir identificar o objeto como

representante da classe dos vermelhos. Segundo Cassirer, “Isso somente é possível se a visão não estiver presa à impressão sensorial particular, quando ela de certa forma utiliza o particular apenas como guia para lhe mostrar o caminho para o universal” (Cassirer, 2011, p. 383). Essa função representativa, facultada pela língua, mostrou-se prejudicada no caso clínico do paciente que apenas conseguia identificar as cores se houvesse um estímulo concreto e presente no exemplar da cor em questão. Observemos o trecho abaixo, no qual Cassirer (2011) argumenta que a “estabilidade” do mundo perceptual é conferida pelo fonema linguístico:

Certamente que, para designar linguisticamente a estrutura do mundo da percepção ou do mundo da intuição, não podemos abrir mão de antes reuni-las em determinada “visão”, sendo que por outro lado – **tal forma de visão só obtém sua estabilidade e sua permanência ao fixar-se no fonema linguístico**. As unidades assim obtidas estariam a todo momento expostas à destruição e à desintegração se o vínculo da língua não as mantivesse unidas. (Cassirer, 2011, p. 393, destaque nosso).

No volume 3 de *A filosofia das formas simbólicas*, ao abordar o papel da língua na função de representação do mundo, Cassirer (2011) contrapõe-se às teorias que buscam uma identificação estrita entre língua e razão ou entre a língua e o pensamento discursivo (racional). A simples intuição, segundo o autor, já está sob o jugo da língua, e não apenas o pensamento racional. No primeiro volume de sua filosofia das formas simbólicas, o autor defende o caráter material, sógnico da consciência e de todo o mundo cultural (o mundo “simbólico”). Essa tese da materialidade sógnica, segundo apontam Flores, Faraco e Gomes (2021) influenciou diretamente Volóchinov (2017), que defende a constituição sógnica do mundo cultural (o mundo “ideológico” em sua acepção marxista), conforme discutiremos adiante.

A língua “estabiliza” o mundo perceptual, ao fixar a torrente de experiências por meio do ato da denominação. A cunhagem do mundo pela língua ocorre através de um processo em que um fator é destacado da torrente experiencial “e, ao mesmo tempo, tomado como ‘representante’ do ‘todo’” (Cassirer, 2011, p. 193). Nesse processo, a estabilidade do mundo experiencial é conferida pelo que Cassirer denomina como “reconhecimento no conceito” (Cassirer, 2011, p. 183). Trata-se do ato de condensação de um fenômeno em um de seus fatores, que é tomado como representante do todo (Cassirer, 2011, p. 193). A ideia de reconhecimento remonta ao conceito de “reflexão” de Herder, de “apercepção” de Leibniz e de “síntese do reconhecimento” de Kant, segundo pontua Cassirer (2001). No volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas*, Cassirer, ao resenhar diferentes tendências na filosofia da linguagem, considera a capacidade de “reflexão” como sendo a faculdade de “isolar uma onda” (Cassirer, 2001, p. 135) da torrente incessante de experiências e perceber aquilo que foi retido, que foi isolado, como algo constante, capaz de ser reconhecido em diferentes situações experienciais.

A língua, por fim, além de fixar o mundo perceptual, pelo ato da denominação, é essencialmente representativa, ao trilhar o caminho da desmaterialização e da “desvinculabilidade”. Os signos linguísticos não são vinculados à coisa que nomeiam, tampouco à situação concreta empregada. Cassirer (2011), para argumentar em torno dessa desmaterialização e desvinculabilidade sógnica, cita os estudos de Bühler, que descreve a comunicação das abelhas. Esses insetos, ao indicarem o néctar encontrado em determinado lugar, somente conseguem fazer essa indicação através de uma prova material da substância encontrada. Assim, para angariar outros insetos para o voo, uma abelha precisa passar para outra abelha uma amostra do néctar que foi obtido. A linguagem humana, por seu turno, é “liberta” dessa

necessidade de prova material, podendo referir-se a diferentes objetos e situações de modo “ideal” e não real. Aqui, na linguagem humana, prevalece a função *representativa* do signo, em oposição à presentificação “do sinal” da abelha.

Em resumo, sobre a língua e a função representativa, destacamos: a representação pressupõe o estabelecimento de agrupamentos, de classes. A língua tem uma função essencialmente classificadora. Portanto, ela é responsável por dar uma “nova direção” à consciência. Também, a linguagem é uma forma simbólica constituída essencialmente por signos “representativos” (os signos linguísticos), uma vez que esses signos trilham um caminho de desmaterialização e desvinculabilidade, por meio do qual “libertam-se” do estímulo concreto, podendo ser empregados em um sentido puramente ideal.

Considerando a extensão das discussões até o momento apresentadas, façamos uma síntese geral para que possamos, adiante, tratar do modo como Volóchinov aborda a representação dos sistemas sýgnicos: 1. a representação é uma função simbólica (ao lado da expressão e da significação pura). A função representativa, que constitui a visão natural de mundo, pressupõe “a ausência na presença”, o estabelecimento de classes e agrupamentos. 2. As formas simbólicas são representativas – representam o mundo. Não são conformações, são diferentes “ângulos refrativos” que representam o mundo. 3. A consciência tem uma estrutura essencialmente representativa. 4. A língua é responsável pela criação das grandes classificações que fundamentam a representação. Embora, no sistema das formas simbólicas, Cassirer não confira preeminência à língua (sistema de signos fonéticos), a linguagem<sup>4</sup> é a forma simbólica que mais tende à função representativa.

### 3 A representação dos sistemas sýgnicos em Marxismo e filosofia da linguagem

Destacamos três aspectos centrais para entendermos o conceito de representação dos sistemas sýgnicos em Volóchinov: a “gênese” sýgnica, a relação signo/consciência, a palavra como sistema sýgnico por excelência. Discorramos sobre cada um desses aspectos a seguir.

Sobre a gênese sýgnica, Volóchinov contrapõe o mundo da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo ao mundo de existência semiótica. Enfatiza que esse mundo semiótico tem uma existência material, assim como o mundo não semiotizado. Ambos têm uma existência física, ocupam um lugar no espaço, têm uma base material que os suportam, mas são qualitativamente distintos em seu “modo de ser”, à medida que o mundo “não semiotizado” encerra-se em si mesmo, ao passo que o mundo dos signos sempre correlaciona ao menos duas realidades. Vejamos:

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora de seus limites. Tudo o que é ideológico possui

<sup>4</sup> Ao nos referirmos à “língua” estamos, na filosofia cassireriana, tratando do sistema de signos fonéticos. A “linguagem”, por outro lado, é identificada como “forma simbólica”. A língua não é um sistema sýgnico privativo da linguagem (o mito e a arte também utilizam a língua, sistema de signos). (cf. Cassirer, 2001, p. 31; Cassirer, 2011, p. 561).

uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há signo também não há ideologia. (Volóchinov, 2017, p. 91, destaques do autor).

O trecho acima talvez seja um dos mais citados de *Marxismo e filosofia da linguagem*, mais especificamente no momento em que o autor correlaciona o signo à ideologia (“Onde não há signo também não há ideologia”). Destacamos, porém, outra ideia presente no excerto citado: a tese de que a “origem” *sígnica* pressupõe a *representação* de algo encontrado fora do próprio signo.

Volóchinov argumenta que os corpos físicos, os instrumentos de produção e os instrumentos de consumo (isto é, os objetos não semióticos) equivalem a si próprios, não significam nada, coincidem com sua realidade única e natural. Os objetos semióticos (os signos), por seu turno, representam algo que se situa fora de sua própria materialidade, sem, no entanto, deixar de ser parte dessa realidade material: “Sem deixar de ser uma parte da realidade material, esse objeto, em certa medida, passa a refratar e a refletir outra realidade.” (Volóchinov, 2017, p. 92).

Um corpo físico, segundo sua argumentação, pode tornar-se um signo se for percebido como imagem de algo, à medida que não mais encerra seu sentido em si mesmo. Assim, o pão e o vinho, por exemplo, sendo, em sua origem primeira, meros objetos de consumo, adquirem um sentido *sígnico*/ideológico no contexto do cristianismo, representando o corpo e o sangue de Cristo. Vejamos que, nesse exemplo, o pão e o vinho não abandonam sua existência material, mas, para além dessa existência, passam a representar outra realidade posta em relação.

O signo é, assim, não apenas parte de uma existência primeira, material, mas também correlaciona outra realidade – realidade essa presente simbolicamente no signo. O corpo e o sangue de Cristo, a comunhão cristã, é, nesse sentido, a “ausência na presença” material do pão e do vinho<sup>5</sup>.

Lembramos que, para Cassirer, essa ideia de “ausência na presença” é uma das mais características da função representativa. O signo, na visão cassireriana, representa algo, à medida que traz, no que está presente (no aqui e agora da base material), o representado. Ao trazer o “ausente” (o representado) no que está “presente” (no representante), o signo correlaciona essas duas realidades. Nas palavras de Cassirer, “um conteúdo particular sensível, sem deixar de ser o que é, adquire o poder de apresentar à consciência algo universalmente válido” (Cassirer, 2001, p. 69). O signo, nessa visão, relaciona a realidade “particular sensível” com outra realidade – com “algo universalmente válido”.

A citação acima muito nos lembra as palavras de Volóchinov: “Sem deixar de ser uma parte da realidade material, esse objeto, em certa medida, passa a refratar e a refletir outra realidade” (Volóchinov, 2017, p. 92). Com efeito, parece haver uma influência direta dessa tese da representação dos signos sobre o modo como Volóchinov elabora, no capítulo inicial de *Marxismo e filosofia da linguagem*, a ideia de representação. Ressaltamos, porém, que, seguindo seu caminho marxista, o autor russo condiciona a significação do signo à ideologia,

---

<sup>5</sup> O exemplo exposto mostra a “gênese *sígnica*” de algo que, a priori, não se constitui enquanto tal (enquanto signo). Volóchinov (2017) apresenta esse exemplo para argumentar que qualquer produto, instrumento de consumo ou material pode adquirir uma realidade *sígnica* à medida que ele passe a substituir, refletir e refratar outra realidade. É preciso destacar que, para o filósofo, o signo “por excelência” é a linguagem, segundo argumentamos em páginas posteriores.

algo que obviamente Cassirer não o faz. Todavia, o cerne da representação, como a capacidade de trazer a ausência na presença, como o “apontar para fora de si mesmo” do signo, é bastante semelhante nos dois autores.

Sobre a condição do signo, de “refratar e refletir” outra realidade, observemos que Volóchinov também subordina a existência do mundo sógnico a essa condição. Ao se constituir, o signo sofre uma mudança qualitativa em relação aos objetos não sógnicos, à medida que ele passa a refletir e refratar uma outra realidade. Enquanto a realidade “não semiótica” não reflete nem substitui nada, o signo “reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante” (Volóchinov, 2017, p. 93).

O autor, em seguida, questiona o que determinaria a refração da existência do signo ideológico, e conclui que o cruzamento de interesses sociais, a luta de classes, nos limites de uma coletividade sógnica, seria responsável por essa refração. Nesse ponto, retomamos nossas considerações tecidas anteriormente sobre a refração sógnica, a fim de compararmos o modo como Cassirer e Volóchinov veem essa ideia de refração. Vimos, anteriormente, que a refração, para Cassirer, é constitutiva dos sistemas simbólicos, uma vez que a experiência perceptiva não se funda a partir de algo dado de antemão, mas depende da seleção, da instituição de centros e periferias de sentido. As formas simbólicas são também consideradas como diferentes “ângulos de refração” da realidade. Essa – a realidade – não é nunca tomada como um “real em si”, e sim considerada a partir de uma visão relacional, à medida que depende do ângulo refrativo, da forma simbólica em questão para ser constituída. Ao nos questionarmos se Cassirer considera haver um “real” em si, argumentamos, a partir das próprias palavras do autor, que esse real não é substancial, e sim condicionado pelo “ângulo” da forma simbólica, que, em última instância, apresenta-se como a verdadeira condição de “visibilidade” do real.

Cabe-nos, então, questionarmos como Volóchinov responde a essa questão. A princípio, o autor russo parece conceber a refração, e portanto, a representação dos signos, em um sentido também constitutivo, uma vez que aborda a “gênese sógnica” a partir de uma ideia de “refração necessária”: os objetos “não semióticos” encerram-se em si mesmos, não refletindo nem refratando nada. Mas, no momento em que esses mesmos objetos são empregados como signos (por exemplo, o pão e o vinho, a foice e o martelo adquirindo uma significação sógnica), eles passam a refletir e a refratar.

A linguagem – signo ideológico por excelência, segundo discutiremos adiante – reflete e refrata à medida que não representa a realidade “tal e qual”, mas, nutrindo-se da luta de classes em disputa, oblitera as vozes dissonantes, apresentando a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje. Há, portanto, sempre, duas realidades que são postas em correlação no signo.

Essas ações – refletir e refratar outra realidade posta em relação com a realidade primeira do objeto – parecem ser condições necessárias, constitutivas do “real sógnico”. O problema das teses de Volóchinov, porém, segundo aponta Faraco (2009), está em condicionar a refração à luta de classes. Para Faraco (2009, p. 71), no texto de Volóchinov (2017), não é resolvida a conjunção da teoria da refração com “uma teoria da sociedade sem classes”. Faraco (2009, p. 71) acrescenta que Volóchinov, ao passo que condiciona a refração à luta de classes, não teoriza “sobre como seria discursivamente uma sociedade sem classes”.

Questiona Faraco (2009, p. 71): “Desapareceria a refração dos signos? Desapareceria a estratificação axiológica da linguagem?”.

Brandist (2012) apresenta essa questão da refração s gnica de algo extradiscursivo como “o equívoco de Voloshinov” (Brandist, 2012, p. 49). Brandist afirma que essa “metáfora óptica” da refração tem provavelmente sua origem em Lênin, em Materialismo em empirio-criticismo. Nas palavras de Brandist (2012, p. 49), “O conceito da distorção da representação por meio da influência do interesse de classe foi uma característica proeminente da visão de mundo dos defensores contemporâneos da cultura proletária”. É interessante observar a consideração de Brandist, segundo a qual Lênin, ao combinar percepção e conhecimento, aproxima-se dos neokantianos, embora com outros propósitos.

A tese da refração como algo constitutivo seria, portanto, mais coerente se não condicionada explicitamente à luta de classes. Nesse sentido, Bakhtin foi, segundo argumenta Faraco (2009), mais coerente que Volóchinov, ao propor a existência de uma heteroglossia dialogizada como um “modo de ser” dos discursos. A partir dessa visão de Bakhtin, o mundo é necessariamente refratado, uma vez que é um mundo sempre saturado de diferentes valores, de diferentes posições valorativas.

A ideia de valoração   também central em Volóchinov, pois é ela que condiciona a gênese s gnica. Volóchinov, ao questionar o que condiciona essa “gênese”, primeiramente enfatiza a comunicação como algo que está na origem da constituição do mundo s gnico. O autor afirma que, se isol ssemos o signo da comunicação social organizada, este (o signo) “se tornaria um simples objeto físico” (Volóchinov, 2017, p. 110). Ressalta que a palavra – signo ideológico por excelência –   uma ponte entre mim e o outro, e, sem a interação, o signo “degenerar-se-ia”,   medida que ele surge na interação entre consciências, que, por sua vez, preenchem-se de signos.

Posteriormente, Volóchinov concebe, além da interação, a ênfase valorativa como algo que essencialmente “nutre” os signos, estando na origem, na constituição do próprio mundo semiótico. O autor afirma que, “Em cada etapa do desenvolvimento social existe um conjunto específico e limitado de objetos que, ao chamarem a atenção da sociedade, recebem uma ênfase valorativa”. Acrescenta: “Apenas esse conjunto de objetos obter  uma forma s gnica, isto é, será objeto da comunicação s gnica”. (Volóchinov, 2017, p. 110). Adiante, questiona o que determinaria esse conjunto de objetos enfatizados valorativamente e conclui, seguindo as premissas do materialismo, que apenas os objetos relacionados com as bases socioeconômicas da existência do grupo receberão o selo da existência s gnica.

Essa citação nos parece sobremaneira importante, pois condiciona o que aqui denominamos como “gênese s gnica”   valoração dos grupos sociais. Sem ênfase valorativa, os objetos permanecem “presos” ao mundo físico-natural, a um mundo não semiótico. Ademais, uma vez valorados, tendo recebido, então, o selo semiótico, esses objetos s gnicos precisam ser continuamente multiacentuados (precisam ser nutridos por valores em disputa) para continuar existindo:

Essa *multiacentua  o* do signo ideológico é um aspecto muito importante. Na verdade, apenas esse cruzamento de acentos proporciona ao signo a capacidade de viver, de movimentar-se e de desenvolver-se. Ao ser retirado da disputa social acirrada, o signo ficará fora da luta de classes, inevitavelmente enfraquecendo, degenerando em alegoria e transformando-se em um objeto da análise filológica e não da interpretação social viva. (Volóchinov, 2017, p. 113, destaques do autor).

Observemos que, se tomarmos as palavras de Volóchinov em seu sentido literal, é impossível teorizar discursivamente uma sociedade sem classes, como questiona Faraco (2009), pois o fim da querela, da luta de visões de mundo implicaria necessariamente o fim do mundo semiótico, já que apenas o “cruzamento de acentos” permite a existência do mundo dos signos. Adiante, Volóchinov enfatiza a obliteração do real pela classe dominante, que busca “apagar” as vozes dissonantes, imprimindo ao signo, “a verdade de ontem como se fosse a verdade de hoje” (Volóchinov, 2017, p. 113). A refração é, portanto, algo constitutivo do mundo sógnico, uma vez que o autor não concebe uma existência semiótica sem a valoração de determinados grupos sociais. Essa valoração, ademais, é essencial tanto à gênese sógnica quanto à preservação desse mundo, que se nutre da multiacentuação.

Retomando a questão posta anteriormente: há um real independente do signo que o refrata? Volóchinov considera que existe um mundo físico, natural, que não entra necessariamente na “ordem” do simbólico. O mundo cultural, porém, é necessariamente um real refratado. Entre esses dois mundos, há uma *diferença qualitativa*, pois o mundo não semiotizado, conforme ressaltamos anteriormente, encerra-se em si mesmo, ao passo que o mundo dos signos “reflete e refrata”, aponta para fora de si, substituindo o que é, então, representado. A representação dos sistemas sógnicos é vinculada à refração.

Há duas nuances de sentido para a refração dos sistemas sógnicos. Primeiro, a refração é estruturante, vincula-se à valoração feita pelos grupos sociais a dados objetos. Estes apenas entram para a ordem sógnica caso tenham ligação estreita com a existência socioeconômica do grupo. Segundo, a refração do signo resulta do trabalho da classe dominante em apresentar seus valores, sua cosmovisão como a única verdadeira. Nesse segundo sentido, “refração” aproxima-se de uma ideia de apagamento ou falseamento da realidade.

Sobre a relação signo e consciência, Volóchinov destaca, em diversas partes de *Marxismo e filosofia da linguagem*, que a consciência tem necessariamente uma existência sógnica e que os diferentes campos da comunicação discursiva também são constituídos por signos. Encontramos aqui uma influência das ideias cassirerianas sobre a construção do pensamento de Volóchinov. Cassirer enfatiza, no volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas*, a tese de Leibniz, segundo a qual “o signo não é um invólucro fortuito do pensamento, e sim o seu órgão essencial e necessário” (Cassirer, 2001, p. 31). Leibniz, segundo Cassirer, condiciona a determinação conceitual de um conteúdo à sua fixação em um signo. O conceito de signo de Leibniz, no entanto, vincula-se estritamente aos signos da aritmética e da álgebra. Assim, Cassirer busca ampliar essa relação, ao argumentar que todas as atividades espirituais (e não apenas o conhecimento) precisam de um substrato sensorial, sógnico, para se constituírem. A consciência fixa-se em signos, pois apenas o signo é capaz de libertar a potencialidade desta última (da consciência). O “mundo sógnico” não se reduz, porém, aos signos da ciência exata, uma vez que os signos são abrangentes e determinados por diferentes funções simbólicas. A linguagem, a arte, o mito etc. necessitam desses substratos sensíveis para a sua constituição.

Essa influência das teses cassirerianas pode ser comprovada em uma nota de rodapé de *Marxismo e filosofia da linguagem*. Volóchinov faz uma ressalva, dentro do neokantismo moderno, a Cassirer, mais especificamente ao volume 1 de *A filosofia das formas simbólicas*, ao afirmar que o autor alemão, “Sem abandonar o terreno da consciência”, considera “a representação como o seu traço principal” (Volóchinov, 2017, p. 94). Acrescenta: “De acordo com Cassirer, a ideia é tão sensorial quanto a matéria; essa natureza sensorial, no entanto, pertence ao signo simbólico, possui um caráter representativo” (Volóchinov, 2017, p. 94-05). Vemos,

aqui, que Volóchinov refere-se ao momento em que Cassirer constrói sua tese da representação simbólica da consciência, ampliando o conceito de signo apresentado por Leibniz.

Cassirer confere, em certo sentido, uma existência material ao mundo do espírito, ao condicioná-lo à existência sýgnica e ao ressaltar que os signos são substratos sensíveis. O autor, por meio dessa tese, busca superar um idealismo mais doutrinário, que, em sua argumentação, opõe o mundo sensível ao mundo inteligível (Cassirer, 2001, p. 32). O signo é a síntese entre o sensível e o inteligível, e mesmo o dado sensível, segundo Cassirer, não pode ser tomado como pura receptibilidade, mas deve ser visto como criação, à medida que não é reprodução de algo dado e encontrado previamente; resulta, antes, de uma atividade de configuração do espírito.

Volóchinov (2017), assim como Cassirer, resalta que a consciência se realiza em signos. Diferentemente de Cassirer, porém, enfatiza o caráter social desses signos. Considera que o signo tem uma constituição social e afirma que ele é o “terreno comum” tanto da ideologia quanto da consciência individual.

Sobre a relação consciência *versus* ideologia, Grillo (2017, p. 60) concebe que Volóchinov realizou uma síntese dialética entre o idealismo de Humboldt, Potebniá e Cassirer, “postuladores do papel ativo da consciência humana na determinação da sua existência” (Grillo, 2017, p. 60), e o materialismo histórico, que defende o oposto, isto é, a tese de que a existência material determina a consciência. O signo é, portanto, segundo resalta Grillo (2017), uma via de mão dupla – a palavra é determinada pelas condições materiais, mas, ao mesmo tempo, o discurso interior exerce influência sobre o meio material.

De fato, Volóchinov argumenta haver uma “síntese dialética viva” (Volóchinov, 2017, p. 140) entre o psíquico e o ideológico, entre o interior e o exterior. Essa síntese, em sua visão, realiza-se na palavra, componente do psiquismo, sob a forma do discurso interior. Assim, se Volóchinov é inicialmente influenciado pela tese cassireriana do “revestimento sýgnico” da consciência, o autor russo, diferentemente de Cassirer, concebe que há uma “via de mão dupla” do signo, evitando uma unilateralidade no modo como se constituem a consciência e a existência humana.

Por fim, sobre a linguagem e a representação, Volóchinov considera a palavra o mais representativo e puro dos signos. Afirma que toda a realidade da palavra “é integralmente absorvida na sua função de ser signo” (Volóchinov, 2017, p. 98), pois a palavra, segundo o autor argumenta, é o meio mais apurado e sensível da comunicação social. Volóchinov acrescenta adiante que, além de ser o mais representativo dos signos, a palavra é um signo neutro, uma vez que, enquanto os demais signos são criados a partir de uma função específica do campo ideológico, o signo linguístico assume qualquer função ideológica, perpassando todos os campos de criação. Ademais, a palavra é o signo mais apto a “comentar” os demais sistemas sýgnicos, o mais apto a poder “traduzir” os demais (por exemplo, podemos explicar, comentar uma pintura, uma música a partir da linguagem).

A questão da linguagem em relação a outros sistemas sýgnicos/simbólicos é clara em Volóchinov: o autor russo considera a palavra o signo “por excelência”. Porta (2011) argumenta que essa questão, em Cassirer, recebe duas linhas interpretativas: há autores que veem a linguagem como “um lugar privilegiado no pensamento cassireriano, fazendo dele a condição de possibilidade de todas as formas simbólicas” (Porta, 2011, p. 65); há outros autores que, como Porta (2011), defendem que a linguagem não é um sistema de signos privilegiados.

É notório que, ao abordar as formas simbólicas como um todo, como um sistema funcional, Cassirer não confere proeminência à linguagem. Mas, se considerarmos as *funções simbólicas*, não há como discordar que a linguagem é a forma simbólica que mais tende à representação, sendo, portanto, o sistema de signos mais apto a estabilizar o mundo perceptual, a “fixar” o mundo. A ciência, conforme ressalta o filósofo alemão, continua o trabalho que foi inicialmente realizado pela língua, mas, sem a língua, esse novo órgão de simbolização não teria existido. Também o mito, conforme discute Cassirer (2013), encontra na língua seu “ponto de apoio” para constituir-se, à medida que evolui dos deuses momentâneos até os deuses pessoais. Cassirer trata da interação linguagem e mito (2013), linguagem e arte (1979a; 1979b), linguagem e ciência (2001, 2011). O filósofo, ao abordar essas interações, não assume uma tese da “neutralidade sógnica”, como o faz Volóchinov, que considera ser a palavra o signo mais apto a perpassar as diferentes esferas. No entanto, a orientação filosófica idealista de Cassirer leva-o a analisar as formas simbólicas muito mais como “tipos ideais” de objetivação. Assim, a linguagem, o mito, a ciência etc. são abordados a partir de seus traços gerais e necessários para serem constituídos como tais.

Em resumo, podemos concluir que os signos, na visão de Volóchinov, representam à medida que: 1) valoram ativamente o mundo, uma vez que “somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se” (Volóchinov, 2017, p. 111); 2) refletem e refratam o real semiotizado. Nesse processo, há um embate constante entre as diferentes avaliações sociais (Volóchinov, 2017, p. 113) – embate esse no qual a classe dominante busca ocultar as vozes dissonantes, tornando o signo “mono-acental”. A representação é uma propriedade do signo (diríamos que a capacidade de “representar” é o que, de fato, constitui algo como signo) – os objetos não sógnicos, pertencentes ao mundo físico e natural, encerram-se em si mesmos, não apontam para nada além de sua realidade concreta e particular. O signo, por outro lado, tem a capacidade de apontar para fora de si, e, ao fazê-lo, põe em relação ao menos duas realidades: o real concreto e material do signo, o real simbólico que é então refletido e refratado. A “representação” pressupõe, em suma, os atos de *substituir* (o representado), *valorar* (o objeto representado, que apenas entra na ordem do discurso ao ser multiacentuado), *refletir* e *refratar* (os valores em disputa na sociedade).

## 4 Considerações finais

O conceito de “representação”, na filosofia cassireriana, é amplo, não estando apenas circunscrito a motivos semióticos. Consideramos, portanto, neste artigo, a representação sob diferentes aspectos. Primeiro, a representação é uma função simbólica, ao lado da expressão e da significação, entendendo-se a expressão “função simbólica” como modos de correlação entre o representante e o representado. As próprias formas simbólicas em si podem também ser tomadas como “representação” de mundo, sendo concebidas como diferentes ângulos refrativos cuja função é dar sentido ao mundo. A consciência também tem uma estrutura essencialmente representativa, baseando-se na constituição de totalidades de sentido. Por fim, a linguagem é a forma simbólica que mais tende à representação e que, ao fixar e estabilizar o mundo perceptual, estabiliza a própria consciência.

O conceito de “representação”, em Volóchinov (2017), é mais delimitado. O autor russo adota a premissa, apresentada por Cassirer no volume 1 de *A Filosofia das formas simbólicas*,

segundo a qual nossa relação com o objeto é mediada por signos, e a desenvolve a partir de motivos semióticos. Assim, Volóchinov (2017), ao tratar do conceito de “representação”, refere-se à constituição dos sistemas sígnicos. Estes – os sistemas sígnicos – são representativos à medida que não se encerram em si mesmos (ao contrário dos objetos não semiotizados), apontando para outra realidade que é, então, posta em relação. A representação dos sistemas sígnicos pressupõe, portanto, uma necessária “ausência na presença” – e essa ideia, segundo discutimos neste artigo, recebe influência das teses cassirerianas. Volóchinov considera que a linguagem é o sistema sígnico mais representativo, mais neutro em relação aos demais. Diferentemente de Cassirer, Volóchinov (2017) vincula a representação do signo à valoração social e à ideologia; considera, portanto, que a gênese sígnica entrelaça-se aos valores sociais sempre em disputa no mundo.

## Referências

BRANDIST, C. Bakhtin, Cassirer and symbolic forms’, *Radical Philosophy* 085, Sep/Oct 1997. Recuperado de <https://www.radicalphilosophy.com/article/bakhtin-cassirer-and-symbolic-forms>.

BRANDIST, C. O dilema de Volóchinov: sobre as raízes filosóficas da teoria dialógica do enunciado. In: BRANDIST, C. *Repensando o círculo de Bakhtin*: novas perspectivas na história intelectual. Tradutoras Helenice Gouvea e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012. p. 35-63.

CASSIRER, E. *A filosofia das formas simbólicas*: Primeira parte. A linguagem. Tradução Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASSIRER, E. *A filosofia das formas simbólicas*: Terceira parte. Fenomenologia do conhecimento. Tradução Eurides Avance de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASSIRER, E. Language and Art II (1942). In: VERENE, D. (ed.). CASSIRER, E. *Symbol, myth, and culture*: essays and lectures of Ernst Cassirer 1935-1945. London: Yale University Press, 1979a. p. 166-195.

CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CASSIRER, E. Reflections on the Concept of Group and the Theory of Perception (1945). In: VERENE, D. (ed.). CASSIRER, E. *Symbol, myth, and culture*: essays and lectures of Ernst Cassirer 1935-1945. London: Yale University Press, 1979b. p. 271-292.

CASSIRER, E. *Substance and function and Einstein's theory of relativity*. Translation by William Curtis Swabey and Marie Collins Swabey. Chicago – London: The Open Court Publishing Company, 1923.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo*: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2009.

FLORES, V. do N., FARACO, C. A.; GOMES, F. A. As particularidades da palavra, o privilégio da língua: especificidades e primazia do linguístico, em Volóchinov e Benveniste. *Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso*, v. 17, n. 1, p. 16–38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457353484>.

GRILLO, S. V. de C. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e início do século XX. In: VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila V. C. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 7-79.

LOFTS, S. G. *Ernst Cassirer – A “Repetition” of Modernity*. Albany: State University of New York Press, 2000.

LOFTS, S. G. Bakhtin e Cassirer: o evento e a máquina. *Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso*, v. 11, n.1, p. 70–77, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2176-457324739>.

MARCHEZAN, R. C. Bakhtin e a “Virada linguística” na filosofia. In: BRAIT, B.; PISTORI, M.; FRANCELINO, P. (orgs.). *Linguagem e conhecimento* (Bakhtin, Volóchinov, Medviédev). São Paulo: Pontes, 2019. p. 261-291.

PORTA, M. A. G. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Loyola, 2011.

TIHANOV, G. *The master and the Slave: Lukács, Bakhtin, and the Ideas of Their Time*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila V. C. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

# A organização tópica no gênero “dissertação do Enem” e sua correlação com a desigualdade social

## *Topic Organization in “Enem Dissertation” Genre and Its Correlation with Social Inequality*

**Maria Beatriz Gameiro**

**Cordeiro**

Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Sertãozinho | SP | BR

mbg@ifsp.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8351-0377>

**Anna Christina Bentes da Silva**

Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP) | Campinas | SP | BR

acbentes@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0002-3183-1291>

**Kennedy Cabral Nobre**

Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-

Brasileira (Unilab) | Redenção | CE | BR

kabralnobre@unilab.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-8382-2151>

**Resumo:** Este trabalho apresenta um estudo comparativo do Tópico Discursivo entre duas dissertações “modelo” Enem, produzidas por estudantes representantes de contextos escolares distintos. A análise dessas produções centraliza-se na identificação e na delimitação de segmentos tópicos, bem como na hierarquização dessa organização tópica, correlacionando-a à coerência global da dissertação e aos contextos escolares dos estudantes. A fundamentação teórica ancora-se em princípios da Sociolinguística (Bortoni-Ricardo, 2005; Labov, 1972a; Labov 1972b), que consagrou a variação como sistemática, universal e correlata a fatores internos e externos, bem como em embasamentos da análise sócio-interacionista, divulgados, sobretudo, pela Linguística Textual. A metodologia pautou-se numa abordagem qualitativo-comparativa de duas redações: uma produzida por aluno de escola pública e outra produzida por aluno de escola privada. Os procedimentos analíticos respaldam-se na análise tópica, que presume a análise textual com base na categoria do tópico discursivo. Este estudo de caso aponta para o fato de que pode existir uma forte correlação entre a presença de uma elaboração mais diversificada de tópicos e subtópicos discursivos e o contexto social, mais especificamente, o contexto escolar. Nesse sentido, este estudo de caso ratifica a desigualdade social e educacional existente no país quando se considera que há maior concernência, diversidade de repertório e informatividade na dissertação escrita no contexto da escola privada na comparação com a dissertação escrita no contexto da escola pública. Conclui-se que a categoria tópico pode ser explorada para revelar diferenças quantitativas e qualitativas na distribuição informacional nas dissertações.



**Palavras-chave:** dissertação modelo Enem; dualidade educacional; tópico discursivo.

**Abstract:** This paper presents a comparative study of the discursive topic in two “model” ENEM essays written by students from different school environments. The analysis focuses on identifying and delimiting topical segments, as well as on the hierarchical organization of these topics, relating them to the overall coherence of the essay and the students’ school context. The theoretical framework is grounded in the principles of Sociolinguistics (Bortoni-Ricardo, 2005; Labov, 1972a; Labov, 1972b), which establish linguistic variation as systematic, universal, and correlated with both internal and external factors. It also draws on the foundations of socio-interactionist analysis, primarily disseminated through Textual Linguistics. Methodologically, we adopt a qualitative-comparative approach, analyzing two essays: one produced by a public school student and the other by a private school student. The analytical procedures are based on topical analysis, which involves examining the text through the lens of discursive topics. This case study suggests a strong correlation between a more diversified elaboration of discursive topics and subtopics and the students’ social contexts, particularly their school environments. In this sense, this case study highlights the social and educational inequalities present in Brazil, as evidenced by the greater concern with structure, diversity of repertoire, and informativeness in the essay produced within the private school context compared to the one written in the public school setting. We conclude that the category of topic can be a useful analytical tool for revealing both quantitative and qualitative differences in the distribution of information in essays.

**Keywords:** Enem model essay; educational inequality; discursive topic.

## 1 Introdução

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre as últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sugerem que a maioria dos estudantes brasileiros concluintes da última etapa da Educação Básica, o Ensino

Médio (EM), apresenta desempenho compreendido como insatisfatório na produção textual, avaliada pela escrita de um texto “dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política” (INEP, 2022, p. 4). A média geral da dissertação não tem ultrapassado 650 dos 1000 pontos máximos<sup>1</sup> nos últimos anos. Uma análise minuciosa de dissertações com pontuação entre 400 e 600, pautada nos critérios estabelecidos pelo INEP, aponta dificuldades do conculinte do EM para dissertar por meio de repertório sociocultural concernente e pertinente à argumentação, usar a linguagem na modalidade formal (norma padrão)<sup>2</sup> e valer-se de recursos coesivos diversificados (Cordeiro, 2018).

Esses resultados decorrem de inúmeros e diversificados fatores, os quais incluem desde a desvalorização social, a precarização da carreira docente, problemas na formação inicial e continuada docente, desigualdade social, dentre tantos outros. Apesar de muitas instituições, inclusive públicas, trabalharem efetivamente para mudarem essa realidade,<sup>3</sup> não se pode negar a premissa básica sociolinguística, segundo a qual, um uso linguístico não se dissocia de fatores sociais. Dados gerais da redação do Enem atestam tal premissa, pois os estudantes com baixas condições socioeconômicas enfrentam mais dificuldades para conseguirem notas mais altas, conforme noticia a grande mídia: “No Enem, 1 a cada 600 alunos pobres consegue ficar entre os melhores. Peso de fatores socioeconômicos é de até 85% no resultado de quem presta a principal porta de entrada no ensino superior público e privado do país” (Arruda, Prata e Toledo, 2019, *On-line*).

No presente estudo, selecionaram-se duas dissertações a partir de um acervo de mais de cem dissertações “modelo-Enem” já analisadas em pesquisas anteriores (Bononi e Cordeiro, 2020a; 2020b; 2022; Cordeiro e Bononi 2023), com base em critérios que evidenciam contrastes relevantes na organização tópica e na distribuição informacional dependendo do contexto escolar, a fim de tornar visível a correlação entre aspectos linguísticos e extralinguísticos. Ressaltamos, assim, que há produções excelentes oriundas de escolas públicas, bem como produções com baixo desempenho provenientes de escolas privadas no *corpus*. No entanto, este trabalho focaliza dois casos específicos, cujas características se mostram úteis para a análise qualitativa da categoria tópico discursivo e suas relações com o repertório sociocultural mobilizado. O intuito não é reforçar estereótipos educacionais, mas sim explici-

---

<sup>1</sup> A banca avalia 5 competências, que valem de 0 a 200 pontos cada uma: I- Modalidade Formal. II- Atendimento ao tema e ao gênero: compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo argumentativo em prosa. III- Seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos e opiniões em defesa de um ponto de vista. IV- Mecanismos linguísticos para a construção da argumentação. V- Proposta de intervenção para o problema que respeite os direitos humanos (INEP, 2020; 2022).

<sup>2</sup> A modalidade escrita formal exige que o estudante domine as regras da chamada “norma padrão”. Endossam-se as justas críticas à expressão “norma padrão” (concepção abstrata e reducionista), tecidas por Bagno (2003), e reconhece-se o valor da diversidade linguística; sustenta-se, entretanto, que o acesso a esse patrimônio linguístico é direito do estudante e deve ser trabalhado na escola para que ele possa corresponder ao caráter normativo que é exigido em textos escritos com alto grau de formalidade, como é o caso do Enem, por exemplo, conforme determina a cartilha do participante.

<sup>3</sup> Cita-se como exemplo a Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Marta Maria Giffoni, localizada no Estado do Ceará, em que a maioria dos estudantes alcança excelente desempenho devido, dentre outros fatores, ao projeto “REDLAB”, um laboratório de redação que oferece oficinas semanais para orientação, escrita, reescrita dos textos. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2024/01/22/enem-eeep-marta-giffoni-obtem-marca-de-78-dos-alunos-com-900-pontos-ou-mais-na-redacao/>. Acesso em: 11 jun. 2025

tar desigualdades estruturais que ainda persistem e impactam o desempenho de estudantes em processos seletivos em larga escala, como o Enem.

Na esteira dessas pesquisas, que revelam uma correlação entre problemas organizacionais e informacionais do texto dissertativo e fatores sociais, buscou-se observar, por meio do presente estudo de caso, a correlação entre o contexto social, mais especificamente, o contexto da escola pública ou privada, e a organização tópica do texto. A hipótese dessa correlação se justifica em função do fato de que essa diferença contextual leva a uma desigualdade de acesso dos estudantes aos repertórios culturais disponíveis, o que tem impacto imediato sobre a distribuição informacional, sobre a diversidade de tópicos e subtópicos articulados na dissertação e, conseqüentemente, sobre a argumentação. Assim, as reflexões desenvolvidas pautaram-se em uma análise qualitativa da Organização Tópica (OT) de dois textos<sup>4</sup> desse acervo, um de uma escola pública e outro de uma escola particular. O pressuposto teórico-metodológico adotado partiu da metodologia que tem sido implementada em diversos estudos conduzidos por Penhavel (2010), em que se efetiva, em primeira instância, uma análise do plano intertópico, que consiste em segmentar o texto em partes e subpartes, de acordo com sua estruturação temática. O segundo passo é a observação da organização intratópica, isto é, de como Segmentos Textuais mínimos estruturam-se internamente, construindo referências centrais e subsidiárias (Valli, 2017). A comparação qualitativa entre os Tópicos Discursivos (TDS) fundamentou-se em princípios da Sociolinguística, que compreende a diversidade e a variação linguístico-discursiva como passível de ser analisada cientificamente e de ser correlacionada a fatores sociais (Labov, 1972a). Embora não tenha sido realizado um estudo quantitativo sociolinguístico, o controle do contexto social (tipo de escola) corrobora a premissa da variação e sua correlação a fatores extralinguísticos, assim, citamos o autor devido aos princípios sociolinguísticos e não ao método variacionista em si. Já o apoio de Labov (1972b) refere-se à noção de variação estilística, a qual, por sua vez, remete à variável “contexto escolar”, que influencia no estilo e registro utilizados nas dissertações Enem.

Ressalte-se que analisar essa prática de linguagem – dissertação modelo Enem – é muito importante, pois a escrita desse gênero compõe parte significativa da avaliação do maior processo seletivo para o ingresso em universidades brasileiras, o ENEM, o que contribui para que seja muito explorado no EM, principalmente em escolas privadas, que necessitam de bons resultados nesse exame para produzirem seu *marketing*. Ademais, o gênero “dissertação do Enem” vem se constituindo, há muitos anos, como uma amostra de como estudantes de diversas partes do país organizam uma argumentação escrita formal. Por fim, é oportuno dizer que essa avaliação em grande escala confere uma maior estabilidade ao gênero, cujas características estruturais, estilísticas e temáticas são estabelecidas pelo INEP em um documento intitulado “Cartilha do Participante” (2022), que circunscreve os elementos componentes do gênero.

---

<sup>4</sup> As duas dissertações usadas compõem o acervo de pesquisa intitulada “Análise do projeto de texto em redações dissertativas de estudantes de escola pública e privada” submetida à Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética, a qual obteve autorização por meio do parecer 414129, em 08 de julho de 2020.

A referida cartilha preconiza a escrita em prosa de uma dissertação argumentativa, com mobilização e análise de repertório sociocultural, escrita em conformidade à modalidade formal da Língua Portuguesa, com uso constante e diversificado de elementos e recursos coesivos e que contenha uma proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos para o problema dado. Apesar de essas diretrizes serem taxativas, prescritivas e divulgadas na referida cartilha – acessível de forma gratuita e *on-line* –, pesquisas, como as de Valli (2017), Vignoli (2007) e Silva (2019), por exemplo, indicam dificuldades na redação do Enem. Uma análise pormenorizada dos textos, como a realizada por Bononi e Cordeiro (2020), evidencia que a maior parte das dissertações “modelo-Enem” avaliadas não atendem a essas exigências da banca avaliadora e ilustram a proficiência média geral, que, entre os anos de 2016 e 2020, em que havia mais de 5 milhões de inscritos, não ultrapassava os 600 pontos. Após a crise econômica instaurada com a pandemia de COVID-19, houve uma queda considerável nas inscrições, provavelmente dos menos favorecidos, caindo para 3 a 2 milhões e meio de inscritos; em contraposição ao leve aumento na proficiência geral, sendo que em 2021, a nota média subiu para 634 pontos e, em 2022, para 652 (INEP, 2023).<sup>5</sup>

Assim, considerando-se os eixos cognitivos, competências e habilidades previstas na Matriz de Referência do Enem, especificamente no que diz respeito à construção da argumentação mediante a seleção e a organização de informações a partir dos conhecimentos do próprio participante, acredita-se que a noção de Tópico Discursivo (TD) – definida sinteticamente, com base em Jubran (2006), como uma categoria analítica abstrata da qual se extrai como unidade concreta de análise um fragmento textual caracterizado pela centração (na qual se observam a concernência, pontualização e relevância) em determinado tema, com extensões variadas, e exibe uma organicidade referente aos planos hierárquico e sequencial – possa ser produtiva para demonstrar a distribuição informacional nas redações, sendo, portanto, expediente útil para a comparação objetiva dos dois textos analisados, em vista de a OT ser reconhecida como processo central à construção do texto (Valli, 2017). Conforme estabelece banca (Garcez, 2017), a natureza argumentativa da redação “modelo ENEM” demanda não somente uma exposição organizada de ideias, mas sua sustentação por meio de dados e informações, isto é, uma “argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo”, como determinado por documentos oficiais (INEP, 2020). A organização desse todo depende da gestão do tópico discursivo por esse ser um princípio organizador do discurso (Alencar, 2009).

---

<sup>5</sup> Conjectura-se que os ligeiros aumentos na nota média dos últimos três anos procedam do fato de estudantes de classes sociais mais baixas terem enfrentado mais dificuldades para prestar o exame com o agravamento da vulnerabilidade social na pandemia do Covid-19, prevalecendo, entre os candidatos, os com melhores condições sociais, e, consequentemente, com maior acesso à educação. A análise dos dados da inscrição no Inep indica uma diminuição no número de inscritos com direito à isenção nesses anos, o que corrobora essa hipótese. Em oposição às altas taxas de zero e à quantidade expressiva de notas na faixa mediana, observa-se um exíguo número de notas altas, que está, justamente, restrito à elite do país. Somente a título de ilustração, destaca-se que apenas 31.480 alcançaram nota entre 700 a 800 pontos, enquanto 277.090 estudantes atingiram 400 a 550 pontos e 601.812, obtiveram nota entre 500 a 600 no ano de 2021 (INEP, 2022).

## 2 Desempenho na dissertação do Enem: reflexo da desigualdade educacional

A desigualdade educacional no Brasil expressa, sobretudo, pela oferta na educação profissional, imputa uma educação instrumentalista, centrada no mundo do trabalho, oferecendo um mínimo de conteúdo<sup>6</sup> aos estudantes da classe trabalhadora. Enquanto isso, à elite é proporcionada uma escola integral, rica em ciências, artes, linguagens e cultura, a qual formaria os futuros dirigentes do país, os detentores do saber, conforme delatam diversos estudos da educação profissional e tecnológica, dentre os quais, destacam-se Ramos (2010), Saviani (2007) e Moura (2007, 2013). A coexistência das escolas pública e privada reforça essa desigualdade educacional e social, pois uma escola pública, gratuita, laica e de qualidade deveria ser universal, mas, enquanto houver duas redes representativas da luta de classes, diferenças e injustiças perdurarão. Essa desigualdade vem sendo combatida por iniciativas de Governos Progressistas, que valorizam a educação. Um exemplo da tentativa de diminuir essas desigualdades foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), em 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os quais vêm sendo reconhecidos como instituições de excelência, justamente por fornecerem uma educação omnilateral, integrando o mundo do trabalho ao mundo das ciências e tecnologias (Gouveia, 2011).

A despeito desses esforços, a educação básica ainda enfrenta inúmeros desafios, agravados tanto pela pandemia do Coronavírus, como também pela recente falta de investimento público nos últimos anos. O resultado desse grave quadro são defasagens no aprendizado no Ensino Fundamental as quais afetam até os concluintes do EM; defasagens estas que impedem que a maioria dos brasileiros desenvolvam competências de escrita específicas, tal como revelam as supracitadas estatísticas do Enem (INEP, 2021, 2022), dentre outras avaliações externas. Consideramos esses dados como um dos reflexos do sucateamento da educação pública e da perversa e desproporcional distribuição de renda brasileira. Contudo, ressaltamos que, de forma alguma, esses números foram mobilizados a fim de condenar a educação pública, ao contrário, evidenciam sua importância para a maioria dos brasileiros que dependem de políticas públicas de qualidade. Ratificamos ainda nossa posição contrária a discursos que defendem a flexibilização dos currículos, que apregoam modismos educacionais, mas que, em sua essência, acabam promovendo um conteúdo curricular esvaziado, para não dizer pífio. Antagonicamente, almejamos por macropolíticas que promovam a qualidade, a permanência e o êxito de todos os estudantes, não somente dos concluintes da escola pública básica, consoante o que defende Cordeiro (2018).

O trabalho previamente mencionado de Bononi e Cordeiro (2020a) constatou a correlação entre a mobilização de fatores de coerência e a construção da autoria com o tipo de escola frequentada pelos estudantes: pública ou privada. Demonstrou-se que, na dissertação do Enem, a informatividade depende sobremaneira da relação intertextual com referências a obras consagradas, bem como da inserção de conceitos ou dados, devido à exigência da banca examinadora do Enem para que haja repertório sociocultural apoiado

---

<sup>6</sup> Vejam-se, por exemplo, as críticas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Novo Ensino Médio que esclarecem os interesses de grupos dominantes por trás dessas propostas de esvaziamento de conteúdos (veja-se Malanchen, J. *et al.*, 2021).

nas grandes áreas do conhecimento (Sociologia; Filosofia; Literatura; Educação; Medicina; Linguística) na competência 2. Para que o argumento seja legitimado como repertório, precisa-se do respaldo nessas áreas, de modo que um conceito, por exemplo, só será válido se vier acompanhado de sua definição.

O foco deste trabalho continua sendo a informatividade, que também se relaciona à quantidade de tópicos e subtópicos discursivos mobilizados pelos estudantes, pois quanto mais repertório, maior será a possibilidade de se desenvolverem com concernência e relevância. Logo, a diversidade de tópicos discursivos mobilizados no texto dissertativo encontra-se necessariamente atrelada ao conhecimento prévio do estudante sobre a necessidade de apresentar repertório sociocultural legitimado. Seu texto apresentará uma maior heterogeneidade de assuntos atinentes à temática e uma quantidade mais expressiva de TDs se a escola oferecer uma maior diversidade de repertórios socioculturais ao estudante, fato que ratifica a correlação entre a seleção de tópicos e de sua respectiva e coerente hierarquização num plano textual ao contexto escolar do estudante.

### 3 Apresentando a noção de tópico discursivo

O conceito de “Tópico Discursivo”, divulgado a partir de pesquisas implementadas pelo Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), na década de 90 (Koch *et al*, 1990) tomou como objeto para análise, primeiramente, textos orais. Desde então, a noção permanece relevante, tendo passado por refinamentos conceituais (Jubran, 2006) que permitiram sua aplicação a textos dos mais diversos gêneros. Assim, em gêneros orais mais espontâneos, é comum uma diversidade de tópicos em decorrência das digressões, trocas de turnos, procedimentos de correção, paráfrase e outros processos interacionais (Fávero, 1997). Some-se a isso o fato de o tópico ser construído cooperativamente, e, dependendo do conhecimento compartilhado entre os interlocutores, poder estar implícito.

Mesmo originária de estudos conversacionais, “se desbastada desses indícios de conversação, a categoria tópica é aplicável à análise de textos de outros gêneros falados e também escritos, uma vez que a topicalidade é um processo constitutivo do texto” (Jubran, 2006, p. 34). Em gêneros como artigos de opinião, dissertações escolares, cartas do leitor, dentre outros, espera-se que haja uma maior interdependência semântica entre os enunciados, uma maior consistência e relevância e uma progressão temática mais linear. Na seara dos estudos do TD em gêneros escritos, podem-se destacar estudos como os de Pinheiro (2005), Bentes e Rio (2006), Rezende (2006), Marcuschi (2006), Penhavel (2010, 2020), Penhavel e Zanin (2020), dentre outros.

Apesar de haver certas diferenças terminológicas e metodológicas entre alguns estudos na análise da organização tópica, a noção ampla de tópico é consenso, a saber: “o assunto acerca do qual se está falando ou escrevendo” (Brown & Yule, 1983, p. 73). Mais especificamente, a noção de TD atrela-se à função representativo-informacional, pois constitui “um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem” (Jubran, 2006, p. 35). Dessa forma, a categoria do tópico constitui uma unidade de estatuto textual-discursivo, revelada tanto na estrutura, como na organização de partes da unidade de conteúdo de um texto, isto é, em sua macroestrutura,

por meio dos segmentos tópicos, unidades discursivas depreendidas da materialidade linguística que atualizam as propriedades do tópico (Jubran, 2006).

O TD caracteriza-se por duas propriedades fundamentais, a *centração* e a *organicidade*. A *centração*, por sua vez, abrange três traços: 1º) a *concernência*, que diz respeito à relação de interdependência semântica entre enunciados (de implicação, associação, exemplificação etc.), ocorrida mediante mecanismos coesivos que permitem sua integração em um conjunto referencial explícito ou inferível; 2º) a *relevância*, que se refere à proeminência de elementos nesse conjunto referencial, os quais são projetados como focais, o que leva ao 3º) a *pontuação*, atinente à localização desse conjunto em determinado *locus* na superfície do texto, assentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, com finalidades interacionais (Jubran, 2006).

A *organicidade* evidencia-se em dois planos, o sequencial e o hierárquico. No plano sequencial, observam-se dois processos que caracterizam a condução e a distribuição dos tópicos na linearidade textual: a continuidade, caracterizada por relação de adjacência entre tópicos, endossada pela propriedade de concernência; e a descontinuidade, na qual ocorre perturbação da sequencialidade mediante interrupção ou cisão de um tópico, sem que ele fosse adequadamente esgotado. No plano hierárquico, os tópicos organizam-se em conformidade ao grau de abrangência do assunto, normalmente, partindo de um tópico mais abrangente (chamados Supertópicos - ST), global e havendo detalhamento e desdobramento da temática mais genérica em Subtópicos - SbT. Salienta-se que, em textos orais, produzidos a partir de conversação espontânea, por exemplo, não se apresenta necessariamente um supertópico.

Convém destacar que o TD é uma categoria analítica abstrata, no entanto, pode ser depreendida a partir de sua materialização linguística e textual a partir de Segmentos Tópicos (SegT), entendidos como unidades menores mediante as quais se concretiza a propriedade da *centração*. Em outras palavras, é a partir de SegT que se verifica a interdependência semântica de enunciados e sua proeminência focal no texto. Visto que é a unidade de análise, a identificação de SegT constitui o ponto de partida, para a análise da hierarquização tópica de um texto, tal como propõe Penhavel (2010). Os trabalhos mais recentes conduzidos por esse autor enfatizam essa definição, tal como expõe Garcia (2019, p. 491):

cada trecho do texto correspondente a um tópico discursivo constitui a unidade reconhecida como Segmento Tópico (SegT), e os menores SegTs de um texto, isto é, aqueles que materializam os tópicos discursivos mais específicos do texto, que não se desdobram em tópicos ainda mais particulares no que tange ao nível de abrangência do assunto em questão, são, então, os chamados “SegTs mínimos”.

Entendendo os Segmentos Tópicos mínimos (SegTs mínimos), de forma genérica, como “unidades linguísticas de organização textual” (Penhavel e Diniz, 2014, p. 22), ao analisar o gênero “relato de opinião”, Penhavel (2010) constatou que esses SegTs se organizam internamente de acordo com uma regra geral de estruturação, postulando que tal organização, no gênero analisado, constitui um processo sistemático. Assim, tal processo de estruturação interna de SegTs mínimos, nos diversos gêneros textuais, seria altamente ordenado. Outros recentes trabalhos conduzidos pelo estudioso, como o de Zanin (2018, p. 29), ratificam essa “sistematicidade, referente aos (sub)tipos de unidades possíveis e à sua ordenação sequencial, que permite, segundo os autores, falar em uma regra geral de estruturação de SegTs”.

A partir do que esse pesquisador propõe, sugere-se que, no gênero dissertação “modelo Enem”, também haja essa sistematicidade na estruturação dos SegTs, a qual segue, em linhas gerais, a estrutura do texto dissertativo: introdução (em que se apresenta a temática e o ponto de vista a ser defendido), desenvolvimento (centrado em dois ou três subtópicos em que se argumenta em prol do ponto de vista defendido) e conclusão (em que se apresenta proposta de intervenção social para o problema apresentado), limitando os TDs ao Super Tópico (ST), ou tema mais amplo, pré-determinado pelo comando de produção textual do certame.

A nível de organização intratópica, adotam-se os procedimentos delineados por Garcia (2019), inspirada em Penhavel (2010), os quais visam identificar as partes ou as subpartes que compõem um segmento tópico mediante a detecção da propriedade de centração em um conjunto de enunciados, em especial, a concernência e a relevância. No que diz respeito à concernência, o procedimento envolve a identificação de uma parte ou uma subparte de um segmento tópico pontualizados nos enunciados em que se observa um grau de concernência mais específico que a concernência geral que abrange todos os enunciados de um tópico. Isto é, a partir da propriedade de centração, é possível identificar os enunciados de um segmento tópico concernentes entre si.

Por fim, entende-se o TD como um dos elementos importantes para o estabelecimento da coerência, princípio de interpretabilidade e inteligibilidade, que depende não somente do arranjo linguístico, do gênero discursivo e do tipo, mas também, de conhecimentos de mundo e enciclopédicos, adquiridos ao longo da vida (Koch; Travaglia, 2015). No caso do presente trabalho, é possível fazer a hipótese de que a maior ou menor mobilização de TD e de subtópicos no curso da elaboração da dissertação “modelo ENEM” possa ser correlacionada ao nível social do estudante, dado que em um país desigual como o Brasil, *a priori*, quanto maior o poder aquisitivo familiar, maior será o seu acesso à informação, ou, para usar termos de Bourdieu (1998), seu capital linguístico e cultural.

A maioria dos estudantes brasileiros vivem em famílias com renda de, no máximo, três salários mínimos, (IBGE, 2022),<sup>7</sup> logo, esses sujeitos podem ter maiores dificuldades para adquirir livros, ir a teatros, museus e agregar outros capitais culturais cujo acesso lhes é negado. Assim como a compreensão de um texto não é somente uma ação linguística e cognitiva, mas também “uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade” (Marcuschi, 2008, p. 230), igualmente, as atividades de escrita dependem dessa inserção no mundo, dessa relação do sujeito escritor com o outro na sociedade. Portanto, defendemos que a OT do texto, por correlacionar-se ao conhecimento de mundo do produtor, depende de suas condições socioeconômicas e à possibilidade de ter uma educação de qualidade, já que sua origem social é um dos principais fatores de produção da competência cultural e linguística, com raras exceções (Bourdieu, 1998).

Consequentemente, em dissertações “modelo ENEM”, quanto maior o capital cultural e linguístico do estudante, maior será o detalhamento e desdobramento da temática central (ST) da dissertação em tópicos (TDs) e subtópicos (SbTs).

<sup>7</sup> “O rendimento médio mensal real domiciliar per capita em 2021 foi de R\$1.353, o menor valor da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012.” (IBGE, 2022, *On-line*).

## 4 A organização tópica na coletânea do Enem

As duas dissertações sob análise neste trabalho,<sup>8</sup> coletadas em pesquisa anterior (Bononi e Cordeiro, 2020a) e pertencentes ao acervo de dissertações “modelo Enem” deste trabalho, foram elaboradas durante as atividades de aulas de redação nos contextos de uma escola privada e de um colégio estadual do interior do Estado de São Paulo. O tema da proposta que serviu de apoio para as dissertações em análise foi elaborado pela docente da escola particular e replicado na escola pública (ANEXO A) para que fosse possível estabelecer comparações entre a OT dos textos. Comumente, as propostas da dissertação Enem são compostas de quatro diferentes gêneros discursivos, os quais servem de apoio para a discussão do tema solicitado. Na edição do ano de 2019, o tema “A democratização do acesso ao cinema no Brasil” motivou a referida docente a organizar uma coletânea análoga a esse tema: “O acesso à cultura no Brasil”. A seguir, apresentam-se os STs e principais TDs de cada texto que compõe tal coletânea:

QUADRO 1 – Principais TDs dos textos presentes na coletânea

SUPERTÓPICO	TÓPICOS PRINCIPAIS
Texto 1 – Notícia	
Apresentação do “Vale-Cultura”	- Auxílio financeiro ao trabalhador; - Oportunidade de acesso a atividades culturais; - Indicação de banco responsável.
Texto 2 – Gráfico	
Frequência da população em atividades culturais	- Frequência maior: cinemas e shows; - Frequência intermediária: festas, feiras e bibliotecas; - Frequência mediana: dança, museus e teatros; - Frequência baixa: circos, saraus e concertos.
Texto 3 – Infográfico	
Posição do Brasil no mercado editorial	- 9ª maior receita mundial; - 56% dos brasileiros sem hábito de leitura; - Altos preços dos livros.
Texto 4 – Excerto de artigo opinativo publicado em revista científica	
Necessidade de democratização de políticas culturais	- Desconhecimento da variedade cultural; - Importância do MinC.
Texto 5 – Excerto de artigo opinativo publicado no Jornal “Estadão”	
Posicionamento de Osmar Terra favorável à extinção do MinC	- Minimização da extinção do MinC; - Defesa da fusão de ministérios.

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se, tanto pela quantidade de textos, como pela diversidade dos gêneros mobilizados na coletânea (ANEXO A), que a docente visou reproduzir o esquema oficial do Enem. Para atender à exigência de repertório, nas aulas específicas de “redação” ou produção textual em grande parte das escolas privadas, estudantes costumam ser orientados a extrapolar as informações desses textos motivadores. Por isso, são apresentados diferentes gêneros que permitem a ampliação de repertório sociocultural, apoiados em diversas áreas do saber, os quais

<sup>8</sup> Devido ao escopo do artigo e aos limites de sua extensão, não foi possível apresentar uma revisão da literatura de trabalhos concernentes à temática. No entanto, destacamos a pesquisa de Cavalcanti e Silva (2023), que analisou teses e dissertações na plataforma da Capes e levantou vinte teses e dissertações, as quais não apenas caracterizam a redação do ENEM, mas também discutem sua função na escola, no ensino e na sociedade. Ressalta-se que a maioria desses trabalhos analisa redações nota mil.

permitem embasar a argumentação. Apesar de a Cartilha do Participante (INEP, 2024), que traz todas essas informações, ser de acesso gratuito e *on-line*, muitos estudantes, principalmente os de escolas públicas, revelam desconhecer essa necessidade de embasar a argumentação por meio de repertório legitimado, produtivo e pertinente ao tema, logo, costumam apresentar textos baseados basicamente em suas experiências de vida cotidianas, no senso comum ou limitados aos textos motivadores, sem ou com poucos/as dados e citações que extrapolem a coletânea. Essa desigualdade de acesso aos recursos simbólicos acaba por impactar o estabelecimento da coerência e o grau de informatividade do texto e, consequentemente, uma diversidade maior ou menor de TDs nas produções, conforme se observa nas análises a seguir.

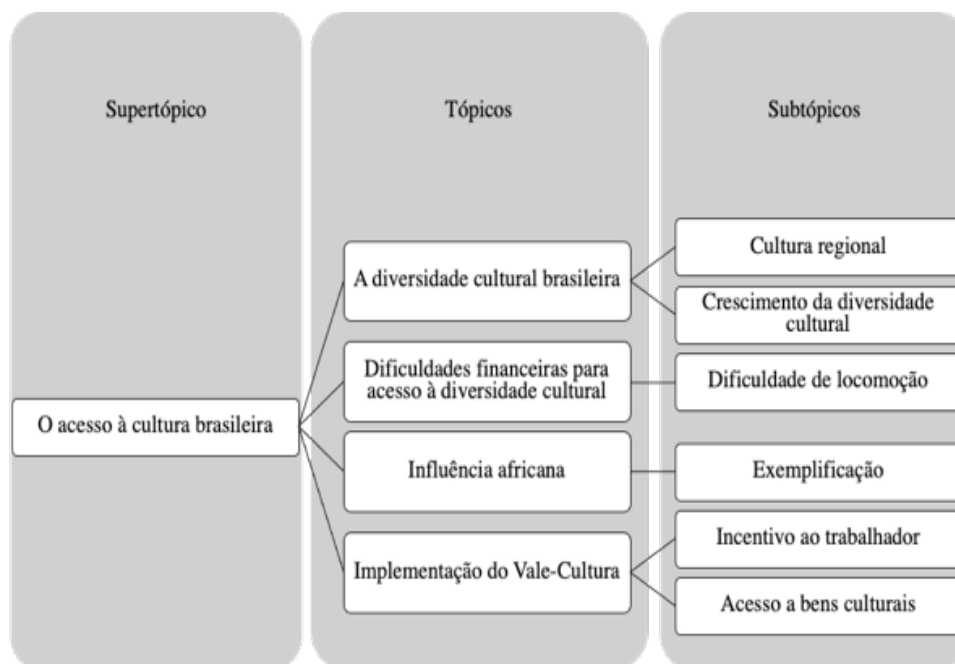
Embora os documentos oficiais, como a Cartilha do Participante (INEP, 2024) e os Manuais de Correção (INEP, 2020) não mencionem a organização tópica, nem fatores que ampliam a coerência (tais como informatividade, intertextualidade, consistência e relevância), sustentamos que a organização tópica textual diversificada, que revele as propriedades de centração e organicidade, bem como os fatores de coerência mencionados possam servir tanto como instrumento de análise, como recurso textual para que o estudante elabore e organize sua argumentação, conforme o preconizado pelo exame. Dessa forma, espera-se uma diversidade de TDs nas redações do Enem, que contemple suas características essenciais: a centração, a organicidade e pontualização, tal como constata Sá (2018), ao demonstrar que há estreita ligação entre desenvolvimento tópico e sequência argumentativa, já que o TD pode favorecer a estruturação e a organização de partes de unidade de conteúdo de um texto, uma vez que contribui para o desenvolvimento da coerência textual.

## 5 A organização tópica e sua correlação com o contexto escolar do estudante

Nesta seção, analisa-se, primeiramente, a dissertação escrita por um estudante de escola pública (ANEXO B) e na sequência, a redigida pelo aluno do colégio particular (ANEXO C). O primeiro passo empreendido foi uma análise da organização tópica das dissertações, revelando-se sua hierarquização tópica; na sequência, procedeu-se à análise intra e inter tópico, por meio da divisão em SegTs, com base em Penhavel (2010).

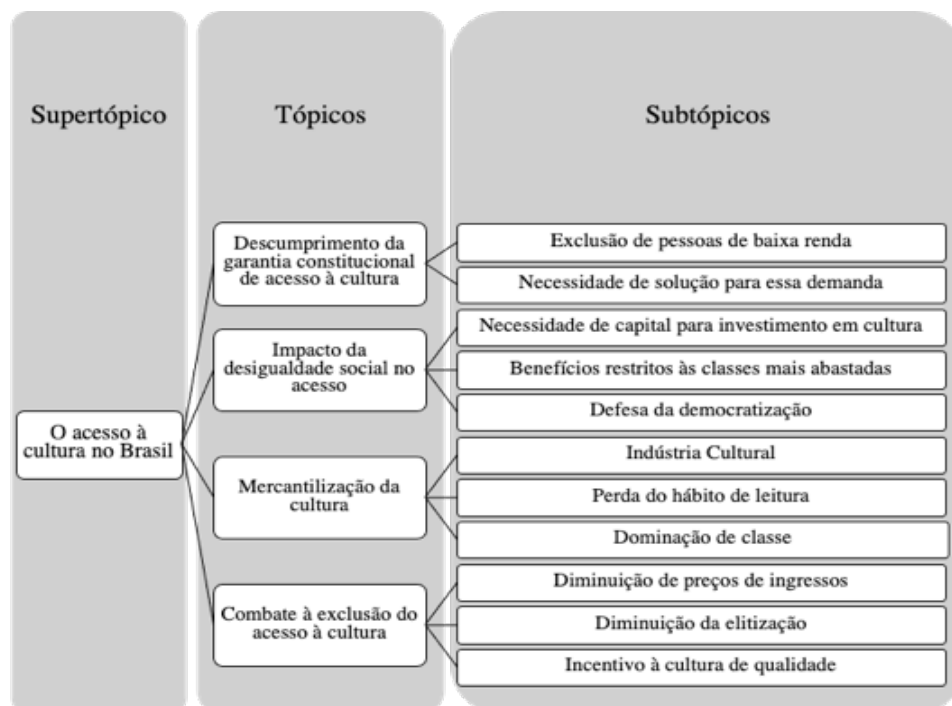
Para Valli (2017), o primeiro aspecto a ser observado no gênero em pauta é a verificação do traço da unicidade intertópica – em que um texto apresenta somente um tópico – ou da complexidade intertópica – em que há a ocorrência de mais de um TD. Nas dissertações analisadas, constata-se a presença de complexidade intertópica, todavia, com graus diversos de complexidade. A diversidade de TD, característica da complexidade intertópica, deve obedecer aos limites semânticos do ST imposto pela proposta, “O acesso à cultura no Brasil”. Porém, o texto deveria apresentar uma diversidade de TDs. Nas imagens 1 e 2, a seguir, observa-se o grau de complexidade hierárquica explicitado pela quantidade de TDs, bem como pela quantidade de níveis hierárquicos, superordenados pelo ST (Super Tópico).

IMAGEM 1 – Hierarquização tópica da “Dissertação 1”



Fonte: Elaboração própria

IMAGEM 2 – Hierarquização tópica da “Dissertação 2”



Fonte: Elaboração própria

As imagens 1 e 2 indicam uma maior diversidade de subtópicos e um maior grau de complexidade hierárquica na segunda dissertação em relação à primeira, considerando-se que, apesar de ambas apresentarem quatro TDs, na primeira, a quantidade de SbTs é inferior à quantidade da segunda dissertação. Na primeira, o número de SbTs limita-se a, no máximo,

dois para cada TD; na segunda, esse número chega a três, como na subdivisão proposta para os TDs 2, 3 e 4. Essa diferença quantitativa em termos de SbTs atrela-se a uma significativa distinção qualitativa na organização intratópica, como se observa na análise a seguir.

Acreditamos que essa diversidade de SubTs possa corroborar para o desenvolvimento dos TDs, evitando, assim, uma argumentação superficial, pouco desenvolvida, conforme atesta Sá (2018, p.84): “quanto mais o candidato desenvolver um subtópico de 1ª ordem, investindo na construção de um conjunto referencial que o auxilie em seu projeto de dizer, as chances de uma divisão interna do subtópico de 1ª ordem em subtópicos de 2ª ordem serão ampliadas”.

Antes de expor a estruturação intratópica do primeiro SegT mínimo da “Dissertação 1” (ANEXO B), enfatiza-se a expectativa da banca do Enem de que, logo na introdução, haja uma contextualização do problema, uma exposição da tese e do caminho argumentativo escolhido, conforme explicita a cartilha ao analisar uma redação nota mil: “Quanto ao tipo textual, o participante revela ter domínio do texto dissertativo argumentativo. Já no primeiro parágrafo, apresenta os elementos do tema de forma completa, com o ponto de vista que pretende defender [...]” (INEP, 2024, p. 41). Contrariamente a essa orientação, não se observa, nessa dissertação, uma tese (opinião) a ser defendida; há somente uma vaga menção à “grande diversidade cultural brasileira”, como se lê no segmento tópico a seguir:

QUADRO 2 – Estruturação intratópica do SegT 1 da “Dissertação 1”

Segmento tópico mínimo 1 (SegT1)	Linhas
É inegável que o Brasil possui uma grande diversidade cultural, cada região possui a sua, e com passar do tempo, a tendência é que apareçam cada vez mais culturas. <sup>9</sup>	1 a 4

Fonte: Elaboração própria

Este trecho pode ser considerado um SegT, pois revela a propriedade de centração: há o uso de unidades linguísticas referentes ao ST e concernentes entre si. Dele, depreendem-se dois subtópicos subordinados ao TD “diversidade cultural brasileira”, a saber, “cultura regional” e “possibilidade de crescimento da diversidade cultural”. Nenhum desses subtópicos, todavia, são desenvolvidos satisfatoriamente, pois são introduzidos e circunscritos a pontuais manifestações lexicais. Em contexto escolarizado, em que se avalia o desempenho da escrita e da capacidade argumentativa do estudante, a introdução de tópicos sem seu respectivo desenvolvimento pode ser considerada um problema de continuidade, consoante Costa Val (1994).

No parágrafo seguinte, correspondente ao SegT2, abaixo, o estudante introduz a tese segundo a qual essa diversidade cultural não é acessível, pois parece entender que essa diversidade não é móvel, ficando limitada às regiões específicas. Assim, como as pessoas não têm dinheiro para viajar, não conhecem a cultura de outros locais, portanto, as condições financeiras da maioria da população, que impossibilitam a locomoção das pessoas para outros Estados do país, dificultam seu acesso à diversidade cultural. Embora seja uma informação nova, que transcende a coletânea, e seja pertinente ao tema, ela é enunciada sem a mobilização de recursos intertextuais que atestem a informação nova fornecida.

<sup>9</sup> Mantiveram-se a escrita, a ortografia e a pontuação originais de todas as dissertações e desconsideraram-se as intervenções feitas pelos docentes, pois tais aspectos não configuram no escopo do trabalho.

Sendo assim, por meio desse SegT2, introduz-se o subtópico “dificuldade de locomoção”, subordinado ao tópico “dificuldades financeiras para acesso à diversidade cultural”. Trata-se, considerando-se Jubran (2006), de interdependência semântica por exemplificação.

QUADRO 3 – Estruturação intratópica do SegT 2 da “Dissertação 1”

Segmento tópico mínimo 2 (SegT2)	Linhas
Porém, o acesso à diversidade não é tão fácil, tendo em vista que muitas pessoas não tem condições financeiras favoráveis para se locomover para outros estados do país.	5 a 8

Fonte: Elaboração própria

Vejamos agora como é apresentado o SegT3:

QUADRO 4 – Estruturação intratópica do SegT3 da “Dissertação 1”

Segmento tópico mínimo 3 (SegT3)	Linhas
Grande parte da nossa cultura veio da África, como por exemplo, a música, a dança, culinária e mesmo o idioma português falado no Brasil foram influenciados pelos africanos.	9 a 12

Fonte: Elaboração própria

No terceiro parágrafo, em que o desenvolvimento do tema propriamente dito se inicia, o estudante apresenta um tópico novo (influência africana), o qual, embora possa ser considerado concernente ao ST (o acesso à cultura no Brasil), constitui-se como uma ruptura em relação ao modo como vinha acontecendo a progressão tópica, dado que passa a falar de um aspecto da cultura brasileira (influência africana na música, na dança, na culinária brasileiras e na língua portuguesa) e não do acesso a ela. Assim, nesse SegT, verifica-se uma certa descontinuidade na sequencialidade linear.

A conclusão, quarto e último segmento tópico, pode indicar um conhecimento parcial do modelo textual global da dissertação “modelo Enem” porque, embora de forma incipiente, o estudante vale-se de dados do “Texto 1” da coletânea para esboçar uma proposta. Apesar de não a construir com estruturas linguísticas padrão estabelecidos pelo exame (verbo modalizador “dever” ou ainda de algumas construções com o verbo “ser” + adjetivo, como “é necessário”, “é preciso”, “é importante”), usa recursos lexicais, como a afirmação de que “Uma alternativa viável é que todos tenham, acesso ao Vale Cultura”, manifestando uma boa compreensão das informações da coletânea. Ainda que não seja considerada uma proposta pela banca, há a ideia de que apesar de o Vale Cultura já ser um programa existente, todos deveriam ter acesso a ele:

QUADRO 5 – Estruturação intratópica do SegT4 da “Dissertação 1”

Segmento tópico mínimo 4 (SegT4)	Linhas
Uma alternativa viável para que todos tenham acesso à cultura é o “Vale-Cultura”, que concede ao seu portador um auxílio de R\$50,00 é ligado ao programa de cultura ao trabalhador, que garante incentivo aos programas culturais em nosso país é fornecido aos trabalhadores de carteira assinada e, com ele, o trabalhador tem acesso “a livros, Cds e DVDs, revistas e jornais, facilitando a todos o acesso à cultura e garantindo que os brasileiros saibam da história do seu País.	13 a 22

Fonte: Elaboração própria

Diferentemente do que ocorreu com os três SegTs anteriores, do SegT4 depreendem-se dois subtópicos que se desenvolvem no nível da proposição, para além da menção lexical. São eles “incentivo ao trabalhador”, no qual se informam o nome, o valor do incentivo e os critérios para percepção do benefício; e “acesso a bens culturais”, em que se especifica, mediante exemplificação, alguns tipos de bens culturais a que o trabalhador poderá ter acesso a partir de sua interpretação do programa já existente.

Nota-se, de uma forma geral, nos 4 SegTs, uma certa limitação no uso de expressões referenciais, restritos ao campo lexical: “diversidade cultural” e “cultura”. Da mesma forma, alguns enunciados se somam sem uma adequada articulação, visto que não se apresentam relação de interdependência semântica entre enunciados no conjunto de referentes explícitos, tais como na progressão do tópico “dificuldades financeiras” para o tópico “influência africana”.

A despeito das habilidades discursivas demonstradas pelo estudante, seu texto não seria bem avaliado no Enem, porque não atende a todos os requisitos do exame já mencionados. A análise desenvolvida acima pode contribuir para compreender parte de sua trajetória de formação escolar e pessoal, ao longo da qual, o estudante pode não ter adquirido o capital cultural e linguístico necessário para cumprir todos esses quesitos do gênero, especialmente em relação à condição de estabelecer claramente relações intertextuais que atestassem as informações mobilizadas nos primeiros tópicos discursivos. A organização tópica de seu texto (Figura 1) corrobora para desvelar um locutor localizado em um espaço social determinado.

Em contrapartida, um estudante de uma boa instituição escolar, que comumente recebe instruções e treinamentos constantes e detalhados sobre o gênero, pode lograr melhor desempenho do que o colega menos favorecido financeiramente, pois, normalmente, em escolas particulares, há atividades específicas para a produção da dissertação “modelo Enem”.<sup>10</sup> Seu texto pode até não exibir uma leitura crítica e/ou uma compreensão aprofundada acerca da temática, mas se apresentar os elementos formais prescritos pela grade, receberá maior pontuação em certas competências. A fim de elucidar essa discussão, focada, sobretudo, no repertório, procede-se à análise da estruturação intratópica da dissertação 2 (ANEXO C).

O estudante inicia a introdução, correspondente ao SegT1, contextualizando o problema por meio de uma citação à Constituição Federal (CF) e expõe a tese segundo a qual o direito à cultura não é garantido a todos, diferentemente do assegurado pela Carta Magna. Vale destacar que a coletânea não menciona a CF, ou seja, o estudante acrescenta um referente novo e pertinente à proposta, que não é mencionado nos textos motivadores, o que revela um bom manejo de itens de seu repertório sociocultural. Além disso, estabelece formalmente interdependência semântica entre o conjunto referentes estruturados por descrições definidas concernentes entre si (“realidade brasileira”, falta de inclusão de pessoas de baixa renda a esse benefício” etc.) e mediante encapsulamentos anafóricos, como em: “dessa garantia” (L2) e “essa demanda” (L5), os quais garantem a centração tópica, tal como se lê no Quadro 6 a seguir:

<sup>10</sup> Muitos sites disponibilizam “modelos” prontos para a escrita da dissertação do Enem, os quais garantem uma nota alta em determinadas competências. Apenas a título de ilustração, indica-se o seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=IUB5zMrsxM> e questiona-se: apesar de haver muita informação disponível na *internet*, o estudante não possui acesso. Outro problema relacionado são as condições materiais de trabalho do docente da escola pública. Em alguns colégios privados, há um profissional que é pago à parte para corrigir as redações produzidas semanalmente, enquanto na escola pública, o professor nem dispõe de tempo para corrigir os textos.

QUADRO 6 – Estruturação intratópica do SegT1 da “Dissertação 2”

Segmento tópico mínimo 1 (SegT1)	Linhas
Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à cultura como direito de todos os cidadãos, percebe-se na realidade brasileira que não há o cumprimento dessa garantia. Isso pode ser observado na falta de inclusão de pessoas de baixa renda a esse benefício cultural, e, também, pela falta de conhecimento artístico. Portanto, é necessária uma solução para essa demanda.	1 a 7

Fonte: Elaboração própria.

No SegT1, o estudante contextualiza o problema, em conformidade com a estrutura composicional do gênero redação “modelo ENEM”, introduzindo o TD “descumprimento da garantia constitucional de acesso à cultura”, ao qual se subordinam dois SbTs, a saber: “exclusão de pessoas de baixa renda” e “necessidade de solução para essa demanda”, esse último também em conformidade com os propósitos do gênero. Acrescente-se que esses SbTs são introduzidos a partir da menção generalizada da CF de 1998, muito próxima a modelos disponíveis na *internet*. Portanto, se estabelece uma relação pouco desenvolvida entre o que prevê a Constituição e o tema em foco. Esse tipo de construção textual tende a se reiterar em muitas redações, o que sugere uma estrutura ou um modelo amplamente difundido<sup>11</sup> que até poderia comprometer a nota em virtude de se apresentar um “repertório” não pertinente à discussão e que não tenha uso produtivo.

Já no SegT2, o estudante pormenoriza sua tese, argumentando que há uma perceptível desigualdade social no país em relação à arte e retoma a CF para ratificar sua posição, bem como acrescenta a ideia da elitização cultural e da necessidade de capital para acessá-la. Por fim, implementa essa discussão por meio da informação extraída da coletânea de que somente a “classe social mais rica” se beneficia de eventos culturais, como concertos. Assim como o estudante da escola pública, o estudante da escola particular também menciona a desigualdade social como empecilho para a democratização da arte. A diferença é que esse último recorre a Bourdieu para embasar essa discussão. Na sequência, sustenta a necessidade da democratização:

QUADRO 7 – Estruturação intratópica do SegT2 da “Dissertação 2”

Segmento tópico mínimo 2 (SegT2)	Linhas
Em primeira análise, é perceptível desigualdade social no país em relação à arte, pois a maior parte da população não tem acesso e que, por conseguinte, a cultura pode ser elitizada. Nesse viés, nota-se que não há uma democracia perante a essa problemática como é instituído na Constituição Federal, pois é necessário de um capital para investir nessas atividades. Desse modo, a classe social mais rica se beneficia em ir à concertos, em detrimento da outra que não possui esses anseios. Em analogia a essa realidade, tem-se o filósofo Pierre de Bordieu, identificando que o que é criado deve ser democrático e não possuir os seus excluídos. Isto é, a cultura deve ser para todos.	8 a 19

Fonte: Elaboração própria.

<sup>11</sup> Como exemplo de modelos prontos próximo ao do texto, cita-se o site: <https://redacao.descomplica.com.br/redacao-modelo/enem-2019-democratizacao-do-acesso-ao-cinema-no-brasil-460#:~:text=Embora%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de,que%20diz%20respeito%20ao%20cinema>. Acesso em: 11 jun. de 2025.

Nesse SegT, constrói-se o TD “o impacto da desigualdade social no acesso à cultura”, ao qual se subordinam os seguintes SbTs: “necessidade de capital para investimento em cultura”, “benefícios restritos às classes mais abastadas” e “defesa da democratização da cultura”, essa última embasada em Bourdieu, revelando novamente o manejo de um elemento de seu repertório cultural, o que é exigido pelo certame. De modo análogo ao primeiro SegT dessa dissertação, o estudante constrói os SbTs para além da menção lexical, buscando relacionar as sentenças a partir de marcadores discursivos, evidenciando, assim, a propriedade de concernência entre os SbTs. Percebe-se que são realizadas transições entre os SbTs abstraídos desse SegT, de modo a se garantir o processo de continuidade semântica/ linearização tópica. Logo, não há rupturas ou descontinuidades tópicas no interior do texto.

No parágrafo subsequente, concernente ao SegT3, o estudante introduz dois problemas relativos ao acesso à cultura: “a falta de conhecimento sobre a variedade de artes” e a mercantilização, atrelando essa última à massificação cultural. Também apresenta problemas decorrentes dessa mercantilização, como a perda do hábito da leitura e a dominação de classes. Por fim, ancora essa discussão no conceito de Indústria Cultural, aludindo-se a um dos seus expoentes, Theodor Adorno. Somente nesse segmento, há três subtópicos: “Indústria Cultural”; “Perda do hábito de leitura” e “Dominação de classe”.

Quadro 8 – Estruturação intratópica do SegT3 da “Dissertação 2”

Segmento tópico mínimo 3 (SegT3)	Linhas
Ademais, outra problemática é a falta de conhecimento sobre a variedade de artes, e isso leva ao acesso de mercantilização da cultura. Dessa maneira, cada vez mais, a maioria da população tem acesso a uma indústria lucrativa e que não acrescenta conhecimento sobre o país. E um efeito disso, é a perda de hábitos, como a leitura, fazendo essa mesma sociedade ser dominada pela outra classe. Exemplifica isso a “Indústria Cultural” de Adorno, em que tudo se tornou um mercado para ser lucrativo e muito consumido.	20 a 26

Fonte: Elaboração própria.

A despeito de a continuidade tópica ter sido estabelecida formalmente, o estudante introduz tais ideias sem tê-las explorado anteriormente ou sem desenvolvimento posterior. Em suma, há a propriedade de contração, visto haver dependência semântico-pragmática em relação ao TD, porém, o estudante não constrói referências subsidiárias para dar suporte às ideias nucleares desses SbTs nesse SegT.

Em sua proposta de solução, último SegT do texto, o estudante retoma a ideia da elitização e propõe sua diminuição por meio de projetos que diminuam o valor de ingressos a concertos. O detalhamento da proposta, com quatro dos cinco elementos exigidos pela banca, sugere um conhecimento dessa especificidade do exame (agente: Ministério da Cidadania; ação: investir em projetos de diminuição de valores de ingressos; meio: “por meio de um projeto para diminuir o valor dos ingressos para concertos”; efeito: diminuir a elitização; detalhamento do agente: responsável pela democratização da cultura e do esporte).

QUADRO 9 – Estruturação intratópica do SegT4 da “Dissertação 2”

Segmento tópico mínimo 4 (SegT4)	Linhas
Portanto, é necessário combater a falta de acesso à cultura no Brasil. Nesse sentido, o Ministério da Cidadania – responsável pela democratização da cultura e do esporte – deve incluir pessoas de classe mais baixa a esse benefício, por meio de um projeto para diminuir o valor dos ingressos para concertos. Isso deve acontecer a fim de diminuir a elitização da cultura. Além disso, o Ministério da Educação deve incentivar novas gerações à cultura de qualidade e não lucrativa. Com tudo isso, todos estarão incluídos na arte brasileira.	27 a 33

Fonte: Elaboração própria.

Nesse último SegT, percebe-se a construção do TD “combate à exclusão do acesso à cultura”, alinhado a um propósito específico da redação modelo Enem que visa à solução de um problema por meio dos cinco elementos estabelecidos pela banca. Este tópico se constitui a partir da introdução de três SbTs: “diminuição de preços de ingressos”, “diminuição da elitização da cultura” e “incentivo à cultura de qualidade”, os quais são construídos para além da menção lexical, visto que se realizam transições entre os SbTs abstraídos desse SegT, garantindo o processo de continuidade semântica e de linearização tópica.

Considerando as análises acima, evidencia-se uma relação biunívoca entre informatividade e organização tópica que interferirá na qualidade argumentativa, pois, a partir do tópico central estabelecido pelo exame, quanto mais enunciados concernentes entre si, quanto mais construções referenciais subsidiárias estabelecidas, provavelmente, mais bem avaliado será o texto pelo seu destinatário, o professor corretor. Por isso, os estudantes a quem essa informação é oportunizada buscam, mediante condições materiais e objetivas, produzir seu texto com maior diversidade de repertório e de TDs, materializados em SegTs mínimos, em que se observam as propriedades da centração e da organicidade.

A análise da Organização Tópica de cada texto expõe aspectos interessantes das produções, tal como o maior número de TDs e de grau de complexidade hierárquica da dissertação 2 em relação à dissertação 1, evidenciado tanto pela quantidade de SbTs construídos, quanto pela complexidade referencial presente nesses SbTs.

Acresce-se que a construção argumentativa da dissertação 1 parece partir da vivência de seu autor, enquanto a da dissertação 2 encontra-se apoiada na referência a autores das ciências humanas, o que denota um acesso a elementos importantes de um repertório que é avaliado como um capital cultural legítimo, ainda que pautada em modelos prontos. Tal quadro resulta da disparidade social, que barra ou concede o acesso a esse capital. Também indica um aspecto interacional: na dissertação 1, o estudante da escola pública, por não citar textos que embasem as informações trazidas, parece não ter muita consciência das expectativas da banca em relação ao gênero, enquanto o estudante que escreve a dissertação 2, por suas escolhas linguísticas, revela ter bastante consciência das expectativas da banca.

Por fim, as diferentes competências textuais demonstradas pelos estudantes revelam distintos modos de incorporação do modelo ENEM por aqueles que frequentam e são educados em diferentes espaços escolares e que têm trilhado trajetórias sociais específicas. As desigualdades nos contextos escolares entre esses estudantes podem ser percebidas, dentre outros aspectos, pelo modo como constroem a organização tópica de seus textos. Ainda que a análise de somente dois textos não nos permita assumir categoricamente essa posição, é possível conjecturar que tal análise de dois textos prototípicos de faixas de notas distintas consti-

tua um indício da dualidade educacional brasileira, que restringe uma educação de qualidade à elite do país e destina uma escola de conhecimento mínimo para a maioria da população, conforme denuncia Libâneo (2012), para quem, o agravamento da dualidade da escola pública brasileira atual seja perverso e responsável por manter as desigualdades sociais.

## 6 Considerações finais

Esse estudo de caso, configurado como um exercício reflexivo, visou compreender alguns dos fatores imbricados no processo de organização tópica correlato ao contexto escolar e socio-cultural dos estudantes. Buscou-se denunciar como o capital cultural das camadas mais favorecidas da população interfere na organização tópica dos textos “modelo ENEM”.

Os dados quantitativos e expressivos de edições dos últimos anos do Enem apontam algumas vantagens dos mais privilegiados no desempenho geral na dissertação. Uma dessas vantagens advém de orientações específicas que recebem a respeito de estratégias de produção textual, tais como argumentação, repertório sociocultural, elementos coesivos, estrutura temática, composicional e estilística da dissertação “modelo ENEM”, bem como da possibilidade de treinar todos eles, inclusive, pela reescrita. A análise da organização tópica dos textos indicou que o contexto escolar e cultural dos estudantes influenciam diretamente na produção, na diversificação e na construção de referências subsidiárias de TDs e SbTs, bem como em suas propriedades constitutivas, a saber, a centração e a organicidade.

O maior número de TDs e SbT da dissertação escrita pelo estudante da escola particular permite aventar a hipótese segundo a qual, um ensino sistemático do gênero e um acesso mais facilitado a repertórios culturais diversificados possibilitam o desenvolvimento de uma competência textual adequada ao modelo estabelecido. Por outro lado, há indícios de que o estudante da escola pública possa enfrentar mais dificuldades para acessar repertórios culturais diversificados, conseguir aprofundar a temática e organizá-la de forma diversificada; já as escolas privadas parecem oferecer mais recursos para que os estudantes tenham acesso a materiais, a recursos e a estratégias diversas de correção.

Por fim, as análises textuais reforçam a importância de políticas públicas educacionais que ofereçam à classe trabalhadora uma escola pública de qualidade, que dê condições a esses estudantes de concorrerem de forma mais equânime com os estudantes que dispõem demais recursos educacionais.

## Contribuição dos autores

Anna Christina Bentes da Silva, docente titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), colaborou com o presente artigo no trabalho de supervisão e orientação dos pós-doutorandos. A docente orientou-os na análise, bem como sugeriu leituras, reflexões e implementou uma revisão final. Maria Beatriz Gameiro Cordeiro propôs o artigo e trabalhou efetivamente na construção das análises, assim como na fundamentação teórica. Já Kennedy Cabral Nobre aprofundou a fundamentação teórica, aperfeiçoou a análise, efetivou a revisão gramatical e corrigiu aspectos da editoração (formatação das imagens etc.). Nota-se, portanto, que os três autores contribuíram de modo efetivo para a produção do artigo.

## Referências

- ALENCAR, E. N. *O tópico discursivo nas dissertações de alunos do Ensino Médio*. 2009. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ARRUDA, M.; PRATA P.; TOLEDO, L. F. No Enem, 1 a cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600. *Estadão*. On-line. 18 de jan. de 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao,no-enem-1-a-cada-4-alunos-de-classe-media-triunfa-pobres-sao-1-a-cada-600,953041> Acesso em: 03 de jun. de 2019.
- BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BENTES, A.C.; RIO, V. Razão e rima: reflexões em torno da organização tópica de um *rap* paulista. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.48, n. 1, fev. 2006. p. 115-124. DOI: 10.20396/cel.v48i1.8637259
- BONONI, C. M.; CORDEIRO, M. B. G. A noção de “projeto de texto” e sua importância para o texto dissertativo. In: VICENTE, R. B.; DEFENDI, C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C. P. (orgs.) *Cognição e cultura em múltiplos olhares: um espaço de discussões para os estudos de linguagem*. 1. ed. Recife: EDUFPE, 2020a. p.72-79.
- BONONI, C. M.; CORDEIRO, M. B. G. S Análise qualitativa do projeto de texto em dissertações do Ensino Médio In: *I Escola de estudos Linguísticos do GEL (IELING)*, 2020, On-line. Caderno de resumos do I ELING/GEL., 2020b. p.54 - 56.
- BONONI, C. M.; CORDEIRO, M. B. G. A visão docente sobre o ensino do texto dissertativo-argumentativo. In: DEFENDI, C. L.; L. H., M. C.; VICENTI, R. B. (Org.). *Ensino e formação de professores: Estudos de Linguagem em Perspectiva Interdisciplinar*. 1ed. São Paulo: EDIFSP- Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2022, v. 1, p. 11-24.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguem na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Manual de correção da redação – Competências 1 a 5. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>. Acesso em: 16 maio 2025.
- BROWN, G. & YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CAVALCANTE, F. M. de L.; SILVA, A. Ag. da. O gênero redação do ENEM: um estado do conhecimento. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 23, n. 2, p. 51–70, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3645>. Acesso em: 19 out. 2024.
- CORDEIRO, M. B. G. Miniconferências como estratégia de ensino para a produção textual. In: IV CONEPT- Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP, 2018, Araraquara. *Anais...* São Paulo: IFSP, 2018. v. 4.

- CORDEIRO, M. B. G. e BONONI, C. M. A correlação entre fatores de coerência e duas competências na dissertação do Enem. In: *Mandinga- Revista de Estudos Linguísticos*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 79–99, 2023. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/1549> Acesso em: 10 ago. 2024.
- CORDEIRO, M. B. G.; SILVA, L. S. O repertório sociocultural no texto modelo ENEM do estudante de escola pública e privada: uma análise qualitativa. In: *13º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP*, 2022, São Paulo. Anais do 13º Conict IFSP 2022, p.1-4.
- COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In: D. Preti (Org.). *Análise de textos orais*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 1997.
- GARCEZ, L. H. do C. *Textos Dissertativo-Argumentativos*: Subsídios para qualificação de avaliadores. INEP: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/textos-dissertativo-argumentativos-subsidios-para-qualificacao-de-avaliadores> Acesso em: 26 abr. de 2022.
- GARCIA, A. G. Sistemática na organização interna de segmentos tópicos mínimos em editoriais de jornais paulistas do século XXI. *Linguagem Em (dis)curso*, Pelotas, v. 19, n. 3, p. 487–504, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190308-0619>.
- GOUVEIA, K. R. *Política educacional no PROEJA*: implicações na prática pedagógica. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4151>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012> Acesso em: 14 de fev. de 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2021. *Proficiência geral*. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2020/apresentacao\\_resultados\\_finais.pdf](https://download.inep.gov.br/enem/resultados/2020/apresentacao_resultados_finais.pdf) Acesso em: 21 jan. 2022.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2021. *Sinopses estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2021*. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem> Acesso em: 16 de fev. de 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Brasília, 2022. *Sinopses estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2022*. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem> Acesso em: 10 de out. de 2023.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Cartilha do participante ENEM*. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha\\_do\\_participante\\_enem\\_2022.pdf](https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf) Acesso em: 15 de fev. de 2022.
- JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006. DOI: 10.20396/cel.v48i1.8637253.
- KOCH, I. G. V. TRAVAGLIA, L. C. *A Coerência Textual*. 18ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2015.

- KOCH, I. G. V. et. al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, v. 1, 1990. p. 143-184.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- LABOV, William. *Language in the inner city: Studies in the Black English vernacular*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972b.
- LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v.38, n.1, p. 13–28, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>.
- MALANCHEN, J.; TRINDADE, D.; JOHANN, R., C. Base Nacional Comum Curricular e reforma do Ensino Médio em tempos de pandemia: considerações a partir da pedagogia histórico-crítica. *Momento – Diálogos Em Educação*, v. 30, n.1, p. 21-45, jan./abr.2021
- MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 48, n.1, p. 07-22, 2006. DOI: 10.20396/cel.v48i1.8637251.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2, 2007.
- MOURA, D. H. O ensino médio integrado: perspectivas e limites na visão dos sujeitos envolvidos. In: SILVA, Mônica Ribeiro da (org.). *Ensino médio integrado: travessias*. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- PENHAVAL, E. *Marcadores Discursivos e Articulação Tópica*. 2010. 168 f. Tese. (Doutorado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2010.
- PENHAVAL, E. O processo de organização intratópica em narrativas de experiência. *Diálogo e interação*, v. 4, n. 01, p. 119-145, 2020.
- PENHAVAL, E.; DINIZ, T. C. G. O processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos Mínimos em Cartas de Leitores mineiras do início do século XXI. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 8, n. 11, p. 21-38, 2014.
- PENHAVAL, E; ZANIN, I. C. A. O processo de organização intratópica em cartas de redator de jornais paulistas do século XIX. *Cadernos da Fucamp*, Campinas, v.19, n. 39, p.77-97, 2020.
- PINHEIRO, C. Organização tópica do texto e ensino de leitura. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 8, n 1, p.149-160, 2005.
- RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado, ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- REZENDE, R. o tópico discursivo em questão: considerações teóricas e análise de uma narrativa literária. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.48, n.1, p.71-84, 2006. DOI: 10.20396/cel.v48i1.8637256.
- SÁ, K. B. de. *Coerência e articulação tópica: uma análise a partir de redações do ENEM*. 2018. 261 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do

Ceará, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34458/3/2018\\_tese\\_kbsa.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34458/3/2018_tese_kbsa.pdf)  
Acesso em: 10 jun. 2025.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, M. L. da. *A Cartilha do Participante: um modelo de leitura e escrita para a Redação no Enem?* 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.

VALLI, M. V. *O processo de organização tópica em dissertações escolares: da análise à emergência de uma abordagem para o ensino do gênero*. 2017. 331f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual Paulista, 2017.

VIGNOLI, J. C. S. “*Os alunos não sabem escrever*”: a (des)organização tópica de redações escolares. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual Paulista, 2007.

ZANIN, I. C. A. *O processo de organização tópica em cartas de redatores de jornais paulistas do século XIX*. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2018.

## ANEXO A - Proposta de dissertação e textos motivadores

### TEXTO 1

O Vale-Cultura é um benefício ligado ao Programa de Cultura do Trabalhador, cujo objetivo é garantir acesso e incentivo aos programas culturais brasileiros. O auxílio de R\$50,00 é oferecido pelas empresas que fazem parte do Programa, e é fornecido aos funcionários de carteira assinada.

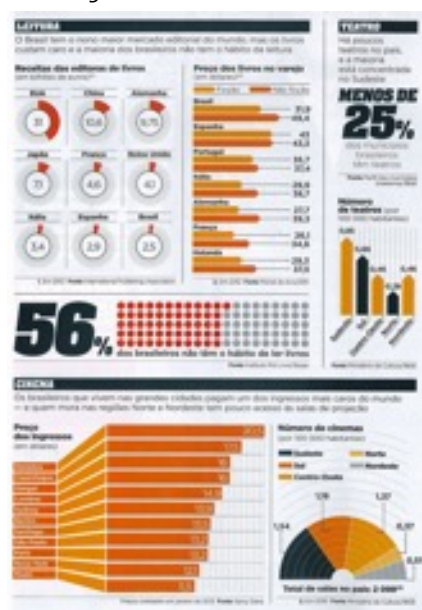
O Vale-Cultura dá ao trabalhador a oportunidade de ir a cinemas, museus, espetáculos, teatros, shows, e até mesmo a compra e aluguel de livros, DVDs, CDs, revistas e jornais. Além disso, também pode ser usado para a compra de instrumentos musicais ou programas culturais com um valor mais elevado, uma vez que o crédito é acumulativo e não tem validade.

A Caixa é cadastrada junto ao Ministério da Cultura como Empresa Operadora pronta para emitir e disponibilizar o Cartão Vale-Cultura Caixa às empresas. Com o cartão Vale-Cultura o trabalhador pode adquirir ingressos para diferentes atrações culturais, além de comprar ou alugar itens musicais, livros, instrumentos. (<http://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/vale-cultura-caixa/Paginas/default.aspx>)

## TEXTO 2



## TEXTO 3



Fonte: <http://www.culturanas capitais.com.br/como-33-milhoes-de-brasileiros-consomem-diversao-e-arte/>

## TEXTO 4

A política cultural não deve apenas dar acesso a obras culturais específicas, mas aos mais variados estilos e modelos de obras culturais, para que a partir daí os interessados possam fazer a escolha de acordo com seus gostos evitando assim serem condicionados por uma demanda já definida de projetos culturais. Muitas vezes não é que uma sociedade não admira determinado tipo de cultura, mas sim que não a conhece. Dessa forma a democratização garante o acesso à variedade sem excluir esse ou aquele tipo de manifestação cultural.

Somente em 1985, quando se restaurou a democracia no país, surgiu o Ministério da Cultura (Minc), cujo objetivo era, e ainda é, fomentar e difundir a produção cultural no Brasil. Após a criação do ministério, surgem as primeiras leis federais que incentivaram a iniciativa privada a participar do setor cultural do Brasil. A Lei Sarney, de 1986, permitia a dedução de 2% do imposto de renda de pessoas jurídicas e de 10% do de pessoas físicas, que seriam transferidos para atividades culturais.

## TEXTO 5

Em seu primeiro discurso como ministro da Cidadania, Osmar Terra (MDB-RS) minimizou a extinção dos ministérios da Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social, que terão as atribuições incorporadas pela nova pasta. O novo ministro defendeu que a “unificação” vai “ampliar” os trabalhos que eram realizados separadamente por cada área. Apesar disso, ele aproveitou para já cobrar um orçamento maior para a Cidadania.

“Os ministérios (Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social) se fundiram, não desapareceram. Estamos aqui para celebrar um ministério grande”, afirmou. “Já disse em uma entrevista que é (o Ministério da Cidadania) é um monstro de grande, não de feio. Pode fazer um trabalho extraordinário. Pode ser um grande instrumento de redenção da sociedade a um

Brasil novo que espero que venha logo. A fusão dos ministérios não vai tirar a força que cada ministério tem. As estruturas básicas estamos mantendo”, complementou.

## PROPOSTA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “O acesso à cultura no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## ANEXO B- Dissertação 1: escrita por estudante de escola pública

Redação

É inegável que o Brasil possui uma grande diversidade cultural. <sup>em</sup> cada região possui a sua, e com o passar do tempo, a tendência é que apareçam cada vez mais culturas. Porém, o acesso a essa diversidade não é tão fácil, tendo em vista que muitas pessoas não têm condições financeiras favoráveis para se locomoverem para outros estados do país.

Grande parte de nossa cultura veio da África, como por exemplo, a música, a dança, culinária e mesmo o idioma português falado no Brasil foram influenciados pelos africanos.

Uma alternativa viável para que todos tenham acesso à cultura é o “Vale cultura”, que concede ao seu portador um auxílio de R\$ 50,00. É ligado ao programa de cultura ao trabalhador, que garante incentivo aos programas culturais e nacionais e fornecido aos trabalhadores de carteira assinada e, com ele, o trabalhador tem acesso à livros, CDs, DVDs, revistas e jornais, facilitando a todos o acesso à cultura e garantindo que os brasileiros saibam da história do seu país.

## ANEXO C- Dissertação 2: escrita por estudante de escola privada

DOM SEG TER QUA QUI SEX SÁB

C1-160 C2-200 C3-200 C4-200 C5-200 > 960

Tema: O acesso à cultura no Brasil.

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à cultura como direito de todos os cidadãos, percebe-se, na realidade brasileira, que não há o cumprimento dessa garantia. Isso pode ser observado na falta de inclusão de pessoas de baixa renda a esse benefício cultural, e, também, pela falta de conhecimentos artísticos. Portanto, é necessária uma solução para essa demanda.

Em primeira análise, é perceptível uma desigualdade social em relação à arte, pois a maior parte da população não tem acesso a ela, por conseguinte, a cultura torna-se elitizada. Nesse viés, nota-se que não há uma democratização perante a essa problemática como é instituído na Constituição Federal, pois é necessário de <sup>um</sup> ~~uma~~ capital para investir nessas atividades. Desse modo, a classe social mais rica se beneficia em ir a concertos, em detrimento da outra que não possui esses recursos. Em analogia a essa realidade, tem-se o filósofo Pierre de Bordieu, identificando que o que é criado deve ser democrático e não <sup>para</sup> ~~para~~ os seus excluídos. Isso é, a cultura deve ser para todos.

Para o fim de diminuir a elitização da arte. Além disso, o Ministério da Educação deve incentivar as novas gerações à cultura de qualidade e não lucrativa. Com tudo isso, todos estarão incluídos na arte brasileira.

# A variável idade: estudo da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural

## *The Variable Age: The Study of Verbal Agreement Variation in the Third Person Plural*

**Isabel de Oliveira e Silva  
Monguilhott**

Universidade Federal de Santa Catarina  
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR  
isabelmonguilhott@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6613-9142>

**Raquel Gomes Chaves**

Universidade Federal do Espírito Santo  
(UFES) | Vitória | ES | BR  
raquel.chaves@ufes.br  
<https://orcid.org/0000-0002-6310-0194>

**Izete Lehmkuhl Coelho**

Universidade Federal de Santa Catarina  
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR  
izete.lehmkuhl.coelho@ufsc.br  
<https://orcid.org/0000-0001-6865-6004>

**Resumo:** Investigamos, neste trabalho, a atuação da idade cronológica sobre o fenômeno variável da concordância verbal de terceira pessoa do plural na linguagem falada de florianopolitanos que compõem as amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017). Em determinados fenômenos variáveis, a idade tem se mostrado uma variável social complexa por possibilitar, através da observação da distribuição dos dados em função da estratificação etária da amostra, processos de mudança geracional ou de estratificação etária na conduta linguística dos indivíduos e da comunidade. Para esta investigação, relacionamos à idade as variáveis sociais escolaridade e mercado de trabalho, partindo de pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 2008 [1972]; Labov, 1994) e propondo uma reanálise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural com base em dados das duas amostras de uma comunidade com perfil demográfico diferente das comunidades urbanas. Os resultados indicam que o emprego da forma prestigiada de concordância é mais frequente entre aqueles falantes inseridos no mercado de trabalho, mesmo com idade avançada, o que configura dependência singular entre as variáveis sociais idade, escolarização e mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** concordância verbal; idade; escolaridade; mercado de trabalho; Sociolinguística Variacionista.

**Abstract:** In this paper, we aim to describe the influence of chronological age on the variable phenomenon of third-person plural verbal agreement in the spoken language of Florianópolis, drawing from the Monguilhott



(2009) and Chaves (2017) datasets. In certain variable phenomena, age has emerged as a highly complex social variable, playing a significant role in influencing processes of generational change or age-based stratification in shaping both individual and community linguistic behaviors. To conduct this study, we associated age with social variables such as education level and occupation, guided by the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (Labov, 2008 [1972]; Labov, 1994), Proposing a reanalysis of third-person plural verbal agreement variation based on data from two samples of a community with a demographic profile different from urban communities. The results indicate that the use of prestigious forms of agreement is more frequent among speakers engaged in the labor market, even at an advanced age, highlighting a unique interdependence among age, education, and labor market.

**Keywords:** verbal agreement; age; education; labor market; Variationist Sociolinguistics.

## 1 Introdução

Nos estudos sociolinguísticos, a idade (ou a faixa etária) se configura como uma variável social extremamente complexa por possibilitar generalizações a respeito de processos de mudança geracional e de estratificação etária revelados em determinados fenômenos variáveis. Essa complexidade se acentua na estratificação por idade, uma vez que a variável, que em sua concepção é independente, interage naturalmente com outros fatores sociais como escolaridade, mercado de trabalho, redes sociais, classe social, gênero, entre outros.

Os estudos de Monguilhott (2009) e Chaves (2017) sobre a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural mostraram a interdependência entre as variáveis escolaridade e faixa etária, com o jovem mais escolarizado tendendo a usar marcas mais prestigiadas. Embora essa análise tenha se mostrado bastante significativa, deixou algumas questões em aberto a respeito da complexidade dessa relação. Para investigar essas questões, propomos uma reanálise da variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural com base em dados das amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017). Estudos mostram que a concordância verbal é uma variável ligada ao prestígio e que, por hipótese, estaria relacionada à idade em que os falantes estão no mercado de trabalho (assumida como a faixa etária intermediária). No entanto, nossa expectativa é a de que o comportamento dessa variável se dê de forma distinta na comunidade em exame atinente ao perfil dos informantes.

Para esta investigação, levantamos as seguintes questões norteadoras: (i) Há uma correlação direta entre a marcação distintiva de concordância verbal e os falantes com idade de

maior inserção no mercado de trabalho e de maior escolaridade nas amostras investigadas?  
(ii) Se sim, como esses aspectos sociais interagem?

A investigação aqui proposta está amparada em pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1994; Labov, 2008 [1972]) que nos permitem estabelecer algumas correlações entre o fenômeno variável investigado e as variáveis sociais idade, escolarização e mercado de trabalho, a fim de verificar estabilidade ou instabilidade da mudança no comportamento linguístico do indivíduo e da comunidade. Para essa análise iremos mapear o perfil de cada um dos indivíduos da comunidade Costa da Lagoa, uma comunidade menos urbana de Florianópolis-SC, e trazer reflexões a respeito da associação que se faz em geral entre idade ou faixa etária, escolarização e mercado de trabalho. Há evidências de que algum tipo de mudança individual ocorre ao longo da vida. Esse fato exige uma análise mais ampla do desenvolvimento da mudança e uma investigação das mudanças sociais subjacentes às correlações com a idade cronológica.

Assumimos as seguintes premissas desse modelo teórico-metodológico: (i) a variação é inerente ao sistema linguístico; (ii) toda mudança implica historicamente variabilidade e heterogeneidade linguística; (iii) a mudança linguística é gradual; (iv) há correlações entre processos de variação e mudança linguística e fatores linguísticos e sociais; (v) a associação de métodos quantitativos e qualitativos são complementares na explicação da variação e mudança linguísticas.

Este trabalho está assim organizado. Na seção 2, propomos uma discussão a respeito da complexidade da variável idade, com base no modelo da Sociolinguística Variacionista. Na seção 3, fazemos algumas reflexões a respeito do significado social da regra variável de concordância verbal. Na quarta seção, apresentamos os resultados da reanálise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, com base na estratificação dos informantes da Costa da Lagoa das amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017). Por último, tecemos algumas considerações finais, apontando os resultados da força da variável idade combinada com as variáveis sociais escolarização e mercado de trabalho para a explicação do fenômeno variável da marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural.

## **2 A idade: uma variável complexa**

Estudos de Sociolinguística Variacionista realizados no Brasil sobre a variação da concordância costumam dar grande destaque à variável idade (Chaves, 2017; Monguilhott, 2001, 2009; Novais, 2021; Oushiro, 2015; Santos, 2021; Scherre; Naro, 1997; Vieira, 1997; entre outros). Alguns trabalhos observam em uma única sincronia o comportamento estável de grupos de falantes de idades diferentes e, a partir dessa observação, tentam reconstruir a evolução diacrônica da língua, no tempo aparente. Outros observam em mais de uma sincronia o comportamento da comunidade de fala e o comportamento de indivíduos ao longo do tempo em estudos de tempo real. Outros, ainda, observam a idade correspondente à estratificação etária, quando o indivíduo muda o seu comportamento ao longo da vida, mas a comunidade não acompanha a mesma mudança (cf. Labov, 2008 [1972]; Labov, 1994).

A mudança histórica naturalmente se refletirá na faixa etária. A idade de um indivíduo representa um determinado momento em relação à ordem social, “uma etapa, uma condição, um lugar na história” (Eckert, 2007, p. 151). No curso da vida, as diferenças entre

os sistemas de idades, segundo a autora, envolvem diversas mudanças no status familiar, nas relações de gênero, na situação profissional, nas redes sociais, no local de residência, no envolvimento na sociedade, na participação institucional, no engajamento no mercado de trabalho. Todos esses fatores têm implicações diretas nos padrões de variação. É improvável, portanto, que os falantes passem por mudanças de uma vida sem fazer nenhuma alteração em seu uso de variáveis sociolinguísticas.

O estudo da idade em relação à linguagem, particularmente o estudo da variação sociolinguística, situa-se na intersecção entre a fase da vida e a história. As fases da vida, em geral, são tratadas como: infância, adolescência, juventude, meia-idade e velhice. Enquanto a vida de crianças e adolescentes é dominada pela instituição escolar e educacional, a vida dos adultos é dominada pelo local de trabalho e a vida dos mais velhos, muitas vezes, pelos encontros comunitários nos centros sociais, pela casa de repouso ou lar de idosos.

Costumamos ouvir que os jovens não falam como seus pais, muito menos como seus avós, mas como seus pares. De onde viemos, o que fazemos na vida e as companhias que mantemos também podem estar relacionados com a forma como falamos. Os nortistas geralmente diferem dos sulistas, as pessoas que moram em regiões urbanas das pessoas de regiões rurais, advogados raramente usam a língua como pedreiros, nem as pessoas usam exatamente o mesmo linguajar ao falar em público e conversar com seus amigos. Todos esses aspectos da variabilidade linguística são de interesse para os sociolinguistas.

Pela complexidade dos fatores sociais a que corresponde, a idade cronológica, se comparada a outras variáveis sociais, como ocupação, escolaridade, classe social, gênero, etnia, entre outros fatores, é apenas um indicador aproximado de um composto de fatores heterogêneos. Segundo Eckert (2007), o desafio para a sociolinguística, particularmente para o estudo da variação, é separar esses vários – e às vezes conflitantes – fatores. O indivíduo ou grupo de falantes de determinada idade em qualquer momento representa simultaneamente um lugar na história e uma etapa da vida.

Entender a relação entre classificação etária e variação e mudança linguísticas envolve lidar com algumas questões fundamentais, já levantadas por Eckert (2007, p. 152):

- ◆ Até que ponto e de que maneira a língua de um falante pode mudar ao longo da vida?
- ◆ Como essas mudanças estão inseridas nos estágios e eventos da vida?
- ◆ Em que medida idade interage com outras variáveis sociais?

Para tentar responder a essas questões que requerem um exame do reflexo da mudança linguística na estratificação etária, trazemos reflexões de Labov (2008 [1972]; Labov, 1994) sobre mudança linguística em tempo real e mudança linguística em tempo aparente e de Eckert (2007) a respeito da correlação entre as fases cronológicas de um indivíduo e a história de sua vida.

## 2.1 Mudança em tempo aparente e mudança em tempo real

Desde os estudos pioneiros de Labov (2008 [1972]) a respeito da centralização da primeira vogal dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard, a realização de entrevistas de diversos informantes de faixas etárias diferentes (que representem todos os grupos de idade da comunidade em investigação) permitiu verificar o cálculo das relações entre a variável lin-

guística e a faixa etária. O exame dos dados apontou correlações significativas entre os fatores e permitiu levantar hipóteses sobre a existência de mudança em tempo aparente manifestada na produção dos falantes mais jovens.

A metodologia adotada para a análise da variável faixa etária assume inicialmente a hipótese clássica segundo a qual o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos na puberdade e a partir desse momento o vernáculo do indivíduo fica basicamente estável, ou seja, o indivíduo não muda sua língua espontânea no decorrer dos anos. Isso significa dizer que a idade cronológica dos indivíduos representa a passagem do tempo. Assim, um indivíduo de 70 anos corresponderia a um estado da língua de 55 anos atrás e um indivíduo de 15 anos ao estado de língua atual (Naro, 2003). A análise da mudança em tempo aparente considera a distribuição do fenômeno em estudo em função da variável idade ou faixa etária, permitindo caracterizar a evolução diacrônica da língua observada na sincronia, uma situação de estabilidade no comportamento do indivíduo e instabilidade no comportamento da comunidade.

Quando o uso linguístico diferenciado pelas faixas etárias revela instabilidade no comportamento do indivíduo e estabilidade no comportamento da comunidade não se pode falar em mudança em tempo aparente, mas em variação estável ou estratificação etária. A estratificação etária pode ser observada, em geral, quando jovens e velhos apresentam comportamento linguístico similar, e esse comportamento contrasta com o exibido pela população de meia idade, principalmente pela população que está no mercado de trabalho. Nesse caso, os indivíduos mudam sua linguagem no decorrer dos anos, e esse comportamento mostra-se estável na comunidade. Estudos variacionistas frequentemente mostram que o aumento da idade pode estar correlacionado com o aumento do conservadorismo no discurso.

Grande parte dos trabalhos que estudam a idade ou a faixa etária como uma variável social tenciona determinar quando a mudança no tempo aparente, ou no tempo refletido na idade, é reflexo de mudança histórica em tempo real e quando representa estratificação etária. Com apenas a evidência do tempo aparente, não sabemos se os padrões de linguagem da comunidade estão mudando ao longo dos anos ou se os falantes estão se tornando mais conservadores à medida que envelhecem. Sem evidências em tempo real, não há, portanto, como estabelecer se os padrões de variação estratificados por idade realmente refletem mudança em curso.

Vários estudos procuraram abordar o tempo real combinando dados sobre variação em tempo aparente com fontes sobre estágios anteriores da linguagem. Os relatos históricos trazidos por Labov a respeito da centralização dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard é um bom exemplo dessa busca da história. Supõe-se, de acordo com Labov (2008 [1972]) p. 28-29) que

quando tomou posse de sua recém-adquirida propriedade em Martha's Vineyard em 1642 Thomas Mayhew trouxe consigo a pronúncia [centralizada] em *right*, *pride*, *wine* e *wife*. A história posterior dessa vogal nos Estados Unidos indica que [ei] continuou a ser a forma favorecida até o século XIX.

Tal uso também aparece nos registros do Atlas Linguístico da Nova Inglaterra (LANE), que serviu de pano de fundo para a investigação que Labov fez na Ilha. Tais informações históricas foram usadas para contextualizar os dados encontrados e para estabelecer a possibi-

lidade de que as diferenças de idade observadas pudessem representar uma continuação de um processo de mudança em curso, refletido na história de vida dos indivíduos vineyardenses.

Para além dessas informações históricas, segundo Labov (1994), é importante combinar estudos em tempo aparente com estudos em tempo real de curta duração. Esses estudos de curta duração começaram a surgir já na década de 1980 em pesquisas de replicação da mesma metodologia de coleta de dados realizada na década de 1960, considerando a mesma comunidade de fala, transcorridas uma a duas décadas da primeira coleta, com o propósito de verificar mudança linguística em progresso.

Em um estudo em tempo aparente, realizado na cidade de Panamá nos anos 1969-1970, Cedergren (1973) observou uma correlação entre a idade decrescente de seus informantes<sup>1</sup> e o aumento do enfraquecimento da palatalização de (ch), em palavras como *muchacha* ou *mucho*, em que a africada [č] chega a ser pronunciada como fricativa [š] na cidade de Panamá. A avaliação social dessa palatalização é negativa, como um estereótipo, aproximando-se da avaliação social que recai sobre a marca zero de concordância verbal e nominal no português brasileiro. Essa avaliação negativa dá-se em geral contra indivíduos menos escolarizados e mais velhos.

Os resultados do estudo de Cedergren (1973) com respeito à variável faixa etária permitiram à autora interpretar naquele momento o caso como uma mudança em curso. Dez anos depois, em 1982, a autora repetiu o experimento na Cidade do Panamá, utilizando grupos de idade parecidos. Ela queria verificar se o fenômeno variável estudado seguia o mesmo percurso de mudança. Os resultados, entretanto, mostraram um uso muito semelhante nos dois tempos, um aumento constante do enfraquecimento da palatalização de (ch) conforme decrescia a idade dos informantes, com uma tendência nos dois casos de estabilização dessa norma nas fases entre a adolescência e a idade adulta, um indicativo de estratificação etária, de acordo com os resultados da autora. Labov (1994, p. 94-97) comenta esses resultados obtidos por Cedergren em 1984, fazendo uma nova projeção estatística. Segundo o autor, para além de estratificação etária, os resultados mostram um crescimento do uso abrandado de (ch), indicando mudança em curso em todas as faixas etárias. Esse caso nos leva a supor, de acordo com o autor, que pode haver coexistência de um padrão de estratificação geracional com uma mudança linguística também geracional – sintoma de uma mudança em curso em tempo real.

O estudo de Labov (2008 [1972]) sobre o (r) construtivo no sintagma *fourth floor* realizado em 1962 em três lojas de departamento na cidade em Nova Iorque foi replicado em 1986 por Joy Fowler<sup>2</sup> em seus menores detalhes. O objetivo desses trabalhos era verificar se o uso de (r) se mostrava um diferenciador social na fala da cidade de Nova Iorque e se eventos de fala rápidos e anônimos poderiam ser usados como base para um estudo sistemático da linguagem. Os resultados dos dois estudos nas lojas de departamento confirmaram os padrões de distribuição de (r) encontrados no estudo de *Lower East Side* de Labov (1966): estratificação social, estratificação estilística por classe social, por ocupação e por idade. Labov observou que as gerações mais jovens, independentemente do nível sócio econômico, pronunciavam o (r) em uma percentagem sensivelmente superior à geração adulta, de modo que o processo mostrava uma mudança geracional em curso. O prestígio associado à variante uso de (r) foi

<sup>1</sup> A autora controlou no trabalho realizado em 1973 as seguintes faixas etárias: 15-20, 20-30, 30-40, 40-50, 50-60, 60-70 e mais de 70 anos.

<sup>2</sup> Como a loja Klein não estava mais funcionando na década de 1980, Fowler substituiu-a pela loja May's, uma loja de status baixo do mesmo tamanho e localizada na mesma área.

atestado também nos estilos cuidados e mais formais, emitidos por todos os informantes, e em especial, pelos informantes das classes média baixa e alta, revelando os efeitos das circunstâncias sociais nas mudanças em curso.

Estudos de mudança em tempo real de curta duração utilizam metodologias capazes de captar mudança em curso com base em duas estratégias: estudos de tendência e estudos de painel (Labov, 1994). Exemplificados nos trabalhos replicados por Cedergren (1984) e Fowler (1986), os estudos de tendência visam à comparação de amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, estratificadas com base nos mesmos parâmetros sociais, pelo menos em dois momentos diferentes do tempo. Já os estudos de painel visam à comparação de amostras de fala dos mesmos indivíduos em diferentes pontos no tempo. Esses estudos em tempo real são importantes por permitirem depreender a direção da mudança na comunidade e no comportamento linguístico de um mesmo indivíduo em pontos sucessivos no tempo.

Resultados desses estudos levaram Labov (1994) a combinar as possibilidades de conduta linguística dos indivíduos e da comunidade, propondo quatro padrões de mudança:

QUADRO 1 — Padrões de mudança no indivíduo e na comunidade

Estabilidade	Indivíduo	Comunidade
1) Estabilidade	estável	estável
2) Estratificação etária	instável	estável
3) Mudança geracional	estável	instável
4) Mudança na comunidade	instável	instável

Fonte: Labov (1994, p. 83)

Os padrões 2) e 3) interessam a este estudo, por refletirem através da variável idade ou faixa etária (e de fatores a ela correlacionados) mudança no indivíduo a partir de sua inserção no mercado de trabalho e mudança na comunidade, relacionada ao tempo aparente, respectivamente. Se um indivíduo da Costa da Lagoa de uma determinada faixa etária reproduz, ao passar de uma idade a outra (ou de uma faixa a outra), o comportamento linguístico de falantes da mesma geração, tem-se um indicativo de que a variação deve ser característica daquela faixa etária. Se, no entanto, ao mudar de idade ou de faixa etária, reproduzir o seu comportamento da faixa anterior, tem-se um indício de que não se está diante de uma característica de estratificação etária, mas sim de mudança geracional ou mudança em tempo aparente. Ambos os padrões podem manifestar diferenças entre as fases cronológicas e a história de vida, fatores que serão mais detalhados a seguir.

## 2.2 Correlação entre as fases cronológicas e a história de vida

Segundo Eckert (2007), os estudos de variação na comunidade baseiam-se predominantemente na idade cronológica para agrupar os falantes. No entanto, na medida em que as relações sociais e biológicas em desenvolvimento não se movem em sincronia com a idade cronológica, ou entre si, idade cronológica só pode fornecer uma medida aproximada do lugar relacionado à idade do falante na sociedade.

No entanto, há evidências de que algum tipo de mudança linguística individual ocorre ao longo da vida. Esse fato exige uma análise mais ampla do desenvolvimento da mudança e

uma investigação das mudanças sociais subjacentes às correlações com a idade cronológica. Em todas as sociedades, historicamente a idade tem importância porque o lugar do indivíduo na sociedade, na comunidade e na família muda com o tempo. A marcação da maturação, seja por idade cronológica ou por evento ou fase da vida, é regulatória, envolvendo tanto autorização quanto controle.

A realização de determinados marcos relacionados à idade autoriza o indivíduo a assumir papéis, liberdades e responsabilidades particulares. Ao mesmo tempo, obriga o indivíduo a abrir mão de antigos papéis. Eckert (2007) diz que na infância as crianças já se envolvem desde muito cedo em comportamentos linguísticos complexos, estando cientes da relação entre os papéis sociais e a variabilidade da linguagem. Para ilustrar esse comportamento, ela cita o estudo realizado por Roberts e Labov (1992, apud Eckert, 2007). Os autores verificaram que crianças de três anos de idade usam o mesmo condicionamento do adulto para o apagamento da consoante velar de -ing (working ~ workin) e para o apagamento de t/d (worked ~ work; next ~ nex). De acordo com Eckert, essa é uma boa evidência de que o desenvolvimento da competência sociolinguística se dá muito cedo.

A adolescência, segundo Freitag (2005, p. 113), “é a fase do desenvolvimento social do uso vernacular”. Os indivíduos são mais sensíveis às normas estilísticas impostas pelas suas relações sociais. Eles lideram o uso geral de formas vernaculares, e essa liderança é atribuída ao envolvimento dos adolescentes na construção de suas identidades em oposição aos mais velhos. A adolescência, em geral, é vista como o tempo em que as mudanças vindas de baixo<sup>3</sup> ou mudanças espontâneas são implementadas.

Na meia-idade ou idade adulta, porém, a norma linguística de prestígio se impõe aos usos linguísticos dos indivíduos por pressão social exercida pelo mercado de trabalho. Adultos têm sido mostrados regularmente, desde os primeiros trabalhos de Labov (2008 [1972]), mais preocupados com as normas aceitas socialmente dentro de uma comunidade de fala do que as faixas etárias mais jovens. Adotam estilos de fala mais cuidados e conscientes e tendem a abandonar formas vernaculares da juventude. Essa consciência tem sido atribuída à pressão pelo uso de uma linguagem que goza de mais prestígio social no ambiente de trabalho, implementando-se nesse caso, em geral, as mudanças vindas de cima<sup>4</sup>. Já na velhice, em sociedades em que essa fase de vida está diretamente interligada à aposentadoria, o comportamento linguístico dos indivíduos muda para um estilo mais relaxado. Eles passam a assumir papéis sociais, liberdades e responsabilidades particulares, desvinculados das pressões sociais do mercado de trabalho.

No caso do estudo da concordância verbal de terceira pessoa do plural, nosso objeto de estudo, espera-se que, nas variedades do português brasileiro, os adultos usem mais as formas prestigiadas, devido à pressão social pelo uso de uma linguagem padrão no ambiente de trabalho. Essa tendência, no entanto, está fortemente atrelada ao perfil da comunidade

<sup>3</sup> Mudanças vindas de baixo são mudanças inconscientes que se expandem na língua a partir da fala vernacular. Segundo Conde Silvestre (2007), são promovidas pela parte inferior da escala social e alijadas das normas linguísticas *standard*. Muitas vezes a forma nova vem associada a traços identitários do grupo.

<sup>4</sup> Mudanças vindas de cima, segundo Conde Silvestre (2007), costumam seguir a direção das normas aceitas socialmente dentro de uma comunidade de fala. Se difundem mediante a adoção pelos falantes de estilos de fala mais cuidados e conscientes.

em análise – uma comunidade em que a fase de entrada/permanência no mercado de trabalho coincida com a idade adulta.

Os sistemas de idade, então, servem para marcar não apenas o conservadorismo linguístico de um indivíduo no curso de sua vida, mas também a pressão social para usar normas linguísticas aceitas socialmente dentro de uma comunidade de fala, bem como normas estilísticas vernaculares.

Mesmo que a idade cronológica possa ser considerada como um *continuum* em termos de calendário (infância, adolescência, juventude, meia-idade e velhice), traz marcos com grande significado social, relacionados também a transformações institucionais e culturalmente definidas, como por exemplo, a perda do primeiro dente, o primeiro dia de aula na escola, o início da menstruação, a maioridade legal, a formatura, o casamento, o primeiro filho, a menopausa e a aposentadoria. Todos esses fatores refletem diretamente nas faixas etárias. É como se existisse uma medida oficial do lugar do indivíduo no curso da vida e na sociedade.<sup>5</sup>

Com base nesse quadro, levantamos a principal hipótese deste trabalho. Acreditamos que há uma interdependência direta entre as variáveis sociais idade, escolarização e mercado de trabalho que se reflete nas normas linguísticas de prestígio, como no caso da marcação distintiva de concordância. Em outras palavras, acreditamos que a concordância padrão assumirá distribuição que espelha a comunidade linguística em análise, a qual, como veremos a seguir, apresenta singularidades na interação entre essas variáveis, diferentes da esperada em comunidades urbanas.

### 3 O significado social da variação na concordância verbal

A variação na marcação da concordância verbal no PB, como atestado pela literatura (Chaves, 2017; Guy, 1981; Monguilhott, 2001, 2009; Naro, 1981; Naro, 1997; Novais, 2021; Oushiro, 2015; Santos, 2021; Scherre, Naro, 1997, entre outros), pode ser classificada como um estereótipo (seguindo a nomenclatura laboviana), sendo a variante marcação explícita da concordância mais diretamente relacionada ao uso do português brasileiro culto, haja vista que a variante marca zero é avaliada, frequentemente, de forma negativa pelos usuários da língua (Oushiro, 2015; Benfica, 2024). O estigma atrelado à marca zero de concordância pode se manifestar, como já verificado nos primeiros estudos acerca do tema, na década de 1970, centrado na fala de cariocas adultos em fase de alfabetização (Guy, 1981; Lemle; Naro, 1977; Naro; Lemle, 1976, Naro, 1981). Nos trabalhos referidos, a baixa probabilidade de ocorrência da variante marcada da concordância (de cerca de 40%) era, em termos de produção linguística, associada a indivíduos com pouco ou nenhum grau de escolaridade e com profissões de baixo status social (mecânico, vendedor ambulante, contínuo, porteiro, empregada doméstica, entre outras).

Na atualidade, no entanto, não se registra, na maioria das localidades urbanas do Brasil, percentual de marcação inferior a 70% (Novais, 2021; Santos, 2021). Esse aumento no uso da variante marcada pode estar diretamente relacionado a mudanças sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas, dentre as quais merece atenção a queda expressiva nas taxas de analfabetismo absoluto, embora não se verifique o mesmo em termos de analfabetismo

<sup>5</sup> Esses marcos podem ser diferentes em sociedades que tradicionalmente não usam a idade cronológica. As diferenças nos sistemas de idade entre as culturas podem ter importantes implicações sociolinguísticas.

funcional, quando ainda há “muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto” (Soares, 2022, p.10). Desse modo, é evidente que o acesso à educação formal tem papel determinante no aumento da frequência de emprego da variante marcada da concordância verbal no PB.

Outra consequência indireta no aumento dos índices de concordância é o alçamento da posição ocupada pelas pessoas de nossa sociedade, agora com escolaridade mais elevada, no mercado de trabalho. Em outras palavras, a escolaridade atua não só diretamente no aumento das taxas de concordância como indiretamente na possibilidade de ascensão social da população por meio do mercado de trabalho. Assim, conforme Bourdieu e Boltanski (1975), teríamos, neste caso, um mercado linguístico (*linguistic market*), espaço social em que as línguas e/ou as variedades linguísticas são interpretadas como bens simbólicos. Assim, as variedades linguísticas são valorizadas de maneira desigual em diferentes contextos sociais, a depender das percepções dos falantes e a posição que ocupam na estrutura social. O uso da forma marcada da concordância verbal, no mercado linguístico do PB, seria, portanto, um recurso linguístico simbólico de poder e status.

Segundo Sankoff e Leberge (1978), no entanto, nem todos os indivíduos inseridos no mercado de trabalho apresentam um mesmo comportamento linguístico: “professores, atores e recepcionistas tendem a empregar uma variedade mais padrão do que outras pessoas com posição social e econômica similar” (Sankoff; Laberge, 2012, p. 239, tradução nossa)<sup>6</sup>. Nessa perspectiva, em decorrência da profissão e independente do status econômico dos indivíduos, observam-se, mesmo assim, diferenças na fala dos sujeitos. Em linhas gerais, os autores propõem então um valor indexical para identificar os falantes a depender de suas ocupações: “valores altos podem ser atribuídos àqueles que trabalham em campos educacionais, literários, políticos e administrativos da linguagem legitimada, enquanto valores baixos podem ser atribuídos àqueles para os quais o domínio da variedade de fala legitimada não é um critério de seleção: trabalhadores braçais, operários e assim por diante.” (Sankoff; Laberge, 2012, p. 239-240 tradução nossa)<sup>7</sup>

Por fim, além da clara ligação entre aumento da escolaridade e melhores oportunidades no mercado de trabalho (e consequente adoção mais frequente de variantes linguísticas de prestígio), é crucial abordar a interseção desses dois fatores com a idade dos indivíduos. Quando se trata de escolaridade e idade, é evidente que a idade estabelece pelo menos uma limitação à educação: existe uma idade mínima para iniciar/concluir determinados níveis de estudo. Por exemplo, um jovem de 15 anos não pode ter concluído o ensino superior. Essa relação também se estende ao mercado de trabalho: certas ocupações demandam formação universitária, enquanto outras não necessariamente exigem habilidades adquiridas por meio da educação formal.

Diante do exposto, a questão que se coloca é: como a relação entre idade, escolaridade e atuação no mercado de trabalho impacta na variação/mudança da concordância verbal em comunidades menos urbanas, como a Costa da Lagoa, onde a relação entre as variáveis extra-

<sup>6</sup> No original: “[...] teachers, actors, and receptionist tend to speak a more standard variety than other people of similar social or economical position” (Sankoff; Laberge, 2012, p. 239).

<sup>7</sup> No original: “Speakers could be grouped according to occupation, and high values could be assigned to those working in educational, literary political, and administrative fields language, and low values to those for whom the mastery of the legitimized speech variety is not a criterion of selection: laborers, manual workers, and so on.” (Sankoff; Laberge, 2012, p. 239-240)

linguísticas distoam das expectativas convencionais? Na tentativa de responder a essa questão, reanalisamos, na seção a seguir, a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural a partir de amostras de fala de Monguilhott (2009) e Chaves (2017).

## **4 A reanálise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural**

Na análise empreendida na Costa da Lagoa por Monguilhott (2009) e Chaves (2017), foram controladas as variáveis faixa etária e escolaridade que se mostraram relevantes. Os mais jovens e os mais escolarizados apresentaram maiores índices de marcação distintiva de concordância. No entanto, por conta do perfil dessa comunidade não foi possível verificar o papel individual de cada uma das variáveis, já que a maioria dos falantes mais velhos tinha apenas quatro anos de escolaridade e dos mais jovens tinha mais de dez anos. Esse perfil motivou a reanálise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, nas amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017), considerando agora o indivíduo.

A Costa apresenta características singulares no que toca ao perfil dos habitantes. A título de ilustração, é relativamente comum encontrar na comunidade indivíduos de idade avançada, em sua maioria com baixa escolaridade, ativos no mercado de trabalho em profissões distintas das que desempenharam ao longo da vida, como a pesca e a agricultura, migrando agora para o setor turístico. Ao mesmo tempo, jovens, em sua maior parte com escolaridade mais alta, podem não estar mais trabalhando, o que configura uma intersecção única de características como idade, nível de educação e participação profissional, que difere do padrão geralmente encontrado em áreas urbanas.

Para melhor compreender os aspectos relacionados às redes de conexões entre os informantes apresentamos a comunidade, nos termos de Milroy (2004), no que de concerne à densidade, plexidade, à mobilidade e ao localismo<sup>8</sup>. Em um segundo momento, buscamos, por meio de uma análise quantitativa e qualitativa, identificar como o uso da concordância problematiza a associação entre idade, escolaridade e fase no mercado de trabalho.

### **4.1 A Costa da Lagoa: um recorte da comunidade**

A Costa da Lagoa, comunidade situada em Florianópolis (SC), como já mencionado, apresenta características particulares. Até recentemente, a localidade permaneceu à margem dos processos de urbanização. A energia elétrica só chegou à Costa em 1982, e o sistema de transporte por meio de barcos foi implementado apenas em 1986 (Gimeno, 1992). Essa singularidade no

---

<sup>8</sup> Monguilhott (2009), baseada em Milroy (1980), define densidade como o número de ligações entre os indivíduos em uma rede; plexidade refere-se à capacidade das ligações entre os indivíduos; mobilidade diz respeito ao deslocamento do indivíduo do seu lugar de origem e localismo ao sentimento que o indivíduo tem de pertencer ao local em que mora, valorizando-o socialmente.

processo de urbanização pode ser atribuída, principalmente, ao isolamento da comunidade, que até hoje só pode ser acessada por meio de transporte lacustre ou por trilhas.

No passado, a subsistência da Costa da Lagoa estava fundamentada na agricultura familiar e na pesca artesanal. Mesmo enfrentando desafios geográficos, como um terreno íngreme e pedregoso, a agricultura prosperou na região, enquanto a pesca se restringia à Lagoa da Conceição—bairro próximo. As famílias operavam como unidades solidárias, dependendo umas das outras para sobreviver. Essa interdependência era (e continua sendo) uma característica marcante da comunidade. À época, os habitantes da Costa compartilhavam recursos, conhecimentos e mão de obra, trabalhando juntos para superar as adversidades impostas pela geografia e pelas limitações de recursos, o que configurava uma sociedade extremamente coesa.

Essa união dos membros da comunidade era vista também no processo de construção de habitações, tarefa desafiadora devido à falta de materiais e mão de obra. Outro aspecto que evidencia a relação solidária entre as famílias costenses era o fato de os agrupamentos habitacionais ocorrerem em torno do líder familiar (em geral “o pai”). Desde cedo, as crianças eram educadas para o trabalho, contribuindo com as atividades agrícolas, pesqueiras e domésticas. O mundo infantil na Costa da Lagoa era efêmero, pois as crianças eram consideradas futuros adultos inseridos na produção, e os habitantes mais antigos frequentavam a escola, em média, até o 4º ano do primário, tendo em vista que a única escola da região se limitava até esta etapa.

Na década de 1960, a comunidade passou por uma grande transformação, quando a pesca começou a predominar sobre a agricultura. Isso levou os jovens a buscarem oportunidades fora da Costa, mais especificamente em embarcações rumo ao litoral sul do Rio Grande do Sul. Conforme ressalta Gimeno (1992), “os jovens não queriam mais trabalhar para os pais e viram na pesca uma maneira de romperem com isso”. No entanto, após um certo período, a pesca industrial/artesanal entrou em declínio, levando a comunidade a se voltar para o turismo. Apesar de ser uma comunidade pequena (cerca de 1200 habitantes segundo o Censo de 2010), a Costa oferece um cenário muito atraente, com cachoeiras e uma vista para a Lagoa da Conceição, além de uma culinária local rica, tornando-a um ambiente muito propício às atividades turísticas.

Na atualidade, a maioria dos habitantes trabalham para atender às necessidades locais. Assim, ocupações representativas dos indivíduos são: professores da única escola da região, proprietários e funcionários de restaurantes (muitos dos quais haviam atuado na pesca artesanal), profissionais de enfermagem no posto de saúde da comunidade, empreendedores e colaboradores de empreendimentos locais tais como a sorveteria e o minimercado, além de trabalhadores da construção civil.

Percebe-se, portanto, que a comunidade apresenta perfil único, relacionado ao seu isolamento geográfico que afetou principalmente os mais velhos da comunidade que pouco estudaram e apresentavam baixa mobilidade. Com o passar do tempo a comunidade recebeu muitos turistas, o que parece refletir nos usos linguísticos dos costenses que manifestam alto grau de atenção à fala usada com os visitantes.

## 4.2 A variação da concordância verbal de terceira pessoa na Costa da Lagoa

A partir do perfil da comunidade, delineado anteriormente, constata-se que o nível de escolaridade e a idade dos costenses, bem como sua conexão com mercado de trabalho na Costa da Lagoa é bastante variável. A exemplo disso, é comum encontrarmos hoje, na localidade, sujeitos mais velhos com baixa escolaridade e menos mobilidade se comparados aos habitantes mais jovens. Na Tabela 1, delineamos o perfil dos sujeitos analisados, conforme estratificação dos informantes das amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017):

TABELA 1 —Estratificação dos informantes nas amostras

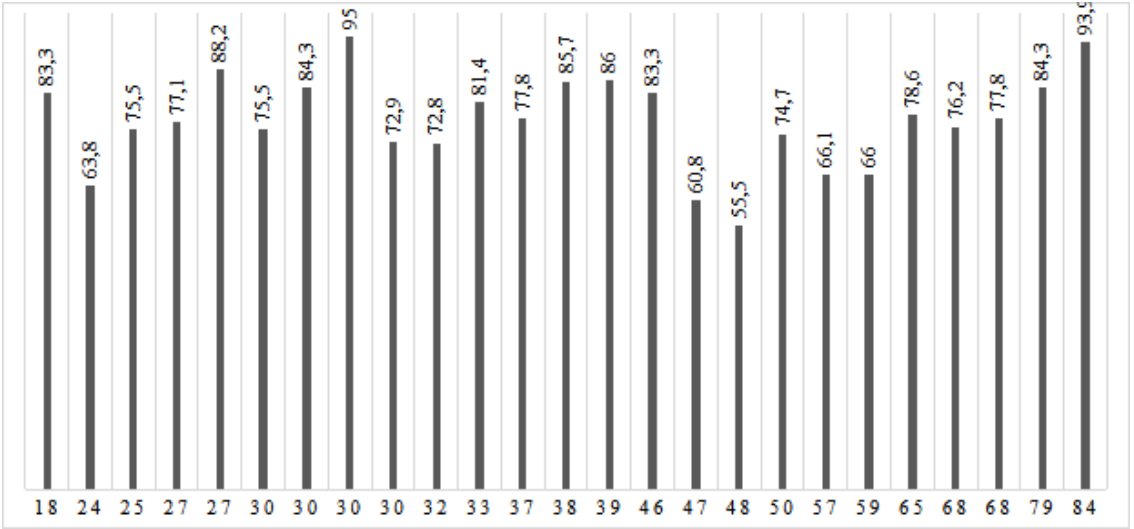
Informante	Idade	Escolaridade	Ocupação	Amostra	Valores de CV (%) (aplicação/total)
1	18	EF	Garçonete de restaurante	Chaves (2017)	83,3 (105/126)
2	24	EF	Garçom de restaurante	Chaves (2017)	63,8 (30/47)
3	25	ES	Graduado em Turismo (Foco turismo na Costa)	Chaves (2017)	75,5 (37/49)
4	27	EM	Ex-funcionário de empresa de alarmes (região mais urbana) Funcionário do restaurante do pai na Costa (garçom e outras funções)	Chaves (2017)	77,1 (27/35)
5	27	ES	Graduado em Administração de Empresas Administrador de restaurante na Costa	Chaves (2017)	88,2 (45/51)
6	30	EF	Atendente de lojinha turística na Costa	Chaves (2017)	75,5 (37/49)
7	30	EM	Garçom de restaurante	Chaves (2017)	84,3 (27/32)
8	30	ES	Graduado em Administração e sócio em um dos restaurantes	Chaves (2017)	95,0 (19/20)
9	32	1º ano do EM	Técnica em enfermagem Ex-funcionária de hospital na região central de Florianópolis Administradora de restaurante na Costa com o esposo	Chaves (2017)	72,9 (51/70)
10	33	6ª série do EF	Pedreiro e prestador de serviços gerais na Costa	Chaves (2017)	72,8 (14/19)
11	37	EM	Garçom desde pequeno no restaurante da família e prestador serviços gerais	Chaves (2017)	81,4 (79/97)

12	37	EF	Doméstica em região mais central de Florianópolis (semana) e cozinheira em restaurante (finais de semana)	Chaves (2017)	77,8 (70/90)
13	38	ES	Pedagoga na Escola da Costa	Chaves (2017)	85,7 (36/42)
14	39	EM	Cozinheira de restaurante nos finais de semana e dona de casa	Chaves (2017)	86,0 (105/122)
15	46	ES	Professora de educação infantil da rede pública municipal de Florianópolis	Monguilhott (2009)	83,3 (45/54)
16	47	EF	Prestador de serviços gerais	Monguilhott (2009)	60,8 (28/46)
17	48	EF	Ex-pescador e ex-lavrador Prestador de serviços gerais de empresa de embarcações	Monguilhott (2009)	55,5 (35/63)
18	50	4ª série do EF (primário)	Ex-pescador Sócio-proprietário de restaurante	Chaves (2017)	74,7 (115/154)
19	57	EF	Dona de casa	Chaves (2017)	66,1 (41/62)
20	57	4ª série do EF (primário)	Ex-pescador e dono de restaurante	Chaves (2017)	66,0 (31/47)
21	59	EM	Auxiliar de enfermagem e dona de casa	Chaves (2017)	78,6 (121/154)
22	65	4ª série do EF (primário)	Ex-pescador Presidente de empresa de embarcações	Chaves (2017)	76,2 (16/21)
23	68	4ª série do EF (primário)	Ex-cozinheira de restaurante e ex-doméstica na região central de Florianópolis Aposentada	Chaves (2017)	77,8 (35/45)
24	79	3ª série do EF (primário)	Ex-Pescador e primeiro Presidente/ Diretor de empresa de embarcações da Costa Aposentado	Chaves (2017)	84,3 (75/88)
25	84	4ª série do EF (primário)	Proprietária e atendente da sorveteria	Chaves (2017)	93,9 (92/98)

Fonte: Elaboração própria.

Como a concordância verbal é um fenômeno associado fortemente ao grau de escolarização, e a grande maioria dos costenses mais velhos estudou apenas até a 4ª série do antigo primário, nossa premissa inicial era a de que os maiores índices de marca zero de concordância seriam verificados neste grupo. Ao organizarmos os resultados percentuais de marcação de concordância em uma escala por indivíduo (organizados em ordem ascendente por idade), no entanto, essa hipótese não foi corroborada, conforme dados constantes no Gráfico 1 a seguir.

GRÁFICO 1 —Índice percentual de concordância organizado por idade ascendente dos indivíduos



Fonte: Elaboração própria.

Em um primeiro olhar, a idade aparentemente não segue a relação convencionalmente observada nos dados do PB em relação à concordância (cf. Chaves, 2017; Monguilhott, 2009; Novais, 2021; Oushiro, 2015; Santos, 2021; Scherre, Naro, 1997; Vieira, 1997; entre outros). Ou seja, não há na Costa da Lagoa um aumento significativo de marcas nas idades intermediárias (idades em que se esperava inserção no mercado de trabalho), nem uma diminuição nas marcas linguísticas em direção às falas dos mais velhos. Podemos constatar que, de fato, parece não haver um padrão diretamente relacionado à idade dos sujeitos (ou ao menos não exclusivamente à idade). Destacamos que (i) a informante mais velha (84 anos), apresenta 93,9% de concordância, 10 pontos percentuais acima da média da comunidade (que é de 78,3%) e (ii) dentre todos os indivíduos, aquele com apenas 48 anos é o que apresenta o percentual mais baixo de marcação da concordância, 55,5%, valor que se distancia consideravelmente da média (22,8% inferior).

A seguir, na Tabela 2, apresentamos seis informantes que destoam do padrão, com valores 10 pontos percentuais acima ou abaixo da média. Nossa análise, a partir de agora, concentra-se exclusivamente neste subgrupo específico, por conta das oscilações significativas nos índices de marcação da concordância.

TABELA 2 — Índices percentuais de CV destoantes da média da comunidade (=78,3%)

Índices baixos de marcação de concordância (em comparação à média)			Índices altos de marcação de concordância (em comparação à média)		
Informante	Idade	Percentual	Informante	Idade	Percentual
Informante 2	24 anos	63,8%	Informante 8	30 anos	95%
Informante 16	47 anos	60,8%	Informante 24	79 anos	84,3%
Informante 17	48 anos	55,5%	Informante 25	84 anos	93,9%

Fonte: Elaboração própria.

Ao considerarmos as ocupações e outras características desses informantes, podemos formular algumas hipóteses para explicar os resultados observados. A seguir, apresentamos uma análise individual dos seis informantes.

A informante 25, apesar de sua idade avançada (84 anos) e baixa escolaridade (antigo primário), destoa do padrão esperado pela literatura para esse perfil demográfico. O elevado percentual de marcação explícita de concordância (93,9%) sugere uma certa sensibilidade linguística. Essa contraposição ao padrão esperado pode ser interpretada, primeiramente, à luz de sua ocupação como proprietária de uma sorveteria, o que a coloca em contato frequente com uma variedade de falantes, especialmente turistas. Esse contato pode ter influenciado sua fala, levando-a a adotar um estilo de linguagem mais cuidadoso.

Vale notar ainda, que em um trecho da entrevista, ela revela encarar o trabalho não como uma fonte de subsistência, mas como uma oportunidade para interagir socialmente: “Trabalho nela [na sorveteria] porque em casa assim não tenho muito o que fazer à tarde. Então venho aqui e vejo o pessoal, converso com um, converso com outro, e venho aqui sentir um pouco.” Essa perspectiva evidencia o espaço laboral como um lugar de uso da língua, um lugar para a prática da linguagem e da interação social. Em outro trecho, ela evidencia ainda, sua visão positiva acerca dos turistas.

Pergunta: Falando em sossego, esses turistas que vêm pra cá incomodam?

Resposta: Não, não.

Pergunta: Não?

Resposta: Só ajuda a gente.

Pergunta: É?

Resposta: É. Umas pessoas boas, conversam com a gente. Uma cachoeira, uma praia, depois vão pro restaurante, pra onde eles querem. São muito alegres.  
(Informante 25)

Ao se referir aos turistas como “pessoas boas”, que “conversam” e “são muito alegres”, é possível supor que ela busque ajustar sua fala para garantir uma comunicação mais eficiente e agradável. Esse cuidado linguístico (constatado pela alta preferência da marcação distintiva) poderia ser interpretado como uma espécie de “cartão de visitas” da sorveteria, refletindo a preocupação em proporcionar uma experiência positiva aos clientes e reforçar a imagem acolhedora do estabelecimento.

O informante 24 compartilha um perfil muito semelhante ao da informante 25. Com 79 anos e baixo nível de escolaridade (primário), ele também apresenta um percentual significativo de marcação de concordância, atingindo 83,4%. Anteriormente envolvido na pesca, ele agora ocupa uma posição de liderança e mantém contato frequente tanto com os moradores locais com mais mobilidade, que utilizam as barcas para deslocamento ao centro de Florianópolis, quanto com os turistas que visitam a região por meio dessas embarcações. Essa interação diversificada pode contribuir para esclarecer a alta taxa de concordância observada em sua fala.

O caso dos dois informantes mais velhos (informantes 24 e 25) ressalta que a permanência no mercado de trabalho está fortemente ligada ao uso de formas linguísticas de prestígio, independentemente da idade. Isso é evidenciado pelo fato de ambos, apesar da idade

avançada e baixa escolaridade, apresentarem índices de marcação de concordância bastante superiores ao da média da comunidade em suas falas.

Já o informante 16, em contrapartida, apresenta um índice de marcação da concordância verbal inferior à média da comunidade, correspondente a 60,4%. Uma análise mais acurada do perfil deste informante pode auxiliar na compreensão da razão pela qual, embora tenha apenas 47 anos, seu índice de marcação de concordância é relativamente baixo. No que diz respeito ao mercado de trabalho, suas ocupações ao longo da vida, apresentaram um padrão que sugere um contexto profissional que não exigiu educação formal. Inicialmente, o informante esteve envolvido em atividades como lavrador e pescador, antes de assumir um cargo em uma empresa de limpeza urbana em Florianópolis. Sua trajetória educacional também reflete essa realidade, uma vez que ele frequentou apenas até a 3ª série do ensino fundamental, sem adquirir habilidades de leitura.

No âmbito familiar, convive com uma esposa que concluiu até o 4º ano do ensino fundamental e trabalha como doméstica, enquanto a maioria de seus cinco filhos completou o ensino médio. Além disso, sua presença marcante nas redes sociais da comunidade evidencia um forte vínculo com a Costa, apesar de sua mobilidade geográfica ocasional para trabalhar na área continental de Florianópolis. É interessante notar que, mesmo com essa mobilidade, o informante nunca viajou para fora da cidade, demonstrando um enraizamento profundo em sua comunidade de origem. Os relatos do informante 16 reforçam essa sensação de pertencimento, sugerindo uma coesão social significativa dentro da Costa da Lagoa, onde os laços comunitários são fortes e permeiam a vida cotidiana dos residentes. Tal posição acerca do pertencimento fica evidente nos dois trechos a seguir

Pergunta: Sempre morou aqui?

Resposta: Sempre, meu bisavô, meu avô, meu pai, meu pai mora lá em cima na última casa de cima lá, nós somos tudo uma família só, primo, cunhado, irmão, compadre, sogro, sogra, bem pouca mora aqui de fora, umas dez família, umas quarenta casa, mas mora mesmo de fora umas dez pessoas, o resto é tudo nativo. [...] Não tem quem dizer aquele lá não é meu parente, entendeu? Então nós somos tudo uma família só.

Pergunta: O senhor gosta de morar aqui?

Resposta: Gosto.

Pergunta: Nunca pensou em morar em outro lugar?

Resposta: Não, nunca. O melhor lugar do mundo. Eu nunca viajei, mas eu vejo por televisão [...] Ninguém sonha em sair da Costa, todo mundo que vem aqui de tudo que é lugar do mundo diz que isso aqui é uma coisa abençoada.

A análise dos informantes 16 e 17, que apresentaram os menores índices de marcação de concordância na amostra investigada (60,8% e 55,5%, respectivamente), revela um padrão interessante. Os dois, com idades próximas (47 e 48 anos, respectivamente), têm perfis sociais semelhantes: o informante 16 é ajudante de pedreiro, enquanto o informante 17 é trabalhador de empresa de embarcações da Costa. Essas ocupações, por não exigirem educação escolar avançada, podem elucidar os baixos índices de marcação de concordância em suas falas. Ao contrário do que se espera para indivíduos inseridos no mercado de trabalho, o baixo índice de marcação pode ser interpretado como consequência da ausência de pressão social para adoção de formas linguísticas mais prestigiadas, dada a natureza das profissões exercidas. Estes dois casos exemplificam a interseção entre escolaridade e status ocupacional no mercado de

trabalho, destacando que a utilização das formas de prestígio da língua não é necessariamente determinada pela atuação laboral: o status simbólico das profissões desempenha um papel significativo nesta dinâmica, influenciando as escolhas linguísticas dos indivíduos.

Outro indivíduo que merece nossa atenção é o informante 2, de 24 anos, que apresenta percentual de marcação explícita de concordância baixo, equivalente a 63,8%. O jovem estudou até o Ensino Fundamental e trabalha como atendente de um dos restaurantes da comunidade. Diferentemente dos demais jovens que compõem a amostra em exame, ele não concluiu o Ensino Médio. Em sua fala, destacamos a demarcação de pertencimento à Costa e de baixa mobilidade do informante em trechos como “saio daqui só a passeio mesmo” e “morar e trabalhar só aqui. Gosto mais daqui.”. Ressaltamos que, mais uma vez, a idade parece não ser o fator determinante nos usos linguísticos da comunidade. Apesar de jovem e do contato frequente com turistas, o informante apresenta pouca mobilidade e revela não ter interesse em deixar a Costa no futuro (além de escolaridade intermediária).

O informante 8, por seu turno, de 30 anos, é o que apresenta índice mais elevado de marcação de concordância (95%) da amostra. Formado em Administração de Empresas, trabalha como sócio em um dos restaurantes mais procurados pelos turistas na Costa. Além disso, ele é responsável pelo contato, pelas negociações com fornecedores de fora da comunidade, pelas mídias sociais do restaurante e pelo agendamento de eventos. Em um dos trechos de sua fala, ele menciona o fato de “falar diferente” quando se dirige ao público.

Pergunta: E tu nota alguma coisa na tua fala assim que é bem característica do manezinho, ou na fala dos outros?

Resposta: Então. Agora assim eu acho que a gente é... por trabalhar com público, a gente tem, a gente acaba se se segurando um pouco né na na na fala, não fala assim muito corrido, muito rápido.

No tocante à mobilidade, ressaltamos que o informante semanalmente visita a parte central de Florianópolis, sendo encarregado de resolver as questões burocráticas do restaurante.

O uso de um estilo de fala mais cuidado é visivelmente observado no seguinte relato: “a gente acaba se se segurando um pouco né na na na fala, não fala assim muito corrido, muito rápido”. Neste trecho, ele sinaliza um grau alto de atenção à fala ao se dirigir a seu interlocutor, que em geral é o público externo à comunidade. Essa sensibilidade linguística, de certa forma, pode estar relacionada ao alto índice de marcação explícita de concordância verbal (95% dos casos).

Os outros três informantes da amostra investigada que concluíram o Ensino Superior, informantes 5 (de 27 anos), 13 (de 38 anos) e 15 (de 46 anos), também apresentam índices altos de marcação de concordância, com 88,2%, 85,7% e 83,3% dos casos, respectivamente. Todos eles estão inseridos em um mercado de trabalho e atuam em profissões que exigem monitoramento da fala, tais como administrador de estabelecimento comercial (informante 5) e de professor do ensino fundamental (informantes 13 e 15). Esse conservadorismo ligado a índices altos de marcação distintiva de concordância tem sido atribuído à pressão social exercida no ambiente de trabalho, corroborando estudos de Eckert (2007).

## 5 À guisa de conclusão

Procuramos, neste artigo, fazer uma reanálise da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural com base em dados das amostras Monguilhott (2009) e Chaves (2017). Nessa nova investigação observamos a atuação das variáveis faixa etária, escolarização e mercado de trabalho sobre o fenômeno linguístico variável na linguagem falada de 25 informantes florianopolitanos da Costa da Lagoa. Como destacamos na análise da Tabela 1, os informantes costenses apresentaram em média 78,3% de marcação distintiva de concordância, com a maioria dos mais jovens tendendo a um maior índice de marcação e a maioria dos mais velhos, a um menor índice. Seis desses informantes, no entanto, não seguiram essa tendência, o que nos levou a uma análise desses indivíduos: a informante mais velha (84 anos), por exemplo, foi a que apresentou maiores índices de concordância distintiva. Tudo leva a crer que o mercado de trabalho nesses seis casos desempenha papel fundamental nas escolhas linguísticas desses informantes. Essas diferenças quanto à história particular de cada um dos indivíduos investigados, nos auxiliaram a responder às nossas questões iniciais: (i) Há uma correlação direta entre a marcação de concordância verbal e os informantes com idade de maior inserção no mercado de trabalho e de maior escolaridade? (ii) Se sim, como esses aspectos sociais interagem?

O mapeamento do perfil de cada um dos informantes investigados da comunidade Costa da Lagoa possibilitou reflexões a respeito da associação que se faz entre idade, escolarização e mercado de trabalho. Os resultados desta investigação reafirmam a complexidade do estudo da variável faixa etária. Essa complexidade fica evidente quando observamos que nem todas as comunidades de fala espelham as mesmas relações de interdependência entre essas variáveis, o que se reflete nos usos linguísticos, neste caso, da marcação da concordância.

Por um lado, a análise do indivíduo permitiu observar a interdependência esperada para comunidades urbanas entre as variáveis faixa etária, escolarização e mercado de trabalho na Costa da Lagoa. O emprego das formas de prestígio foi mais frequente entre aqueles falantes com idade de maior inserção no mercado de trabalho e mais escolarizados, devido às pressões sociais. É o caso dos informantes 5, 8, 13 e 15. Eles têm curso superior completo e trabalham em profissões que demandam obrigatoriedade de escolarização formal (alto poder simbólico).

Por outro lado, observamos, em alguns casos, a interdependência singular entre as variáveis faixa etária, escolarização e mercado de trabalho na comunidade. Os informantes 2, 24 e 25 apresentam comportamento linguístico não esperado, como já ressaltamos. O informante 2, de 24 anos, com escolaridade mediana (ensino fundamental) e inserido no mercado de trabalho, apresentou índices de concordância abaixo do esperado. Os informantes 24 e 25, por seu turno, idosos e poucos escolarizados, mas ainda inseridos no mercado de trabalho, apresentaram taxas altas de marcação de concordância (84,3% e 93,9%, respectivamente).

Em suma, destacamos a complexidade das dinâmicas sociolinguísticas em comunidades como a Costa da Lagoa, onde idade, educação e contexto profissional se relacionam de formas variadas, impactando nos usos linguísticos, neste caso, na marcação da concordância. A análise individualizada dos informantes revela padrões esperados, mas também casos que desafiam as generalizações tradicionais direcionadas especialmente a comunidades urbanas.

## Declaração de autoria

As autoras declaram que participaram de todas as etapas de desenvolvimento do artigo.

## Referências

- BENFICA, S. de A. *Atitudes linguísticas de falantes da área rural e da área urbana do Espírito Santo*. 2024. 156f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. Le fétichisme de la langue. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 2, n. 1, p. 2-32, 1975.
- CEDERGREN, H. *The interplay of social and linguistic factors in Panama*. 162f. 1973. Ph.D. dissertation (Language and Literature, linguistics) – Cornell University : Ithaca, 1973.
- CEDERGREN, H. *Panama revisited: sound change in real time*. Apresentação em NWAVE, Philadelphia, 1984.
- CHAVES, R. G. *A redução/desnasalização de ditongos nasais átonos finais e a marcação explícita de CVP6: um estudo de correlação*. 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- CONDE SILVESTRE, J.C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.
- ECKERT, P. Age as a Sociolinguistic Variable. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Blackwell Reference Online. 28 December 2007. Disponível em: [http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631211938\\_chunk\\_g97806312119381](http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631211938_chunk_g97806312119381).
- FOWLER, J. *The social stratification of (r) in New York City department stores, 24 years after Labov*. New York University, manuscrito não publicado, 1986.
- FREITAG, R. *Idade: uma variável sociolinguística complexa*. *Língua & Letras*, v. 6, n. 11, p. 105-121, 2005. DOI: 10.5935/rl&l
- GIMENO, S. . *O destino viaja de barco: Um estudo histórico, político e social da Costa da Lagoa e de seu processo de modernização (1930-1990)*. 188f. 1992. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Ecologia Política. UFSC: Florianópolis, 1992.
- GUY, G. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 391f. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. [1972] Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.
- LEMLE, M; NARO, A. *Competências Básicas do Português*. Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1977.

- MILROY, L. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (eds.) *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford, U.K.: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 549-572.
- MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- NARO, A. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, v. 57, p. 63-98, 1981.
- NARO, A. O dinamismo das línguas. In: MOLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.43-50.
- NARO, A.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, Sandor B. et al. (eds.) *Papers from the parasession on Diachronic Syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1976. p.221-241.
- NOVAIS, V. S. de. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de universitários sergipanos*. 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2021.
- OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 372f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANTOS, I. F. “*Eu não falo assim, mas eles fala*”: uma análise geossociolinguística da concordância verbal de terceira pessoa do plural na mesorregião norte maranhense. 2021. 133f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, 2021.
- SANKOFF, D.; LARBEGE, S. The linguistic market and the statistical explanation of variability. In: TAGLIAMONTE, Sali A.; BAAYEN, R. Harald. (orgs.). *Analyzing linguistic variation: statistical models and methods*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 167-194.
- SCHERRE, M.; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: DA HORA, D. (org.) *Diversidade linguística no Brasil*. Idéia: 1997. p. 93-114.
- SOARES, M. *Alfabetar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2022.
- VIEIRA, S. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. *Graphos*, v. 2, n. 1, p. 115-133, 1997.

# Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência(s) e retomada(s) no pós-redemocratização

*Language Policies for Indigenous Languages in Brazil: Between Resistance(s) and Recovery(ies) in the Post-Redemocratization*

**Diego Barbosa da Silva**  
Arquivo Nacional (AN) | Rio de Janeiro  
RJ | BR  
vsjd@uol.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-0838-1106>

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos, por meio de três ondas, um panorama de políticas linguísticas para indígenas após a Constituição Federal de 1988 com o seu reconhecimento do direito à terra e à diferença cultural dos povos indígenas no Brasil. A primeira onda nos anos 1990, mais direcionada às políticas linguísticas de aquisição, foi marcada pela criação de escolas indígenas e da carreira de magistério superior indígena. A segunda onda nos anos 2000, inclinada às políticas linguísticas de *status*, foi marcada pela cooficialização de línguas indígenas a nível municipal e pela institucionalização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do IPHAN. Já a terceira onda, mais focada nas políticas linguísticas de *corpus*, nos anos 2010, teve como marcos a intensificação da documentação de línguas e a criação de cursos de Licenciatura Intercultural Indígena em universidades pelo país. Essas ondas, geradas pela força do(s) movimento(s) indígena(s), vêm impulsionando recentemente processos de manutenção e retomada de línguas indígenas.

**Palavras-chave:** Política linguística; Línguas Indígenas; Povos Indígenas; Brasil.

**Abstract:** In this paper, I present, through three waves, an overview of language policies for Indigenous peoples after the 1988 Federal Constitution, which recognized the right to lands and cultural differences of those peoples in Brazil. The first wave in the 1990s, focused on language teaching and learning, was marked by the creation of Indigenous schools and the teaching careers for Indigenous peoples. The second wave, in the 2000s,



focused on language policies, was marked by the co-officialization of Indigenous languages at the municipal level and the institutionalization of the National Inventory of Linguistic Diversity of IPHAN. The third wave, inclined to language corpus policies, in the 2010s, was marked by the intensification of language documentation and the creation of Indigenous Intercultural Degree courses at universities throughout the country. These waves, generated by the strength of the indigenous movement(s), have recently been driving processes of maintenance and recovery of Indigenous languages.

**Keywords:** Language policy; Indigenous languages; Indigenous Peoples; Brazil.

## 1 Introdução

Em 1985, no Brasil, terminavam mais de 20 anos de Ditadura Militar. Com a retomada da democracia, era necessário refundar o Estado brasileiro sob outras bases e isso seria feito com uma nova constituição, elaborada desta vez de forma democrática, participativa e se contrapondo aos horrores vividos no período anterior. Naquela ocasião, no mundo, já se defendia a existência de direitos linguísticos e direitos indígenas e já se destacava a pauta ambiental para combater a crise climática que se anunciava.

Nesse contexto, ocorreu a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1987 com o objetivo de redigir uma nova constituição para o Brasil. Nela, a participação e pressão indígenas (Lacerda, 2008; Dias, Capiberibe, 2019) foi intensa e gerou um dos momentos mais emblemáticos da assembleia, quando Ailton Krenak, da tribuna, discursou<sup>1</sup> pintando o rosto com jenipapo, a favor de direitos indígenas.

Foi assim que, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal atual, direitos foram finalmente (re)conquistados, como a demarcação de territórios e o reconhecimento das diferenças étnicas e culturais. Iniciava-se, assim, um profundo processo de transformação, que já estava em curso em outros países e continentes, capaz inclusive de, nos anos seguintes, reverter o decréscimo da população indígena, que voltou a crescer ao superar a baixa autoestima e retomar processos societários, como afirma Baniwa (2012, p. 214).

Sob o aspecto linguístico, ainda que a Constituição Federal de 1988 reconhecesse apenas a língua portuguesa como única oficial,<sup>2</sup> esse documento permitiu que, pela primeira vez, comunidades indígenas utilizassem suas línguas maternas e processos próprios de aprendi-

<sup>1</sup> O discurso de Krenak ocorreu no dia 4 de setembro de 1987 e está disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846>.

<sup>2</sup> Essa foi a primeira vez também que uma Constituição brasileira oficializou uma língua. Até então para fugir, inclusive de debates sobre como nomear a principal língua falada no país, outras constituições a referenciavam como idioma pátrio (1934) e como língua nacional (1946 e 1967). Ver Abreu (2019).

zagem. Esse feito constitui-se como um marco na história do país ao se distanciar um pouco<sup>3</sup> das políticas linguísticas anteriores, de imposição do monolinguismo, de extermínio de línguas, de construção de uma língua nacional imaginária, que vinham desde o período colonial e estavam relacionadas à ideologia de assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade brasileira. Para Morello (2015, p. 9), “a redemocratização do país e a Constituição de 1988 abriram espaço, timidamente, para o reconhecimento de direitos culturais e linguísticos e para a visibilidade [e nós diríamos também viabilidade] de um Brasil Pluricultural e Plurilíngue, com uma cidadania que se expressa em muitas línguas”.

A Constituição afirma, no artigo 210, parágrafo 2º, ao tratar da educação, que o “ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 1988). O Estado, que antes agia para a integração dos indígenas, a partir de então deveria agir para garantir que os povos pudessem utilizar as suas línguas maternas. Além disso, deveria protegê-las como afirma o artigo 231 da Constituição Federal de 1988: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).<sup>4</sup>

A partir desse momento, é possível observarmos ondas em prol de políticas para o fortalecimento de línguas indígenas. A primeira delas, mais marcada por ações de aquisição, para a institucionalização da educação escolar indígena e a ampliação do número de falantes, durante a década de 1990. A segunda onda, nos anos 2000, mais voltada para a construção de políticas linguísticas destinadas a ampliar o *status* das línguas indígenas, isto é, a criar novas funções e usos para essas línguas. E a terceira onda, dos anos 2010 aos tempos atuais, parece mais inclinada às políticas de *corpus*, ou seja, para a estrutura das línguas por meio da formação de pesquisadores indígenas assumindo processos de retomadas. Ao descrever esses períodos como ondas impulsionados pelo(s) movimento(s) indígena(s) não significa que em determinado período houvesse apenas políticas voltadas para determinado tema ou tipo, mas sim uma predominância em cada período, podendo ainda uma onda se sobrepor a outra em uma mesma direção em prol dos direitos linguísticos de indígenas.

A primeira delas, como dissemos, está direcionada para a educação escolar indígena e para a ampliação de falantes por meio da aquisição de línguas e saberes tradicionais pelas novas gerações.

---

<sup>3</sup> Dizemos pouco, pois para nós, o Brasil inda está longe de ser um Estado oficialmente e reconhecidamente multilíngue.

<sup>4</sup> Abreu (2019) ao resgatar as atas da Assembleia Nacional Constituinte, nos mostra que o deputado constituinte João Menezes (PMDB/PA) questionou durante os debates se o português sendo a língua oficial, as línguas indígenas não seriam as línguas nacionais do Brasil. Entretanto, nenhuma proposta foi apresentada nesse sentido para votação.

## 2 A primeira onda de políticas linguísticas para indígenas no Brasil: as políticas de aquisição

Como vimos, a Constituição Federal de 1988 permitiu que as línguas indígenas pudessem ser utilizadas no sistema de ensino. A partir disso, presenciamos diversas mudanças legais que visavam a garantir que essas línguas pudessem ser ensinadas. Em 1991, por meio da Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991, o Ministério da Educação assumiu a educação indígena, que antes estava sob responsabilidade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), então no Ministério da Justiça.<sup>5</sup> Na prática, a educação indígena deixava de ser tratada como política indigenista para se tornar uma política educacional, dando início à construção de uma ampla cooperação entre os entes federativos sobre essa temática, demandando ações de estados e municípios com quem a União compartilha competências nessa área.

Por meio do mesmo instrumento interministerial, foi criado no âmbito do Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação Indígena, que deveria contar com a participação de indígenas e estabelecer as condições para o

calendário específico e diferenciado, a produção de material didático orientada para a realidade indígena, bem como a necessidade de construção de uma pedagogia também diferenciada e compatível com o contexto indígena (vide Art. 8º, Portaria nº 559/1991) e ainda ressalta a importância de se formar profissionais, dentre os quais os professores indígenas, para atuar neste contexto (vide Art. 7º, Portaria nº 559/1991) (Gorete Neto, 2018, p. 126).

Com isso, foram dados os primeiros passos para a criação de uma escola indígena pensada como “comunitária, bilíngue, intercultural, específica e diferenciada” (Gorete Neto, 2018, p. 13).

Em 1996, o Congresso aprovou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que reiterou o que dizia a Constituição sobre a educação indígena e avançou ao estabelecer no seu artigo 78 que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

A partir daí, a legislação passou a garantir expressamente que as línguas indígenas deveriam ser valorizadas, assegurando aos indígenas a participação em todo o processo. Dois anos depois, em 1998, o Ministério da Educação publicou os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (RCNEI). Esse instrumento, construído coletivamente com pesquisa-

<sup>5</sup> Movimento semelhante ocorreu na área da saúde, quando, por meio da Lei Arouca (Lei nº 9.836/1999), as ações de saúde indígena foram transferidas da Funai para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Posteriormente, com a criação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) no Ministério da Saúde, em 2010, essa unidade assumiu a competência no assunto.

dores e indígenas, trouxe uma perspectiva bilíngue para a educação escolar indígena ao afirmar: “[...] a inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira” (MEC, 1998, p. 118).

Em 1999, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou outro documento fundamental para a temática, a Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que reconheceu, pela primeira vez, a categoria de escola indígena. A resolução afirma:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Art. 2º Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I – sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos estados ou municípios contíguos;

II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

IV – a organização escolar própria (BRASIL, 1999).

Tal reconhecimento tinha como objetivo dar autonomia aos indígenas na gestão escolar. A mesma resolução estabeleceu também a carreira de magistério indígena e concurso público diferenciado, proporcionando, assim, que as crianças indígenas sejam atendidas por professores indígenas de sua etnia, que compreendem a realidade, a língua, a história e a cultura de cada comunidade. Verificou-se, com isso, como afirma D’Angelis (2020, p. 145) um *boom* de escolas indígenas nesse período. Contudo, tal crescimento não veio sem dificuldades.

Para Afonso (2014), ainda que escolas indígenas tenham sido permitidas, muitas vezes essas instituições de ensino e cultura carecem de recursos públicos que façam superar as dificuldades, entre elas, as distâncias territoriais entre aldeias e comunidades. Além disso, de acordo com a mesma autora acabam tendo sua criação privilegiada em terras indígenas no contexto da luta pela demarcação dos territórios e não em áreas urbanas, onde vivem a maioria da população indígena do país, de acordo com o Censo de 2022. Mesmo com a crônica falta de recursos, continuamos observando ações voltadas para o fortalecimento e aprimoramento do ensino escolar indígena nos anos seguintes.

Em 2012, o Ministério da Educação lançou, por meio da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, com os objetivos de:

a) orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos; (...)

c) assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;

- d) assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários; (...)
- g) orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais (...)
- h) zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas (BRASIL.MEC, 2012).

Essa legislação determinou diretrizes básicas a serem seguidas em todo o país para o ensino escolar indígena. Além de reafirmar a participação de indígenas no processo educacional, apostou na educação multilíngue e intercultural determinando, ainda, que os saberes tradicionais e o Bem Viver indígenas sejam respeitados e inseridos no sistema de ensino. Mais recentemente, outras normas foram aprovadas reafirmando direitos e estabelecendo novas metas para a educação escolar indígena, como a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de julho de 2020, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.<sup>6</sup>

Em decorrência dessas e de outras medidas observamos, assim, um crescimento no número de escolas indígenas pelo país que, por fim, passam a ter a capacidade de ensinar a mais crianças indígenas suas línguas e saberes ancestrais. Mas, além de atuar na aquisição da língua, seja por meio do ensino da escrita ou mesmo da fala da língua indígena, em apoio aos processos de retomada, percebemos que a escola indígena também passa a ter um papel relevante nas decisões, na articulação e na implementação de políticas linguísticas, tendo em vista que reúne em seu entorno lideranças, professores, anciãos, crianças e jovens. Passemos a analisar a segunda onda do(s) movimento(s) indígena(s) que, para nós, esteve mais incluída para as políticas linguísticas de *status*.

### 3 A segunda onda de políticas linguísticas para indígenas no Brasil: as políticas de *status*

Como vimos, com a Constituição Federal de 1988, os povos indígenas conquistaram outros *status* para as suas línguas, como o de língua de ensino para as comunidades e o de línguas a serem protegidas pelo Estado.

Além disso, a Constituição abriu espaço também para a iniciativa de cooficialização de línguas indígenas a nível municipal e estadual. No seu artigo 13, a Constituição afirma que

---

<sup>6</sup> Recentemente, foi apresentado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 273/2024 que tem como objetivo “Alterar a Lei nº 9.394 de 1996 para tornar o ensino da língua Tupi e outras nativas da região obrigatórias”. De autoria do deputado federal David Soares (União/SP) esse projeto visa a tornar obrigatório o ensino de línguas indígenas em todas as escolas brasileiras, inclusive aquelas não-indígenas e está, neste momento, em tramitação na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, criada na atual legislatura.

“a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988). O instrumento determina, assim, que a língua portuguesa é a única oficial,<sup>7</sup> mas não proíbe que outras sejam reconhecidas como cooficiais pelo país, embora para Abreu (2019) exista a possibilidade de questionamento desse entendimento.<sup>8</sup> Silva (2017, p. 670) esclarece, no entanto, que a Constituição é permissiva nesse quesito, pois quando se diz cooficialização de línguas não se fala em substituição da língua majoritária pela língua minorizada. O que se propõe é uma “relação de complementariedade”.

Em 2002, São Gabriel da Cachoeira (AM) tornou-se, assim, o primeiro município brasileiro a reconhecer como cooficiais outras línguas. Por conta da mobilização de povos indígenas, por meio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com o apoio do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), do Instituto Socioambiental (ISA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi aprovado, por unanimidade, o projeto de lei na Câmara Municipal que deu origem à Lei nº 145/2002 que tornou cooficiais no município amazonense do alto Rio Negro, ao lado da Língua Portuguesa, o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano.<sup>9</sup> A escolha dessas línguas, de acordo com Silva (2013) e Severo e Oliveira (2022), se deu, quanto ao Nheengatu e ao Tukano, por razões estatísticas dada a quantidade de falantes que as utilizam como línguas maternas e línguas de comunicação no município, e quanto ao Baniwa, pelo papel histórico e simbólico por ser representante da família Aruak. Essa lei estabeleceu que:

Art. 2º. O *status* de língua co-oficial concedido por esse objeto, obriga o município:  
§1º. A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito.  
§2º. A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais, na língua oficial e nas três línguas co-oficiais.  
§3º. A incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações (São Gabriel Da Cachoeira, 2002).

<sup>7</sup> Embora alguns pesquisadores afirmem que a Libras tornou-se a segunda língua oficial do país com a Lei nº 10.436/2002, essa lei afirma expressamente o *status* de “meio legal de comunicação e expressão” e “a forma de comunicação e expressão (...) de comunidades de pessoas surdas do Brasil”, o que não a iguala à língua oficial do Brasil.

<sup>8</sup> Para Abreu (2016; 2019), como os constituintes vincularam a oficialização da língua portuguesa ao capítulo sobre a nacionalidade brasileira, no mesmo artigo em que define os símbolos nacionais, isso poderia ser entendido como competência exclusiva da União, não permitindo que municípios e estados legislassem sobre o tema. Abreu (2016, p. 179) afirma que “ao julgar o Habeas Corpus HC72.191-QO, pela relatoria do Ministro Celso de Mello (STF) apresenta-nos a noção de imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais, vinculando, inclusive, o uso da língua portuguesa com a própria soberania nacional”. Assim, ele conclui que “a escolha da língua portuguesa como idioma oficial (...) não visou (a) assegurar direitos linguísticos para os indivíduos e grupos, mas sim instrumentalizar o Estado brasileiro com uma língua que pudesse ser utilizada para fazer funcionar o próprio Estado” (Abreu, 2016, p. 179). Argumento semelhante foi utilizado pelo Prefeito do Município de Paranhos (MS) quando vetou a lei municipal que cooficializava a língua Guarani na cidade, em 2010 (Vera; Costa, 2022, p. 238). Severo e Oliveira (2022, p. 41) registram, contudo, que a competência legislativa de municípios para cooficializar línguas se baseia no artigo 30 da Constituição de 1988, que garante competência para legislar “sobre assuntos de interesse local”.

<sup>9</sup> Posteriormente, em 2017, o Yanomami também foi cooficializado em São Gabriel da Cachoeira (AM) pela Lei nº 084, de 14 de novembro.

Essa lei, como vemos, não produziria nenhum efeito prático para os falantes da língua oficial, no caso o português, mas para os falantes das línguas cooficializadas poderia vir a produzir mudanças significativas. Isso porque cooficializar uma língua significa não apenas reconhecer a sua existência e a sua importância em determinado território, mas como podemos observar, intenta produzir efeitos práticos na redução de barreiras e na promoção de acessibilidade linguística (Casadei, 2022) ao determinar que documentos oficiais sejam publicados e que serviços sejam também oferecidos nessas línguas, garantindo a dignidade da pessoa humana e a maior eficiência dos sistemas públicos nas áreas de saúde e de justiça (Alanen, 2009, p. 93). Tal modificação no ambiente sociolinguístico local faz com que, ao garantir o direito linguístico dos falantes maternos dessas línguas, esses cidadãos sejam respeitados, combatendo inclusive, o preconceito que sentiam ao falar uma língua indígena em espaços onde, anteriormente, eram proibidas ou inferiorizadas.

Contudo, cabe mencionar que instituir um novo *status* para essas línguas indígenas acarreta um efeito sobre as demais línguas indígenas não cooficializadas, como nos alerta Silva (2017, p. 671). O município de São Gabriel da Cachoeira (AM) é uma região multilíngue, como vimos, e de acordo com Gomes (2013), no seu território são faladas mais de vinte línguas indígenas, como o Desano, Kotiria (Wanano), Tariano, Wa'ikhana (Piratapuyo). Em tal contexto, a cooficialização pode também gerar sentidos de que apenas algumas línguas foram validadas, enquanto as demais línguas e variedades depreciadas, criando, assim, novas relações de poder e hierarquias entre todas essas línguas. Para Lagares (2018, p. 82), entretanto:

esse modelo de cooficialização municipal constitui, enfim, uma política intervencionista destinada não apenas ao reconhecimento formal de direitos linguísticos individuais, mas a mudar a situação social de comunidades em situação de subalternidade. Apesar dos conflitos que esse tipo de intervenção provoca, ele pode ser um instrumento eficiente de transformação das relações linguísticas e sociais, sobretudo se for desenvolvido com a participação da sociedade civil e por meio de debate público democrático.

Essa iniciativa pioneira no Brasil, em um dos municípios mais indígenas do país, com 93,2% da população autodeclarada indígena,<sup>10</sup> de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2023), serviu de inspiração e modelo para a promulgação de leis similares em todo o país. Nos anos seguintes, verificou-se, assim, outros municípios cooficializando línguas em 13 estados, ou seja, adotando políticas de *status* a nível municipal. Dos 81 municípios que adotaram outras línguas como cooficiais até o momento, 65 estabeleceram línguas de imigrantes e 17 municípios, línguas indígenas.<sup>11</sup> Apresentamos a seguir, no Quadro 1, a lista desses últimos municípios, bem como as suas populações, a referência da lei aprovada e a(s) língua(s) indígena(s) cooficializada(s) ao lado do português.

<sup>10</sup> De acordo com o Censo 2022, os dez municípios com mais indígenas do país em percentual são: Uiramutã (RR), com 96,6% da população; Santa Isabel do Rio Negro (AM), com 96,2%; São Gabriel da Cachoeira (AM), com 93,2%; Amutará (AM), com 92%; Normandia (RR), com 88,8%; Marcação (PB), com 88,1%; Baía da Traição (PB), com 86,6%; Carnaubeira da Penha (PE), com 85,8%; São Paulo de Olivença (AM), com 80,7% e São João das Missões (MG), com 79,8%.

<sup>11</sup> O município de José Boiteux (SC) cooficiou em 2025, a língua indígena Xokleng e as línguas Italiana e Alemã.

QUADRO 1 – Municípios brasileiros que cooficializaram línguas indígenas

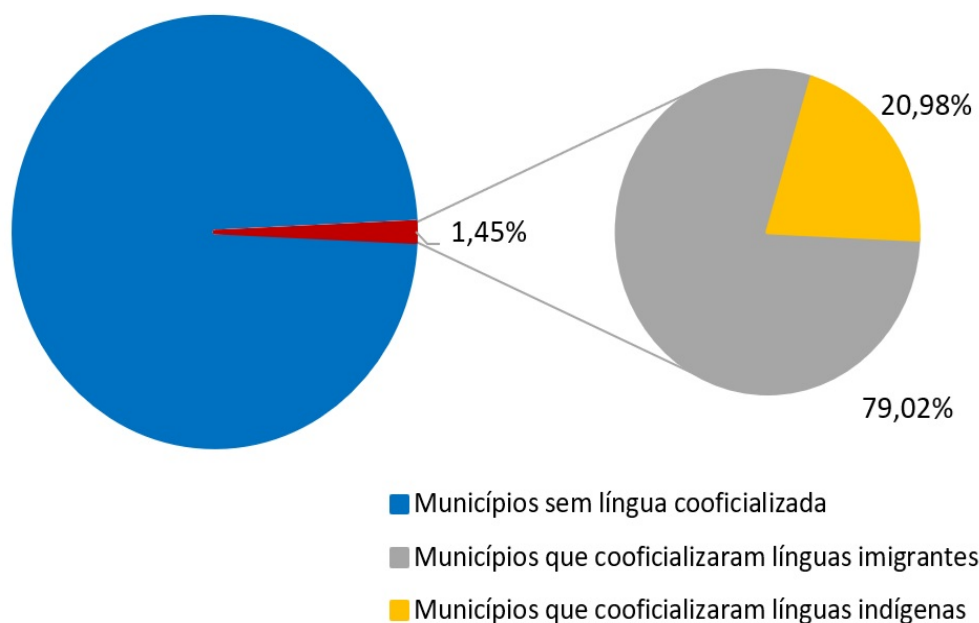
Município	Pop. Indígena/ percentual do total	Língua indígena com grafia original da lei	Lei
São Gabriel da Cachoeira (AM)	48.296/93,17%	Tukano, Nheengatu e Baniwa Yanomami	Lei nº 145, de 11 dez. 2002. Lei nº 084, de 14 nov. 2017.
Tacuru (MS)	4.256/39,38%	Guarani	Lei nº 848, de 18 mai. 2010.
Tocantínia (TO)	4.086/54,78%	Akwê Xerente	Lei nº 411, de 25 abr. 2012.
Bonfim (RR)	6.463/46,51%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 211, de 04 dez. 2014.
Cantá (RR)	5.234/28,02%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 281, de 25 mar. 2015.
Miranda (MS)	8.866/34,72%	Terena Kinikinau e Língua Terena de Sinais	Lei nº 1.382, de 12 abr. 2017. Lei nº 1.538, de 04 abr. 2023.
São Félix do Xingu (PA)	2.451/3,75%	Mebêngôkre (Kayapô)	Lei nº 571, de 13 nov. 2019.
Barra do Corda (MA)	5.552/6,57%	Tenetehara-Guajajara	Lei nº 900, de 07 jul. 2020.
Santo Antônio do Içá (AM)	18.882/66,93%	Tikuna/Ticuna	Lei nº 298, de 08 out. 2020.
Monsenhor Tabosa (CE)	4.861/28,35%	Tupi-Nheengatu	Lei nº 13, de 03 mai. 2021.
Coronel Sapucaia (MS)	3.543/25,02%	Guarani	Lei nº 1412, de 25 jan. 2022.
Itacajá (TO)	6.819/17,52%	Krahô	Lei nº 595, de 19 abr. 2023.
Porto Seguro (BA)	17.771/10,58%	Patxôhã	Lei nº 1888, de 02 mai. 2023
Rondonópolis (MT)	1.080/0,44%	Boe Bororo	Lei nº 13.094, de 18 set. 2023.
João Câmara (RN)	2.421/7,27%	Tupi-nheengatu	Lei nº 901, de 06 ago. 2024.
Amambai (MS)	9.988/25,4%	Guarani Kaiowá	Lei nº 2.905, de 05 dez. 2024.
José Boiteux (SC)	1.434/23,96%	Xokleng	Lei nº 1.299, de 20 mar. 2025.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (IPOL, 2025) e do Censo 2022 (IBGE, 2023).

Sendo assim, até o momento foram cooficializadas, a nível municipal, 18 línguas indígenas de várias famílias: do Tronco Tupi (Guarani Kaiowá, Nheengatu e Tenetehara); do Tronco Macro-Jê (Bororo, Krahô, Mebêngôkre, Patxôhã, Xerente e Xokleng); da família Aruak (Baniwa, Kinikinau, Terena e Wapichana); da Karib (Macuxi); da Tukano (Tukano); da Yanomami (Yanomami) e da língua de sinais indígenas (Língua de Sinais Terena), sendo uma delas ainda, uma língua isolada, a Tikuna. Entre elas, duas delas, o Nheengatu e o Guarani, foram cooficializadas em três municípios, e duas línguas foram cooficializadas em dois municípios: o Macuxi e o Wapichana.

Ainda que a iniciativa de cooficializar línguas tenha começado em São Gabriel da Cachoeira (AM) e com línguas indígenas, observamos que hoje existem muito mais municípios que cooficializaram línguas imigrantes europeias do que línguas indígenas, como pode ser visto no Gráfico 1, a seguir.

GRÁFICO 1 – Percentual de municípios brasileiros que cooficializaram línguas em comparação com aqueles que cooficializaram alguma língua indígena



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (IPOL, 2025) e do Censo 2022 (IBGE, 2023).

Esse gráfico demonstra que, de todos os 5.568 municípios brasileiros,<sup>12</sup> apenas 1,45% cooficializou alguma língua, número ainda extremamente pequeno. E de todos eles, a maioria de quatro quintos cooficializou uma língua imigrante e não uma língua indígena. Dos 17 municípios que cooficializaram pelo menos uma língua indígena até hoje, 15 apresentam terras indígenas em seus limites,<sup>13</sup> sendo que 14 deles possuem mais de mil indígenas vivendo nessas terras e, pelo menos em 6 deles, são mais de cinco mil indígenas. Observamos, assim, um padrão: o de cooficializar a língua indígena utilizada na terra indígena e não aquela falada em contexto urbano.

Analisando dados do último censo do IBGE (2022), vemos que 420 municípios brasileiros possuem terras indígenas em seus limites e em 150 deles, essas terras contabilizam mais de mil indígenas vivendo na área do município, como pode ser visto na Tabela 1 a seguir.

<sup>12</sup> Duas unidades administrativas são constantemente consideradas municipais, o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha (PE), totalizando 5.570 unidades.

<sup>13</sup> Os dois únicos municípios que cooficializaram uma língua indígena sem possuir terra indígena em seus limites são Monsenhor Tabosa (CE) e João Câmara (RN). Contudo, neles vivem, respectivamente, 4.861 e 2.421 pessoas que se autodeclararam indígenas de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2023).

TABELA 1 – Número de municípios brasileiros com terras indígenas (TI) em seus limites

Região	Quantidade total de municípios	Quantidade de municípios com terras indígenas	Percentual dos municípios com terras indígenas na Região	Quantidade de Municípios com mais de mil indígenas vivendo nos limites municipais
Norte	450	153	34%	70
Nordeste	1793	79	4,4%	33
Centro-Oeste	468	83	17,7%	30
Sudeste	1668	29	1,73%	4
Sul	1191	76	6,38%	13
Total	5570	420	7,54%	150

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, 2022.

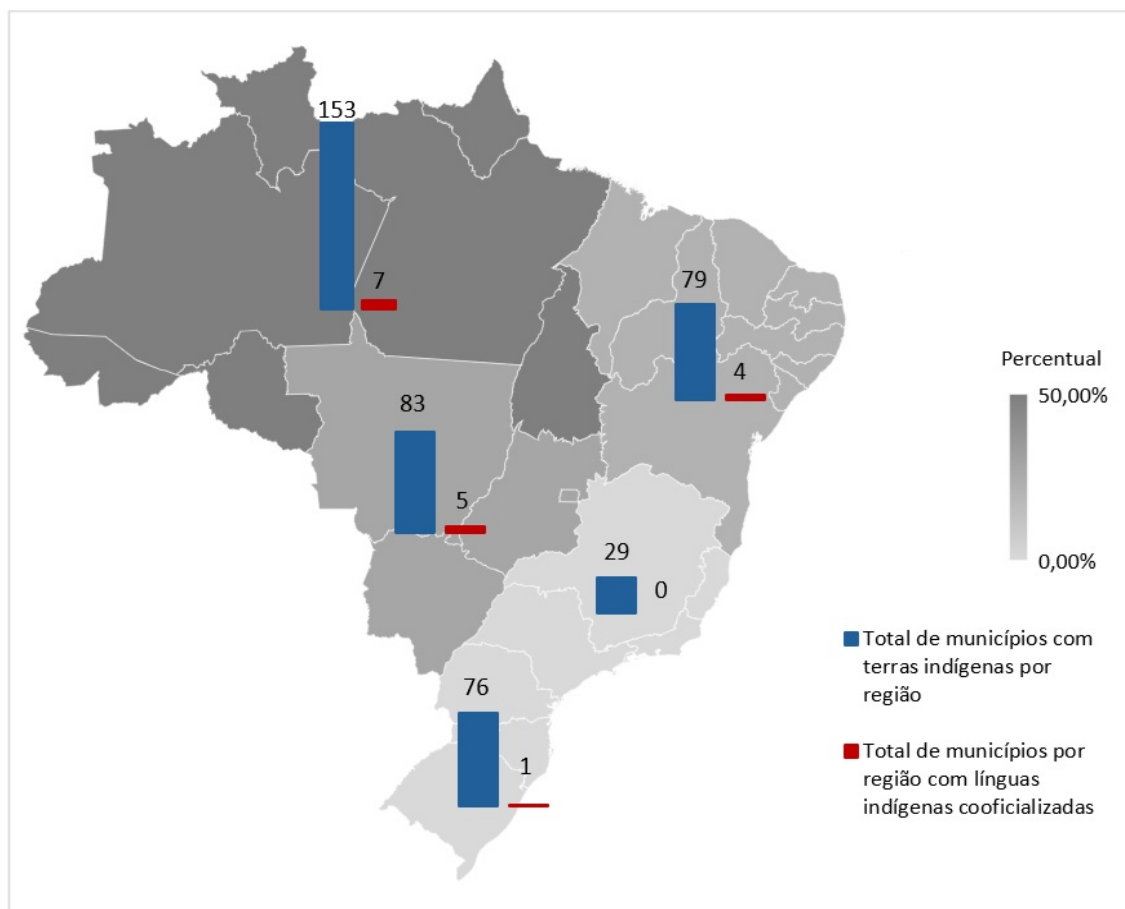
As informações dispostas na Tabela 1 demonstram que, se considerarmos a presença de comunidades indígenas no município como justificativa para cooficializar línguas indígenas a nível municipal, pelo menos 420 municípios em todo o país poderiam cooficializar línguas indígenas (7,54% do total de municípios do país). Mas, atualmente, apenas 3,1% dos municípios com terras indígenas têm línguas indígenas cooficiais.<sup>14</sup>

No Mapa 1 a seguir, podemos observar a quantidade de municípios por região com terras indígenas, nas colunas em azul (IBGE, 2023) e a quantidade de municípios que cooficializaram pelo menos uma língua indígena, com colunas em vermelho (IPOL, 2023). Nele, destacamos também que, embora as regiões Sul e Sudeste juntas tenham mais de cem municípios com comunidades indígenas, apenas um deles cooficializou e em 2025, línguas indígenas até o momento.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> A cooficialização de línguas indígenas também encontrou resistências em algumas cidades. A Câmara Municipal de Paranhos (MS) aprovou em 2010 um projeto de lei que tornava o Guarani uma língua cooficial no município, mas o projeto acabou sendo vetado pelo prefeito sob a justificativa de inconstitucionalidade pela Constituição Federal não autorizar expressamente municípios a realizar tal ato (Vera; Costa, 2022). Mais recentemente, em agosto de 2023, a Prefeitura de José Boiteux, município catarinense com 25% da população indígena das etnias Kaingang; Xokleng-Laklãnõ e Guarani, publicou um decreto em que proibia o uso de outras línguas além do português nas repartições públicas. Após intervenção do Ministério Público Federal, o decreto foi revogado no mesmo mês pelo próprio prefeito (Caldas, 2023).

<sup>15</sup> Na Câmara Municipal de São Paulo (SP), maior cidade do país, existe o Projeto de Lei nº 436, de 6 de julho de 2021, de autoria do Poder Executivo Municipal em tramitação para cooficializar a língua Guarani.

MAPA 1 – Municípios brasileiros que cooficializaram línguas indígenas por região



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas (IPOL, 2025) e do Censo 2022 (IBGE, 2023).

Tal cenário, de apenas 3,1% dos municípios com comunidades indígenas com línguas cooficiais, pode ser modificado com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.074A/2019, de autoria do então deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT/MS), a partir da demanda dos povos indígenas. Esse projeto de lei prevê o seguinte:

Art. 2º Fica estabelecido que os municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas passam a ter como línguas cooficiais as línguas indígenas.

§1º O reconhecimento das línguas cooficiais de que trata o caput garante a prestação de serviços e a disponibilização de documentos públicos pelas instituições públicas na língua oficial e nas línguas cooficiais.

Art. 3º A cooficialização das línguas indígenas não deve representar obstáculo à relação e à integração dos indivíduos na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos das pessoas ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial.

Esse projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados, em 2022, com parecer favorável da então deputada federal Joenia Wapichana (REDE/RR) e em tramitação, neste momento, no Senado Federal, determina, assim, que em todos os municípios com comunidades indígenas sejam cooficializadas línguas indígenas. Isso, como vimos, obrigaria

governos locais a oferecer serviços e disponibilizar documentos nessas línguas. No entanto, não determina um prazo para que isso ocorra, nem estipula recursos ou apoio orçamentário do governo federal com essa finalidade.

Em continuidade à explanação sobre a política de cooficialização de línguas indígenas, em 2023, o Amazonas se tornou o primeiro estado brasileiro a cooficializar outras línguas. A Lei nº 6.303, de 19 de julho de 2023, tornou cooficial 16 línguas indígenas faladas por povos dessa unidade administrativa, com grafia original da lei: Apurinã; Baniwa; Desána; Kanamari; Marubo; Matis; Matsés; Mawé; Múra; Nheengatu (Língua Geral Amazônica); Tariána; Tikuna; Tukano; Waiwái; Waimirí e Yanomami (Amazonas, 2023). Além disso, a referida lei criou também a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas. Essa política autoriza os Poderes e órgãos do estado do Amazonas a mapear políticas linguísticas; promover campanhas de conscientização sobre a importância da preservação da diversidade linguística; desenvolver programas de revitalização; promover cursos de formação de intérpretes; entre outras ações.<sup>16</sup>

Desde 2002, quando São Gabriel da Cachoeira (AM) se tornou o primeiro ente federativo do Brasil a cooficializar uma língua minorizada, esse tipo de intervenção política de *status* tem se tornado uma boa alternativa para um ambiente multilíngue como o brasileiro, com séculos de imposição do monolinguismo. Assim, pelo menos em uma pequena parte do território nacional, onde esses falantes vivem, poderia haver a prestação de serviços, em suas línguas maternas, garantindo dignidade e respeito aos seus direitos.

Entretanto, a cooficialização, sem ações que a implemente, não parece, na prática, estar promovendo grandes transformações nos ambientes sociolinguísticos desses territórios. Silva (2013), ao pesquisar a aplicação da lei de cooficialização em São Gabriel da Cachoeira (AM) dez anos após a sua aprovação, afirma que, em 2012, instituições públicas e privadas não estavam oferecendo serviços nas línguas oficiais. A autora atribuiu isso às ausências de conscientização das pessoas, de fiscalização do Poder Executivo municipal e à não instalação de um Conselho Municipal, previsto desde 2006 para promover e fiscalizar a aplicação da lei. Para verificarmos se isso ainda ocorre, realizamos uma breve consulta aos perfis em redes sociais da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, disponíveis na internet. Atualmente, esses instrumentos de comunicação são bastante utilizados para informar a população, devido a sua praticidade e alcance. Constatamos, porém, em desacordo com a lei municipal de coo-

---

<sup>16</sup> Posteriormente, Roraima e Amapá aprovaram leis de reconhecimento de línguas indígenas como cooficiais nesses estados. Em Roraima, por meio da Lei nº 2.055/2024 foram reconhecidas 12 línguas, a saber, conforme grafia da lei Hixkaryana (Hixkariána); Ingarikó; Maku; Makuxi; Ninam; Patamona (Kapon); Sanumá; Taurepang (Pemón); Waiwai; Wapixana; Yanomami; e Yekwana (Maiongong). Nesse estado também foi criada uma política estadual de proteção a essas línguas. Já no Amapá, por meio da Lei nº 3.146/2024 foram reconhecidas 9 línguas, a saber, de acordo com a grafia da referida lei: Kheuol Karipuna; Kheuól Galibi-Marworno; Parikwaki; Kali`na; Wajãpi; Tiriyó; Kaxuyana; Wayana; e Aparai. Além disso, foi apresentado na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, um projeto de lei semelhante. De autoria da deputada estadual Gleice Jane (PT/MS), o PL nº 115/2024 “dispõe sobre o reconhecimento das línguas indígenas faladas no Estado de Mato Grosso do Sul como patrimônio cultural imaterial e estabelece a cooficialização de línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul”. De acordo com o projeto se tornariam cooficiais as seguintes línguas no estado: Guarani-Kaiowá; Guarani; Kaiowá; Terena; Kinikinau; Kadiwéu; Guató e Ofayé.

ficialização, que, em novembro de 2023, a língua portuguesa era a única a ser utilizada nas postagens desses perfis (PMSGC, 2023).

Oliveira (2015, p. 29) pondera que, para implementar tais políticas, é essencial que governos municipais prevejam e planejem recursos para essa finalidade. É necessário que haja verbas, tanto para apoiar a formação de professores e intérpretes, quanto para a modificação da paisagem, com a instalação de placas nas outras línguas em espaços públicos. Para que tais políticas sejam implementadas é fundamental, para Oliveira (2007), que elas sejam desenvolvidas no sentido *bottom-up*, ou seja, a partir de mobilizações dos povos indígenas e não impostas no sentido *top-down*, ditadas pelo Estado. Severo (2013, p. 462-463) aponta outros inúmeros desafios para a implementação de política linguística de cooficialização. Para ela,

ainda sobre a dinâmica de uma política linguística em rede, a oficialização – em nível federal ou municipal – não implica, necessariamente, sucesso em relação à circulação e legitimação das línguas. Há uma série de variáveis que atuam nesta dinâmica e que pouco são consideradas ou avaliadas. Para exemplificar, alguns fenômenos (ideológicos, políticos, econômicos) podem ser elencados como obstáculos à circulação efetiva das línguas em contexto público: falta de compreensão da importância, pelos legisladores, da circulação efetiva das línguas minoritárias; mitos compartilhados sobre o multilinguismo, como a ideia de que efetivação de uma política multilíngue seria excessivamente custosa; o desconhecimento da história do funcionamento das línguas em uma dada localidade e da maneira como certas línguas assumem significado social de prestígio em detrimento de outras; e interesses políticos e econômicos de grupos locais em detrimento do interesse público (Severo, 2013, p. 462-463).

Silva (2016), no entanto, destaca a importância de cooficializar línguas, apesar das dificuldades de implementação dessas políticas, ou mesmo da persistência do medo, da vergonha e do estigma em falar uma língua indígena no espaço público.<sup>17</sup> Para a autora:

um projeto de lei que oficializa uma língua indígena já é, em si, um ato de ruptura com as políticas coloniais. No entanto, um projeto decolonial (Mignolo, 2003; 2005) e emancipatório (Santos, 2010a; 2010b) só pode ser construído legitimadamente na medida em que um pensamento descolonizado se fizer vivo nas mentes e nos corpos dos sujeitos subalternizados. Assim, não basta desconstruir a ideologia da homogeneidade linguística em isolado. É preciso desconstruir a própria razão ocidental/colonial que define o que é legítimo e o que não é, assim como todos os valores, concepções e práticas que reproduzem essa razão. Portanto, pensar a lei de cooficialização não como um processo isolado, mas como algo que integra um projeto maior, decolonial e emancipatório, significa pensar o papel da coletividade na definição das políticas linguísticas (Silva, 2016, p. 234).

<sup>17</sup> Tukano (2012) assim relata a sua passagem em um Internato Salesiano, na década de 1960: “Os missionários eram de diferentes lugares da Europa. Vinham da Itália, Espanha, Inglaterra, Holanda, Alemanha, França, Portugal, e havia alguns brasileiros. (...) Nenhum desses missionários falava ou entendia a língua Tukano. Por isso, ficavam nervosos e pensavam que os índios estavam pensando ou falando algo ruim sobre eles. Então, começaram a nos proibir rigorosamente de falar a língua nativa. Quem falasse Tukano não poderia merendar, jogar futebol e nem participar de outras diversões. Diziam que era língua do diabo, língua atrasada, que não servia para nada (Tukano, 2012, p. 134-135).

Dando sequência à consideração das políticas linguísticas voltadas para o *status* das línguas indígenas, apresentamos uma ação realizada por iniciativa do Poder Judiciário Federal. Em 2023, foi realizada a tradução oficial e a publicação da Constituição Federal de 1988 na língua Nheengatu. De acordo com o CNJ (2023), “a Constituição em Nheengatu foi feita por um grupo de 15 indígenas bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós, em promoção ao marco da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas”. Pela primeira vez, assim, o Brasil passou a contar de forma oficial com a sua Constituição Federal em outra língua e essa foi uma língua indígena. Sobre a importância dessa iniciativa, Edilson Baniwa, um dos tradutores, afirma:

para os falantes da Língua Nheengatu, esta tradução da Constituição Federal de 1988 para sua língua representa o reconhecimento, o fortalecimento, a valorização e a proteção da língua Nheengatu. Além disso, a compreensão do maior documento de um país, em que estão garantidos os direitos indígenas e os direitos linguísticos. A tradução pode revelar também um mundo desconhecido e diferente, mas que agora pode ser compreendido pelos falantes da língua Nheengatu (CNJ, 2023).

Em complemento a essa iniciativa, o Governo Federal lançou, em 2024, o Programa Língua Viva no Direito. Por meio da Portaria Interministerial AGU/MPI/MJSP nº 1/2024, três ministérios se comprometeram a traduzir normas e conceitos jurídicos para línguas indígenas. A Constituição Federal de 1988 será o primeiro texto legal a ganhar tradução, inicialmente para as línguas Guarani Kaiowá, Tikuna e Kaingang, elevando para quatro o número de línguas indígenas com traduções para a CF.

Dando prosseguimento à apresentação das políticas linguísticas dessa segunda onda, em 2010, foi criado, também no âmbito do Poder Executivo Federal, no MinC, mais precisamente no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), como forma de reconhecimento das línguas brasileiras como patrimônio imaterial, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), por meio do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. O INDL tem como objetivo “promover e valorizar a diversidade linguística brasileira; fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil; e contribuir para a garantia de direitos linguísticos” (IPHAN, 2023). O IPHAN deveria mapear, caracterizar e diagnosticar as situações linguísticas para, assim, executar ações de valorização e promoção, além de preservar e disponibilizar o acervo documental e bibliográfico para salvaguardar a língua inventariada (IPHAN, 2023). De acordo com o Guia de Pesquisa e Documentação do INDL (IPHAN, 2014), o inventário deveria gerar formulários, relatórios e acervo digital com documentação audiovisual de usos da língua e de entrevistas com falantes de referência, listas de palavras, mapas e coordenadas geográficas, amostras de escrita na língua, comprovação de anuência dos falantes, podendo ainda gerar publicações com os dados recolhidos. Até o momento, foram inventariadas quase 30 línguas, mas apenas 7 receberam o título de Referência Cultural Brasileira e, dessas, seis são indígenas: duas da família Tupi-Guarani, Asuriní e Guarani-Mbyá, e quatro da família Karib, Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Nahukuá (IPHAN, 2023).<sup>18</sup> As demais línguas inventariadas aguardam aprovação para também ganhar o título e serem inseridas no INDL.

<sup>18</sup> Essas informações foram adquiridas por meio de uma solicitação ao IPHAN de acesso à informação, via Sistema Fala.BR, processo nº 72020.003066/2023-29 e nº 72020.003325/2023-11. De acordo com a resposta do

O INDL se alinha à política nacional de preservação do patrimônio imaterial brasileiro e segue o seu modelo de documentar o bem para que possa ser registrado como patrimônio nacional. D'Angelis (2015) questiona tal ação de forma bastante incisiva. Para o autor, a medida, na condição de política linguística, traria uma série de equívocos, como, por exemplo, o fato de o Poder público aprofundar a hierarquização que já existe nos ambientes linguísticos, ao utilizar critérios não muito claros para determinar qual língua ganhará o título de patrimônio e, conseqüentemente, terá acesso, enquanto tal, a recursos para a sua preservação. Ele questiona, ainda, o papel da comunidade de fala nos processos de inventário e registro e o direito do Estado em tomar tal decisão, aproximando a ação de políticas coloniais do passado e com pouca utilidade prática para a manutenção das línguas.

Passemos, neste momento, à análise da terceira onda impulsionada pelo(s) movimento(s) indígena(s), mais voltada, em nossa visão para as políticas linguísticas de *corpus*.

#### 4 A terceira onda de políticas linguísticas para indígenas no Brasil: as políticas de corpus

As políticas linguísticas de *corpus* são políticas que têm como objetivo a implementação de processos e estratégias que favoreçam à descrição linguística e à elaboração de instrumentos linguísticos. No entanto, para que a descrição seja elaborada, como vimos, geralmente, a ela se antecedem ações de documentação, que, para Amaral (2020), estão bastante avançadas no Brasil. Atualmente, é possível acompanhar essas ações sendo feitas por instituições públicas federais como o Museu do Índio e o Museu Goeldi; universidades federais como a UNIFAP (Campetela *et al.*, 2017) e estaduais, como a Unicamp (D'Angelis, 2019); e o próprio IPHAN, por meio do INDL.<sup>19</sup> Além disso, algumas iniciativas estrangeiras também impulsionam a documentação de línguas. No Quadro 2, a seguir, podemos observar as línguas no Brasil documentadas por essas instituições e programas, até o momento, e que alcançam o número de 115 línguas e variantes indígenas.

---

IPHAN às nossas solicitações, as demais línguas indígenas inventariadas são: Aikanã, Huni Kuin, Karitiana, Karo, Kawahiba dos Amondawa, Kawahiba dos Karipuna, Kawahiba dos Uru-Eu-Wau-Wau, Kwazá, Latundê, Macuxi, Ninam, Oro Win, Sakurabiat, Salamai, Sanõma, Suruí Païter, Wapichana, Wari, Yãnoma, Yanomam, Yanomami e Yaroamë (IPHAN, 2024).

<sup>19</sup> Em setembro de 2023, foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura do Senado, o Projeto de Lei nº 3.690/2019, que estabelece a criação de um programa federal de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas no Brasil. O projeto de iniciativa do senador Jorge Kajuru (GO) determina que o programa deverá ser desenvolvido pelo Poder público para documentar as línguas, elaborar dicionários e gramáticas e divulgar as línguas nas regiões onde são faladas por meio dos canais públicos de comunicação, sinalização urbana, no serviço público e no sistema de ensino com oferta de disciplinas.

QUADRO 2 – Línguas indígenas documentadas no Brasil por instituição

Tronco e Família Linguística	Língua	Museu do Índio	IPHAN <sup>20</sup>	Museu Goeldi	DOBES	ELDP (SOAS)
Tupi – Tupi-Guarani	Amondawa (RO)		X			
	Apiaká (MT/PA)	X				
	Asurini (TO)		X	X		
	Guajá (MA)			X		
	Guarani-Kaiowa (SP)			X		
	Guarani-M'bya (SP/RJ)		X			X
	Ka'apor (MA)			X		X
	Karipuna de Rondônia		X			
	Kaiabi (MT)	X				
	Juma (AM)	X				
	Nheengatu (AM)			X		
	Parintintin (AM)			X		
	Tenharim – Kagwahiva (AM)			X		
	Uru-Eu-Wau-Wau (RO)	X	X			
	Wajãpi (AP)			X		
Tupi – Mondé	Aruá (RO)			X		
	Cinta Larga (MT/RO)			X		
	Gavião (RO)					X
	Ikolen (RO)			X		
	Surui Paiter (RO)		X	X		X
	Zoró (MT/RO)			X		
Tupi – Tupari	Akuntsu (RO)					X
	Ayurú (RO)					X
	Makurap (RO)			X		X
	Sakurabiat (RO)	X	X			
	Tupari (RO)			X		
	Wayoro (RO)	X		X		X
Tupi – Juruna	Xipaya (PA)			X		X
	Yudjá (MT)			X		
Tupi – Munduruku	Kuruaya			X		
	Munduruku (AM/PA)			X		
Tupi – Puruborá	Puruborá (RO)			X		X
?	Salamai		X	X		
Tupi – Arikén	Karitiana (RO)		X	X		
Tupi – Aweti	Aweti (MT)				X	
Tupi – Mawé	Sateré Mawé (AM)			X		

<sup>20</sup> Lembrando que essas informações foram adquiridas por meio de uma solicitação ao IPHAN de acesso à informação, via Sistema Fala.BR, processo nº 72020.003066/2023-29 e nº 72020.003325/2023-11.

Tronco e Família Linguística	Língua	Museu do Índio	IPHAN <sup>20</sup>	Museu Goeldi	DOBES	ELDP (SOAS)
Tupi – Ramarama	Karo (RO)		X	X		X
Macro Jê – Jê	Kisêdjê (MT)	X				
	Mebêngokrê Xikrin (PA)			X		
	Panará (MT/PA)					X
Macro Jê – Jabuti	Arikapú (RO)			X		
	Djeoromitxi (RO)	X		X		X
Macro Jê – Guató	Guató (MS/MT)	X				
Macro Jê – Ia-tê	Ia-tê (PE)			X		
Macro Jê – Karajá	Karajá (TO)	X		X		
Macro Jê – Maxakali	Maxakali (MG/ES)	X				
Macro Jê – Ofayé	Ofayé (MS)					X
Macro Jê – Rikbaktsá	Rikbaktsá (MT)	X				
Karib	Aparai (PA)			X		
	Arara (PA)			X		
	Bakairi (MT)			X		
	Hixkaryana (AM/PA)			X		
	Ikpeng (MT)	X				
	Ingarikó (RR)			X		
	Katúena			X		
	Katxuyana			X		
	Kuikuro-Kalapalo (MT)		X		X	
	Kuikuro-Matipu (MT)		X			
	Kuikuro-Nahukuá (MT)		X			
	Macuxi (RR)		X	X		
	Shikuiana			X		
	Taurepang (RR)	X		X		
	Tiriyó (PA)			X		
	Tunayana (AM/PA)			X		
	Ye'kwana (AM/RR)	X				
	Waimiri Atroari			X		
	Waiwai (AM/AP)	X		X		
	Wayana (PA)			X		
Aruak	Apurinã (AM/MT/RO)			X		X
	Banawá (AM)			X		
	Baniwa (AM)	X		X		
	Enawenê-nawê (MT)					X
	Koripako (AM)	X				
	Mawayana			X		
	Palikur (AP)			X		X

Tronco e Família Linguística	Língua	Museu do Índio	IPHAN <sup>20</sup>	Museu Goeldi	DOBES	ELDP (SOAS)
Aruak	Paresi-Haliti (MT)	X				X
	Wapichana (RR)	X	X	X		
	Werekena (AM)	X				
Txapakura	Kuyubim (RO)	X		X		
	Maís			X		
	Moré (RO)	X				
	Oro Win (RO)		X	X		X
	Wari'		X	X		
Pano	Huni Kuin (AC)		X		X	
	Korubo (AM)	X				
	Sharanawa-Mastanawa-Chaninawa (AC)					X
	Shawādawa (AC)	X				
	Yawanawa (AC)	X				
Tukano	Desano (AM)	X				X
	Kotiria (AM)					X
	Tukano (AM)			X		
	Tuyuka (AM)			X		X
	Wa'ikhana (Piratapuyo) (AM)					X
Yanomami	Ninam (RR)		X			
	Sanöma (RR)	X	X			
	Yānoma (RR)		X			
	Yanomama (RR)		X			X
	Yanomami (AM/RR)	X				
	Yaroamë (AM/RR)		X			
Nadahup	Dâw (AM)			X		X
	Hupda (AM)			X		
Línguas Crioulas	Galibi-Marworno (AP)	X				
	Karipuna (AP)	X				
Guaikuru	Kadiwéu (MS)					X
Katukina	Kanamari (AM)					X
Kwazá	Kwazá (RO)		X	X		
Nambikwara	Latundê (RO)		X			
Iranxe	Iranxe-Myky (MT)					X
Tikuna	Tikuna (AM)			X		
Trumai	Trumai (MT)			X	X	
Isolada	Aikanã (RO)		X	X	X	
	Kanoê (RO)	X		X		
	Xinane Yura (AC)	X				
Línguas de sinais	Urubu Ka'apor					X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Museu do Índio (Funai, 2023); INDL (Iphan, 2023). Museu Goeldi, 2023; DOBES, 2023; ELDP, 2023.

Cabe lembrar que tais documentações, diferentemente de séculos passados, seguem padrões de participação e de respeito à comunidade de fala e de transparência, conforme previsto por Himmelmann (2006). Entre as iniciativas estrangeiras, destacamos dois programas internacionais<sup>21</sup> o DOBES, *Dokumentation bedrohter Sprachen* (Documentação de Línguas Ameaçadas), da Alemanha, criado em 2000, e o ELDP, *Endangered Languages Documentation Programme* (Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas), do Reino Unido, criado em 2002. Juntos, esses programas já financiaram a documentação de 36 línguas indígenas no Brasil, algumas feitas em parceria com instituições nacionais como o Museu Goeldi.

O Museu Goeldi, órgão sediado em Belém (PA), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é responsável, de acordo com o seu regimento interno, entre outras ações por “formar e custodiar acervos científicos e documentais; e disponibilizá-los para a comunidade científica e a sociedade” (Museu Goeldi, 2022). Há algumas décadas, o Museu Goeldi, ao lado do Museu Nacional, tem se tornado um agente público importante nas ações voltadas para as línguas indígenas. Em sua base de dados, disponível na internet, encontramos informações de 64 línguas amazônicas documentadas.

Na mesma linha e com objetivo semelhante, o Museu do Índio, órgão ligado à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério dos Povos Indígenas, lançou em 2008 o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (ProgDoc). O programa, além de documentar e registrar as línguas por meio de um de seus projetos, o Projeto de Documentação de Línguas Indígenas (ProDoclin), tem como objetivo “promover a documentação de línguas e culturas indígenas, ampliando as possibilidades de sua salvaguarda; consolidar a documentação linguística e cultural no país, formando pesquisadores indígenas e não indígenas e criar arquivos digitais em centros de documentação nas áreas indígenas, nas aldeias e no Museu do Índio” (FUNAI, 2023). Com isso, atua também na formação de dezenas de pesquisadores indígenas, ou seja, todo o trabalho é realizado com a participação dos povos indígenas. O ProDoclin já contou com dois subprojetos de documentação. O primeiro foi o subprojeto “Documentação de Línguas e Culturas Indígenas do Brasil, desenvolvido entre 2008 e 2015, quando se documentou 14 línguas. E o segundo foi o subprojeto “Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Linguístico de Povos Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica”, de 2016 a 2023, quando se documentou outras 19 línguas. Assim, no total foram documentadas 33 línguas, cujos registros foram arquivados no Museu do Índio e disponibilizados para uso em escolas nas terras indígenas, além de servirem de referência para a construção de portais específicos para algumas dessas línguas: Apiaká; Desano; Ikpeng; Kanoé; Karajá; Kaiabi; Kĩsêdjê; Maxakali; Ninam; Paresi; Rikbaktsa; Shawãdawa e Yawanawa. Além disso, o ProDoclin realizou mais de 250 oficinas e atividades de formação e treinamento de cerca de 100 pesquisadores indígenas em técnicas de documentação linguística.<sup>22</sup>

Registrar e documentar línguas são fundamentais para a sua preservação e para a elaboração de instrumentos linguísticos, fazendo com que tanto a iniciativa do IPHAN quanto a do Museu do Índio (Funai) e a do Museu Goeldi apoiem o desenvolvimento de políticas linguísticas de *corpus*, pois, com essas ações é possível elaborar gramáticas, materiais

<sup>21</sup> Outros programas internacionais de documentação de línguas ameaçadas são o EMELD (*Electronic Metastructure for Endangered Languages Datas*), a AILLA (*The Archive of the Indigenous Languages of Latin America*) e a ELF (*Endangered Languages Fund*).

<sup>22</sup> Essas informações foram adquiridas por meio de uma solicitação à Funai de acesso à informação, via Sistema Fala.BR, processo nº 08198.047913/2023-36.

didáticos, portais na internet, glossários, dicionários e realizar diversos trabalhos acadêmicos de análise linguística.

As políticas linguísticas de *corpus* no Brasil também ganharam impulso com as universidades públicas, quando criaram cursos de licenciatura indígena, com editais de seleção específicos para indígenas. Os primeiros cursos foram criados, em 2001, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) por demanda dos povos indígenas daquele estado (Pöhlmann; Aguiar, 2020) e na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), com apoio da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso e da Funai (Mori; Cruz; Quintino, 2017). Ambos foram incentivados pela implantação da carreira de magistério indígena, após a publicação da Resolução CNE/CEB nº 3/1999, alguns anos antes. Diferentemente das licenciaturas tradicionais, as interculturais tentam promover o diálogo com conhecimentos e saberes indígenas, estimulando também que a universidade reflita sobre o seu papel, reveja o seu formato de ensino e se transforme para isso.

Em 2005, o MEC lançou o Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) com o objetivo de “apoiar projetos de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas para o exercício da docência nas escolas indígenas que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização do estudo em temas como línguas maternas, gestão e sustentabilidade das terras e culturas dos povos indígenas” (MEC, 2023). Com isso, foram multiplicados os cursos de licenciatura pelo país, como podemos observar no Quadro 3 a seguir, com a data de criação e cidade de instalação de cada curso.

QUADRO 3 – Cursos de licenciatura e educação voltados para indígenas no Brasil com foco em linguagens

Região	Instituição de Ensino Superior	Cursos	Cidade	Início do primeiro curso
Centro-Oeste	UNEMAT	Formação Pedagógica para Docentes indígenas; Licenciatura Intercultural Indígena	Barra do Bugres (MT) e diversas cidades do Mato Grosso por oferta de turma específica	2001
	UFG	Educação Intercultural Indígena – Ciências da Linguagem	Goiânia (GO)	2006
	UFGD	Licenciatura Intercultural Indígena	Dourados (MS)	2006
	UFMS	Licenciatura Intercultural Indígena; Pedagogia Intercultural Indígena	Aquidauana (MS)	2010
	UEMS	Pedagogia Intercultural Indígena	Amambaí (MS)	Sem registro
Norte	UFRR	Licenciatura Intercultural Indígena	Boa Vista (RR)	2001
	UEA	Educação Indígena do Alto Solimões; Pedagogia Intercultural Indígena; Educação Indígena com habilitação em Língua Indígena, Português e Literatura	Manaus (AM) e mais 50 municípios do interior do Amazonas.	2006

Região	Instituição de Ensino Superior	Cursos	Cidade	Início do primeiro curso
Norte	UFAC	Licenciatura Indígena	Cruzeiro do Sul (AC)	2007
	UNIFAP	Licenciatura Intercultural Indígena	Oiapoque (AP)	2007
	UNIR	Educação Básica Intercultural	Ji-Paraná (RO)	2009
	UFAM	Licenciatura Indígena em Política Educacional e Desenvolvimento Sustentável; Formação Pedagógica Indígena	Manaus (AM)	2009
	IFAM	Licenciatura Intercultural Indígena	São Gabriel da Cachoeira (AM)	2012
	UEPA	Licenciatura Intercultural Indígena	Marabá (PA); São Miguel do Guamá (PA) e Tucuruí (PA)	2020
	UERR	Pedagogia em Educação Indígena	Boa Vista (RR)	Sem registro
Nordeste	UFPE	Licenciatura Intercultural Indígena	Caruaru (PE)	2009
	UFCC	Licenciatura Intercultural Indígena	Campina Grande (PB)	2009
	UFC	Licenciatura Intercultural Indígena	Fortaleza (CE)	2010
	UNEAL	Licenciatura Intercultural Indígena – Pedagogia; Licenciatura Intercultural Indígena – Língua, Artes e Literatura	Palmeira dos Índios (AL)	2010
	IFBA	Licenciatura Intercultural Indígena	Porto Seguro (BA)	2010
	UECE	Licenciatura Intercultural Indígena	Fortaleza (CE)	2013
	UNEB	Licenciatura Intercultural Indígena	Teixeira de Freitas (BA) e Paulo Afonso (BA)	2018
	UVA	Licenciatura Intercultural Indígena	Sobral (CE)	Não iniciado
	UEMA	Licenciatura Intercultural Indígena	São Luís (MA)	Não iniciado
Sudeste	UFMG	Formação Intercultural para Educadores Indígenas	Belo Horizonte (MG)	2006
	UFES	Licenciatura Intercultural Indígena	Vitória (ES)	2015
	UNIFESP	Licenciatura Intercultural Indígena	Santos (SP)	2024

Região	Instituição de Ensino Superior	Cursos	Cidade	Início do primeiro curso
Sul	UFSC	Licenciatura Intercultural Indígena	Florianópolis (SC)	2011
	UNIVALI	Licenciatura Intercultural Indígena	Itajaí (SC)	2018
	UFSM	Licenciatura Intercultural Indígena	Frederico Westphalen (RS)	Extinto
	UNOCHAPECÓ	Educação Indígena Licenciatura Intercultural Indígena – Pedagogia; Licenciatura Intercultural Português – Kaingang	A distância Chapecó (SC)	2019 2019

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do E-Mec (2023).

Atualmente, o Brasil conta com mais de 35 cursos de licenciatura e pedagogia interculturais indígenas fornecidos por 27 instituições de ensino públicas e 2 privadas, autorizadas a oferecer mais de 2.500 vagas por ano, predominantemente, na modalidade presencial em mais de 70 cidades de todas as regiões do país. Tais cursos, ao lado da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 que instituiu cotas para o ingresso de indígenas no ensino superior, foram fundamentais para aumentar em 374% o número de estudantes indígenas nas universidades públicas de 2011 a 2021 (Santos, 2023b). São cursos de licenciatura intercultural voltados para a formação de professores no nível fundamental e médio com habilitações em ciências biológicas, exatas, humanas, sociais, matemática, linguagens e educação. Além disso, apresentam formas de ingresso, de ensino, de pesquisa, de infraestrutura e de gestão distintas, a fim de garantir a participação e a inclusão indígena, aproximando a Universidade das culturas, saberes e formas de ser indígenas.

Após a criação de muitos cursos de graduação intercultural, já observamos também alguns cursos de pós-graduação *stricto sensu* específicos para indígenas, como pode ser visto no Quadro 4. O primeiro deles o Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas, no Museu Nacional, unidade da UFRJ, com foco na descrição linguística e na preparação de materiais didáticos, formando desde o seu início mais de trinta pesquisadores indígenas de mais de vinte etnias (UFRJ, 2023).

QUADRO 4 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em linguística e educação voltados para indígenas no Brasil

Região	Instituição de Ensino Superior	Curso	Cidade	Ano de criação
Sudeste	UFRJ/Museu Nacional	Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas	Rio de Janeiro (RJ)	2016
Norte	UEPA; UFPA; UFOPA e UNIFESSPA	Mestrado Profissional em Educação Escolar Indígena	Belém (PA) Santarém (PA) Marabá (PA)	2019
Centro-Oeste	UNEMAT	Mestrado Profissional em Contexto Indígena Intercultural	Barra do Bugres (MT)	2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do E-Mec (2023).

No mapa a seguir, podemos observar, em pontos vermelhos, as cidades com cursos de licenciatura intercultural indígena, sendo os pontos menores, as cidades com *campi* da UEA, a de maior capilaridade do país. Já em azul, estão as cidades com cursos de mestrado em Linguística ou em Educação específicos para indígenas. Como podemos notar, os cursos estão dispersos por todas as regiões e apenas os estados do Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal ainda não apresentam algum curso de graduação ou pós-graduação *stricto sensu* para indígenas.

MAPA 2 – Municípios brasileiros com cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* voltados para indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do E-Mec (2023).

Conquistas indígenas, os cursos de licenciatura intercultural voltados especificamente para formação de professores indígenas vêm também impulsionando a elaboração de instrumentos linguísticos, gramáticas, dicionários, glossários, materiais didáticos e artigos acadêmicos. No ambiente de compartilhamento de conhecimentos ancestrais dos indígenas com os conhecimentos científicos ocidentais, já presentes nas universidades, os indígenas desenvolvem esses instrumentos, baseados em outras epistemologias e cosmovisões, assumindo o protagonismo nos processos de retomada linguística. Para Durazzo e Costa (2022, p. 11),

É perceptível que as comunidades indígenas percebem as universidades e demais centros de produção de conhecimento como parceiros. As instituições estão sendo ocupadas pelos saberes dos grupos indígenas, com a presença cada vez maior de estudantes indígenas em seu seio; logicamente, graças à luta destes mesmos povos. Essa parceria será uma porta aberta para que as línguas em processo de revitalização comecem a ser descritas, fortalecidas, faladas. Essa parceria funcionará a partir do protagonismo indígena, e está em processo inicial.

Se ao final do século XVIII, como nos diz Auroux (2009), já havia 158 línguas descritas por europeus sob modelos europeus, hoje contamos com dezenas de novas descrições feitas pelos próprios indígenas (Bomfim, 2017; Fulni-Ô; Costa, 2022; Miranda; Urebete, 2022; Paula; Tapirapé, 2017; Puri; Puri; Puri, 2019; Silva, 2019; Yamã; Minapoty; Yaguakã; Guaynê, 2023) a partir de análises etnolinguísticas que levam em consideração outras noções de língua, problematizando e relativizando as ideias de que as línguas podem ser individualizadas, narradas, classificadas, descritas e nomeadas (Makoni; Meinhof, 2006; Severo, 2019).

Tal processo de descrição vem acompanhado por um intenso movimento de retomada e revitalização de línguas indígenas, até então adormecidas, como o Puri e o Patxôhã.<sup>23</sup> Em um trabalho político dos próprios indígenas, são resgatadas, assim, palavras e expressões, elaboradas gramáticas, construídas formas de escrita e desenvolvidas formas de ensino para as suas comunidades. São tantos relatos de retomada linguística, atualmente em curso, encontrados por nós na internet, que tentamos listá-los no Quadro 5, por macrorregião, com o nome do povo, o estado, a língua e as referências aos trabalhos que relatam ou descrevem os processos de revitalização. Nesse quadro, achamos necessário distinguir aquelas iniciativas voltadas para a manutenção, quando se busca fortalecer línguas com algum grau de circulação, daquelas de retomada, quando se busca despertar a língua ancestral, considerada atualmente sem falantes, em uma determinada comunidade ou mesmo em todo o país.

QUADRO 5 – Povos indígenas no Brasil com processos de manutenção e retomada linguística<sup>24</sup>

Região	Povo	Língua / data de início do processo	Processo de revitalização	Referência(s) <sup>24</sup>
Centro-Oeste	Apiaká (MT)	Apiaká (2018)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Guató (MS)	Guató (2017)	Retomada	Franchetto e Godoy (2017); Funai (2023)
	Kanela (MT)	Timbira (2018)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Karajá (GO)	Karajá (1994)	Manutenção	Silva (2017); Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Manoki (MT)	Mýky	Manutenção	Bardagil, Kajoli e Mampuche (2020)
	Nambikwara (MT)	Nambikwara (2018)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020)
	Kinikinau (MS)	Kinikinau	Retomada	Martins e Oliveira (2018); Silva; Bolzan e Souza (2020)
	Tapayuna (MT)	Tapayuna	Manutenção	Camargo (2014)

<sup>23</sup> De acordo com Rubim et al. (2022, p. 160), “o termo “retomada” é usado para designar políticas indígenas que têm como objetivo reaver línguas destituídas, que não são mais faladas, mas de que se tem alguma memória ancestral ou registro escrito”. Desse modo, nos alinhamos ao discurso de retomada de língua “como reafirmação da posição de que as línguas não estão mortas e não são objetos, como na concepção científica ocidental, mas sim parte da vida indígena, de sua identidade, de seu pertencimento enquanto indígena, de uma forma única de ser e estar no mundo. Dizer ‘retomada’, assim, se alinharia a um outro sentido para as línguas, da língua como potência do ser indígena, bem como a ideia de que as línguas apenas dormem em muitos lugares e formas”, como em variedades do Português indígena, nos registros escritos ou nas listas de palavras de viajantes, de especialistas e de falantes, nos nomes de povos originários, na arte e nos grafismos indígenas, na memória dos lembradores e dos anciãos, nos sonhos, nos cantos, nas cosmologias, nos rituais ou mesmo nos encantados (Silva, 2024).

<sup>24</sup> A Funai, por meio de sua Coordenação de Processos Educativos e de suas Coordenações Regionais, tem apoiado de forma técnica e orçamentária projetos de revitalização linguística em diversas regiões do país, em que os indígenas sejam protagonistas dessas iniciativas. Até 2022, a Funai já apoiou projetos relacionados a 16 línguas nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste, como pode ser observado no quadro.

Região	Povo	Língua / data de início do processo	Processo de revitalização	Referência(s) <sup>24</sup>
Nordeste	Anacé (CE)		Retomada	Bonfim e Durazzo (2023)
	Kalankó (AL)		Retomada	Durazzo e Costa (2022)
	Karaxuwanassu		Retomada	Santos et al. (2021)
	Kariri-Xocó (AL)	Dzubukuá	Retomada	Kariri-Xocó, et al. (2020); Durazzo e Costa (2022)
	Kiriri (BA)	Kipeá	Retomada	Cardoso (2018); Moraes (2021); Henrique e Ramos (2021)
	Pataxó (BA)	Patxohã (1998)	Retomada	Bonfim (2017); Silva (2019); Pataxó (2023)
	Potiguara (PB/RN)	Tupi	Retomada	Andrade et al. (2021); Santos et al. (2021)
	Tapeba (CE)		Retomada	Bonfim e Durazzo (2023)
	Tapuia Tarairiú (RN)	Brobó	Retomada	Santos et al. (2021)
	Tenetehara (MA)	Tenetehara (2016)	Manutenção	Castro e Defilippo (2021); Funai (2023)
	Tingüi-Botó (AL)	Dzubukuá	Retomada	Durazzo e Costa (2022)
	Truká (PE)	Dzubukuá	Retomada	Durazzo e Costa (2022)
	Truká-Tupan (BA)	Dzubukuá	Retomada	Durazzo e Costa (2022)
	Tumbalalá (BA)	Dzubukuá	Retomada	Durazzo e Costa (2022)
	Tupinambá de Olivença (BA)	Tupinambá	Retomada	Costa (2017); Durazzo e Costa (2022)
	Tuxá (BA)	Dzubukuá	Retomada	Souza (2018); Durazzo (2021 e 2023)
	Xukuru	Brobó	Retomada	Durazzo e Costa (2022)
Norte	Anambé (PA)	Anambé	Retomada	Carneiro (2024)
	Apurinã (AM)	Apurinã	Manutenção	Ferreira (2014); Funai (2023)
	Apyãwa/Tapirapé (AM)	Apyãwa (1998)	Manutenção	Paula e Tapirapé (2017)
	Arapium (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Arara Vermelha (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Borari (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Huni Kuin (AC)	Huni Kuin (2016)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Hupd'ah (AM)	Hupd'ah (2016)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Jaraki (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Kambeba/Omágua (AM)	Kambeba/Omágua	Manutenção	Oliveira e Cruz (2022)
	Kokama (AM)	Kokama (2005)	Retomada	Rubim (2016)
	Kotiria (AM)	Kotiria	Manutenção	Stenzel, Trindade e Cabral (2020)
	Krahô (TO)	Krahô/Timbira (2017)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Kumarua (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Maraguá (AM)	Maraguá	Retomada	Yamã; Minapoty; Yaguakãg e Guaynê (2023)
	Maytapu (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Munduruku (PA)	Munduruku (2007)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020); Meirelles (2022); Funai (2023)
	Oro Win (RO)	Oro Win (1998)	Manutenção	Birchall e Cabixi (2021)
	Paumari (AM)	Paumari (2011)	Manutenção	Funai (2023)
	Puroborá (RO)	Puroborá	Manutenção	Oliveira Neto (2020); Galucio (2021)
	Sakurabiat (RO)	Sakurabiat	Manutenção	Guaratiba e Costa (2020); Galucio (2021)
	Tapajó (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)

Região	Povo	Língua / data de início do processo	Processo de revitalização	Referência(s) <sup>24</sup>
Norte	Tapuia (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Tupaiú (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Tupinambá (PA)	Nheengatu	Retomada	Meirelles (2022)
	Tuyuka (AM)	Tuyuka (2012)	Manutenção	Vlcek (2017)
	Wayoro (RO)	Wayoro		Nogueira; Wajuru e Sousa (2021)
	Xambioá (TO)	Karajá (2018)	Manutenção	Nascimento (2013); Ramos e Gobbi (2020)
	Yuhupeh	Yuhupeh (2016)	Manutenção	Ramos e Gobbi (2020)
Sudeste	Guarani Nhandewa (SP)	Guarani Nhandewa (2013)	Manutenção	D'Angelis (2019); Ramos e Gobbi (2020); Toledo e Miranda (2021); Funai (2023)
	Kaingang (SP)	Kaingang (2013)	Manutenção	D'Angelis (2019); Ramos e Gobbi (2020); Toledo e Miranda (2021); Funai (2023)
	Kaxixó (MG)	Kaxixó	Retomada	Campos (2023)
	Krenak (SP/MG)	Krenak (2016)	Retomada	Frassetto (2018); D'Angelis (2019); Ramos e Gobbi (2020); Toledo e Miranda (2021); Funai (2023)
	Maxakali (MG)	Maxakali	Manutenção	Campos (2023); Funai (2023)
	Puri (SP/MG/RJ)	Puri (2013)	Retomada	Puri; Puri e Puri (2020)
	Terena (SP)	Terena (2018)	Manutenção	D'Angelis (2019); Ramos e Gobbi (2020); Funai (2023)
	Tupinikim (ES)	Tupinikim	Retomada	Aldesco (2021); Silva (2023)
	Xakriabá (MG)	Akwen Xakriabá	Retomada	Mota (2020)
	Xukuru-Kariri (MG)			Bort Júnior (2021)
Sul	Kaingang (RS)	Kaingang (2016)	Manutenção	Nascimento; Maia e Whan (2017); Damulakis (2020)
	Xokleng/Laklãnō (SC)	Xokleng/Laklãnō	Manutenção	Keim e Santos (2013)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir das referências citadas.

No Quadro 5, podemos observar relatos e descrições de processos de retomada e manutenção linguística referentes a mais de 60 povos. A maior parte desses relatos, encontrados por nós, fazem referência a povos nas regiões Norte e Nordeste, mas é possível verificar relatos também nas demais regiões, em menor número no Sul. Muitos processos de retomada linguística são consequências de processos anteriores de etnogênese e de retomada de territórios, como afirmam Franchetto e Maia (2017, p. 7),

Aqui estamos assistindo, nos últimos anos, à intensificação crescente deste fenômeno, que acompanha, significativamente, a reivindicação de garantias e proteção dos territórios indígenas. “Terra & Língua” é um binômio da luta pelo reconhecimento de identidades e defesa de direitos constitucionais coletivos. Este pode ser considerado o “núcleo duro” dos processos de revitalização em curso.

Desde a colonização até a Constituição de 1988, como dissemos, muitos povos foram obrigados a se integrar à sociedade nacional fazendo adormecer suas línguas e culturas. Mas,

nas últimas décadas passaram a reivindicar as suas identidades e territórios ancestrais em um processo crescente e cada vez mais forte e intenso.

Só para termos uma ideia desse processo e de sua intensificação, o Instituto Socioambiental publica desde 1996, e a cada cinco anos, o livro Povos Indígenas no Brasil com descrições bem detalhadas da história, cultura e línguas de cada povo. Na primeira edição, em 1996, havia registros de 206 povos; cinco anos depois, em 2001, 216 povos; mais cinco anos, em 2006, 225 povos; em 2011, 235 povos; em 2017, 252 povos; e em 2023, na última edição, já havia 266 povos identificados (Isa, 2023). Ainda que, no período, algum povo isolado fosse contactado e identificado, esse aumento sugere que muitos grupos se conscientizaram e reivindicaram a sua ancestralidade indígena nos últimos anos, em um processo que já vem desde os anos de 1960 (Campos, 2023, p. 99-101), mas que tem se intensificado. A população autodeclarada indígena nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará e Pernambuco teve um aumento significativo no último censo, de 2010 a 2022, de 291% no Amazonas; de 408% na Bahia; de 294% no Ceará; e de 200% em Pernambuco, bem superior ao crescimento de 6,5% da população brasileira. Atualmente, são tantos os relatos de etnogênese no Nordeste, com tantos povos retomando línguas, que Santos et al. (2021) chegaram a designar este momento atual como um “levante linguístico indígena”. Para Durazzo e Costa (2022, p. 12),

as línguas ancestrais foram obrigadas a ficar no silêncio, enquanto a luta pelo território ocupava a linha de frente. Assim, é comum ouvir entre os indígenas que somente muito recentemente estão podendo voltar-se para a língua ancestral, e que essa definição, sobre o melhor momento, foi demarcada pelos encantados (...). A luta principal era pela sobrevivência do grupo, pelo enfrentamento às políticas que os queriam extintos. Ao perceberem que seus territórios estavam sendo demarcados ou ao menos ocupados por eles, tiveram condições para empreender o movimento de busca pela língua. Assim, houve duas questões muito relevantes nesta região que irão impactar na condição de busca pela língua ancestral: os grupos sequer eram reconhecidos como indígenas pela sociedade nacional; e estavam fora de seus territórios ou ocupavam somente parte deles.

Assim, no Nordeste, os Anacé (CE), os Kalankó (AL), os Kariri-Xocó (AL), os Kiriri (BA), os Tingüi-Botó (AL), os Truká (PE) ressurgem e, ao lado de povos como os Pataxó (BA) e os Potiguar (BA), tentam despertar línguas indígenas até então adormecidas como o Kipeá, o Dzubukuá, o Brobó e o Patxohã em processos que, inclusive, envolvem encantados, que os convocam nesses processos de retomada(s) (Bonfim; Durazzo, 2023). Para Galucio (2020, p. 17), “esses processos não irão recriar essas línguas na forma como foram faladas em décadas anteriores, mas indubitavelmente darão origem a novas formas de conhecimento e usos dessas línguas”.

No Norte, os processos de retomada também se acentuam, o que pode ser confirmado, assim como no Nordeste, pela quantidade de relatos que encontramos publicados apenas de 2020 para cá. Nessa região, ressurgem povos como os Tapajó (PA) e os Tupaiú (PA) tentando retomar a língua geral amazônica, o Nheengatu, e outros que, em um movimento contrário, tentam retomar outras línguas como os Maraguá (AM). No Sudeste, observamos processos de retomada(s) tanto em comunidades que tradicionalmente ocupam essa região, como os Tupinikim (ES) e os Xakriabá (MG), quanto de indígenas que migraram mais recentemente do Nordeste ou mesmo de outras regiões do Sudeste, como alguns Krenak, que foram do Vale do Rio Doce (MG) para o oeste paulista e lá tentam retomar sua língua (D’Angelis; Nobre, 2020). Além disso, nessa região, emergem processos de etnogênese e reivindicações

territoriais, como os dos povos Aranã (MG); Borum-Kren (MG); Catu-Awá-Arachá (MG); Kaxixó (MG) e Mucuriñ (MG) (Canuto; Campos, 2019; Camargo; Lima, sd).

Já no Centro-Oeste e no Sul, nos relatos de revitalização linguística encontrados por nós, prevalecem processos de manutenção, quando por diferentes meios se busca ampliar o número de falantes e de âmbitos de uso da língua, atualmente em processo de adormecimento como o Xokleng (SC) e o Tapayuna (MT). Mas, também é possível observar processos de retomada como o da língua Guató e o da língua Kinikinau, por povos de mesmo nome, no Mato Grosso do Sul. Essa última língua, inclusive, como dissemos, tornou-se cooficial, em 2023, no município de Miranda (MS).

## 5 Considerações finais

Neste trabalho, defendemos, assim, a existência de ondas impulsionadas pelo(s) movimento(s) indígena(s) em prol de políticas linguísticas para língua indígenas no Brasil. Essas ondas não são independentes entre si, pelo contrário, vão se sobrepondo e fortalecendo a luta e a mobilização indígena, pois têm como mesmo propósito a garantia do direito indígena à terra e à diferença cultural.

Observamos, também nesses últimos anos, não apenas uma mudança da política linguística do Estado brasileiro para as línguas indígenas, mas das práticas e das ideologias em torno dessas políticas. Notamos essa mudança, quando cada vez mais e mais indígenas se conscientizam e passam a reivindicar a sua ancestralidade, seja por meio da autodeclaração nos censos realizados pelo governo, ou mesmo, por meio da disputa de territórios onde possam desenvolver seus modos de vida.

Sob a perspectiva de Spolsky (2021), temos acompanhado também uma pluralidade de agentes das políticas para as línguas indígenas, no Brasil, para além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a nível municipal, estadual e federal, e que inclui associações indígenas, associações científicas, associações internacionais como a Unesco, organizações não-governamentais, a mídia e, sobretudo, os próprios indígenas. Nenhuma dessas transformações no Brasil seria possível sem a resistência e a mobilização dos próprios indígenas, que agora assumem o protagonismo de pensar, refletir e implementar políticas públicas, entre elas a linguística, para os próprios povos indígenas. Franchetto (2017, p. 59) nos lembra que:

Novas vidas e novas línguas voltam a povoar uma paisagem de perda e subtração, em iniciativas espontâneas de revitalização, sacudindo a omissão e à revelia das tímidas e fragmentadas políticas linguísticas do Estado. Em suma, é a noção de “língua” como construto político que interessa daqui em diante: “língua” declarada para existir, resistir, reagir

Entendemos, contudo, que a luta não terminou. Pelo contrário, ela precisa ser intensificada e acelerada, afinal, ainda temos muitas línguas em risco de adormecimento e muitos territórios indígenas sob pressão do capital, representado por madeireiros, agropecuaristas e garimpeiros. É necessário, assim, que o Estado brasileiro assuma a sua responsabilidade na coordenação e no financiamento dessas políticas linguísticas para garantir que possam ser intensificadas e, conseqüentemente, que os direitos indígenas sejam assegurados em nosso país.

## Referências

- ABREU, R. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. In: FREITAG, R. et al. (orgs.) *Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, p. 163-188.
- ABREU, R. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. *Revista da ABRALIN*, Campinas, [S. l.], v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.1324>. Acesso em: 6 nov. 2023.
- AFONSO, M. Políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil. In: Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, XVII, 2014, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ALFAL, 2014. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1022-2.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- ALANEN, J. Language Access is an Empowerment Right: Deprivation of Plenary Language Access Engenders an Array of Grave Rights Violations. *ILSP Law Journal*, Washington, v. 1, p. 93-118, 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23523.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ALDESCO A. Tupiniquim de Aracruz resgata sua língua nativa. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2021/04/40822/tupiniquim-de-aracruz-resgata-sua-lingua-nativa.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- AMARAL, L. Estratégias para revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251/248>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- AMAZONAS. Lei nº 6.303, de 19 de julho de 2023. Dispõe sobre o reconhecimento das línguas indígenas faladas no Estado do Amazonas como patrimônio cultural imaterial, estabelece a cooficialização de línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas. Disponível em: [https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario\\_am/12/2023/7/9853?modo=lista](https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2023/7/9853?modo=lista). Acesso em: 10 jan. 2024.
- ANDRADE, A.; OLIVEIRA, D. COSTA, D.; COSTA, V. (org.). *Mikûatimirĩ: Pequeno livro sobre saberes linguísticos do povo Mendonça Potiguara*. Caule de Papiro, 2021.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 2009 [1992].
- BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, A. (org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206-227.
- BARDAGIL, B.; KAJOLI, C.; MAMPUCHE, E.: retomada de língua e terra no povo Manoki. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n3.id240>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BIRCHALL, J.; CABIXI, O. Passos na retomada da língua do povo Oro Win. In: TONDINELI, P. (org.). *(Re) Vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas: teorias, metodologias, pesquisas e experiências*. Porto Velho: Edufro, 2021.
- BOMFIM, A. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Lingüística*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433>. Acesso em: 06 nov. 2023.

- BONFIM, E.; DURAZZO, L. Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento etnográfico. Préprint, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/6508/12377/12956>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- BORT JUNIOR, J. Transformações Xukuru-Kariri: O Ruãynyn'rêuê e outras formas gráfico-verbais no Alto Rio Pardo (Minas Gerais, Brasil). *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 547-605, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.61358/policromias.v6i2.43630>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 3.074, de 22 de maio de 2019. Dispõe sobre a Cooficialização das Línguas indígenas nos municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2204433>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CALDAS, J. Após impasse, decreto que determina português como língua oficial em cidade com população 25% indígena é revogado. *G1*, ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/08/24/apos-impasse-decreto-que-determina-portugues-como-lingua-oficial-em-cidade-com-populacao-25percent-indigena-e-revogado.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- CAMARGO, N. Identidade linguística – questão de revitalização da língua Tapayuna. *Letras Escreve*, Macapá, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/1678>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CAMARGO, P.; LIMA, A. Povos indígenas em Minas Gerais: quem são? *Cedefes*. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CAMPETELA, C.; SANTOS, G.; SILVA, E.; SILVA, G. Documentação linguística, pesquisa e ensino: revitalização no contexto indígena do norte do Amapá. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 151-167, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10425/7917>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- CAMPOS, C. Revitalização e retomada de línguas: Consequências e Desafios. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 13, n. 33, p. 96-116, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/pl.v13i33.40923>.
- CANUTO, F.; CAMPOS, T. Da retomada à invenção do território: a criação da aldeia Naô Xohã. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 238-261, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32862>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CARDOSO, G. “Um pra você, muitos pra gente”: situação política e distintividade intra-étnica no povo Kiriri. 2018. 119f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25689>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CARNEIRO, T. No Pará, indígenas retomam antiga língua Tupi-Guarani e tradições que tinham sido perdidas. *G1 Pará*, mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/05/22/no-para-indigenas-retomam-antigo-diaeto-da-lingua-tupi-guarani-e-tradicoes-que-tinham-sido-perdidas.ghtml>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CASADEI, M. (In)Acessibilidade linguística dos povos indígenas nos Poderes Estatais e a (ex)inclusão social. 2022. 373f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-19082022-174429>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CASTRO, R.; DEFILIPPO, J. Histórias originárias em Tenetehára (Tupí-Guaranî) como estratégia de revitalização lingüística, In: TONDINELI, Patrícia Goulart (org.). (Re)Vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas: teorias, metodologias, pesquisas e experiências. Porto Velho: Edufro, 2021.

CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Ao lançar primeira Constituição em língua indígena, presidente do STF e do CNJ destaca momento histórico para o Brasil, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ao-lancar-primeira-constituicao-em-lingua-indigena-presidente-do-stf-e-do-cnj-destaca-momento-historico-para-o-brasil/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, F. *Revitalização e ensino de língua indígena*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DAMULAKIS, G. Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios. Departamento de Linguística e Filologia/UFRJ. 2017. Disponível em: <https://lefufjrj.files.wordpress.com/2017/12/cooficializac3a7c3a30-de-lc3adnguas-no-brasil-versc3a30-ii.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

D'ANGELIS, W. (org.). Línguas indígenas: patrimônio nacional? Um ato de colonialismo. In: Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas, VII, 2015, Córdoba *Actas...* Córdoba, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/42891360/L%C3%8DNGUAS\\_IND%C3%8DGENAS\\_PATRIM%C3%94NIO\\_NACIONAL\\_UM\\_ATO\\_DE\\_COLONIALISMO](https://www.academia.edu/42891360/L%C3%8DNGUAS_IND%C3%8DGENAS_PATRIM%C3%94NIO_NACIONAL_UM_ATO_DE_COLONIALISMO). Acesso em: 22 out. 2023.

D'ANGELIS, W. *Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como fazemos?* Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

D'ANGELIS, W.; NOBRE, D. (orgs.). *Experiências brasileiras em revitalização de línguas indígenas*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2020.

DIAS, C.; CAPIBERIBE, A. *Os índios na constituição*. Cotia: Ateliê Editorial, 2019.

DOBES (Dokumentation bedrohter Sprachen/Documentação de Línguas Ameaçadas). Sítio eletrônico. Disponível em: <https://dobes.mpi.nl/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DURAZZO, L. A garantia do seguimento indígena: ciência ritual, rede Proká e revitalização linguística no submédio São Francisco. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 423-462, 2021. DOI: <https://doi.org/10.61358/policromias.v6i2.46720>.

DURAZZO, L.; COSTA, F. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. *Revista del CESLA*, Varsóvia, vol. 30, p. 97-118, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243374728008/html/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ELDP (Endangered Languages Documentation Programme/Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas). Sítio eletrônico. Disponível em: <https://www.eldp.net/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERREIRA, A. A língua Apurinã: Um processo de revitalização de uma língua minoritária. In: *Semana dos Povos Indígenas*, 2014. Disponível em: <https://comin.org.br/wp-content/uploads/2019/08/A-lingua-apurina-artigo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRANCHETTO, B. Línguas silenciadas, novas línguas. In: RICARDO, F. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 2011-2016*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017, p. 58-61. Disponível em [https://piib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas\\_silenciadas,\\_novas\\_l%C3%ADnguas](https://piib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas_silenciadas,_novas_l%C3%ADnguas). Acesso em: 10 dez. 2023.

- FRANCHETTO, B.; GODOY, G. Primeiros passos da revitalização da língua Guató: uma etnografia. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 281-302, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10432>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- FRANCHETTO, B.; MAIA, M. Educação e revitalização linguísticas. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10416/7908>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- FRASSETTO, P. Recuperação lexical: um vocabulário Português-Krenak/Krenak-Português, 2018. Monografia (Bacharelado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível: <http://www.etnolinguistica.org/tese:frassetto-2018>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- FULNI-Ô, F.; COSTA, J. Yaathe, a língua do povo indígena Fulni-ô: realidades sociolinguística e experiências de valorização. In: FIGUEIREDO, Alexandra; et al. (orgs.). *Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. Campinas: Pontes, 2022.
- FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Sítio eletrônico, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Museu do Índio. Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- GALUCIO, A. Documentação e revitalização linguística: uma interseção possível, necessária e desejável. In: TONDINELLI, P. G. (org.). *(Re)Vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas: teorias, metodologias, pesquisas e experiências*. Porto Velho: Edufro, 2021.
- COMES, R. Território e línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira-AM, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2013. 127f. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_794756187310f37a58b014b8619c8ca5](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_794756187310f37a58b014b8619c8ca5). Acesso em: 15 out. 2023.
- CORETE NETO, M. Políticas linguísticas na Universidade: a promoção das línguas indígenas no curso de licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI). *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 18, n. 2, p. 122-137, 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/11657>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- GUARATIBA, Silvana da S. Cunha; COSTA, Carla D. Nascimento da. Experiências de resgate da língua e cultura Sakurabiat. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, p.1-14, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/249>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- HENRIQUE, F.; RAMOS, R. Os Kiriri do acré e o resgate da língua indígena. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 516-546, 2021. DOI: <https://doi.org/10.61358/policromias.v6i2.44455>.
- HIMMELMANN, N. Language Documentation: What is it and what is it good for? In: GIPPERT, J.; HIMMELMAN, N.; MOSEL, U. (org.). *Essentials of Languages Documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006, p. 1-30.
- KARIRI-XOCÓ, I. et al. A retomada da língua Kariri-Xocó. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n3.id254>.
- KEIM, E.; SANTOS, F. Educação escolar indígena: interculturalidade e cosmovisão na revitalização da língua e cultura Xokleng-Laklãnõ. *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 169-183, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/24375>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE 2012a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>. Acesso em: 02 mar. 2023.

IBGE. Indígenas, 2012. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/apresentacao-indigenas.html>. Acesso em: 17 mai. 2023.

IBGE; FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O Brasil Indígena. Rio de Janeiro; Brasília: IBGE, Funai, sem data. Disponível em: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf). Acesso em: 02 mar. 2023.

IBGE. Panorama Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LACERDA, R. *Os povos indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2008.

LAGARES, X. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1243>. Acesso em: 10 out. 2023.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sítio eletrônico, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística). Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística). Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas, 2025. Disponível em: <https://direitolinguistico.com.br/>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, L. (org.). *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MARTINS, A.; OLIVEIRA, G. Estudo sociolinguístico da língua Kinikinau. *Revista Moara*, Belém, ed. 50, p. 149-168, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view-File/6809/5375>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MEC (Ministério da Educação). Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MEC (Ministério da Educação). Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, nº 3, de 10 de novembro de 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo3\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo3_99.pdf). Acesso em: 25 nov. 2023.

MEC (Ministério da Educação). Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, nº 5, de 22 de junho de 2012. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em: 25 nov. 2023.

MEC (Ministério da Educação). e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior, 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MEC (Ministério da Educação). Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17445-programa-de-apoio-a-formacao-superior-e-licenciaturas-interculturais-indigenas-prolind-novo>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MEIRELLES, S. Do deslocamento de línguas à retomada linguística no Baixo Tapajós: desestabilizando a ideia de monolinguismo. *Revista Moara*, Belém, n. 62, p. 93-117, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.voi62.15068>.

MIRANDA, M.; UREBETE, O. Gramatização de línguas indígenas e os desafios de elaborar gramáticas pedagógicas: uma reflexão a partir do A'uwẽ Merene. In: FIGUEIREDO, A. et al. (orgs.). *Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. Campinas: Pontes, 2022.

MORAES, V. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e de língua morta a partir do contexto Kiriri. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 487-515, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164828>. Acesso em 25 nov. 2023.

MORELLO, R. (org.). *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.

MORI, A.; CRUZ, M. da; QUINTINO, W. P. Políticas linguísticas no curso de licenciatura intercultural da UNEMAT: manutenção e fortalecimento das línguas indígenas. *Revista da Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 62/2, p. 569–582, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5499>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOTA, L. Estudo sobre o léxico Akwe Xakriabá: uma proposta de escrita e uma chamada para revitalização da língua, 2020. Monografia (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2020/TCC-2020-Liliane.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MUSEU GOELDI. (Museu Paraense Emílio Goeldi). Sítio eletrônico. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MUSEU GOELDI. Portaria nº. 6.574, de 22 de novembro de 2022. Aprova o Regimento interno do Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/4895>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MUSEU GOELDI. Documentação Linguística, 2023. Disponível em: <http://linguistica.museu-goeldi.br/wiki/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

NASCIMENTO, A. Ações para revitalização linguístico-cultural entre o povo Xambioá: lições desde projetos comunitários. *Tellus*, Campo Grande, ano 13, n. 25, p. 83-105, 2013. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/332>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NASCIMENTO, M.; MAIA, M.; WHAN, C. Kanhgág vi jagfe: ninho de língua e cultura kaingang na terra indígena Nonoai (RS): uma proposta de diálogo intercultural com o povo Maori da Nova Zelândia. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 367-383, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10436>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NOGUEIRA, A; COMUNIDADE WAJURU; SOUSA, C. Apresentação da primeira versão do vocabulário Wayoro-Português. In: TONDINELLI, P. (org.). *(Re)Vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas: teorias, metodologias, pesquisas e experiências*. Porto Velho: Edufro, 2021.

OLIVEIRA, C; CRUZ, M. Panorama da língua Kambeba/Omágua em Manaus/Amazonas: possibilidades de retomada, manutenção e fortalecimento linguístico e cultural. *Tellus*, Campo Grande, ano 22, n. 49, p. 109-132, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v22i49.862>.

OLIVEIRA, G. Oficialização de Línguas Indígenas em Nível Municipal no Brasil – Algumas Considerações Político-Linguísticas e Jurídicas Preliminares. In: ALMEIDA, A. (Org.). *Terra das Línguas*. São Gabriel da Cachoeira; Manaus: UFAM/PNCSA, 2007.

OLIVEIRA, G. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: MORELLO, R. *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.

OLIVEIRA NETO, M. Revitalização e ensino da língua Puruborá. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, p. 01-16, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/246>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PATAXÓ, N. *As guerreiras na história Pataxó*. Osasco: Editora Voo, 2023.

PAULA, E; TAPIRAPÉ, J. Revitalização de línguas indígenas no Brasil: o caso dos Apyãwa. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v 13, n.1, p. 215-230, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10428>. Acesso: 06 nov. 2023.

PMSGC (Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira). Página oficial da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no Facebook. Disponível: <https://www.facebook.com/prefeiturasaogabrieldacachoeira/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PÖHLMANN, J.; AGUIAR, L. Macuxi, Wapixana e Pomerano: políticas linguísticas na Implementação da lei de co-oficialização. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/228>. Acesso em: 14 nov. 2023.

PURI, T.; PURI, T.; PURI, X. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/linguasindigenas/article/view/6311>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RAMOS, A.; GOBBI, I. A língua como movimento de reexistir: atuação da Funai... In: D'ANGELIS, W.; NOBRE, D. (orgs.). *Experiências brasileiras em revitalização de línguas indígenas*. Campinas: Curt Nímuendajú, 2020.

RUBIM, A. O reordenamento político e cultural do povo Kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru, 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/20961>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RUBIM, A.; BOMFIM, A.; MEIRELLES, S. Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2022.e84209>. Acesso em: 06 mai. 2025.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Lei nº 145, de 11 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da

Cachoeira/Estado do Amazonas. Disponível em: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/item/2#lg=1&slide=0>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, E. Número de indígenas no ensino superior é 5 vezes maior que em 2011, aponta levantamento. *G1*, 6 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/05/06/numero-de-indigenas-no-ensino-superior-e-5-vezes-maior-que-em-2011-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTOS, H. Nas palavras dos povos, um multilinguismo. [Entrevistas concedidas a] Evandro de Sousa Bonfim, Leandro Durazzo, Maycon Silva Aguiar. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 606-655, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.61358/policromias.v6i2.46722>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SEVERO, C. Política(s) linguística(s) e questões de poder. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SEVERO, C. Das línguas indígenas: por um olhar decolonial em políticas linguísticas. *Revista Digital de Políticas Linguísticas*, Córdoba, año 11, v. 11, p. 143-158, 2019. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/26740>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SEVERO, C.; OLIVEIRA, B. Línguas indígenas e as políticas públicas do Brasil. In: FIGUEIREDO, A. et al. (orgs.). *Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. Campinas: Pontes, 2022.

SILVA, D. Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil. *Revista do GEL*, São Paulo, 21(2), p. 248-279, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/gel.v21i2.3746>. Acesso em: 06 mai. 2025.

SILVA, F. A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira: questões sobre política linguística em contexto multilíngue. Manaus: UFAM, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3995>. Acesso em 15 jul. 2023.

SILVA, G.; BOLZAN, A.; SOUZA, R. (orgs.). *Kinikinau: arte, história, memória e resistência*. Curitiba: CRV, 2017.

SILVA, J. Do mito da língua única à política do plurilinguismo: desafios na implementação de leis de cooficialização linguística em municípios brasileiros. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 23, n.38, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/matraga.2016.20751>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SILVA, J. O debate sobre direitos linguísticos e o lugar do linguista na luta dos sujeitos falantes de línguas minorizadas: quem são os protagonistas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 223-241, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/9pGS33YzgVbFgqvN3PHT-dKx/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, M. Resistência e retomada da língua e do patrimônio cultural Karajá em Buridina. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 231-244, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rl/article/view/10429>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, M. Políticas de retomada de línguas indígenas em diferentes contextos epistêmicos. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/59089>. Acesso em: 7 nov. 2023.

- SILVA, M. Letramento em línguas indígenas na retomada de saberes ancestrais. *Tellus*, Campo Grande, 20(43), p. 251-272, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i43.705>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- SILVA, V. Etnologia indígena: *Revitalização da identidade cultural e linguística Tupinikim do Espírito Santo*. São Paulo: Dialética, 2023.
- SPOLSKY, B. (edit.). *Rethinking language policy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.
- STENZEL, K.; TRINDADE, J.; CABRAL, M. A experiência dos Kotiria no Noroeste Amazônico: o protagonismo de duas associações indígenas. *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n3.id245> . Acesso em: 10 dez. 2023.
- TOLEDO, B.; MIRANDA, C. Por que documentar e descrever línguas? A importância desses estudos para revitalização e fortalecimento de línguas indígenas brasileiras. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 6, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/racs.v6.67284>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- TUKANO, M. Entrevista. In: MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- VERA, T.; COSTA, F. A cooficialização da língua Guarani do município de Paranhos/MS. In: FIGUEIREDO, A. et al. (orgs.). *Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras*. Campinas: Pontes, 2022.
- VLCEK, N. Documentação e revitalização: experiência de parceria junto à Escola Diferenciada tapino-pona-tuyuka. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 126-150, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/rl/article/view/10424>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- YAMÃ, Y.; PIÁÇULY, J.; YAGUAKÃG, E.; GUAYNÊ, U. *Dicionário da língua Maraguá*. São Paulo: Cintra, 2023.

# How Do Oral Deaf Individuals Comprehend Primary Metaphors and Idioms? Let's Begin to Dot the I's and Cross the T's

*Como surdos oralizados compreendem metáforas primárias e expressões idiomáticas? Colocando os pingos nos I's*

**Daniela Marques**

Federal University of Rio Grande do Sul  
(UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR  
EARS Clínica de Otorrino | Porto Alegre  
RS | BR  
daniemarques@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-2393-4239>

**Laura Baiocco**

University of Arizona | Tucson | AZ | USA  
laurabaiocco@arizona.edu  
<https://orcid.org/0000-0002-5221-257X>

**Maity Siqueira**

Federal University of Rio Grande do Sul  
(UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR  
maity.siqueira@ufrgs.br  
<https://orcid.org/0000-0002-8775-4563>

**Abstract:** Oral deaf people (i.e., people with hearing loss who have learned an oral language) are typically less exposed to auditory and linguistic input than normal hearing peers and might struggle with figurative language comprehension. Our aim is to investigate primary metaphor and idiom comprehension by oral deaf who use hearing amplification devices or cochlear implants. To this end, we used a verbal primary metaphor task, a non-verbal primary metaphor task and an idiom comprehension task. One hundred fifty-one participants took part in the study (57 oral deaf and 97 normal hearing individuals, subdivided into three age levels). Results show that comprehension follows an improvement pattern as participants' age increases in both experimental and control groups. For the oral deaf individuals, a delay was found for all verbal tasks. For the non-verbal metaphor task, only kids differed statistically, with the oral deaf children performing worse than their counterparts. In conclusion, figurative language comprehension can be more challenging for oral deaf individuals when presented verbally than non-verbally, particularly from adolescence onwards, in comparison to normal hearing peers. This study contributes to informing clinicians and educators about comprehension of primary metaphors and idioms in oral deaf individuals, which may help to identify language impairments and create interventions for figurative language comprehension.

**Keywords:** figurative language comprehension; primary metaphor; idioms; deafness; cognitive linguistics.



**Resumo:** Surdos oralizados (pessoas com perda auditiva que se comunicam por meio de linguagem oral) podem ter um input auditivo e linguístico menor do que o de pessoas com audição dentro dos padrões de normalidade e, conseqüentemente, experienciar maior dificuldade para entender linguagem figurada. Neste artigo, tem-se por objetivo investigar a compreensão de metáforas primárias e expressões idiomáticas por pessoas surdas que usam aparelhos de amplificação sonora individual ou implantes cocleares. Para isso, utilizou-se uma tarefa verbal de metáfora primária, uma tarefa não-verbal de metáfora primária e uma tarefa de compreensão de expressões idiomáticas. Cento e cinquenta e um sujeitos participaram do estudo (57 surdos oralizados e 97 pessoas com audição normal, subdivididos em três grupos etários). Os resultados mostraram que a compreensão de linguagem figurada segue um padrão de desenvolvimento à medida que a idade dos participantes aumenta em ambos os grupos. Para os participantes com perda auditiva, houve pior desempenho nas tarefas verbais. Na tarefa não-verbal, somente as crianças diferiram estatisticamente, com pior performance das crianças surdas comparadas aos seus pares ouvintes. Em conclusão, a compreensão de linguagem figurada oral representa um maior desafio para surdos oralizados do que quando apresentada de forma não-verbal, particularmente a partir da adolescência, em comparação a pessoas com audição dentro dos padrões de normalidade. Este estudo tem por contribuição informar profissionais da saúde e da educação sobre a compreensão de metáforas primárias e expressões idiomáticas por surdos oralizados, o que pode ajudar na identificação de déficits de linguagem e na elaboração de intervenções nessa área.

**Palavras-chave:** compreensão de linguagem figurada; metáfora primária; expressões idiomáticas; surdez; linguística cognitiva.

## 1 Introduction

The ability to understand figurative statements is an important indicator of human linguistic and cognitive development (Lakoff; Johnson, 1980; Law, 2001). Among other necessary condi-

tions, being able to hear, in the case of oral language users, is crucial for an appropriate access to (figurative) language. Through auditory sensory experiences, combined with information from other senses, oral language is construed and concepts are formed as one explores their environment (Law, 2001; Tomasello, 2003). The occurrence of hearing loss (HL) can, therefore, as other clinical conditions (Siqueira *et al.*, 2016), negatively influence access to oral language and consequently cause deficits in language comprehension, as evidenced by a number of studies that investigated figurative language in individuals with HL (e.g., Bahrami *et al.*, 2018; Nicastrì *et al.*, 2014; Schorr *et al.*, 2008;). Factors related to HL, such as etiology, the moment in the lifespan in which the HL occurred, the exact location of the issue inside the ear, the range of frequencies affected by the HL, the type and degree of HL, as well as time and duration of any interventions can determine frequency and quality of sound access. In most cases, devices such as hearing aids or cochlear implants (CIs) are useful to minimize or resolve the impacts of HL. But do individuals who have been treated with hearing aids or CIs fully recover their figurative language comprehension abilities? Under the cognitive linguistics framework, the answer to this question might depend on the type of expression that is being considered (Gibbs; Colston, 2012; Lakoff; Johnson, 1980). Further, given that linguistic metaphors have an underlying conceptual mapping (Lakoff; Johnson, 1980), would a deficit be restricted to verbal/linguistic ability? Aiming at answering these questions, this paper investigates metaphor and idiom comprehension by oral deaf people at different ages with verbal and non-verbal tasks.

By definition, in oral language, metaphor comprehension relies more on embodied, sensory channels to be acquired while idiom comprehension relies more on one sensory channel, that of auditory experience (Gallese; Lakoff, 2005; Grady, 1997; Lakoff, 2014; Lakoff; Johnson, 1980; Langlotz, 2006; Nippold *et al.*, 1996). In conceptual metaphor theory (Lakoff; Johnson, 1980; Lakoff, 2014), a metaphor is defined as understanding and experiencing one kind of thing (usually a more abstract concept, such as difficulty) in terms of another (usually more concrete and accessible to the senses, such as weight). That is, we not only speak metaphorically, but we structure concepts via metaphors (Lakoff; Johnson, 1980; Boroditsky, 2000; Lakoff, 2014). Primary metaphors (PM) are a specific type of metaphor, which emerge from universal sensory experiences (such as carrying weight) that occur concomitantly with subjective responses (such as experiencing difficulty) in our daily lives (Grady, 1997; Gallese; Lakoff, 2005). This type of recurrent co-occurrence gives rise to primary metaphorical conceptual mappings (e.g. DIFFICULTY IS HEAVINESS), and, eventually, these mappings are expressed linguistically (e.g., “Ana has a *heavy* meeting today”). The main basis for understanding PM, thus, is one’s bodily experience, which results from their interaction with objects and people in daily situations (Gallese; Lakoff, 2005; Grady, 1997; Lakoff, 2014). In more recent research, this has been evidenced by many neuroimaging studies, which found activation of sensory-motor areas in the brain when individuals read or hear PM, for instance (Citron; Goldberg, 2014; Desai *et al.*, 2011; Lacey *et al.*, 2012).

On the other hand, to understand most idioms, cultural and linguistic experiences are necessary (Boers *et al.*, 2004; Carrol; Littlemore, 2020; Libben; Titone, 2008; Nippold *et al.*, 1996; Sprenger *et al.*, 2019; Tabossi *et al.*, 2009;). Idioms are more fixed expressions, which may or may not have an underlying embodied motivation (Langlotz, 2006). The experiences lived in a particular culture (e.g., baseball in the United States of America) can strongly motivate idioms (e.g. *to hit out of the park*), and, depending on characteristics such as decomposability and imageability (Boers; Demecheleer, 2001; Gibbs *et al.*, 1989; Langlotz, 2006), they might

only be understood after being heard a few times in different contexts of use (Boers *et al.*, 2004; Nippold *et al.*, 1996). Thus, familiarity, as it relates to frequency of use in a certain linguistic community, is an important factor for understanding idioms (Carrol; Littlemore, 2020; Libben; Titone, 2008; Sprenger *et al.*, 2019). In addition, other parameters that can influence the comprehension of their meanings are its degree of conventionality, complexity, and syntactic, morphosyntactic and lexical frozenness, as well as the context in which they are used (Cain *et al.*, 2009; Langlotz, 2006; Tabossi *et al.*, 2009). Therefore, according to the literature, the aspects that contribute to idiom comprehension are not necessarily the same as those that promote PM comprehension, hence these two specific phenomena were chosen for this study.

Studies on figurative language comprehension specifically by oral deaf individuals (*i.e.*, individuals with HL who wear hearing aids or CIs) are still somewhat rare. In general, there are more differences than similarities between the studies, as in the theoretical approach to the phenomena and methods, and especially regarding instrument type and stimulus presentation. Most of the recent studies investigated oral deaf children (Afonso, 2012; Bahrami *et al.*, 2018; Do; Chung, 2015; Nicastrì *et al.*, 2014; Schorr *et al.*, 2008), and the general finding is that participants with HL presented poorer figurative language comprehension when compared to normal hearing (NH) peers. This pattern was found in tasks with verbal stimuli, both considering metaphors in general (Nicastrì *et al.*, 2014), addressing PM specifically (Afonso, 2012) and novel metaphors (Bahrami *et al.*, 2018). In Schorr *et al.* (2008), results indicated worse performance by children with HL who wore CI compared to NH children in an idioms task. There is also evidence that oral deaf young adults perform worse than NH peers in metaphor and sarcasm tasks (Edwards *et al.*, 2021), although Gold & Segal (2017) found no accuracy difference, only a delay in reaction times by young adults with HL when processing novel metaphors.

A second common finding is the relevance of the amount of time that patients are exposed to oral language for metaphor comprehension performance. The age at which an individual is habilitated with a hearing device proved to be a relevant factor in different studies (Dahlby-Skoog *et al.*, 2025; Gold; Segal, 2017; Nicastrì *et al.*, 2014; Schorr *et al.*, 2008). These data suggest that the sooner the individual is adequately exposed to linguistic input, both in terms of taking advantage of the typical language development window and in terms of the amount of time for which they are exposed to language, the better their performance in understanding figurative language will be. Thus, the longer the exposure to oral language, the better the performance (Dahlby-Skoog *et al.*, 2025; Nicastrì *et al.*, 2014;). Rittenhouse & Kenyon, 1991; Schorr *et al.* 2008). Interestingly, Do & Chung (2015) also found that oral deaf children's figurative language knowledge was associated with their level of reading ability, which may suggest that auditory input can be (at least partially) replaced with visual/reading input.

Also regarding age, some other studies offer parameters for the acquisition of figurative language in typical development. Starting at 3-4 years old, children present some competence in PM comprehension, with better performance in tasks that employ pictorial stimuli rather than verbal stimuli (Di Paola *et al.*, 2020; Siqueira; Gibbs, 2007). Siqueira & Gibbs (2007) showed that children aged 5-6 showed significantly better understanding of PM with both kinds of stimuli than younger kids, while children above 7 years of age demonstrated a PM comprehension comparable to that of adults (Siqueira; Gibbs, 2007). However, for idiom comprehension, in a task in which participants had to explain what different expressions meant, 7-year-old children still showed predominance of literal interpretations (Siqueira *et al.*, 2017). Between 7 and 9 years old, participants start to look for clues (usually related to

linguistic compositionality) that lead to less literal interpretations (Siqueira *et al.*, 2017). In Orlando e Shulman (1989), similarly, typically developing children performed well in comprehending simile, metaphors, and idioms at 9 years old. Around 10, idiom comprehension skills appear to be quite well developed (Siqueira *et al.*, 2017; Vulchanova *et al.*, 2011). This can be explained both by the development of general pragmatic abilities, that is, by reading communicative intentions (Tomasello, 2003) and considering contextual/cultural information (Cain *et al.*, 2009), as well as by children's exposure to more figurative expressions in everyday communication (Libben; Titone, 2008; Nippold *et al.*, 1996; Tabossi *et al.*, 2009).

The present study aims at understanding whether oral deaf individuals show similar patterns as NH peers in both (verbal and non-verbal) metaphor and idiom comprehension at different ages. We considered six groups of individuals (children, teenagers, and adults, half of them with HL and half with NH) in order to assess the comprehension of these two figures of speech. These were chosen particularly because, as mentioned, metaphor comprehension is presumably more determined by universal, sensory, and perceptual experiences (primary metaphors), and idiom comprehension is more determined by exposure to language and culture. With the addition of a non-verbal metaphor task, we will also be able to differentiate between verbal metaphor ability and conceptual metaphor ability. Specifically, our aims are (a) to compare PM and idiom comprehension between oral deaf and NH people; (b) to analyze the age factor in PM and idiom comprehension for the groups with HL; (c) to compare the influence of the task type (verbal or non-verbal) on PM comprehension by individuals with HL.

Considering the theoretical framework described above, the following hypotheses for each objective are as follows: (a) children with NH will perform better in PM comprehension when compared to children with HL (but teenagers and adults groups will not differ), and participants with NH at all ages will perform better at idiom comprehension than the groups with HL; (b) PM and idiom comprehension will gradually improve with participants' age for both NH and HL groups; (c) in PM, children with HL will perform better in the non-verbal task compared to the verbal task; for all other groups, performance will be similar in both task types.

## 2 Method

### 2.1 Participants

The sample for this study was composed of 151 participants. The experimental groups were 57 participants with hearing loss (HL) with unknown etiology, stratified in three groups according to age: 15 children ( $M_{age} = 8.09$ ;  $SD = 1.86$ ); 10 teenagers ( $M_{age} = 14.06$ ;  $SD = 1.53$ ); 32 adults ( $M_{age} = 45.49$ ;  $SD = 18.47$ ). The control groups were 94 normal hearing (NH) participants, also stratified along three age groups: 34 children ( $M_{age} = 7.52$ ;  $SD = 1.38$ ); 30 teenagers ( $M_{age} = 14.42$ ;  $SD = 1.45$ ); 30 adults ( $M_{age} = 36.97$ ;  $SD = 10.31$ ). Each HL and NH age groups were matched in age and years of education (see Table 1 for details). In the experimental groups, 13 participants used hearing aids (one child, one teenager and 11 adults) and 44 had cochlear implants (CIs) (two children and three adults used bilateral CI; all of the others had CI in one ear only).

Sample selection was by convenience. Participants in the experimental groups were patients treated by speech therapists in a public hospital in a major city in Brazil. Participants

in the control groups were students and employees of public and private schools and universities in the same city and relatives of the participants in the HL groups.

TABLE 1 - Sample description

Characteristics	Experimental (n = 57)	Control (n = 94)	p
	n (%)	n (%)	
Age group			0.012
Children (under 12)	15 (26.3)	34 (36.2)	
Teenagers (12-17)	10 (17.5)	30 (31.9)	
Adults (18 and older)	32 (56.1)	30 (31.9)	
Educational level			0.821
Elementary and middle school	33 (57.9)	59 (62.8)	
High school	21 (36.8)	30 (31.9)	
Higher Education	3 (5.3)	5 (5.3)	
Hearing aid type			-
Conventional hearing aid	13 (22.8)	-	
Cochlear implants	44 (77.2)	-	

Elaborated by the authors. Shapiro-Wilk test was performed at alpha level .05. See Results for details.

The inclusion criteria for the participants in the HL groups were as follows: i) they should be monolingual speakers of Brazilian Portuguese; ii) they should have a diagnosis of moderate to profound sensorineural HL; iii) they should be users of a hearing aid and/or cochlear implant. In the case of children and teenagers, HL should be pre-lingual. For adults, it should be post-lingual. This last criterion was adopted because, at present, in Brazil, pre-lingual hearing-impaired adults typically have not been through rehabilitation (hearing aid/CI, speech therapy) and most often have not had access to basic education, which would have granted them acquisition of Portuguese as a first language. As such, it is the case that most pre-lingual deaf adults are not fluent in Portuguese (or any other language). The exclusion criterion for the HL groups was the presence of cognitive impairment and/or sensory comorbidities to hearing. For the control groups, the presence of cognitive impairment and/or sensory comorbidities and/or any reports of learning difficulties in school were used as exclusion criteria.

## 2.2. Instruments and Procedures

This study is a cross-sectional design. The independent variables are age (children, adolescents or adults), auditory status (HL or NH), type of figurative phenomenon (primary metaphors or idioms) and type of metaphor task (verbal stimuli or non-verbal stimuli). The first two were manipulated between subjects and the last two were within-subject variables. Dependent variables are participants’ answers to the primary metaphor (PM) non-verbal task, to the PM verbal task and to the idioms verbal task.

### 2.2.1 Screening Tasks

In order to standardize our samples in terms of linguistic and cognitive abilities and select participants for the experimental groups, two tests were carried out. The Vocabulary Test that is part of ABFW - Child Language Test (Befi-Lopes, 2004), widely used in research in Brazil, was used to assess vocabulary. Of note, we do not have validated versions of globally used instruments in Brazilian Portuguese that address oral language abilities, such as the Peabody Picture Vocabulary Test<sup>1</sup>. The ABFW Vocabulary Test consists of the assessment of nine semantic fields: clothing; animals; foods; transportation; furniture and utensils; professions; places; shapes and colors; toys and musical instruments, which can be analyzed qualitatively and quantitatively, in age groups from 4:0 to 6:0 years old. In this investigation, it was of interest to use its quantitative parameters, which are arranged by means of the expected performance percentage and by conceptual field. As a minimum for participation, children should perform equivalent to (or better than) the expected for their age group, by conceptual field. In the case of teenagers and adults, as there are no minimum points defined by the test, it was considered that they should have a performance of 90% of correct answers in all conceptual fields. This percentage was chosen so that there was a margin for error. Further, Raven's Colored Progressive Matrices test (Raven *et al.*, 1988) was employed to assess children's non-verbal reasoning in both groups. The Raven test was chosen because it is possible to be carried out regardless of the participant's verbal ability. This was to ensure that none of the participating children had an associated intellectual deficit so that we did not depend on the parents' typically subjective assessment.

### 2.2.2 Experimental Tasks

In order to evaluate figurative language comprehension, three tasks from a figurative language comprehension instrument (COMFIGURA) were used; two to assess PM comprehension (adapted from Siqueira, 2004; Siqueira *et al.*, 2023a), and one to assess the comprehension of idioms (Siqueira; Marques, 2018). The PM comprehension measures are a non-verbal and a verbal task. The different formats had different overall aims. In the non-verbal PM task, comprehension of the conceptual mapping is addressed, whilst the verbal one serves to identify metaphor comprehension in oral language via their linguistic instantiations. The conceptual primary metaphor used in the PM tasks in each of the items are respectively: HAPPINESS IS UP, GOOD IS CLEAR, EMOTIONAL INTIMACY IS PROXIMITY, INTENSITY OF EMOTION IS HEAT, DIFFICULTY IS HEAVINESS, and IMPORTANCE IS SIZE. Conceptual metaphors used in both tasks are the same.

The non-verbal PM task consists of six items that contain drawings of simple human-like figures (dubbed Dunis) in all items (see example in Appendix). Each drawing was designed to test one conceptual PM mapping. Thus, items can have higher or lower Dunis on the page (HAPPINESS IS UP metaphor), Dunis that are closer or farther apart (INTIMACY IS

---

<sup>1</sup> Unlike in the English language, in Brazilian Portuguese there is a lack of assessments available and validated to test older children, teenagers, and adults. Thus, the ABFW test was used to make sure participants had basic lexical knowledge to allow them to understand instructions given and vocabulary contained in test items, although we cannot be sure that they had similar linguistic skills.

PROXIMITY metaphor), etc. The interviewer showed each participant one picture containing at least two Dunis at a time and read a question (e.g., “point to the happiest Duni”). After choosing one of the two options, participants were encouraged to explain why they made that choice (e.g., “why is this one the happiest?”).

The verbal PM task consists of six items with sentences containing linguistic expressions of each conceptual mapping (e.g., “Lucia is uplifted after meeting Rodrigo”, which instantiates HAPPINESS IS UP). In the task, the interviewer gave the following verbal instructions: “I’m going to tell you a few sentences and then ask you some questions about them. There isn’t only one possible answer, and the sentences are not related to each other.” Then they proceeded to read metaphorical sentences (e.g. “Lucia is uplifted after meeting Rodrigo”) and question their meaning. Meaning was probed via an open-ended (e.g. “How is she feeling?”) and a close-ended question (e.g., “Did he give her good or bad news?”), the latter of which was only asked in case the first question was not answered correctly. Participants did not have a time limit for their answers.

Finally, the idioms comprehension task also consists of six items, each starting with a stimulus sentence that contains an idiom and followed by an open-ended question and a closed-ended question (see Appendix). Each stimulus item contained a highly familiar, non-ambiguous idiom in Brazilian Portuguese in a decontextualized sentence. Familiarity, ambiguity (that is, the possibility of it being interpreted both figuratively and literally), syntactic and semantic structure were controlled for in item sentences and questions. Norming procedures are described in a previous study (Siqueira; Marques, 2018).

Participants (or their legal guardians) expressed their intention to participate and signed a consent form, in accordance with the local institutional review board. They were interviewed in person and individually, in one or two sessions that together lasted one hour, on average. Participants first performed the non-verbal PM task, then the verbal PM task, then the idioms task. The questions were read to them and they responded verbally. All answers were recorded manually by the interviewer (during the interview) and then discussed with other researchers from the group for response coding.

For coding participants’ responses, the criteria proposed by Siqueira (2004) and Siqueira; Marques (2018) were adopted. Regarding the closed question of the non-verbal task, the expected answer was the one that was consonant to the metaphorical interpretation. For the evaluation of the open question on the non-verbal task, answers were considered correct when physical features compatible with the metaphor in question were specified. For example, in item 1, responses such as “because he is up”, “because he is jumping with joy” were accepted, but not answers such as “because he has a happier face” or “because his smile is bigger” (these were also not true, as Dunis had the exact same features). Answers given by opposition were also considered correct (e.g. “the other is bad because he is in a darker place”). As for the idiom comprehension task, scores of one were given for answers demonstrating the expected figurative interpretation of the idiom, and scores of zero were given in the case of responses evidencing literal interpretations or lack of responses, such as “I don’t know”. The maximum score was 36 points (12 points for each task), considering the six items of the three tasks and their open and closed questions.

## 2.3 Statistical Analysis

In order to proceed with data analysis, the variables were described by median and interquartile range due to the distribution asymmetry of these variables found by the Shapiro-Wilk test ( $n < 50$ ,  $W < 0.915$ ,  $p < .01$ ). To compare medians between the three age groups, we carried out a Kruskal-Wallis test for non-parametric data, complemented by Dunn's test. When comparing experimental and control groups, the Mann-Whitney test was used. Data were analyzed via SPSS, v. 21.0. For all analyses, a 5% significance level was adopted ( $p < .05$ ).

## 3 Results

In the non-verbal PM task, statistical analysis revealed that, when comparing hearing loss (HL) and normal hearing (NH) groups, the difference in performance was statistically significant among children only ( $p = .01$ ). Children with NH understood non-verbal mappings better than children with HL. There was no statistically significant difference between the groups of adolescents and adults, as both NH participants and those with HL performed well in the non-verbal task.

Regarding tasks with verbal stimuli, for both PM and idioms, there was a statistically significant difference in comprehension between the HL and NH groups for all ages. Performance of NH groups was better than groups with HL, and it increased as age increased (Table 2).

TABLE 2 - Performance comparison between experimental and control groups

Age group	Experimental ( <i>n</i> = 57)	Control ( <i>n</i> = 94)	<i>p</i>
	Md (P25 - P75)	Md (P25 - P75)	
Primary metaphor: non-verbal task			
Children	7 (6 - 9)	10 (7 - 10)	0.011*
Teenagers	10 (8.8 - 10)	10 (8 - 11)	0.508
Adults	9 (8 - 10)	10 (8.8 - 11.3)	0.074
Primary metaphor: verbal task			
Children	4 (1 - 6)	9.5 (8 - 11)	<0.001*
Teenagers	6.5 (4.8 - 8.5)	11 (11 - 12)	<0.001*
Adults	11 (9 - 12)	12 (11 - 12)	0.001*
Idioms			
Children	0 (0 - 3)	5 (3 - 6)	<0.001*
Teenagers	3 (3 - 5)	10 (8 - 10)	<0.001*
Adults	8.5 (4.5 - 10.8)	10 (9.8 - 12)	0.002*

Elaborated by the authors.

\* Significant differences at  $\alpha < .05$ .

Analysis of the age variable in both PM and idiom comprehension specifically for the experimental groups pointed to a gradual improvement in performance in verbal tasks as age increased, as expected. For the non-verbal task, there was a significant improvement in comprehension for adolescents when compared to children. However, adults did not differ significantly from these two, as some participants had a score performance similar to that of children, and others did similar to that of adolescents (see Table 3).

TABLE 3 - Figurative language comprehension by experimental groups

	Children ( <i>n</i> = 15)	Teenagers ( <i>n</i> = 10)	Adults ( <i>n</i> = 32)	<i>p</i>
	Md (P25 – P75)	Md (P25 – P75)	Md (P25 – P75)	
Non-verbal PM	7 (6 – 9) <sup>a</sup>	10 (8.8 – 10) <sup>b</sup>	9 (8 – 10) <sup>ab</sup>	0.010*
Verbal PM	4 (1 – 6) <sup>a</sup>	6,5 (4.8 – 8.5) <sup>ab</sup>	11 (9 – 12) <sup>b</sup>	<0.001*
Idioms	0 (0 – 3) <sup>a</sup>	3 (3 – 5) <sup>ab</sup>	8,5 (4.5 – 10.8) <sup>b</sup>	<0.001*

Elaborated by the authors.

<sup>a, b</sup> Equal letters do not differ given Dunn's test at 5% significance. \* Significant differences at alpha < .05.

When analyzing PM comprehension performance, we found significantly higher scores in the non-verbal format by children ( $p < .01$ ) and adolescents ( $p < .05$ ) in comparison to the verbal format. Adults presented a different pattern, i.e., better performance in the verbal tasks compared to the non-verbal one, although the difference between the tasks was not statistically significant ( $p > .05$ ) (see Table 4).

TABLE 4 - Primary metaphor comprehension via different stimuli by experimental groups

Variables	Non-verbal	Verbal	<i>p</i>
	Md (P25 – P75)	Md (P25 – P75)	
Children	7 (6 – 9)	4 (1 – 6)	0.004*
Teenagers	10 (8.8 – 10)	6.5 (4.8 – 8.5)	0.036*
Adults	9 (8 – 10)	11 (9 – 12)	0.097

Elaborated by the authors. \* Significant differences at alpha < .05.

At the request of an anonymous reviewer, we have further conducted a logistic generalized mixed-effects model in R/RStudio (version 4.5) to control for random effects of participant and item. We included group (hearing or hard of hearing), age (children, adolescents, adults) and task (non-verbal PM, verbal PM, idiom) as predictors of accuracy. Random intercepts revealed meaningful variability in baseline accuracy across individuals ( $SD = 0.82$ ) and items ( $SD = 0.90$ ). Still, our pattern of results remained the same, with participants in the oral deaf group showing significantly lower accuracy than those in the hearing group overall ( $\beta = -1.47$ ,  $SE = 0.16$ ,  $z = -9.14$ ,  $p < .001$ ) and accuracy significantly increasing with age in both groups ( $\beta = 0.97$ ,  $SE = 0.09$ ,  $z = 10.53$ ,  $p < .001$ ). Additionally, accuracy was significantly lower in the verbal tasks compared to the non-verbal PM task ( $\beta = -0.57$ ,  $SE = 0.19$ ,  $z = -3.00$ ,  $p = .003$ ).

## 4 Discussion

Recognizing the pervasiveness of figurative language in thought and in diverse forms of communication underscores the significance of mastering it. This mastery is essential for ensuring effective communication in everyday life. From a sample of participants of a specific population (individuals with hearing loss who speak Brazilian Portuguese) we found that there are important differences in the ability to understand primary metaphors and idioms. Indeed, having access to sound from an early age is a relevant variable for the development of figurative language comprehension in an oral language (Libben; Titone, 2008; Nippold *et al.*, 1996; Tabossi *et al.*, 2009). Our results suggest that age and other specificities of the phenomena, factors intrinsic to participants (e.g., hearing) and also task presentation (verbal or non-verbal) influence comprehension performance.

Corroborating the initial hypothesis of the present study, our data shows that there is a delay in primary metaphor and idiom comprehension by participants with pre-lingual hearing loss (HL) who use hearing aids or CI (i.e., children and teenagers) in relation to normal hearing (NH) people when it comes to verbal tasks. It is reasonable to infer that poor domain of oral language in general interfered with oral deaf participants' task performance, which is an interpretation consistent with studies using non-figurative language stimuli (Geers *et al.*, 2009; Rinaldi *et al.*, 2013). This was expected as this population has less exposure to oral language (Bahrami *et al.*, 2018; Nicastrì *et al.*, 2014). Additionally, reading ability (Orlando; Shulman, 1989; Do; Chung, 2015) and level of education (Gold; Segal, 2017) are factors that contribute to improving figurative language comprehension. In Gold & Segal (2017), for instance, all participants had at least 12 years of education and deaf young adults showed similar performance for metaphor processing to NH peers. Thus, we conclude that the delay we found is at least partly due to a lesser amount of linguistic exposure by the HL groups.

Our results in relation to PM are in accordance with the study by Afonso (2012), performed with the same PM task as our study with children who use CI. She also reported that hearing impairment had an effect on verbal PM comprehension but not in the understanding of conceptual PM via non-verbal stimuli. In the case of the non-verbal task, we only found statistical differences between the groups of children. There was no difference between the HL and NH groups in this non-verbal task for teenagers or adults. As Afonso (2012) explains, although performance in the two types of tasks, verbal and non-verbal, involves the activation of a more concrete domain in the conceptualization of a more abstract domain (Lakoff; Johnson, 1980), children with HL exhibited greater ease in dealing with the realization of mappings in the visual and tactile sensory planes (assessed by the non-verbal task) than they did with conceptual expressions on an auditory plane.

Further, our results for idioms can be explained by the fact that these tropes are acquired later in the lifespan, along with more formal aspects of language. As in our investigation, the results found by Schorr *et al.* (2008) showed a poorer performance by the group of CI users in an idiom task, when compared to the group with NH. The authors concluded that this performance pattern indicates that the development of higher order language skills, such as that involving idiom comprehension, is reinforced by a better understanding of basic language skills (Schorr *et al.*, 2008). It should be noted that, in this type of figure of speech, other aspects such as familiarity, compositionality and transparency can strongly influence comprehen-

sion. Considering that these aspects were controlled for during task elaboration (Siqueira; Marques, 2018), and as supported by previous literature (Libben; Titone, 2008; Nippold *et al.*, 1996; Tabossi *et al.*, 2009), the results found in the present study seem to be more related to participants' level of language development. For both the verbal PM and idioms tasks, we noticed improvement in performance as participants age increased. This additionally suggests that a better comprehension of the linguistic expressions in the task occurred only when participants had greater lexical and world knowledge, and perhaps even experience with the linguistic expressions themselves. Again, this gradual pattern is expected, since positive correlations between age and these abilities have been observed in other experiments (Levorato; Cacciari, 1995; Schorr *et al.*, 2008; Siqueira *et al.*, 2017).

Regarding our aim to investigate task type influence (verbal or non-verbal stimuli) in PM comprehension by the HL groups, our hypothesis that the performance in the non-verbal task would be better when compared to the verbal one by the group of children was corroborated. Indeed, children with HL performed significantly better in the non-verbal metaphor task than in the verbal task, while adults presented the opposite pattern, performing better in the verbal task. This indicates that children's embodied experiences influence knowledge of metaphorical mappings from an early age (Gallese; Lakoff, 2005; Lakoff; Johnson, 1980), whereas adults benefit from oral language experience (before HL and after rehabilitation). Oral deaf teenagers, in turn, showed a pattern similar to that of children in the verbal task, and to that of adults in the non-verbal task. We believe these results in the verbal task are associated with the fact that their HL was pre-lingual, like the children and unlike the adults. On the other hand, teenage performance in the non-verbal task could potentially be explained by increased world knowledge in general. This could be reflecting the fact that typical development takes place in a continuous fashion.

Results regarding adults revealed that some of them had similar scores to those of adolescents and others to those of children on the non-verbal task. This response pattern was also reported by Siqueira (2004) in a qualitative analysis of the items, when applying the same task to NH adults. In that study, as well as in the present one, adult participants answered expectedly in the verbal task but unexpectedly in the non-verbal task to items related to one specific conceptual metaphor, namely IMPORTANCE IS SIZE. For the open question related to the sentence "Today is a big day for Silvia," adults have provided answers such as "it is an important day for her." However, for the non-verbal item, they chose the smaller Duni figure as being more important. It is likely that this choice was not due to a (mis)understanding that adults have about the conceptual metaphor, but to social and emotional experiences they have had, such as parenthood. This is evidenced by answers such as "because my son is the most important thing I have" to the open question "Why is he [the small figure] the most important one?"

Another relevant finding regarding our sample of adults was the difference in performance between experimental and control groups. This difference might seem unwarranted given that our adult HL participants were all post-lingual, i.e. they had full language exposure and acquisition before becoming deaf. We attribute this difference to two main reasons: one regards individual language competence and the other regards the type of task. Since all language emerges from usage contexts, one's linguistic ability at any given point derives from their accumulated experience of use (Tomasello, 2003). Thus, for optimal ability, exposure to language should be continued. Our results suggest that auditory deprivation, even after a typical and long period of language acquisition, may interfere with figurative language

comprehension, particularly in a task where there are no contextual cues (Cain *et al.*, 2009; Levorato, 1993). Recall that, in our study, comprehension was measured by an instrument that presented decontextualized stimuli.

Summing up, when comparing NH and oral deaf individuals in relation to primary metaphors and idiom comprehension, our data indicates a poorer performance by the oral deaf participants at all ages in verbal tasks. In the task with non-verbal stimuli, however, taking the control group as a parameter, we observe a delay in PM comprehension by the HL group only in the case of children. Therefore, the type of task proved to be more distinctive than the type of phenomenon investigated. Further, this study shows that figurative language comprehension by people with HL who speak an oral language follows an improvement pattern as age increases, though with some delay at younger ages, as found for NH people in the same tasks. This is to say that we realize there might be a delay for deaf people to understand oral language as a whole and that figurative language is not an exception.

## 5 Final remarks

The present study intends to have contributed both for the analysis of the figurative language phenomena and for the study of language acquisition by oral deaf people. Further analysis should be performed to verify the influence of other relevant variables related to HL that we have not analyzed. Among these, we highlight the time of loss (pre- or post-lingual), the type of loss (progressive or sudden), the type of rehabilitation (hearing aid or cochlear implants), and whether this was uni- or bilateral. We also acknowledge the absence of hearing age as a variable in this study as a limitation. We chose chronological age instead as a variable following the literature reviewed (Afonso, 2012; Nicastri *et al.*, 2014; Rittenhouse; Kenyon, 1991; Schorr *et al.*, 2008; Wolgemuth *et al.*, 1998). In recent years, the research community has become more and more aware of hearing age as an important factor to assess auditory and linguistic development and this should be considered as well in future studies.

Another limitation of our study is that we did not include literal paraphrases comparing primary metaphor and idiom comprehension to that of literal language. This decision was made for the sake of task objectivity and standardization regarding other tasks within COMFIGURA. This analysis was conducted with a former version of the instrument by Siqueira (2004), which found a significant difference ( $p < 0.01$ ) between the comprehension of verbal primary metaphors and their literal paraphrases. In that study, literal sentences were significantly more understood by a normal hearing population than primary metaphors. Such an investigation with individuals with HL is encouraged for future studies.

This study is part of a research effort to develop a standardized instrument in Brazilian Portuguese and English that encompasses other types of figurative language (Siqueira *et al.*, 2023a; Siqueira *et al.*, 2023b). In developing this instrument, dubbed COMFIGURA, we aim at having a test that could establish expected age parameters for the comprehension of each figurative language phenomenon in typical development. More specifically, different phenomena such as metonymy, metaphor, idiom, proverb would be acquired in this order at predictable ages (Siqueira; Ferrari, 2025). With this study and with the instrument overall, we aim to inform speech therapists, psychologists and educators in different settings to identify and eventually intervene in cases of figurative language comprehension deficits.

## Authorship contribution statement

DM and MS conceived the study and created materials. DM collected data, administered the study and wrote the original draft of the manuscript. LB wrote the manuscript and assisted on data analysis and visualization. MS supervised the study and wrote the manuscript.

## References

- AFONSO, N. *Compreensão de metáforas primárias e deficiência auditiva*. 2012. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Fala e da Audição) - Universidade de Aveiro, 2012.
- BAHRAMI, H.; FARAMARZI, S.; AMOUZADEH, M. A comparative study of metaphorical expression understanding between children with cochlear implants and normal children. *Aud Vestib Res*, Tehran, v. 27, n. 3, p. 131-136, 2018.
- BEFI-LOPES, D. *Vocabulário ABFW: teste de linguagem infantil nas áreas de fonologia, vocabulário, fluência e pragmática*. São Paulo: Pró-Fono, 2004.
- BOERS, F.; DEMECHELEER, M. Measuring the impact of cross-cultural differences on learners' comprehension of imageable idioms. *ELT Journal*, Oxford, v. 55, n. 3, p. 255-262, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1093/elt/55.3.255>
- BOERS, F.; DEMECHELEER, M.; EYCKMANS, J. Cross-cultural variation as a variable in comprehending and remembering figurative idioms. *European Journal of English Studies*, London, v. 8, n. 3, p. 375-388, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/1382557042000277449>
- BORODITSKY, L. Metaphoric structuring: understanding time through spatial metaphors. *Cognition*, London, v. 75, n. 1, p. 1-28, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0010-0277\(99\)00073-6](https://doi.org/10.1016/S0010-0277(99)00073-6)
- CAIN, K.; TOWSE, A. S.; KNIGHT, R. S. The development of idiom comprehension: an investigation of semantic and contextual processing skills. *Journal of Experimental Child Psychology*, Amsterdam, v. 102, n. 3, p. 280-298, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2008.08.001>
- CARROL, G.; LITLEMORE, J. Resolving figurative expressions during reading: the role of familiarity, transparency, and context. *Discourse Processes*, London, v. 57, n. 7, p. 609-626, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/0163853X.2020.1729041>
- CITRON, F. M. M.; GOLDBERG, A. E. Metaphorical sentences are more emotionally engaging than their literal counterparts. *Journal of Cognitive Neuroscience*, Madison, v. 26, p. 2585-2595, 2014. DOI: [https://doi.org/10.1162/jocn\\_a\\_00654](https://doi.org/10.1162/jocn_a_00654)
- DAHLBY-SKOOOG, M.; KALANDADZE, T.; KARLTORP, E.; LYXELL, B.; LÖFKVIST, U. Hearing Early Opens More Doors: Long-Term Effects of Age at Implantation on Metaphor Comprehension in Adolescents and Young Adults With Cochlear Implants. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, v. 68, n. 3, p. 1105-1125, 2025. DOI: [https://doi.org/10.1044/2024\\_jslhr-24-00480](https://doi.org/10.1044/2024_jslhr-24-00480)
- DESAI, R. H.; BINDER, J.; CONANT, L.; MANO, Q.; SEIDENBERG, M. S. The neural career of sensory-motor metaphors. *Journal of Cognitive Neuroscience*, Madison, v. 23, n. 9, p. 2376-2386, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1162/jocn.2010.21596>

DI PAOLA, S.; DOMANESCHI, F.; POUSCOULOUS, N. Metaphorical developing minds: the role of multiple factors in the development of metaphor comprehension. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 156, p. 235-251, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2019.08.008>

DO, L. G.; CHUNG, I. Comprehension of figurative language by hearing impaired children in special primary schools. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Amsterdam, v. 191, p. 506-511, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.04.448>

EDWARDS, L.; MARSCHARK, M.; KRONENBERGER, W. G.; CROWE, K.; WALTON, D. Inferencing abilities of deaf college students: foundations and implications for metaphor comprehension and theory of mind. *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, New York, v. 33, p. 233-258, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10882-020-09746-w>

GALLESE, V.; LAKOFF, G. The brain's concepts: the role of the sensory-motor system in conceptual knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, London, v. 22, n. 3-4, p. 455-479, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/02643290442000310>

GEERS, A.; MOOG, J.; BIEDENSTEIN, J.; BRENNER, C.; HAYES, H. Spoken language scores of children using cochlear implants compared to hearing age-mates at school entry. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, Oxford, v. 14, n. 3, p. 371-385, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1093/deafed/enno46>

GIBBS, R.; NAYAK, N. P.; CUTTING, C. How to kick the bucket and not decompose: analyzability and idiom processing. *Journal of Memory and Language*, Amsterdam, v. 28, n. 5, p. 576-593, 1989. DOI: [https://doi.org/10.1016/0749-596X\(89\)90014-4](https://doi.org/10.1016/0749-596X(89)90014-4)

GIBBS, R. Semantic analyzability in children's understanding of idioms. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, Rockville, v. 34, n. 3, p. 613-620, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1044/jshr.3403.613>

GIBBS, R.; COLSTON, H. L. *Interpreting figurative meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139168779>

GOLD, R.; SEGAL, O. Metaphor comprehension by deaf young adults. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, Oxford, v. 22, n. 3, p. 316-325, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/deafed/enx010>

GRADY, J. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary stress*. 1997. 306f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Berkeley, 1997.

LACEY, S.; STILLA, R.; SATHIAN, K. Metaphorically feeling: comprehending textural metaphors activates somatosensory cortex. *Brain and Language*, Amsterdam, v. 120, p. 416-421, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bandl.2011.12.016>

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. Mapping the brain's metaphor circuitry: metaphorical thought in everyday reason. *Frontiers in Human Neuroscience*, Lausanne, v. 8, p. 958, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3389/fnhum.2014.00958>

LANGLOTZ, A. *Idiomatic creativity: a cognitive-linguistic model of idiom-representation and idiom-variation in English*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

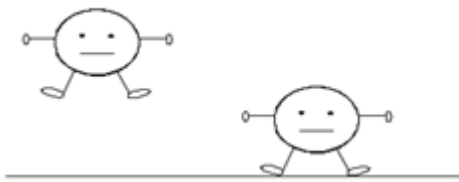
LAW, J. *Identificação precoce dos distúrbios da linguagem na criança*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

LEVORATO, M. C. The acquisition of idioms and the development of figurative competence. In: CACCIARI, C.; TABOSSI, P. (Eds.). *Idioms: processing, structure, and interpretation*. Taylor & Francis, 1993. p. 101-128.

- LEVORATO, M.; CACCIARI, C. The effects of different tasks on the comprehension and production of idioms in children. *Journal of Experimental Child Psychology*, Amsterdam, v. 60, n. 2, p. 261-283, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1006/jecp.1995.1041>
- LIBBEN, M.; TITONE, D. The multidetermined nature of idiom processing. *Memory and Cognition*, Chicago, v. 36, n. 6, p. 1103-1121, 2008. DOI: <https://doi.org/10.3758/MC.36.6.1103>
- NICASTRI, M.; FILIPO, R.; RUOPPOLO, G.; VICCARO, M.; DINCR, H.; GUERZONI, L.; MANCINI, P. Inferences and metaphoric comprehension in unilaterally implanted children with adequate formal oral language performance. *International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology*, Amsterdam, v. 78, n. 5, p. 821-827, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijporl.2014.02.022>
- NIPPOLD, M. A.; TAYLOR, C. L.; BAKER, J. M. Idiom understanding in Australian youth: a cross-cultural comparison. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, Rockville, v. 39, n. 2, p. 442-447, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1044/jshr.3902.442>
- ORLANDO, A.-M.; SHULMAN, B. B. Severe-to-profound hearing-impaired children's comprehension of figurative language. *Journal of Childhood Communication Disorders*, Reston, v. 12, n. 2, p. 157-165, 1989.
- RAVEN, J. C.; RAVEN, J.; COURT, J. H. *Matrizes progressivas coloridas de Raven*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- RINALDI, P. *et al.* Linguistic and pragmatic skills in toddlers with cochlear implant. *International Journal of Language & Communication Disorders*, London, v. 48, n. 6, p. 715-725, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/1460-6984.12046>
- RITTENHOUSE, R. K.; KENYON, P. L. Conservation and metaphor acquisition in hearing-impaired children: some relationships with communication mode, hearing acuity, schooling, and age. *American Annals of the Deaf*, Washington, v. 136, n. 4, p. 313-320, 1991.
- SCHORR, E.; ROTH, F.; FOX, N. A. Comparison of the speech and language skills of children with cochlear implants and children with normal hearing. *Communication Disorders Quarterly*, Austin, v. 29, n. 4, p. 195-210, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/1525740108321217>
- SIQUEIRA, Maity. *As metáforas primárias na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2004.
- SIQUEIRA, M.; GIBBS JR, R. W. Children's Acquisition of Primary Metaphors: a crosslinguistic study. *Organon*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 161-179, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.39590>
- SIQUEIRA, M.; MARQUES, D. F.; GIBBS, JR, R. W. Metaphor-related figurative language comprehension in clinical populations: a critical review. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 20, n. 40, p. 36, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2016v20n4op36>
- SIQUEIRA, M.; DUARTE Jr, S.; BAIOTTO, L.; FERRARI, C. G.; LOPES, N. Compreensão de expressões idiomáticas em período de aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 391-391, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2017.3.29371>
- SIQUEIRA, M.; MARQUES, D. F. Desenvolvimento e validação do instrumento de compreensão de expressões idiomáticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 571-591, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.571-591>

- SIQUEIRA, M.; FERRARI, C. G.; RODRIGUES, J. C. ; BAIOTTO, L.; MELO, T.; DUARTE Jr, S.; MARQUES, D. Evidências de validade de Tarefas de Compreensão de Metáforas Primárias: uma revisão da literatura. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, e44362, 2023a. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2023.1.44362>
- SIQUEIRA, M.; MELO, T.; DUARTE Jr, S.; BAIOTTO, L.; FERRARI, C. G.; LOPES, N.. Many hands on this study: Development of a metonymy comprehension task. *DELTA Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 39, n. 3, 2023b. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339350607>
- SIQUEIRA, M., FERRARI, C. G. Children drink the whole bottle first and then cry over the spilled milk: Progress in the Understanding of Different Figurative Language Phenomena. In: WILD 2025: 7th Workshop on Infant Language Development, San Sebastian, Spain. Basque Center on Cognition, Brain and Language, 2025.
- SPRENGER, S. A.; LA ROI, A.; VAN RIJ, J. The development of idiom knowledge across the lifespan. *Frontiers in Communication*, Lausanne, v. 4, p. 29, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2019.00029>
- TABOSSI, P.; FANARI, R.; WOLF, K. Why are idioms recognized fast? *Memory & Cognition*, Chicago, v. 37, n. 4, p. 529–540, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3758/MC.37.4.529>
- TOMASELLO, M. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- VULCHANOVA, M.; VULCHANOV, V.; STANKOVA, M. Idiom comprehension in the first language: a developmental study. *Vigo International Journal of Applied Linguistics*, Vigo, v. 8, p. 206-234, 2011. Disponível em: <<https://revistas.uvigo.es/index.php/vial/article/view/46>>. Acesso em: 18/06/2025.
- WOLGEMUTH, K.; KAMHI, A.; LEE, R. Metaphor performance in children with hearing impairment. *Language, Speech, and Hearing Services in Schools*, Washington, v. 29, n. 4, p. 216-231, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1044/0161-1461.2904.216>

## Appendix 1 - Sample items used in the tasks

	Sentences	Questions
Verbal metaphor	Lúcia está se sentindo para cima depois de encontrar Rodrigo.	a) Como Lúcia está se sentindo?
	[Lucia is feeling uplifted after meeting Rodrigo.]	[How is Lucia feeling?]
		a') Rodrigo deu boas ou más notícias pra ela?  [Did Rodrigo give her good or bad news?]
Non-verbal metaphor		a) Aponte para o Duni mais feliz.
		[Point to the happiest Duni.]
		a') Por que ele está feliz?  [Why is he happy?]
Idiom	Antonio comprou gato por lebre.	a) O que aconteceu com ele? [What happened to him?]
	[lit.: Antonio bought a cat for a hare.  meaning: Antonio was fooled.]	a') Ele fez uma compra ruim ou boa?  [Did he make a good or a bad deal?]

Elaborated by the authors.

# O político dos corpos no longa-metragem *120 batimentos por minuto*

## *The Political of Bodies in the Feature Film 120 BPM* (Beats per Minute)

**Thiago Henrique Ramari**

Universidade Cesumar (UniCesumar)

Maringá | PR | BR

thiagohenriqueramari@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6267-6407>

**Resumo:** Derivado de uma tese de doutorado filiada à Análise do Discurso materialista, este artigo propõe a formulação conceitual de *político dos corpos*, com o objetivo central de compreender como a heterogeneidade discursiva atravessa os corpos de sujeitos integrantes da associação de ativismo social ACT UP Paris, relacionada à epidemia de HIV/Aids, a partir do retrato ficcional presente no longa-metragem *120 batimentos por minuto* (2017), de Robin Campillo. O conceito é desenvolvido no batimento com o objeto analítico, os corpos enquanto materialidades discursivas dos sujeitos-ativistas, frente à tensão estabelecida entre a heterogeneidade discursiva que sempre se marca nas reuniões internas e o efeito de consenso produzido durante protestos em espaços públicos e privados, no início da década de 1990. No trajeto teórico-analítico, observa-se que o político, entendido discursivamente como a divisão inexorável dos sentidos no social, marca-se de forma contínua nos/pelos corpos dos sujeitos-ativistas durante as reuniões, provocando e/ou retroalimentando conflitos dentro da associação e, por conseguinte, problematizando o efeito de consenso com que se revestem durante os protestos. Desse modo, conclui-se que os corpos dos sujeitos-ativistas, sendo discursivos, são constitutiva e invariavelmente atravessados pelo político, delineando o funcionamento do político dos corpos.

**Palavras-chave:** análise do discurso; cinema; ativismo social; político dos corpos.

**Abstract:** Derived from a doctoral thesis on materialist Discourse Analysis, this article proposes the conceptual formulation of *the political of bodies*, with the central



objective of understanding how discursive heterogeneity crosses the bodies of subjects who are members of the social activism association ACT UP Paris, related to the HIV/Aids epidemic, based on the fictional portrait present in the feature film *120 BPM (beats per minute)* (2017), by Robin Campillo. The concept is developed along with the analytical object, the bodies as discursive materialities of the activist-subjects, in the face of the discursive heterogeneity that is always present in internal meetings and the effect of consensus produced during protests in public and private spaces, in the early 1990s. In the theoretical-analytical path, it is observed that the political, discursively understood as the inexorable division of meanings in the social, is continuously marked in/through the bodies of the activist-subjects during the meetings, provoking and/or feeding back conflicts within the association and, consequently, problematizing the effect of consensus they present during the protests. Therefore, it is concluded that the bodies of the activist-subjects, being discursive, are constitutively and invariably traversed by the political, outlining the functioning of the political of bodies.

**Keywords:** discourse analysis; cinema; social activism; the political of bodies.

## 1 Um percurso de entremeios

A pesquisa que originou a tese de doutorado da qual deriva este artigo foi realizada entre 2019 e 2023, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desde o princípio, ela se marcou como um processo no entremeio de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que se desdobrou da minha atuação como professor colaborador, entre 2017 e 2019, no Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi devido a inquietações que me atravessaram durante discussões relacionadas ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)<sup>1</sup>, em um grupo formado em 2018 com alunos e alunas dos cursos de Jornalismo e de Relações Públicas, que senti a necessidade de desenvolver um projeto de doutorado vincu-

---

<sup>1</sup> Não há consenso sobre a grafia dessa sigla no Brasil. Enquanto autores como Daniel (1991), Jardim (2019), Jeolás (2007), Paz (2007) e Trevisan (2023) utilizam somente letras minúsculas (aids), Ferrari Soares (2019) e Timerman e Magalhães (2015) optam pelas letras maiúsculas (AIDS) e Soares (2001), pela inicial maiúscula (Aids). De minha parte, decido pelo último caso, por considerar que o acrônimo tem o peso de um substantivo próprio nas práticas discursivas do social. Neste artigo, as exceções se aplicam aos casos em que reproduzo legendas em português do longa-metragem *120 batimentos por minuto*, nas quais a sigla é grafada apenas com letras maiúsculas.

lado à Análise do Discurso materialista, doravante AD. Após o ingresso no programa *stricto sensu* e com a profícua orientação da Profa. Dra. Renata Marcelle Lara, a pesquisa entrelaçou a Aids, o ativismo social e o corpo enquanto materialidade discursiva do sujeito, resultando na tese intitulada *O corpolítico entre a vida e a morte no longa-metragem francês 120 batimentos por minuto* (Ramari, 2023), na qual é proposta a formulação conceitual de *político dos corpos*, enfoque temático deste texto.

O desenvolvimento da noção conceitual de político dos corpos se deu no batimento com o objeto analítico, os corpos que materializam discursivamente os sujeitos integrantes da unidade parisiense da associação de ativismo social Aids Coalition to Unleash Power (ACT UP), mais conhecida como ACT UP Paris, a partir do retrato ficcional presente no longa-metragem *120 batimentos por minuto* (2017), do cineasta franco-marroquino Robin Campillo. A definição do objeto nessa materialidade fílmica ocorreu pelo potencial de investigação do corpo no âmbito discursivo, alvo de interesse de pesquisadores e pesquisadoras em AD no Brasil,<sup>2</sup> na interface com a epidemia de HIV/Aids. Desde o tateamento inicial do filme, os corpos dos sujeitos-ativistas, vários deles infectados pelo HIV ou em situação de Aids, impuseram questões sobre o modo como divergem discursivamente em meio às práticas significantes do grupo, delineando gestos de interpretação que sustentaram a proposição do conceito que, espero, contribua para a reflexão discursiva sobre corpos que integram outros grupos de ativismo social na contemporaneidade.

*120 batimentos por minuto* retrata a rotina de sujeitos-ativistas da ACT UP Paris no início da década de 1990, quando o diagnóstico positivo para HIV ou Aids era comumente tomado como “[...] o exato sinônimo de morte incontornável” (Hayashi, 2022, p. 28). A associação, ainda existente e da qual, segundo Lewis (2018), o cineasta participou quando jovem, integra a rede ACT UP, que chegou a somar, conforme France (2017), 148 unidades em 19 países, todas criadas sob os moldes da matriz nova-iorquina, fundada em 1987. Como sugere a sigla de identificação, que traz o verbo “agir” no modo imperativo da língua inglesa, ACT UP, esses grupos se destacaram nos primeiros anos do ativismo social relacionado à epidemia, por meio de protestos contundentes que buscavam garantir assistências farmacológica, médica e social a sujeitos-soropositivos, além de campanhas de prevenção eficientes, junto a governos, instituições e empresas. Embora tenha sido concebida pela comunidade homossexual, a rede sempre teve uma composição plural, com integrantes de diferentes gêneros, orientações sexuais e sorologias para HIV.

Na obra de Campillo, as reuniões semanais internas da ACT UP Paris compõem a prática significativa na qual os corpos dos sujeitos-ativistas mais divergem discursivamente entre si, por meio, por exemplo, de gestos distintos, semelhantes ou idênticos. Tal regularidade contrasta com o que se observa nos protestos que os mesmos sujeitos realizam em espaços públicos e privados, nos quais seus corpos se apresentam por meio de ações coreografadas que produzem um “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) para o social, como quando caminham em uma mesma direção entoando as mesmas palavras de ordem. Todos esses momentos de divergência e convergência discursivas são entrecortados pelo romance entre os sujeitos-ativistas Sean (interpretado por Nahuel Pérez Biscayart) e Nathan (Arnaud Valois),

---

<sup>2</sup> Esse interesse pode ser exemplificado pelo lançamento, em 2023, do livro *O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento*, organizado por Maria Cristina Leandro-Ferreira e Luciana Iost Vinhas, composto por 28 textos de diferentes pesquisadores e pesquisadoras em AD.

o primeiro soropositivo e o segundo soronegativo. Os dois se conhecem durante os encontros da associação e ficam juntos até o momento em que Sean comete suicídio com o auxílio de Nathan. Antes, porém, o primeiro sofre com o severo declínio do seu estado de saúde, manifestado por doenças oportunistas e sintomas indicativos do quadro clínico de Aids.

Ao tematizar o político dos corpos em *120 batimentos por minuto*, este artigo parte da indagação sobre como os corpos dos sujeitos-ativistas se dividem discursivamente nas reuniões internas da ACT UP Paris, delineando uma contraposição ao efeito de consenso que constroem durante os protestos. Desse modo, o texto objetiva, centralmente, compreender de que forma tais corpos são atravessados pela heterogeneidade discursiva, problematizando o efeito de consenso com o qual se revestem durante os protestos em espaços públicos e privados de Paris. Para tanto, o percurso investigativo é composto por três etapas: discutir os conceitos de político e de corpo sob a perspectiva discursivo-materialista; explicar o entrelaçamento entre o político e o corpo na constituição do conceito discursivo de político dos corpos; e descrever e interpretar um recorte discursivo verbo-visual no qual o político dos corpos se marca durante uma reunião interna da ACT UP Paris.

## 2 O político dos corpos

Em *120 batimentos por minuto*, a ACT UP Paris realiza reuniões semanais internas, em um pequeno anfiteatro, para tratar de pautas que abordam, entre outros assuntos, do planejamento de protestos contra diferentes agentes sociais, como o governo, empresas farmacêuticas, instituições de ensino e seguradoras de saúde. Cada tópico das pautas é conduzido por um ou mais sujeitos-ativistas e o debate dele decorrente é sempre controlado por outros que fazem o papel de mediadores. Sob o nome da associação, todos os integrantes buscam garantir assistências farmacológica, médica e social a sujeitos-soropositivos franceses, bem como campanhas de prevenção que reduzam a quantidade de novos casos de HIV e Aids no país governado, naquele momento, por François Mitterrand.<sup>3</sup> O “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) que dão à visibilidade quando saem em manifestações é, no entanto, problematizado pela heterogeneidade discursiva que os atravessa frequentemente durante as reuniões internas.

Tal funcionamento entre o efeito de consenso e a heterogeneidade discursiva foi um dos pontos intrigantes suscitados pelo longa-metragem de Robin Campillo. Os sujeitos-ativistas que, durante os protestos, dizem as mesmas palavras, seguem o mesmo fluxo de caminhada e repetem as mesmas gesticulações em uma coreografia com aparência homogênea são os mesmos sujeitos que, nas reuniões internas da associação, divergem de modo tenaz, marcando a divisão de sentidos nos próprios dizeres e corpos. A formulação conceitual de político dos corpos, foco deste artigo, refere-se ao funcionamento discursivo dos corpos desses sujeitos internamente ao grupo, nos sucessivos momentos em que há discordâncias, confrontos, divisões. Trata-se de uma prática que rompe com a “[...] fachada de cimento per-

---

<sup>3</sup> O período político abordado por *120 batimentos por minuto* evoca a análise que Pêcheux (2015, p. 16) faz do enunciado “on a gagné”, pronunciado por muitos franceses em 10 de maio de 1981, quando o socialista François Mitterrand foi eleito pela primeira vez presidente da França. Uma vitória que, ao ser anunciada pelos meios de comunicação, causou “estupor (de maravilhamento ou de terror) [...]” em parcelas diferentes da população (Pêcheux, 2015, p. 19). Ele foi, depois, reeleito em 1988.

feitamente lisa” (Courtois, 1988, p. 6 *apud* Courtine, 2023, p. 90) que os mesmos corpos exibem durante as manifestações em espaços públicos e privados.

A noção de político dos corpos se dá a partir de uma imbricação entre os conceitos de político e corpo no âmbito discursivo, conceitos que, ao serem mobilizados, evocam tantos outros do dispositivo teórico-analítico pensado inicialmente por Michel Pêcheux, “[...] fonte de postulados fundamentais [...]” (Piovezani; Sargentini, 2018, p. 12). É, portanto, uma formulação que adere ao escopo da AD, considerando a sua singularidade perante as Ciências Sociais e Humanas no saber científico da atualidade. Para argumentar sobre ela, é fundante percorrer os conceitos de político e corpo em suas especificidades, a fim de entrelaçá-los em seguida, sem perder de vista o objeto analítico em *120 batimentos por minuto*. Para tanto, parto sobretudo de Indursky (2019), Leandro-Ferreira (2013a; 2013b) e Orlandi (1996; 2004; 2017), pesquisadoras brasileiras que, ao longo das últimas décadas, teorizaram a respeito do político e do corpo a partir do legado deixado por Pêcheux e pelo grupo de estudos que liderou na França.

O político diz respeito ao fato de que “[...] os sentidos são sempre divididos [...]” e “[...] não se recobrem [...]” (Orlandi, 1996, p. 131), pois é impossível que haja um sentido único e pleno para cada forma material significante. Isto ocorre porque os sujeitos são confrontados pelo real da língua, isto é, pela “incompletude” e “autonomia relativa” dela, como explica Lagazzi (2018, p. 168); pelo assujeitamento a diferentes ideologias, que fazem com que eles “funcionem sozinhos”, nas palavras de Althusser (2008, p. 218); e, como reação a este último caso, pela resistência à dominação ideológica, já que “[...] não há dominação sem resistência [...]”, conforme Pêcheux (2014b, p. 218). É em vista desse funcionamento que Dorneles (2020) argumenta que o político funciona no discurso como uma marca da contradição<sup>4</sup> e das disputas inerentes ao social; uma marca que se delineia, por exemplo, quando sujeitos examinam, questionam, discordam e negociam com base em diferentes posições ideológicas. Nessa direção, os sentidos que orbitam em torno de um mesmo significante, sobretudo os discordantes entre si, estabelecem relações de força entre os sujeitos que os mobilizam. Voltando a Orlandi (2015, p. 37), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’”.

A complexidade do funcionamento do político se traduz na mobilização do aparato discursivo como um todo, a começar pela formação ideológica (FI) e pela formação discursiva (FD). A primeira delineia um deslocamento que Haroche, Pêcheux e Henry (2020, p. 33-34) operam do pensamento materialista-histórico de Althusser para a teoria do discurso: no processo de assujeitamento por uma ideologia, o sujeito é inscrito em uma FI correspondente, que constitui “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras”. Logo, as FIs materializam a instância ideológica, oferecendo os objetos e a maneira de se servir deles em uma circunscrição de caráter regionalizado, especializado, tais como a ciência, a política e a religião. Elas demarcam posições de classe e determinam que os sujeitos nelas inscritos falem a respeito de diferentes objetos a partir dos lugares sociais que ocupam, dando visibilidade à luta de classes. Isto ocorre porque “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 34).

<sup>4</sup> Contradição é um conceito discursivo pensado por Pêcheux que não trata da “[...] oposição entre duas forças que atuem uma contra a outra em um mesmo espaço [...]” (Cazarin, 2013, p. 170), mas, sim, da “[...] impossibilidade da síntese [entre elas], reiterando a distância entre contradição e oposição” (Lagazzi, 2011, p. 279).

Ao mencionarem os termos “sentido” e “palavras”, os autores assinalam a “intrincação” (Pêcheux, 2014b, p. 147) entre FI e FD, condição *sine qua non* para a primeira funcionar no social. O conjunto complexo de atitudes e representações supracitadas necessita de uma existência material para compor as práticas discursivas dos sujeitos. Atentando que, no quadro teórico da AD, a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, os elementos de uma FI se materializam, no interior de uma ou mais FDs, por meio dos discursos e da língua. Em uma passagem já clássica e frequentemente reproduzida, Pêcheux (2018, p. 73) afirma que as FDs “[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um pronunciamento, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura [...]”. O assujeitamento a uma ideologia, assim sendo, só se concretiza no interior de uma FD, quando, reconhecendo-se e engajando-se nas práticas discursivas, o sujeito age sozinho (Courtine, 2020).

A intrincação entre FI e FD não pode ser pensada sem referência ao interdiscurso. Isto porque as materialidades componentes das FDs são fornecidas por essa estrutura, em consonância com as características das FIs correspondentes. O interdiscurso remete ao conjunto de FDs existentes, espaço imensurável e inapreensível da multiplicidade dos sentidos, no qual se concentram todos os já-ditos, não-ditos e aquilo que ainda há por dizer, conforme Leandro-Ferreira (2012). É, portanto, nessa região onde se encontram as construções realizadas até então, correspondendo a um “sempre-já-aí” (Pêcheux, 2014b, p. 151) que retorna, a algo que fala antes e de forma autônoma em relação ao sujeito, delineando a memória discursiva, além de tudo o que foi silenciado e tudo o que permanece em estado de devir. Em uma operação da qual só se pode identificar rastros, o interdiscurso fornece e articula já-ditos hegemônicos aos limites de cada FD, fazendo-se absorver e esquecer no intradiscurso, as práticas discursivas dos sujeitos ali inscritos. Em vista disso, destacam-se duas propriedades do interdiscurso: o efeito de pré-construído, derivado do retorno de determinados dizeres e sentidos, e o discurso transversal, referente à articulação entre sequências dispersas, linearizando-as em correferências de sentidos no intradiscurso. Nas palavras de Pêcheux (2014b, p. 154),

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita.

Esse mecanismo não ocorre, no entanto, sem a resistência do sujeito, o que se materializa nas falhas, noção que remete aos tropeços de linguagem na Psicanálise, àquilo que “numa frase pronunciada, escrita [...] se estatela” (Lacan, 1985a, p. 30), como duplos sentidos, chistes e lapsos, delineando um rastro do real da língua e provocando, ao mesmo tempo, a divisão dos sentidos, o próprio político. Desse modo, é possível afirmar que, se o político se marca de modo inelutável entre os discursos produzidos por diferentes FDs, a resistência à dominação do assujeitamento ideológico, constitutiva de todo sujeito, engendra falhas que fazem com que o mesmo ocorra internamente em cada uma delas, afastando a possibilidade de homogeneidade e, por conseguinte, suscitando discordâncias, embates e conflitos. A divisão dos sentidos depende do processo de identificação dos sujeitos frente à forma-sujeito, o conjunto de saberes que organiza uma FD em um momento sócio-histórico-ideológico, correspondente

a determinados já-ditos e articulações fornecidos pelo interdiscurso.<sup>5</sup> Sobre esse aspecto, Pêcheux (2014b) considera três modalidades discursivas do funcionamento subjetivo: a identificação, quando há um recobrimento amplo, porém não totalizante, do sujeito pela forma-sujeito, no qual o primeiro reverbera a segunda em grande medida, caracterizando-se como um bom sujeito;<sup>6</sup> a contra-identificação, nas situações em que o sujeito se volta contra a forma-sujeito, duvidando, questionando, contestando as evidências de sentido, um mau sujeito; e a desidentificação, à medida que o sujeito se desvincula da forma-sujeito e, por extensão, da FD, inscrevendo-se imediatamente em outra(s), uma vez que é impossível estar fora da ideologia.

As modalidades discursivas do funcionamento subjetivo implicam considerar a estabilidade na desestabilidade. Como o conjunto de saberes que organiza a forma-sujeito é o hegemônico em um dado período, essa estabilidade só pode se constituir em meio a constantes relações de força entre reprodução e transformação, cenário que impede a sua conservação *ad infinitum*. É diante dessa estrutura dominante que figura como o quociente temporário dos embates discursivos que os sujeitos tecem relações de identificação ou contra-identificação – a desidentificação não integra esse quadro, posto que, ao se concretizar, os sujeitos já estão submetidos a outra(s) FD(s). Eles ocupam, dessa forma, posições-sujeito mais próximas ou mais distantes da forma-sujeito, dentre as quais a mais próxima de todas, aquela cujas práticas se confundem com os saberes em questão, faz-se dominante (Indursky, 2019).<sup>7</sup> Tal conjuntura fragmentada expõe o caráter heterogêneo da FD, pois a resistência imposta pelos sujeitos fomenta a multiplicação dos dizeres e o deslizamento dos sentidos internamente.

<sup>5</sup> Do campo do Materialismo Histórico, Althusser (1978) foi quem conceituou a forma-sujeito. Segundo o autor, em uma formação social capitalista, o sujeito assume uma forma-sujeito, isto é, uma forma de existência histórica, por meio da qual participa das práticas sociais. As formas-sujeito remetem à divisão do trabalho e à luta de classes, implicando os processos de assujeitamento ideológico – daí podermos conceber, por exemplo, uma forma-sujeito operário e uma forma-sujeito patrão. Posteriormente, no âmbito da AD, tal conceito foi deslocado e passou a ser entendido como um elemento constitutivo das FDs, mais propriamente um conjunto de saberes que se faz predominante em um momento sócio-histórico-ideológico, perante o qual os sujeitos podem traçar uma relação de identificação, fazendo circular os discursos correspondentes no social. Na explicação de Courtine (2020, p. 77), é “[...] um sujeito do saber próprio de uma FD dada e [que] existe na identificação mediante a qual os sujeitos enunciativos encontram ali os elementos do saber (enunciados) pré-construídos dos quais se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos do saber que asseguram uma coerência intradiscursiva a seus objetivos”.

<sup>6</sup> Ao não considerar o recobrimento completo do sujeito pela forma-sujeito de uma FD na modalidade de identificação, a minha exposição se alinha à retificação que Pêcheux faz da própria teoria em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, o conhecido “Anexo 3” de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014b). Se o autor não pondera, em um primeiro momento, sobre a resistência do sujeito no processo de identificação, o mesmo não acontece na retificação, quando afirma que “[...] levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*” (Pêcheux, 2014b, p. 279).

<sup>7</sup> Ao tratar sobre a FD Sem Terra no contexto brasileiro dos anos 1990, Indursky (2019) ressalta a sua heterogeneidade discursiva interna, em função das diferentes posições-sujeito que a constituem, ocupadas por posseiros e por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento Pela Luta da Terra (MLT) e do Movimento Democrático dos Sem-Terra (MDST). Em tal cenário, o MST ocupa a posição-sujeito dominante: ao deflagrar um acontecimento discursivo, as ações do grupo colocam novos sentidos e dizeres em circulação, que são incorporados pelo interdiscurso e, posteriormente, dada a hegemonia que gozam entre aqueles que reivindicam um pedaço de terra, dão forma ao conjunto de saberes predominante da FD Sem Terra. Ainda assim, mesmo dentre os integrantes do MST, não há homogeneidade discursiva, com o político se marcando a partir das relações de contra-identificação.

Isso permite assumir, juntamente de Indursky (2019), a impossibilidade de um ritual ideológico sem falhas, assim como a imobilização dos sujeitos e dos sentidos.

Essa tessitura conceitual demonstra que o político é constitutivo das práticas discursivas dos sujeitos. Ele é resultado de processos distintos que marcam um espaço de confronto, apontando para “[...] um mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*” (Pêcheux, 1990, p. 12). Juntamente do real da língua, os processos de assujeitamento ideológico e de resistência dos sujeitos impedem que os mesmos sentidos sejam reproduzidos sobre os mesmos objetos, desencadeando relações de força que se ramificam em uma rede sem início nem fim no social. O político se marca, desse modo, entre diferentes FDs e, também, no interior de cada FD, impedindo qualquer possibilidade de homogeneidade discursiva. O que há, mesmo entre todos os sujeitos que compartilham dos saberes advindos da forma-sujeito de uma determinada FD, é a heterogeneidade discursiva, abrindo espaço para a contradição discursiva.

O corpo, o outro conceito fundante da formulação que denomino como político dos corpos, não é abordado pelo aspecto biológico, empírico ou ortopédico, mas como a materialidade discursiva do sujeito, conforme pontuam Leandro-Ferreira (2013b) e Orlandi (2017). Por conseguinte, em vez de máquina concebida de forma ciosa pela natureza, o corpo é considerado, teórica e metodologicamente, como resultado de uma construção complexa que se dá no social, tal qual o sujeito nele inscrito (Leandro-Ferreira, 2010; 2013b). Dada a relação de inseparabilidade entre corpo e sujeito, suas constituições se confundem, de modo que os efeitos de sentido (*re*) produzidos pelo primeiro não são passíveis de análise apartados do segundo (Orlandi, 2017). O corpo se torna, assim, um “dispositivo de visualização” do sujeito, um “[...] modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78).

Como a AD se posiciona fortemente no entremeio da Psicanálise e do Materialismo Histórico, Leandro-Ferreira (2010, p. 10) afirma que a perspectiva discursiva de sujeito se coloca “[...] estratégica e perigosamente [...]” no entremeio dos entendimentos psicanalítico e ideológico de sujeito. A aproximação com o primeiro se dá pela noção de inconsciente em Lacan (1985a, p. 25), uma instância psíquica que se estrutura “[...] *como uma linguagem* [...]”<sup>8</sup> e que se marca constantemente nas relações sociais do sujeito. Em relação ao segundo, o acercamento ocorre pelo processo de assujeitamento ideológico, que remete à teoria de Althusser (2008) e diz respeito ao modo como o sujeito é cooptado por diferentes ideologias para que funcione sozinho dentro dos limites de cada uma delas no social.<sup>9</sup> Em razão dessas relações e da inseparabilidade para com o sujeito que materializa, o corpo é, na abordagem da AD, afetado tanto pelo inconsciente como pelo assujeitamento ideológico, o que faz com que funcione discursivamente, e não apenas como carne, no social.

<sup>8</sup> O famoso postulado de Lacan (1985a, p. 25) de que o “[...] *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* [...]” demonstra, conforme a leitura de Leandro-Ferreira (2010), que a linguagem preexiste ao sujeito. Isso significa que, antes que o sujeito se forme, comece a pensar e estabeleça relações sociais, o plano inconsciente se organiza com a inscrição de uma série de linhas de força compostas por significantes. Nas palavras de Lacan, (1985a, p. 26), “a natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas e as modelam”.

<sup>9</sup> Althusser (1980, p. 106-107) dá um exemplo: “[...] a ideologia religiosa se dirige de facto aos indivíduos para os ‘transformar em sujeitos’, interpelando o indivíduo Pedro para fazer dele um sujeito, livre de obedecer ou de desobedecer ao apelo, isto é, às ordens de Deus [...]”. Assim, além do sujeito-cristão, podemos considerar, a partir de outras ideologias, o sujeito-patrão, o sujeito-operário, o sujeito-soldado etc.

O modo como o corpo é afetado pelo inconsciente implica imbricações específicas entre a AD e o pensamento psicanalítico lacaniano. Neste último, o corpo é considerado no atravessamento pela lei do significante, que o desnaturaliza, transforma e molda, fazendo com que funcione como efeito de linguagem. Na base desse processo, os três registros psíquicos do sujeito, denominados de imaginário, simbólico e real,<sup>10</sup> delimitam diferentes dimensões para o corpo. Na leitura de Fleig (2004, p. 135), tais dimensões dão visibilidade a um “corpo plural”, respaldado “[...] na diversidade de nossos modos de relação com ele”. O chamado corpo imaginário é resultante do estágio do espelho, no qual a criança forja para si um corpo ilusório porque aparentemente uno e completo, a partir da relação que tece com a própria imagem refletida em um espelho. Já o corpo simbólico, ao qual o corpo imaginário se articula para compor uma dita realidade, é construído por significantes como nome, gênero, etnia, classe social e lugar na genealogia, delineando uma alienação simbólica do sujeito. O real do corpo, por fim, refere-se àquela parte que, embora resista a qualquer tentativa de simbolização, não cessa nunca de não se inscrever, cavando uma falta incontornável que provoca falhas no corpo simbólico, uma equivalência aos tropeços de linguagem. Trata-se daquela parte que concentra impulsos negados, proibidos e recalçados, cujas realizações dariam vazão ao gozo pleno.

O real do corpo remete ao modo como o corpo (se) fala por meio das falhas que inscreve no corpo simbólico. Como afirma Lacan (1985b, p. 178) em uma de suas máximas, “o real, eu diria, é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente”. Essa noção é central para os deslocamentos que Leandro-Ferreira (2013a; 2013b) realiza da teoria lacaniana, a fim de conceituar o corpo na AD. A autora defende que o corpo é uma construção, que ele é feito e efeito de linguagem e que as falhas desencadeadas pela imbricação entre real do corpo e corpo simbólico fazem com que os sentidos não se petrifiquem, mas se movimentem de forma contínua, uma propriedade discursiva porque significante. Diante disso, afirma que o corpo é uma “[...] materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e se submete à falha” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78), um “*corpo da visibilidade e da invisibilidade, corpo que se deixa olhar e que se coloca na posição de quem olha*” (Leandro-Ferreira, 2013a, p. 128), significando e sendo significado.

Nesse funcionamento, incluem-se, também, as especificidades da imbricação entre o assujeitamento ideológico e o corpo na AD. Uma vez que o processo de assujeitamento é inescapável ao sujeito, conforme a teoria althusseriana, ele também o é ao corpo no campo discursivo, fazendo com que ambos se configurem como “[...] produto de determinações [...]”

---

<sup>10</sup> Na psicanálise lacaniana, o sujeito é dividido, devido à diferença incontornável entre os planos consciente e inconsciente, que abrangem três registros psíquicos: o real, o simbólico e o imaginário. O inconsciente está ligado ao real, cujo aspecto totalizante é impossível de ser representado. Em seu vínculo, essas duas estruturas delimitam um “centro incógnito” (Lacan, 1985a, p. 28) que marca uma falta originária, algo desde sempre inalcançável porque resistente à simbolização. Já o plano consciente remete ao imaginário, que se baseia na aparente univocidade das imagens dos objetos que circundam o sujeito no mundo empírico. Esse registro é revestido por um caráter especular ilusório que remete à similitude, à homogeneidade e à completude. É por isso bem representado pelo estágio do espelho durante o desenvolvimento infantil. Entre os planos inconsciente e consciente está o simbólico, no qual reina, nos termos de Lacan (1985a, p. 28), a “lei do significante”. Jorge e Ferreira (2007) explicam que esse registro busca simbolizar o real e articulá-lo ao imaginário, de forma insistente e sem sucesso, dando origem aos já mencionados tropeços da linguagem. Nessa dinâmica, o real sempre se marca no simbólico como uma falta, enquanto o simbólico e o imaginário se entrelaçam na constituição da dita realidade, feita de palavras e imagens.

(Leandro-Ferreira, 2010, p. 3). No entanto, o assujeitamento não tem um caráter totalizante, visto que, segundo Pêcheux (2014b), a ideologia se agarra ao inconsciente do sujeito durante o processo, mas é incapaz de recobri-lo por completo e, conseqüentemente, de evitar a resistência à dominação, marcada pelos tropeços da linguagem. Em desdobramento, o assujeitamento não é capaz de suturar a hiância entre o real do corpo e o corpo simbólico, através da qual as falhas também se marcam como resistências que (se) significam no social. É nesse invólucro discursivo permanentemente crivado que o corpo é atravessado pela historicidade, bem como pelos processos de identificação e significação de que participa o sujeito. Eis porque se pode falar de corpos cristãos, indígenas, homossexuais, operários ou artísticos e de corpos que, marcados pela resistência dos sujeitos, significam(-se) de modo diverso perante os saberes de determinada forma-sujeito. Conforme Orlandi (2017), é impossível conceber um corpo que não seja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito igualmente constituído por sentidos sempre em movimento.

O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas em que vivemos, parte do corpo social tal como ele está significado na história. Isto quer dizer, entre outras coisas, que o sujeito relaciona-se com o seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza. No entanto, sempre há a incompletude, a falha, o possível. E os sentidos, como tenho repetido, sempre podem ser outros (Orlandi, 2017, p. 93).

A relação entre os conceitos de político e corpo circunscreve a base sobre a qual penso a formulação de político dos corpos. Se, nas práticas discursivas, os sentidos se dividem continuamente, estando os sujeitos inscritos ou não nas mesmas FDs, os corpos desses sujeitos também participam desse funcionamento, na medida em que são feitos e efeitos de linguagem, significando e sendo significados a partir do lugar social que ocupam. As divisões neles materializadas são provocadas pelo movimento ao mesmo tempo intrincado e tensionado do inconsciente e da(s) ideologia(s) nos sujeitos, um movimento que é produtor de sentidos, incluindo aqueles derivados de falhas. Proponho, em vista disso, a noção de político dos corpos como a divisão dos sentidos produzida nos/pelos corpos, em razão do modo pelo qual são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologia(s) que atravessa(m) os sujeitos. Tal divisão encontra sua *vis et ratio* desde o princípio da constituição desses corpos, delimitando, a partir de então e continuamente, espaços de disputa e relações de força. O político dos corpos traz, portanto, marcas da luta de classes que atravessa o social.

Como mencionado, o desenvolvimento dessa formulação se entrelaça ao funcionamento discursivo dos corpos dos sujeitos-ativistas da ACT UP Paris, durante reuniões semanais internas, em *120 batimentos por minuto*. Esse vínculo se ampara em uma regularidade, a algo que se repete como uma estrutura discursiva, apontando para uma “[...] relação contraditória da linguagem com a exterioridade” (Orlandi, 1996, p. 29). Refiro-me às intensas e, por vezes, insuperáveis discordâncias que atravessam os sujeitos: dos sete encontros retratados pelo longa-metragem, seis deles são marcados por objeções que os levam a discutir tenazmente o papel e os planos do grupo perante diferentes circunstâncias, colocando sentidos divergentes em jogo. A sexta reunião é a única que não traz tal regularidade, pois o enfoque não está no debate, nem sequer apresentado, mas no diálogo em tom confessional entre os dois personagens centrais, Sean (interpretado por Nahuel Pérez Biscayart) e Nathan (Arnaud Valois).

Para realizar um gesto de interpretação, pondero, no trabalho com a materialidade fílmica, que os sujeitos-ativistas se inscrevem em uma FD por mim designada “Ativismo Social Relacionado à Aids”. Parto da observação de que, independentemente da própria sorologia para HIV, eles são afetados em alguma medida pela epidemia de HIV/Aids, o que os leva a um engajamento que só se concretiza com a vinculação a essa FD e com a consequente relação com os saberes da forma-sujeito que a organiza, a do “Ativista Social Relacionado à Aids”. No início dos anos 1990, a ACT UP Paris é a associação ligada à epidemia com maior notoriedade pública na França, em razão das ações contundentes que promove, alinhadas à rede mundial da ACT UP. Por isso, o grupo ocupa a posição-sujeito dominante da FD, aquela mais próxima dos saberes da forma-sujeito, confundindo-se mesmo com eles, o que não exclui as disputas internas entre os seus membros. Outras associações francesas, a exemplo da Aides, também integram a FD, mas ocupam posições-sujeito distanciadas da forma-sujeito, dadas as especificidades do próprio ativismo, mais brando.

Na regência dessa configuração está a FI que designo de “Ativismo Social”. Ela fornece um conjunto de atitudes e representações não somente à FD “Ativismo Social Relacionado à Aids”, mas a todas aquelas compostas por sujeitos-ativistas, como as com enfoques ambientais, antirracistas e feministas. Essa FI, que materializa uma ideologia homônima, a do “Ativismo Social”, dá início ao processo de assujeitamento de sujeitos em ativistas sociais, cuja finalização ocorre com a vinculação deles em uma das várias FDs a ela intrincadas. Por meio desse funcionamento, sujeitos se reconhecem como ativistas e compartilham de um *modus operandi* semelhante: reunião em grupos para angariar legitimidade e visibilidade públicas; realização de ações das mais brandas às mais contundentes, a fim de expor reivindicações; e participação em tentativas de negociação envolvendo o governo e outras instituições, que constituem, nos termos de Althusser (2008), o Aparelho Repressor de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs).

No processo de assujeitamento do ativista social, as especificidades de cada FD funcionam como desdobramentos possíveis. Embora seja o mais recorrente, não é condição, para o ativista, integrar o grupo pelo qual se reivindica algo, o que implica diferentes relações com a ideologia. Eis porque não é preciso ser um sujeito-negro para ser um sujeito-ativista relacionado ao antirracismo; um sujeito-mulher para ser um sujeito-ativista relacionado ao feminismo; ou, ainda, um sujeito-soropositivo para ser um sujeito-ativista relacionado à Aids. Independentemente da FD, as reivindicações demarcam um confronto direto com o que Althusser (2008) denomina de ideologia dominante, aquela que reveste a classe que detém o poder de Estado. No período e local abordados em *120 batimentos por minuto*, a ideologia “Burguesa” é a que se faz dominante, enquanto a do “Ativismo Social” integra o rol daquelas tidas como dominadas, salientando a resistência e dando mais visibilidade ao político do discurso, do qual os corpos dos sujeitos-ativistas não saem incólumes.

Para a realização de um batimento entre teoria e prática, destaco um recorte discursivo verbo-visual referente à quinta reunião semanal interna da ACT UP Paris apresentada pelo longa-metragem, enfocando os sujeitos-ativistas Hélène (Catherine Vinatier), Max (Félix Maritaud), Sean (Nahuel Pérez Biscayart) e Thibault (Antoine Reinartz). O recorte abrange os corpos e parte dos enunciados dos personagens no trecho entre os pontos 75’33” e 79’39” da edição brasileira em DVD, quando debatem se o grupo deve continuar exigindo a prisão de agentes governamentais, em vista dos casos de franceses infectados com o HIV durante transfusões de sangue. Mesmo ocupando a posição-sujeito dominante na FD “Ativismo Social

Relacionado à Aids”, esses personagens integram subgrupos distintos e não aderem à mesma modalidade discursiva do funcionamento subjetivo, fornecendo marcas da heterogeneidade discursiva que os constitui, assim como do funcionamento do político dos corpos. Essa tensão delinea, de forma inescapável, a contradição discursiva interna à associação.

Hélène começou a participar da ACT UP Paris depois que o seu filho, o também ativista Marco (Théophile Ray), infectou-se com o HIV durante transfusões de sangue. Em um momento da reunião, ela se levanta da carteira onde está sentada e segue para o espaço em frente ao quadro-negro do anfiteatro, demandando um debate sobre a posição da associação acerca da exigência de prisão de agentes governamentais franceses. O pedido dela se dá em resposta a um texto publicado em um informativo do grupo que circula durante o encontro, no qual é criticada por, frente à comissão dedicada às questões relativas às transfusões sanguíneas, vindicar as penas de detenção. O principal argumento dos autores do texto, Max e Sean, da comissão que trata da epidemia no cenário carcerário, é o de que as penitenciárias são locais onde ocorrem infecções pelo HIV, pois os detentos não têm acesso a preservativos ou a seringas descartáveis, o que deveria inviabilizar os pedidos de prisão. Durante o debate que se estabelece, os dois jovens também se levantam, mas permanecem em frente às carteiras onde estavam sentados até então. Thibault, presidente e porta-voz oficial do grupo, é o último a se levantar, posicionando-se ao lado de Hélène, de onde defende o ponto de vista dela.

Um ponto a ser explorado, porque constitutivo das condições de produção do recorte, é a segmentação da ACT UP Paris em comissões que lidam com diferentes frentes relacionadas à epidemia de HIV/Aids, a fim de se alcançar objetivos específicos, além de outros, gerais, compartilhados por todas. Essa ramificação em grupos menores com interesses inerentes e coletivos é um dos meios pelos quais a divisão discursiva e, por conseguinte, as relações de força se dão à visibilidade no âmago da posição-sujeito dominante. A luta de classes, atravessada pelas características da epidemia no período abordado, sustenta a criação e os embates entre as comissões, estabelecendo lugares ao mesmo tempo deslocados e atados entre si, de onde os sujeitos e seus corpos significam e são significados. Como resultado, algumas comissões angariam mais importância do que outras, fazendo com que os discursos de seus integrantes tenham mais peso do que os de outros interna e externamente à associação. Ao fim do recorte, Max expõe essa diferença em um enunciado: “O caso do sangue contaminado é a vitrine da Act Up. Interessa mais à mídia do que putas, drogados e estrangeiros, sem falar das prisões”. A contradição está, portanto, posta na forma-sujeito “Ativista Social Relacionado à Aids”.

Levando em conta as comissões das quais Hélène, Max e Sean participam, os espaços que os seus corpos ocupam no anfiteatro durante o debate são significantes para a análise discursiva. No início, quando Hélène segue até o local em frente ao quadro-negro demandando um debate sobre a exigência das penas de prisão, seu corpo passa a ocupar uma posição destinada a uma autoridade, a quem tem o direito de falar a um público com base em uma legitimidade construída imaginária e socialmente. Tal efeito integra práticas discursivas de diferentes FDs: os rituais de sala de aula, de palestra científica ou de missa católica trazem o(s) sujeito(s) tido(s) como autoridade(s) à frente das respectivas audiências, de onde enuncia(m) reflexões, saberes, sermões. A realocação espacial da personagem faz com que os seus enunciados e o seu corpo signifiquem de uma posição privilegiada, neste caso para tratar de questões relativas às transfusões de sangue em meio à epidemia de HIV/Aids na França. Desse local, ela fala como membro da comissão correspondente e como mãe de um jovem que se infectou por meio desse procedimento médico.

Max e Sean, por sua vez, levantam-se de suas carteiras na porção final do auditório, mas não se deslocam para outro espaço, como faz Hélène. Eles permanecem, portanto, no local reservado àqueles que escutam quem enuncia de uma posição de autoridade, ainda que discordem e rebatem o que é dito. Diante do corpo de Hélène, seus corpos dão visibilidade à dissimetria das relações de força internamente à ACT UP Paris, mediante a qual seus discursos valem menos perante os sujeitos-ativistas ali presentes. Essa diferença resulta de dois fatos: o de não terem supostamente a mesma autoridade de Hélène para discutir o caso do sangue contaminado e o de participarem da comissão relacionada às penitenciárias francesas, com pouco destaque na associação e fora dela.<sup>11</sup> É também significativa a posição que os corpos dos dois personagens ocupam um em relação ao outro durante o debate. Embora não estejam lado a lado, eles se encontram na mesma fileira horizontal de carteiras, o que provoca um efeito de alinhamento discursivo entre ambos.

Diante desse panorama, o modo como os corpos dos três personagens significa é, também, determinado pelas modalidades discursivas do funcionamento subjetivo. Enunciados de Hélène fornecem marcas de que ela se identifica com a forma-sujeito da FD “Ativismo Social Relacionado à Aids”. Ao defender a exigência de prisão de agentes governamentais, o sujeito-ativista afirma, em um primeiro momento do debate: “Sempre pedimos isso...”. O pronome plural oculto “nós” e o advérbio de tempo “sempre” buscam restabelecer o semanticamente estabilizado, evocando um efeito de consenso interno tanto à comissão como à associação, amparado portanto no conjunto de saberes em vigência. Não há questionamento, discordância ou negação: há defesa de um discurso que se julga unânime, isento de qualquer injunção polêmica. Outros dois enunciados que circulam em seguida reforçam a relação identificada de Hélène, um “bom sujeito” (Pêcheux, 2014b, p. 199): “Eu entrei pra Act Up porque só vocês falavam desse assunto”, referindo-se à demanda de prisões; e “Marco e eu sempre fomos leais a vocês” - neste caso, a diferença entre “nós” e “vocês”, como a demarcação de um limite, demonstra que a identificação, reafirmada por uma lealdade permanente, nunca é totalizante. Tal alinhamento compõe a autoridade que o corpo dela engendra quando se desloca até o espaço em frente ao quadro-negro, em virtude de uma legitimidade atribuída pela própria forma-sujeito.

Max e Sean, em contrapartida, fornecem marcas de que estão em um processo de contra-identificação. Ao enfrentarem Hélène, argumentando por que são contrários às penas de prisão, eles cavam um distanciamento dentro dos limites da posição-sujeito dominante, voltando-se, em relação ao objeto em debate, contra o conjunto de saberes predominante na FD. No momento em que Max enuncia “me dói ver a Act Up exigindo penas de prisão quando somos contra isso” e “[...] você [Hélène] quer fazer cartazes exigindo a punição deles [agentes governamentais] como se quiséssemos pena de prisão”, dois pontos se destacam: na primeira sentença, a menção à associação sinaliza um confronto, uma oposição ao que é praticado pela posição-sujeito dominante; na primeira e na segunda, o pronome plural oculto “nós” aponta para a contradição discursiva interna ao grupo e, por extensão, à forma-sujeito, pois também existe um entendimento de que não se deve pedir penas de encarceramento, já que as penitenciárias são locais de disseminação do HIV. Sean endossa a objeção, quando trata como um

<sup>11</sup> Em outro trecho do filme, ao falar a respeito da comissão relacionada às penitenciárias francesas, Max pede aos colegas de ativismo: “Somos só dois nessa comissão, caso queiram ajudar”. É possível dizer, a partir desse enunciado, que poucos sujeitos-ativistas se voluntariam a integrar tal subgrupo, negligenciado frente a outros que compõem a ACT UP Paris. Trata-se de uma marca que ajuda a compreender as posições discursivas internas à associação.

“equivoco coletivo” a reivindicação de detenções, circunscrevendo, ao lado de Max, a figura do “mau sujeito” (Pêcheux, 2014b, p. 199). Ao questionarem a forma-sujeito com parte do saber que lhe é constitutivo, os dois não gozam da mesma legitimidade que Hélène, determinando a maneira como seus corpos se discursivizam perante a associação.

Tal gesto analítico é reforçado pela entrada, no debate, do presidente e porta-voz Thibault. Nos diferentes agrupamentos existentes no social, incluindo aqueles categorizados como ativistas, o porta-voz é o sujeito autorizado a falar publicamente em nome de todos os integrantes, como conceitua Indursky (1995; 2019) em movimentos teórico-analíticos envolvendo o povo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando-se normalmente do pronome “nós”, no qual se inclui, o porta-voz faz circular dizeres tomados como representativos de uma coletividade, compostos por análises, críticas, dados ou exigências e dirigidos a agentes sociais diversos, a exemplo do governo, dos meios de comunicação e de parcelas populacionais (Indursky, 2019). Didaticamente, Conein (2016, p. 95) expõe o mecanismo operacionalizado por essa função enunciativa, por meio da fórmula linguística “*legisladores, nós pedimos F*”, na qual “F” remeteria à decisão consensual de um grupo que é dada à visibilidade pública por intermédio de seu porta-voz. Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 17), o sujeito que exerce essa função é

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

O consenso que cerca a figura do porta-voz não passa, entretanto, de um efeito, de uma construção. Conforme Lara (2020, p. 235), ainda que essa função enunciativa seja “[...] destinada a dar voz ao grupo ou ao movimento que o porta-voz representa(ria) [...]”, o seu cumprimento faz com que posições discordantes internas sejam silenciadas, permanecendo desde então como o irrealizado, em prol de um discurso pretensamente homogêneo. No recorte analisado, a exposição da contradição discursiva faz com que Thibault se levante da carteira onde está sentado e se posicione ao lado de Hélène em frente ao quadro-negro, de onde argumenta em defesa da exigência dos pedidos de prisão. Dada a sua visibilidade interna e externa, o personagem reforça a autoridade que atravessa os enunciados e o corpo de Hélène, ao mesmo tempo em que compartilha dela. A sua posição sublinha também a dissimetria das relações de força que envolvem as comissões: se ambas as reivindicações encontram respaldo na forma-sujeito, o embate entre elas tende a privilegiar aquela que conta com mais apoio, mais visibilidade, silenciando a outra. Até o fim do debate, nenhuma decisão é tomada sobre a continuidade da exigência das prisões, mas, naquele momento, a comissão relativa às transfusões de sangue é a “vitrine da Act Up”, como diz Max.

Embora dê força a Hélène, a entrada de Thibault no debate problematiza a representatividade da função enunciativa do porta-voz na ACT UP Paris. Da posição de autoridade, à frente do quadro-negro, ele se volta para Max e Sean, dizendo “não entendo o que vocês querem” e “nosso papel é defender todas as vítimas da AIDS”. Enquanto o uso do pronome “vocês”,

na primeira sentença, aponta para Max e Sean como maus sujeitos à parte do todo, o uso de “nosso”, na segunda, remete a toda a associação como se fosse um agrupamento atravessado pelo consenso que ele promove. Os enunciados, que aparecem um após o outro, forçam um efeito de consenso em torno da exigência de prisões por meio do encobrimento da divisão apontada. Como Max e Sean resistem a compartilhar do mesmo ponto de vista, a representatividade do porta-voz, um “efeito visual” (Pêcheux, 1990, p. 17), é colocada em xeque – é o primeiro que, perante o risco do irrealizado, enuncia: “Você está contente com isso, Thibault, mas eu não estou!”. Essa resistência indica, com base em Pêcheux (2014b), a dificuldade de identificação com a forma-sujeito da FD.

Nas relações de força estabelecidas mediante a contradição, o político se marca tanto nos dizeres como nos corpos em questão. Isto ocorre porque, para além do que é formulado verbalmente, existe um “[...] sistema de signos não linguísticos [...]” que configura os gestos corporais, a exemplo de aplausos, risos, tumultos e assobios, como “[...] atos no nível do simbólico [...]”, conforme Pêcheux (2014a, p. 77). Assim, considerando que “um sujeito em silêncio se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio”, como afirma Orlandi (2017, p. 86), é possível assumir que, em vista do político, o tom das vozes, as expressões faciais e as gesticulações e movimentos (ausentes) dos corpos, mesmo quando semelhantes ou até idênticos, significam e são significados conforme o sujeito-ativista se relaciona com a forma-sujeito da FD e, por extensão, com a ideologia que a instaura, apontando para falhas no processo de assujeitamento. Esse funcionamento se sustenta naquilo que Cazarin, Souza e Silva (2022, p. 91) tratam como “[...] a relação corpo, sujeito e sentido que se faz significar, visualizar [...]”.

Um exemplo constante no recorte é o que Navarro (2018, p. 29, tradução minha) denomina de “encarar agressivo”, isto é, um olhar fixo que remete comumente ao confronto, à intimidação e à intolerância a um comportamento. Hélène e Thibault, de um lado, e Max e Sean, de outro, encaram-se dessa forma durante o debate, mas os sentidos produzidos em torno do gesto não são os mesmos, pois partem de posições diferentes, identificada ou contra-identificada perante os saberes predominantes à FD. O “encarar agressivo” dos dois primeiros serve à manutenção do discurso que pede a prisão de agentes governamentais franceses, enquanto o “encarar agressivo” dos dois últimos se marca como uma oposição à continuidade de tal reivindicação pelo grupo. Essa diferença faz retornar a teoria: se, conforme Haroche, Pêcheux e Henry (2020), uma mesma palavra muda de sentido de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos, o mesmo pode ser considerado em relação à maneira como os seus corpos se apresentam, interna ou externamente a uma FD, marcando de forma inviolável a relação entre corpo, sujeito e sentido.

A divisão dos sentidos se estabelece de outras maneiras entre os corpos dos sujeitos-ativistas que assistem ao debate. Destaco o estalar de dedos, movimento no qual o polegar e o dedo médio são friccionados a fim de gerar o som de estalo, cujo efeito é deslocado no recorte. Se, no âmbito do semanticamente estabilizado, esse gesto remete a um pedido de atenção, a uma exigência por agilidade ou ainda a uma sinalização de que o sujeito tenta se lembrar de algo, como atesta Morris (1994), nas reuniões semanais internas da ACT UP Paris significa uma manifestação de aprovação a algo que é dito durante o debate, sentido derivado do aplauso. Esse funcionamento se apoia em uma regra do ritual da reunião: como o bater das palmas gera um som que acaba por interromper quem está se pronunciando, o estalar

de dedos é utilizado para indicar anuência, assentimento.<sup>12</sup> Desse modo, em meio aos debates de cada encontro, a maioria dos sujeitos-ativistas e os seus corpos (se) significa, por meio desse gesto, perante o político que eclode invariavelmente. No recorte em questão, enquanto alguns se alinham a Hélène e Thibault, outros o fazem com Max e Sean.

De tudo quanto precede, é seguro admitir que o político, por ser constitutivo do discurso, não escapa ao corpo. Como “todo dizer é um gesto político, porque toda a significação tem uma direção, divide” (Orlandi, 2004, p. 129), o mesmo pode ser assumido em relação ao corpo do sujeito, uma vez que não é mera matéria biológica, mas construção social que o caracteriza como discursivo. Nessa perspectiva, ao materializar o sujeito, o corpo se torna um “dispositivo de visualização do sujeito” (Leandro-Ferreira, 2013b, p. 78) e, por conseguinte, um “dispositivo de observação do político” (Indursky, 2019, p. 58) que se manifesta nas suas práticas discursivas cotidianas. O político dos corpos está ligado à maneira como o sujeito se relaciona com o inconsciente e com as ideologias, integrando o complexo mecanismo composto por FIs, FDs, interdiscurso, intradiscurso, formas-sujeito e posições-sujeito, em processos distintos e passíveis de falhas, de equívocos. Falamos por meio de enunciados e, como Lacan (1985b) não nos deixa esquecer, por meio de nossos corpos – e sempre mais do que imaginamos.

### 3 Da ACT UP Paris a outros grupos de ativismo social

No escopo teórico-metodológico da AD, o conceito de político aponta para a divisão constitutiva dos sentidos no social, para “[...] um mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*”, como afirma Pêcheux (1990, p. 12). Em razão disso, é impossível conceber qualquer agrupamento de sujeitos no qual o político não se materialize constantemente, incluindo aqueles que aparentam ser homogêneos por terem sido criados em prol de uma causa específica. Internamente, a divisão dos sentidos se marca nos enunciados verbais e, também, nos corpos dos sujeitos, uma vez que, mais do que apenas carne, são materialidades discursivas, que significam e são significadas, como defendo com a proposição conceitual de político dos corpos.

No batimento com o objeto analítico deste artigo, os corpos dos sujeitos-ativistas da ACT UP Paris no longa-metragem *120 batimentos por minuto*, a proposição contribui para o entendimento sobre como a heterogeneidade discursiva atravessa tais corpos durante as reuniões semanais internas, problematizando, ao mesmo tempo, o “efeito de consenso” (Indursky, 2019, p. 126) construído pelo grupo durante protestos em espaços públicos e privados. Trata-se de um funcionamento complexo, pois demonstra como os sentidos se dividem nos/pelos corpos dos sujeitos-ativistas, a partir dos modos como são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologias(s), implicando diferentes instâncias do aparato discursivo, a exemplo da FI “Ativismo Social”, da FD “Ativismo Social Relacionado à Aids” e da forma-sujeito “Ativista Social Relacionado à Aids”.

A partir do que se observa no retrato ficcional da ACT UP Paris presente em *120 batimentos por minuto*, é correto considerar que, nos grupos de ativismo social da contempora-

<sup>12</sup> Nos minutos iniciais do longa-metragem, a regra dos estalos de dedos é introduzida por Fabien (Jean-François Auguste) a quatro novos sujeitos-ativistas da associação. Ele explica: “Não se aplaudem as intervenções dos outros. Se quiserem expressar aprovação, podem estalar os dedos [...]. Isso não atrapalha quem está falando e não atrasa o debate”.

neidade, como os relacionados às causas ambiental, antirracista e feminista, o político dos corpos também se materializa continuamente. Ainda que construam efeitos de consenso durante protestos, os sujeitos-ativistas e os seus corpos se dividem em termos discursivos pelos modos como são afetados pelo inconsciente e pela(s) ideologia(s) no funcionamento do aparato discursivo concernente a cada grupo. Nessa dinâmica, relações de força se delineiam e, por conseguinte, conflitos de toda ordem eclodem, ainda que a causa que una a todos seja circunscrita, delimitada, única. As divisões e os embates se mostram, portanto, inexoravelmente incontornáveis.

## Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo fomento em forma de bolsa.

## Referências

- 120 BATIMENTOS por minuto. Direção: Robin Campillo. França: Imovision, 2017. 1 DVD (144 min), son., color.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALTHUSSER, L. *Posições*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CAZARIN, E. A. A análise do discurso e sua interface com o político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 165-182.
- CAZARIN, E. A.; SOUZA, M. J. de; SILVA, N. S. da. O discurso e suas materializações: a luta pelos sentidos a partir de uma discursividade corporal de sujeitos trabalhadores. In: FERNANDES, C.; DALTOÉ, A. da S.; AIUB, G. F. (org.). *Efeitos da presença de Freda Indursky na Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2022. p. 87-108.
- CONEIN, B. Descrever um acontecimento político. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 87-102.
- COURTINE, J. *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- COURTINE, J. O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 58-87.
- DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. In: DANIEL, H.; PARKER, R. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991. p. 124-127.

- DORNELES, E. F. Político/política. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. ed. ampl. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 231-234.
- FERRARI SOARES, A. S. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
- FLEIG, M. O mal-estar no corpo. In: KEIL, I.; TIBURI, M. (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004. p. 131-139.
- FRANCE, D. *How to survive a plague: the story of how activists and scientists tamed AIDS*. Londres: Picador, 2017.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.
- HAYASHI, R. K. S. Memorial (im)possível: o fantasma vigiado. In: PUCCINELLI, B.; FERNANDES, F.; FONTES, R. (org.). *Aids sem capa: reflexões virais sobre um mundo pós-pandemia*. Salvador: Devires, 2022. p. 27-45.
- INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- INDURSKY, F. Que povo é esse? *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 101-114, jan.-jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.3.1.101-114>.
- JARDIM, E. *A doença e o tempo: aids, uma história de todos nós*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- JEOLÁS, L. S. *Risco e prazer: os jovens e o imaginário da AIDS*. Londrina: Edue, 2007.
- JORGE, M. A. C.; FERREIRA, N. P. *Lacan: o grande freudiano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.
- LACAN, J. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.
- LAGAZZI, S. A noção de materialidade na prática analítica discursiva. In: BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L. J. S. (org.). *Análise de Discurso e materialismos: prática política e materialidades, volume II*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 157-175.
- LAGAZZI, S. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: RENZO, A. di; MOTTA, A. L. A. R. da; OLIVEIRA, T. P. de (org.). *Linguagem, história e memória: discursos em movimento*. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.
- LARA, R. M. Porta-voz. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *Glossário de termos do discurso*. ed. ampl. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 235-240.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon: revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre*, v. 24, n. 48, p. 1-12, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.28636>.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013a. p. 127-139.

- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Memória discursiva em funcionamento. In: ROMÃO, L. M. S.; CORRÊA, F. S. (org.). *Conceitos discursivos em rede*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 141-152.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013b. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/redisco/article/view/2697>>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C.; VINHAS, L. I (org.). *O corpo na Análise do Discurso: conceito em movimento*. Campinas: Pontes Editores, 2023.
- LEWIS, T. Robin Campillo: 'I spent the 80s thinking I was going to die. Being a director seemed pointless'. *The Guardian*, Londres, 7 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2018/apr/07/robin-campillo-120-beats-per-minute-director-interview>>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- MORRIS, D. *Bodytalk: the meaning of human gestures*. Crown Trade Paperbacks: Nova York, 1994.
- NAVARRO, J. *The dictionary of body language: a field guide to human behavior*. William Morrow: Nova York, 2018. *E-book*.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAZ, J. *Aids anunciada: a publicidade e o sexo seguro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-106.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, jul./dez. 1990. p. 7-24. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 63-75.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.
- PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 7-38.
- RAMARI, T. H. *O corpolítico entre a vida e a morte no longa-metragem francês 120 Batimentos Por Minuto*. 2023. 209f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2023.
- SOARES, M. *A AIDS*. São Paulo: Publifolha, 2001.

TIMERMAN, A.; MAGALHÃES, N. *Histórias da AIDS*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, J. S. *Meu irmão, eu mesmo*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2023.

# Transposed-letter Neighbor Effects on Different Syllabic Positions on a Lexical Decision Task

*Efeito de vizinho transposto em diferentes posições silábicas em uma tarefa de decisão lexical*

**Lucas Silveira Santiago**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
(UFJF) | Juiz de Fora | MG | BR  
lucasjfsantiago@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7046-3583>

**Francis Ricardo dos Reis Justi**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
(UFJF) | Juiz de Fora | MG | BR  
francisjusti@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-7107-1672>

**Abstract:** This study examined the effect of transposed-letter neighborhood (TLN) in different syllabic positions during visual word recognition in Brazilian Portuguese. For this, we conducted two experiments. In the first experiment, 40 college students took part in a lexical decision task with masked priming. The stimuli — disyllabic words and pseudowords — were primed by a nonword created by transposing two letters of the target stimulus. The letter transpositions occurred in different syllabic positions: within the first syllable, within the second syllable, or between the first and second syllables. A control condition with no prime was also included. The dependent variable was reaction time in determining whether the stimulus was a word or not. In the second experiment 31 college students took part in the study, and the control condition involved an identity prime. The results from both experiments revealed that the experimental conditions differed significantly from the control but did not differ statistically among themselves. These results suggest that TLN effects do not vary according to syllabic position. This absence of interaction was interpreted in the light of dual-route models of reading, suggesting that the orthographic route plays a primary role in the TLN effect.

**Keywords:** visual word recognition; syllable position; transposed-letter neighborhood; lexical decision; reading.

**Resumo:** Este estudo investigou o efeito de vizinhos transpostos (TLN) em diferentes posições silábicas durante o reconhecimento visual de palavras no português brasileiro. Para isso, realizamos dois experimentos. No primeiro experimento, 40 estudantes universitários



participaram de uma tarefa de decisão lexical com *priming*. Os estímulos — palavras dissílabas e pseudopalavras — foram precedidos por uma não-palavra criada pela transposição de duas letras do estímulo alvo. Essa transposição ocorreu em diferentes posições silábicas: na primeira, na segunda e entre a primeira e a segunda sílaba. Uma condição controle sem *prime* também foi incluída. A variável dependente foi o tempo de reação para determinar se o estímulo era ou não uma palavra. No segundo experimento, 32 estudantes universitários participaram do estudo, e a condição de controle utilizada foi o *prime* de identidade. Os resultados de ambos os experimentos mostraram que as condições experimentais diferiram da condição controle, mas não diferiam estatisticamente umas das outras. Esses resultados sugerem que os efeitos de TLN não variam com a posição silábica. Essa falta de interação foi interpretada à luz dos modelos de dupla rota de leitura, sugerindo que a rota ortográfica é a principal responsável pelo efeito de vizinhos transpostos (TLN).

**Palavras-chave:** reconhecimento visual de palavras; posição silábica, vizinhos transpostos; decisão lexical; leitura.

## 1 Introduction

One of the most researched topics in psycholinguistics and cognitive psychology is skilled reading (Yates; Dickinson, 2023). In reading, lexical access refers to access to the mental representation of a word, which is a fundamental process for building good text comprehension (Perfetti; Hart, 2001). Understanding which variables influence lexical access can improve psycholinguistic models of visual word recognition and contribute to a better understanding of reading disorders (Rayner *et al.*, 2012). These variables can be lexical or sublexical. Examples of sublexical variables are the syllables and the morphemes of a morphological complex word. Examples of lexical variables are the frequency of occurrence of a word in a respective language and the degree of orthographic similarity of a word with other words. The degree of orthographic similarity can be measured by the number of orthographic neighbors – N (Coltheart *et al.*, 1977). N indexes the number of words that share the same letters and letter's position with the target word, except for one of these letters. For example, in Brazilian Portuguese, the target word '*canela*' (cinnamon) has seven orthographic neighbors: '*janela*' (window), '*panela*' (pan), '*cadela*' (bitch), '*capela*' (chapel), '*canola*' (canola), '*caneca*' (mug), and '*caneta*' (pen). Another measure of orthographic similarity is the number of transposed-letter neighbors of a word – TLN (Andrews, 1996), which refers to the words that can be formed

by the transposition of two neighbor letters within a word (e.g., the words '*anual*' (annual) and '*anula*' (annul) in Brazilian Portuguese). TLN effects have been studied through different techniques and tasks (Acha and Perea, 2008; Andrews, 1996; Humphreys *et al.*, 1990; Johnson, 2009; Meade *et al.*, 2021; Perea; Lupker, 2003a, 2003b).

One of the first studies that systematically investigated the TLN effect was conducted by Andrews (1996). In this study, she conducted a series of experiments manipulating TLN. A Lexical Decision Task – LDT was employed in one of these experiments. In a LDT, a stimulus is displayed on the computer screen, and the subject must answer, as quickly and accurately as possible, if the stimulus displayed is or is not a known word. In this experiment, TLN was manipulated, and lexical frequency, bigram frequency and the number of orthographic neighbors were controlled. The results showed that both words and pseudowords (letter sequences that follow the phonotactic rules of a language and can be pronounced) with TLN were recognized more slowly than those without TLN. Andrews argued that the inhibitory effect of TLN is compatible with the lateral inhibition mechanisms of the interactive activation models (Grainger; Jacobs, 1996; McClelland; Rumelhart, 1981). In these models, exposure to the target word would also activate its transposed letter neighbor to some degree, generating competition between them during lexical access, thus leading to longer reaction times. The TLN inhibitory effect was also found in eye-tracking studies during silent reading (Acha; Perea, 2008; Johnson, 2009). For example, Acha and Perea (2008) observed an increased number of regressions back to the target word and a higher total fixation time for words with TLN than for words without TLN.

Another technique used to investigate the TLN effect is priming (Andrews, 1996; Humphreys *et al.*, 1990; Meade *et al.*, 2021; Perea; Lupker, 2003a, 2003b). In tasks using the priming technique, the target stimulus is preceded (primed) by another stimulus that can be perceptible or not, depending on the time of exposure. When a transposed neighbor primes the target stimulus, a word or a pseudoword, such as the word '*ABOLIR*' (abolish) primed by the pseudoword '*abloir*', the target stimulus is recognized faster by the subjects (e.g., Humphreys *et al.*, 1990; Perea; Lupker, 2003b) in comparison with an orthographic control condition (e.g., '*ABOLIR*' primed by '*abteir*').

In view of all this, a question arises: why does the transposed neighbor play an inhibitory role in lexical decision tasks and a facilitatory role in priming tasks? The answer is that the effect would depend on the interactive activation dynamics of the models and the task demands. In theoretical models based on interactive activation (e.g., Grainger; Jacobs, 1996; McClelland; Rumelhart, 1981), there is a competition to find the correct lexical entry among a group of candidates. Thus, on lexical decision tasks, the search for the correct lexical entry between the target and its transposed letter neighbor would slow down lexical access (e.g. the target word '*garça*' (egret) would compete for recognition with its transposed neighbor '*graça*' (grace). Meanwhile, on tasks with priming, once the target word is primed by its transposed neighbor, it would pre-activate the target word among the other possible candidates, facilitating its later recognition (e. g, the prime '*abloir*' would facilitate the processing of the target '*abolir*' (abolish).

Another variable that has been studied in the lexical access context is the syllable (Álvarez *et al.*, 2004; Ashby; Rayner, 2004; Campos *et al.*, 2018, 2020; Carreiras *et al.*, 1993; Chetail; Mathey, 2009a, 2009b; Conrad; Jacobs, 2004; González-Alvarez; Palomar-García, 2016; Justi; Justi, 2017, 2018; Luque *et al.*, 2021; Montani *et al.*, 2019). The syllable, a sub-lexical variable, is defined phonologically as a speech segmentation unit present in various language-

ges. One of the first studies investigating the syllable effect on lexical access was conducted by Carreiras *et al.* (1993). In this study, conducted with fluent Spanish readers, the frequency of occurrence of the first syllable was manipulated at two levels - low and high frequency of occurrence - in a series of five experiments using lexical decision and reading aloud tasks. Overall, the authors found an inhibitory effect of the syllable frequency on visual word recognition in Spanish; the more frequent the syllable, the more slowly the word was recognized. It is important to point out that the frequency of occurrence of bigrams, a variable that measures the co-occurrence of letter patterns in the lexicon of a language, was controlled since, according to the orthographic redundancy hypothesis (Seidenberg, 1987, Seidenberg; McClelland, 1989), syllable effects would be merely illusory (Carreiras *et al.*, 1993). Therefore, once the frequency of bigrams was controlled in the study, the syllable effects could not be explained by the orthographic redundancy hypothesis. Thus, authors hypothesized that, during lexical access, a word would activate other words which share its' first syllable, and, therefore, a word with high syllabic frequency would be recognized slower than a word with low syllabic frequency because the former would be selected among a larger set of candidates.

Conrad and Jacobs (2004) conducted a study to investigate whether the syllabic frequency effect would also occur in German, a language that, like Spanish, has a high degree of transparency in its grapheme-phoneme mapping. They conducted two experiments, one with a lexical decision task and another with a perceptual identification task. In the perceptual identification task, stimulus identification was made difficult by the fragmentation of all the letters of the word (only 12% of the visual characteristics of each stimulus were initially visible on the computer screen). The participants were instructed to press a button to activate more visual characteristics of the stimulus. Each time they pressed the button there was a 12% increase in the visual characteristics of the stimulus until they could recognize the target word. Once they identify the word, they should type it. A 2x2 factorial manipulation of the frequency of occurrence of the word — high x low — and frequency of occurrence of the first syllable — high x low — was employed. The authors found an inhibitory effect of syllabic frequency in both the lexical decision task and the perceptual identification task.

The syllable effect has also been found in languages with less consistent grapheme-to-phoneme mappings, such as French (Chetail; Mathey, 2009a, 2009b) and English (Ashby; Rayner, 2004). The syllabic frequency is a variable that generally presents inhibitory effects on visual word recognition (Carreiras *et al.*, 1993; Conrad; Jacobs, 2004; Chetail; Mathey, 2009b) and auditory word recognition (González-Alvarez; Palomar-García, 2016). However, in tasks using the prime technique, when target words are preceded by stimuli that share the same initial syllable as they do, the syllable tends to present a facilitative role when compared with other conditions (Álvarez *et al.*, 2004; Campos *et al.*, 2020; Chetail; Mathey, 2009a; Justi; Justi, 2017). In this case, a prime with the same initial syllable as the target word would pre-activate the target word among the possible candidates in the lexicon, facilitating its subsequent recognition. In this sense, the study by Chetail and Mathey (2009a) sought to investigate the effect of syllabic frequency on tasks with priming in French. To do so, they employed a lexical decision task and a reading-aloud task. The display time of the priming was manipulated in two levels: 43ms and 67ms. The target words were preceded by stimuli that shared its first two/three letters, which may correspond to its syllable in the congruent condition (e.g., 'pa\*\*\*\*' - 'pa.lace' or 'pal\*\*\*\*' - 'pal.mier') or not, in the incongruent condition (e.g., 'pal\*\*\*\*' - 'pa.lace' or 'pa\*\*\*\*' - 'pal.mier'). Assuming that syllable does not affect lexical access, the

primes sharing more letters with the target stimulus would pre-activate more orthographic units of the target word and facilitate its processing, regardless of the condition — congruent or incongruent. The results showed that the targets in the congruent prime condition were recognized significantly faster than in the incongruent prime condition, regardless of the type of task — lexical decision or reading aloud. However, this effect interacted with the duration of the prime, as there was only a syllabic frequency effect when the prime duration was 67ms. Finally, Chetail and Mathey (2009) concluded that the results support the hypothesis that syllables are functional units of lexical access in French.

Given the relevance of syllabic frequency and TLN effects on lexical access, Justi and Justi (2018) investigated these variables in Brazilian Portuguese. Two experiments were conducted to investigate this issue. The first consisted of a lexical decision task in which the stimuli were words or pseudowords. The words corresponded to a 2x2 factorial manipulation of TLN — no transposed neighbors x with one transposed neighbor — and syllabic frequency — low x high frequency of occurrence of the first syllable. A corresponding manipulation was made for the pseudowords. The authors observed an inhibitory effect of TLN for both words and pseudowords (that is, stimuli with one transposed neighbor were recognized slower than those without transposed neighbors). In addition, an inhibitory effect of syllabic frequency was observed only for the pseudowords. However, the main finding was that there was no significant interaction between TLN and syllabic frequency. The second experiment consisted of a perceptual identification task using the same words employed in the previous experiment. The results showed a significant inhibitory effect of syllabic frequency, in which there was less accuracy for words initiated with high-frequency syllables when compared with words initiated with low-frequency syllables. However, there was no statistically significant TLN effect. It is important to note that in both experiments, there was no significant interaction between TLN and syllabic frequency.

To follow up on the research of Justi and Justi (2018) that investigated the relationship between TLN and syllabic frequency in Brazilian Portuguese, the present study aimed to investigate whether the effect of TLN varies according to the syllabic position in which the transposed neighbor occurs. For this, a lexical decision task with prime was used, having the reaction time as a dependent variable. Since a transposed-letter neighbor will precede the target stimulus, it is expected that TLN, in this case, will present facilitative effects on the processing of the target stimulus, as predicted for other languages. In addition, since Justi and Justi (2018) did not detect an interaction between TLN and syllabic frequency, we expect to replicate this absence of interaction by now considering a new variable which is the syllabic position in which TLN occurs; in the first syllable, in the second syllable or between syllables. This research is essential because some visual word recognition models assume an explicit level of syllabic representation (e.g., Conrad *et al.*, 2010), whereas other models do not (e.g., Whitney, 2001). Thus, the present study results can be used to constrain models of visual word recognition devised to explain syllabic frequency and transposed letter effects.

## 2 First experiment

### 2.1 Method

#### 2.1.1 Sample

Forty young college students from the institute of human sciences of the Federal University of Juiz de Fora participated in this study, consisting of twenty-three women and seventeen men, all native speakers of Brazilian Portuguese. All participants signed an informed consent form, agreeing to participate in the study. This study was approved by the Ethics Research Committee of the authors' institution.

#### 2.1.2 Design

The present study included two independent variables: stimulus type — word or pseudoword — and prime type: first syllable TL prime, second syllable TL prime, between syllables TL prime, and no prime (control condition). These variables were manipulated within subjects in a 2x4 factorial design. The dependent variable was the participants' reaction time.

#### 2.1.3 Materials

The experimental stimuli consisted of 60 dissyllabic words and 60 dissyllabic pseudowords. All stimuli were between four to six letters long and had neither transposed neighbors (TLN) nor orthographic neighbors (N). The words had a mean frequency of occurrence per million of 11,4 (Justi; Justi, 2008), a mean frequency of occurrence per million of their first syllable of 535,3, and a mean bigram frequency (token) of 958,4 (Justi; Justi, 2009). The pseudowords were created by the experimenter and had a mean frequency of occurrence per million of their first syllable of 445 and a mean bigram frequency (token) of 825,4 (Justi; Justi, 2009).

Except for the control condition, target-stimuli were always primed by a transposed letter prime (e.g., in an experimental condition, the target word 'FRETE' would be primed by 'ferte', or the target pseudoword 'FRUBE' would be primed by 'furbe'). Such transposition could occur on different syllabic positions, according to the following experimental conditions: (1) prime with letter transposition on the first syllable (e.g., prime 'xepor', target 'EXPOR'); (2) prime with letter transposition on the second syllable (e.g., prime 'expro', target 'EXPOR'); (3) prime with letter transposition between first and second syllable (e.g., prime 'epxor', target 'EXPOR'); and, (4) control condition (e.g., no prime, target 'EXPOR'). The variable 'priming condition' was manipulated within subjects, with 15 words and 15 pseudowords in each of the four experimental conditions mentioned above, thus totaling the 120 stimuli.

The 60 words were counterbalanced, among four groups of 15 words each, based on the frequency of occurrence, frequency of their first syllable and bigram frequency. In the same way, the 60 pseudowords were counterbalanced among four groups of 15 items, each based on the frequency of their first syllable and bigram frequency. An analysis of variance indicated that there was no statistically significant difference among the word groups for word frequency, frequency of first syllable and bigram frequency (all  $p > .90$ ). In addition,

there was no statistically significant difference among the pseudoword groups for frequency of the first syllable and bigram frequency (all  $p > .90$ ). These groups of words and pseudowords were fully crossed with the four priming conditions generating four Lists: List 1 (group 1 = first syllable prime, group 2 = second syllable prime, group 3 = between syllables prime, and group 4 = no prime); List 2 (group 1 = no prime, group 2 = first syllable prime, group 3 = second syllable prime, group 4 = between syllables prime); List 3 (group 1 = between syllables prime, group 2 = no prime, group 3 = first syllable prime, group 4 = second syllable prime); and, List 4 (group 1 = second syllable prime, group 2 = between syllables prime, group 3 = no prime, group 4 = first syllable prime).

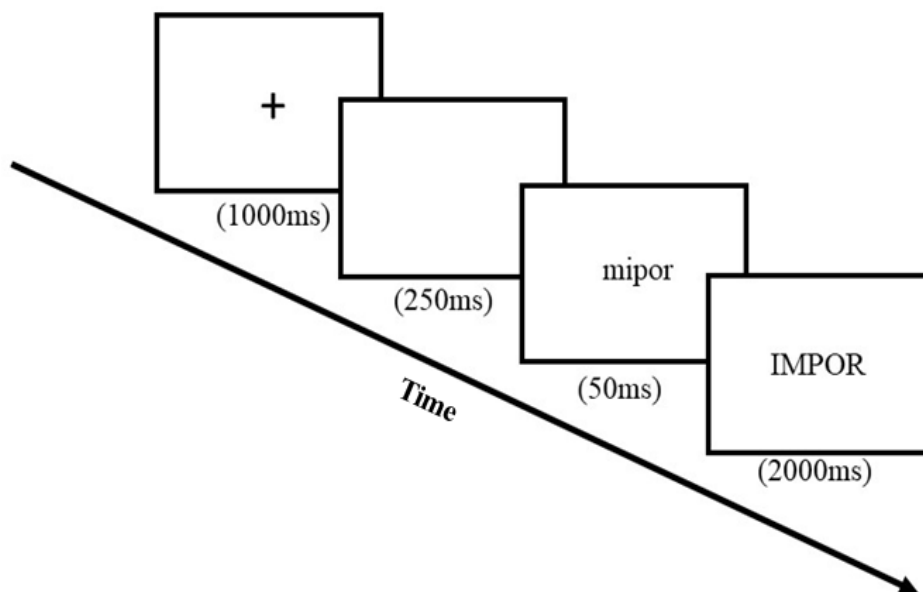
#### 2.1.4 Procedure

Participants were tested individually with up to four people at the Experimental Psychology Laboratory of Federal University of Juiz de Fora. Each participant was randomly attributed to one of the four lists according to their chosen computer. The software E-PRIME v.2.0 PROFESSIONAL (Zuccolotto *et al.*, 2012) was used for stimuli presentation and reaction time (RT) data acquisition. Before starting the experiment, subjects were instructed that words, real or invented, would be displayed on the computer screen, and they were asked to judge as quickly and accurately as possible by pressing the “z” key for words and the “y” key for invented words (pseudowords).

Stimuli were presented on the center of the computer screen, and participants were not informed about the priming. Stimuli were presented in the following steps. First, a fixation mark (+) was presented for 1,000ms, followed by a blank screen for 250ms. The prime, in lowercase letters, followed the blank screen for 50ms; then, the target stimulus was presented in uppercase letters for 2000ms. The intertrial interval was 1,000ms. The total length of each trial was the same in all conditions. Before the presentation of the target stimulus in the control condition (no prime), the prime was replaced by a blank screen lasting the same length as the primes (50ms).

All stimuli were presented in the font “Courier New” and size 14. The font color was black, and the background was white. Figure 1 illustrates the experimental sequence of stimuli exhibition. Each participant received eight practice trials prior to the 120 experimental trials to get used to the buttons and stimuli. The practice session was repeated if the participants had an accuracy lower than 80%, and all stimuli were presented randomly for each participant. The experimental session lasted approximately 15 minutes.

IMAGE 1 – Experimental sequence of stimuli in the lexical decision task



Note: On the illustration, the target-stimulus 'IMPOR' is primed by the stimulus 'mipor'

Source: own elaboration.

## 2.2 Results

The participants had a mean accuracy of 96% on the lexical decision task. Table 1 presents the mean RT per experimental condition. Based on Kolmogorov-Smirnov Z tests (all  $p$  values  $> 0,15$ ), it is possible to assume that the reaction time data is normally distributed.

For data analysis, a 2x4 ANOVA was performed on participants' reaction time (RT) data, in which the within-subject factors were 'stimulus type' — words or pseudowords — and 'prime type' — first syllable TL prime, second syllable TL prime, between syllables TL prime, and no prime. The main effect of stimuli type was statistically significant,  $F(1,39) = 76,26$ ,  $p < 0,001$ , resulting from the fact that words were recognized 116ms faster than pseudowords. Also, a TLN general effect was revealed,  $F(3,117) = 8,65$ ,  $p < 0,001$ , indicating that there was a statistically significant difference between the control condition (without prime) and the other experimental conditions in which a TL prime was present (all  $p < .01$ ). However, no statistically significant differences were found among TL prime positions; that is, no differences in RT were observed between the conditions: first syllable TL prime, second syllable TL prime, and between syllables TL prime (all  $p > .13$ ). No interaction between the stimulus type and prime type were found,  $F(3,117) = 1,03$ ,  $p = 0,38$ .

Table 1 – Mean RT in milliseconds and standard deviation (SD) per experimental condition on Experiment 1 Lexical Decision Task.

Prime	No prime	1° Syllable TL prime	Between syllables TL prime	2° Syllable TL prime
Word				
RT, M (SD)	644 (96)	669 (89)	667 (102)	671 (95)
Pseudowords				
RT, M (SD)	759 (148)	797 (150)	787 (140)	775 (144)

Source: own elaboration.

### 2.3 Discussion

As predicted (e.g., Forster; Chambers, 1973; Justi; Justi, 2017; Monsell *et al.*, 1992), the traditional effect of lexicality was observed; words were recognized more quickly than pseudowords. Also, the main effect of prime type was observed, in which stimuli preceded by transposed neighbors were recognized more slowly than those without prime. More importantly, there was no difference in the priming effect according to the syllabic position in which the transposed letter neighbor occurred. The absence of variation of TLN effects by syllabic position was expected here because of the results of Justi and Justi (2018), who investigated the relationship between TLN and syllabic frequency in Brazilian Portuguese and found no interaction between these variables. It is important to note that while the study of Justi and Justi (2018) used syllabic frequency to investigate the syllabic effect, the current study used another measure related to syllabic processing, the syllabic position. Thus, the current study expands the evidence that the factors involved with the TLN effect do not interact with those involved in syllabic processing.

One difference between the present study results and the results of other studies is the TL prime effect. In other studies, the TL prime had a facilitative effect on target recognition (Andrews, 1996; Humphreys *et al.*, 1990; Meade *et al.*, 2021; Perea; Lupker, 2003b); however, in the present study, there was an inhibitory effect of the TL prime in comparison with the no prime control condition. It is important to note, however, that previous studies investigating the effect of TLN employed unrelated primes as a control condition — e.g., the prime “abteq” preceding the target “*impor*” (impose) — or orthographic primes with one or more letter substitutions — e.g., the prime “istor” preceding the target “*impor*” (impose). We opted not to use those kinds of primes as a control condition because it is possible to argue that the control condition exerts an inhibitory or facilitative effect and not the experimental variables (Guerrera; Forster, 2008). For example, it is possible to argue that the unrelated prime (control condition) inhibits the target instead of arguing that the TL prime facilitates the target recognition. Another issue would be how to guarantee that the substitution primes used as controls are equivalent among the lists. For example, it could be easier to generate orthographically

legal substitution primes in the last syllable than in the first; thus, the control conditions for the first syllable TL prime and the second syllable TL prime would not be equal. To circumvent these problems we employed a second experiment using identity primes as control (e.g., the prime '*casa*' (house) for the target '*casa*') as this guarantees that the control conditions for all types of transposed letter primes are equivalent.

Studies that evaluated TL primes compared to control identity primes found that stimuli preceded by TL primes presented equal or higher reaction times than stimuli preceded by identity primes (Humphreys *et al.*, 1990; Perea; Lupker, 2003b). Thus, in the second experiment, the identity prime was used as a benchmark for assessing the extent of priming observed for the different experimental conditions. If the TL prime effect varies according to its syllabic position, then statistically significant differences in reaction time are expected among the TL prime conditions — first syllable, second syllable, and between syllables —, and the degree of inhibition in comparison to the identity prime condition would work as an index of the strength of TL prime effects.

### 3 Second experiment

#### 3.1 Method

##### 3.1.1 Sample

Thirty-one young college students from the institute of human sciences of the Federal University of Juiz de Fora participated in this study, consisting of twenty-six women and five men, all native speakers of Brazilian Portuguese. All participants signed an informed consent form, agreeing to participate in the study. This study was approved by the Ethics Research Committee of the authors' institution.

##### 3.1.2 Design, materials and procedures

The design, materials, and procedures were the same as in Experiment 1, with the sole exception that the control condition was replaced by a control condition with identity prime (the prime stimulus and the target stimulus are the same). For instance, in the identity prime condition, the word '*impor*' (impose) was primed by '*impor*'.

#### 3.2 Results

The participants had a mean accuracy of 95% on the lexical decision task. Table 2 presents the mean RT per experimental condition. Based on Kolmogorov-Smirnov Z tests (all p values > 0,4), it is possible to assume that the reaction time data is normally distributed.

A 2x4 ANOVA was performed on participants' reaction time (RT) data, in which the within-subject factors were 'stimulus type' — words or pseudowords — and 'prime type' — first syllable TL prime, second syllable TL prime, between syllables TL prime, and identity prime.

The main effect for stimuli type was statistically significant,  $F(1,30) = 92,60$ ,  $p < 0,001$ , resulting from the fact that words were recognized 147ms faster than pseudowords. Also, a main TL prime effect was revealed,  $F(3,90) = 9,36$ ,  $p < 0,001$ , indicating that there was a statistically significant difference between the control condition (identity prime) and the TL prime conditions (all  $p < .01$ ). However, no statistically significant difference among the TL prime positions were found, that is, no significant differences in RT were observed among the conditions: first syllable TL prime, second syllable TL prime, and between syllables TL prime (all  $p > .5$ ). No interaction between the stimulus type and prime type were found,  $F(3,90) = 1,81$ ,  $p = 0,15$ .

Table 2 - Mean RT in milliseconds and standard deviation (SD) per experimental condition on Experiment 2 Lexical Decision Task.

Prime	Identity prime	1° Syllable TL prime	Between syllables TL prime	2° Syllable TL prime
<b>Word</b>				
RT, M (SD)	620 (109)	680 (97)	664 (102)	676 (101)
<b>Pseudowords</b>				
RT, M (SD)	785 (135)	810 (153)	820 (179)	815 (159)

Source: own elaboration.

### 3.3 Discussion

As in Experiment 1, the effect of lexicality (Forster; Chambers, 1973; Justi; Justi, 2017; Monsell *et al.*, 1992) was observed, with faster recognition times for words compared to pseudowords. A main prime effect was also observed, where the TL prime conditions resulted in slower reaction times in comparison with the identity prime control condition. The inhibitory effect of TLN, when compared to the identity prime condition, is expected and aligns with previous studies (e.g., Humphreys *et al.*, 1990; Perea; Lupker, 2003b). More importantly, as in Experiment 1, no significant differences were found among the TL prime conditions — 1st syllable TL prime, 2nd syllable TL prime, and between syllables TL prime —, demonstrating that the TL prime effect does not depend on the syllabic position of the letter transposition. Thus, Experiment 2 extends the findings by Justi and Justi (2018) which did not observe any interaction between TLN and 1st syllable frequency in their study.

## 4 General Discussion

This study aimed to investigate if the effect of TLN varies according to its syllabic position in Brazilian Portuguese, using a lexical decision task with the priming technique. The results showed no interaction between TLN and syllabic position. This result aligns with the fin-

dings of Justi and Justi (2018), who similarly found no interaction between TLN and syllabic frequency (SF), another variable that measures syllabic processing. Thus, the result of this study expands the evidence that the effects of syllables and TLN are variables ruled by independent processing mechanisms.

Considering the existence of syllabic effects in Brazilian Portuguese visual word recognition (see, e.g., Justi; Justi, 2018 for syllabic frequency effects in adults, and Justi; Justi, 2017 for syllabic priming effects in children), a possible explanation for the lack of variation in TL prime effects according to their syllabic position is related to the temporal processing of orthographic and phonological information, with orthographic information being processed earlier in visual word recognition. For example, Chetail and Mathey (2009) observed syllabic frequency effects in French only with 67ms primes, while no effects were found with 43ms primes. This same syllabic frequency effect in function of time (43ms x 67ms) was replicated in Spanish by Grainger *et al.* (2003). Meanwhile, the present study found TL prime effects with only 50ms of prime exposition in two different experiments and in comparison with two different control conditions, but with no variation according to their syllabic position. Therefore, the present study demonstrates that the effects of transposed letter primes occur as early as 50ms and are not sensitive to syllabic position.

In addition to prime studies, an ERP study by Grainger *et al.* (2006) also corroborates the early effects of orthographic processing in visual word recognition. In this study, words were preceded by orthographic, phonological, and control primes, all lasting 50ms. Neuroimaging results indicated that phonological and orthographic primes activated distinct cortical areas and occurred at different times, with the orthographic effect emerging first. Similar findings were observed in an ERP study with priming in Spanish (Carreiras *et al.*, 2009).

Considering theoretical models of visual word recognition, the results of the present study support the notion that transposed letter neighbors affect early phases of visual word recognition related to orthographic processing of letter order (e.g., Grainger, 2008; Whitney, 2001; Whitney *et al.*, 2012). The absence of syllabic position effects for the TL prime in the present study, together with evidence that the syllabic priming effect has been observed only when the prime has a duration higher than 50ms (see, e.g., Chetail; Mathey, 2009; Justi; Justi, 2007; Grainger *et al.*, 2003) is in accordance with visual word recognition models which assume, in addition to an orthographic route, a slower phonological independent route in reading (e.g., the model by Coltheart *et al.*, 2001). More specifically, these results are in accordance with the model by Conrad *et al.* (2010), which explicitly assumes an independent syllabic route. In short, the absence of syllabic position effects in the present study corroborates the hypothesis that the TLN effect and the syllabic effect are ruled by distinct routes, with the TLN effect being ruled primarily by the orthographic route (Justi; Justi, 2018).

## Statement of Authorship

This study is based on data collected for Lucas Silveira Santiago's undergraduate thesis, supervised by Francis Ricardo dos Reis Justi. It is part of the broader research project "Orthographic Similarity and Syllabic Frequency in Different Lexical Access Tasks" (financed by CNPq / 443445/2014-1) designed by the second author. The first author was responsible for data collection and the initial drafting of the manuscript. The second author designed

the experimental paradigm and conducted the statistical analyses. Both authors contributed to programming the experiment in E-Prime 2.0, creating of the stimuli, interpreting the data and discussing the findings.

## References

- ACHA, J.; PEREA, M. The effect of neighborhood frequency in reading: evidence with transposed-letter neighbors. *Cognition*, [S.L.], v. 108, n. 1, p. 290-300, jul. 2008. DOI: 10.1016/j.cognition.2008.02.006.
- ÁLVAREZ, C.; CARREIRAS, M.; PEREA, M. Are syllables phonological units in visual word recognition?. *Language and Cognitive Processes*, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 427-452, 2004. DOI: 10.1080/769813935.
- ANDREWS, S. Lexical retrieval and selection processes: effects of transposed-letter confusability. *Journal of Memory and Language*, [S.L.], v. 35, n. 6, p. 775-800, 1996. DOI: 10.1006/jmla.1996.0040.
- ASHBY, J.; RAYNER, K. Representing syllable information during silent reading: evidence from eye movements. *Language and Cognitive Processes*, [S.L.], v. 19, p. 391-426, 2004. DOI: 10.1080/01690960344000233.
- CAMPOS, A. D.; OLIVEIRA, H. M.; SOARES, A. P. Temporal dynamics of syllable priming effects on visual word recognition: evidence from different prime durations. *Canadian Journal of Experimental Psychology*, [S.L.], v. 74, n. 2, p. 125-130, 2020. DOI: 10.1037/cep0000198.
- CARREIRAS, M.; ALVAREZ, C. J.; DEVEGA, M. Syllable frequency and visual word recognition in Spanish. *Journal of Memory and Language*, [S.L.], v. 32, n. 6, p. 766-780, 1993. DOI: 10.1006/jmla.1993.1038.
- CARREIRAS, M.; PEREA, M.; VERGARA, M.; POLLATSEK, A. The time course of orthography and phonology: ERP correlates of masked priming effects in Spanish. *Psychophysiology*, [S.L.], v. 46, n. 5, p. 1113-1122, 2009. DOI: 10.1111/j.1469-8986.2009.00844.x.
- CHETAIL, F.; MATHEY, S. Syllabic priming in lexical decision and naming tasks: the syllable congruency effect re-examined in French. *Canadian Journal of Experimental Psychology/Revue canadienne de psychologie expérimentale*, [S.L.], v. 63, n. 1, p. 40, 2009a. DOI: 10.1037/a0012944.
- CHETAIL, F.; MATHEY, S. The syllable frequency effect in visual recognition of French words: a study in skilled and beginning readers. *Reading and Writing*, [S.L.], v. 22, n. 8, p. 955-973, 2009b. DOI: 10.1007/s11145-008-9135-9.
- COLTHEART, M.; DAVELAAR, E.; JONASSON, J. T.; BESNER, D.; DORNIC, S. Access to the internal lexicon. In: DORNIC, S. (ed.). *Attention and performance VI*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977. p. 535-555.
- COLTHEART, M.; RASTLE, K.; PERRY, C.; LANGDON, R.; ZIEGLER, J. DRC: a dual route cascaded model of visual word recognition and reading aloud. *Psychological Review*, [S.L.], v. 108, n. 1, p. 204, 2001. DOI: 10.1037/0033-295X.108.1.204.
- CONRAD, M.; JACOBS, A. Replicating syllable frequency effects in Spanish in German: one more challenge to computational models of visual word recognition. *Language and Cognitive Processes*, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 369-390, 2004. DOI: 10.1080/01690960344000224.

CONRAD, M.; TAMM, S.; CARREIRAS, M.; JACOBS, A. Simulating syllable frequency effects within an interactive activation framework. *European Journal of Cognitive Psychology*, [S.L.], v. 22, p. 861-893, 2010. DOI: 10.1080/09541440903356777.

FORSTER, K. I.; CHAMBERS, S. M. Lexical access and naming time. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, [S.L.], v. 12, n. 6, p. 627-635, 1973. DOI: 10.1016/S0022-5371(73)80042-8.

GONZÁLEZ-ALVAREZ, J.; PALOMAR-GARCÍA, M. A. Syllable frequency and spoken word recognition: an inhibitory effect. *Psychological Reports*, [S.L.], v. 119, n. 1, p. 263-275, 2016. DOI: 10.1177/0033294116654449.

GRAINGER, J. Cracking the orthographic code: an introduction. *Language and Cognitive Processes*, [S.L.], v. 23, p. 1-35, 2008. DOI: 10.1080/01690960701578013.

GRAINGER, J.; JACOBS, A. M. Orthographic processing in visual word recognition: a multiple read-out model. *Psychological Review*, [S.L.], v. 103, n. 3, p. 518, 1996. DOI: 10.1037/0033-295X.103.3.518.

GRAINGER, J.; DIEPENDAELE, K.; SPINELLI, E.; FERRAND, L.; FARIOLI, F. Masked repetition and phonological priming within and across modalities. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, [S.L.], v. 29, n. 6, p. 1256, 2003. DOI: 10.1037/0278-7393.29.6.1256.

GRAINGER, J.; KIYONAGA, K.; HOLCOMB, P. J. The time course of orthographic and phonological code activation. *Psychological Science*, [S.L.], v. 17, n. 12, p. 1021-1026, 2006. DOI: 10.1111/j.1467-9280.2006.01821.x.

GUERRERA, C.; FORSTER, K. Masked form priming with extreme transposition. *Language and Cognitive Processes*, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 117-142, 2008. DOI: 10.1080/01690960701579722.

HUMPHREYS, G. W.; EVETT, L. J.; QUINLAN, P. T. Orthographic processing in visual word identification. *Cognitive Psychology*, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 517-560, 1990. DOI: 10.1016/0010-0285(90)90012-S.

JOHNSON, R. L. The quiet clam is quite calm: transposed-letter neighborhood effects on eye movements during reading. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, [S.L.], v. 35, p. 943-969, 2009. DOI: 10.1037/a0015572.

JUSTI, F. R. dos R.; JUSTI, C. N. G. As estatísticas de vizinhança ortográfica das palavras do português e do inglês são diferentes. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 2, n. 2, p. 61-73, 1 dez. 2008. DOI: 10.24879/200800200200408

JUSTI, F. R. dos R.; JUSTI, C. N. G. Contagem da frequência dos bigramas em palavras de quatro a seis letras do português brasileiro. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 3, n. 2, p. 81-95, 1 jan. 2009. DOI: 10.24879/200900300200385

JUSTI, F. R. dos R.; JUSTI, C. N. G. O processamento silábico em crianças e sua relação com o processamento fonológico. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 17, n. 2, p. 595-615, 12 set. 2017. DOI: 10.12957/epp.2017.37133

JUSTI, F. R. dos R.; JUSTI, C. N. G. Effects of transposed letter similarity and syllabic frequency in Brazilian Portuguese. *Psychology & Neuroscience*, v. 11, n. 3, p. 280-290, set. 2018. DOI: 10.1037/pne0000135

LUQUE, J.; ÁLVAREZ, C.; BORDOY, S.; GIMÉNEZ, A.; LÓPEZ-PÉREZ, P.; LÓPEZ-ZAMORA, M. Inhibitory effect of positional syllable frequency in Spanish 2nd and 4th grade readers. *Applied Psycholinguistics*, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 1-17, 2021. DOI: 10.1017/S0142716420000508.

- MCCLELLAND, J. L.; RUMELHART, D. E. An interactive activation model of context effects in letter perception: I. An account of basic findings. *Psychological Review*, [S.L.], v. 88, n. 5, p. 375, 1981. DOI: 10.1037/0033-295X.88.5.375.
- MEADE, G.; MAHNICH, C.; HOLCOMB, P. J.; GRAINGER, J. Orthographic neighborhood density modulates the size of transposed-letter priming effects. *Cognitive, Affective, & Behavioral Neuroscience*, [S.L.], v. 21, n. 5, p. 948-959, 2021. DOI: 10.3758/s13415-021-00905-w.
- MONSELL, S.; PATTERSON, K. E.; GRAHAM, A.; HUGHES, C. H.; MILROY, R. Lexical and sub-lexical translation of spelling to sound: strategic anticipation of lexical status. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 452, 1992. DOI: 10.1037/0278-7393.18.3.452.
- MONTANI, V.; CHANOINE, V.; GRAINGER, J.; ZIEGLER, J. C. Frequency-tagged visual evoked responses track syllable effects in visual word recognition. *Cortex*, [S.L.], v. 121, p. 60-77, 2019. DOI: 10.1016/j.cortex.2019.08.014.
- PEREA, M.; LUPKER, S. J. Does judge activate COURT? Transposed-letter similarity effects in masked associative priming. *Memory & Cognition*, [S.L.], v. 31, n. 6, p. 829-841, 2003a. DOI: 10.3758/bf03196438.
- PEREA, M.; LUPKER, S. J. Transposed-letter confusability effects in masked form priming. In: KINOSHITA, S.; LUPKER, S. J. (ed.). *Masked priming: state of the art*. Hove: Psychology Press, 2003b. p. 97-120.
- PERFETTI, C. A.; HART, L. The lexical bases of comprehension skill. In: GORFIEN, D. S. (ed.). *On the consequences of meaning selection: perspectives on resolving lexical ambiguity*. Washington, DC: American Psychological Association, 2001. p. 67-86.
- RAYNER, K.; POLLATSEK, A.; ASHBY, J.; CLIFTON Jr, C. *Psychology of reading*. [S.L.]: Psychology Press, 2012.
- SEIDENBERG, M. S. Sublexical structures in visual word recognition: access units or orthographic redundancy? In: COLTHEART, M. (ed.). *Attention and performance, XII: The psychology of reading*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1987. p. 245-263.
- SEIDENBERG, M. S.; MCCLELLAND, J. L. A distributed, developmental model of word recognition and naming. *Psychological Review*, [S.L.], v. 96, p. 523-568, 1989. DOI: 10.1037/0033-295X.96.4.523.
- WHITNEY, C. How the brain encodes the order of letters in a printed word: the SERIOL model and selective literature review. *Psychonomic Bulletin & Review*, [S.L.], v. 8, p. 221-243, 2001. DOI: 10.3758/BF03196158.
- WHITNEY, C.; BERTRAND, D.; GRAINGER, J. On coding the position of letters in words: a test of two models. *Experimental Psychology*, [S.L.], v. 59, p. 109-114, 2012. DOI: 10.1027/1618-3169/a000132.
- YATES, M.; DICKINSON, D. How similarity influences word recognition: the effect of neighbors. In: GUENDOUZI, J.; LONCKE, F.; WILLIAMS, M. J. (ed.). *The Routledge International Handbook of Psycholinguistic and Cognitive Processes*. 2. ed. London: Routledge, 2023. p. 233-247.
- ZUCCOLOTTO, A. P.; ROUSCH, R. E.; ESCHMAN, A.; SCHNEIDER, W. *E-PRIME 2.0: Getting started guide*. Sharpsburg, PA: Psychology Software Tools, Inc., 2012.

# Gramaticalização de gestos dêiticos em pronomes na Libras durante a aquisição da linguagem em crianças bilíngues bimodais

## *Grammaticalization of Deictic Gestures in Libras Pronouns During Language Acquisition in Bimodal Bilingual Children*

**Bianca Sena Gomes<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
Viçosa | MG | BR  
bianca.gomes@ufv.br  
<https://orcid.org/0009-0004-3192-9768>

**Ronice Quadros Muller<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Florianópolis | SC | BR  
ronice.quadros@ufsc.br  
<https://orcid.org/0000-0002-5152-8716>

**Resumo:** O processo de gramaticalização de pronomes faz parte do grande arcabouço de desenvolvimento linguístico humano de intenso interesse da comunidade científica. A análise da aquisição da linguagem em sujeitos Cotas (*Child of Deaf Adults*) traz uma visão única desse processo por se tratar de pessoas que adquirem simultaneamente duas línguas de modalidades diferentes, sendo, portanto, bilíngues, bimodais e biculturais. O presente trabalho teve como objetivo principal identificar e descrever o processo de gramaticalização durante a aquisição da linguagem de forma diacrônica (pelas filmagens terem sido feitas em épocas distintas) em três crianças Cotas. A metodologia utilizada consistiu na transcrição e análise de vídeos da produção dessas crianças de maneira natural e longitudinal em dois momentos de relevância: um que contempla um recorte do início da aquisição da linguagem e outro que contempla um recorte do final desse processo. Como resultado e conclusão do trabalho, não somente identificou-se a gramaticalização de pronomes de forma diacrônica na Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas também se mapeou o processo pelo qual ela se dá, qual seja, a progressão gramatical de gestos em pronomes demonstrativos, que se bifurcaram, tornando-se ou pronomes pessoais ou pronomes locativos. Os pronomes pessoais, por sua vez, se gramaticalizaram em prono-

<sup>1</sup> Bianca Sena Gomes, professora da área de Libras (graduação) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (área de concentração Estudos Linguísticos) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Linguística – PPGLin – UFSC. Licenciada em Letras-Libras – UFSC. Líder do Grupo de Estudos Linguísticos de Bilinguismo, Tradução e Translinguagem (GELBITRA).

<sup>2</sup> Ronice Müller de Quadros, Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisadora CNPQ1B.



mes apontações de apoio (auxiliares). A pesquisa, além de chamar atenção à singularidade ao perpassar por gestos o processo de gramaticalização de pronomes em línguas de sinais, endossa que a gramaticalização também ocorre na Libras de forma diacrônica, somando-se ao corpo acadêmico de registro, valorização e respeito às línguas minoritárias dos povos surdos.

**Palavras-chave:** aquisição da linguagem; gramaticalização; Cotas; Língua Brasileira de Sinais.

**Abstract:** The process of grammaticalization of pronouns is part of the great framework of human linguistic development of intense interest to the scientific community. The analysis of language acquisition in Cotas subjects – children of deaf adults – brings a unique view of the linguistic development process as these are subjects who simultaneously acquire two languages of different modalities, therefore, bilingual, bimodal and bicultural people. The main objective of this work was to identify and describe the grammaticalization process during language acquisition in three Cotas children. The methodology used consisted of the transcription and analysis of videos of the production of these children in a natural and longitudinal way in two moments of relevance: one at the beginning and another at the end of the language acquisition period. As a result, not only was the grammaticalization of pronouns in Libras (Brazilian Sign Language) identified, but the process through which it occurs was also mapped: namely, the grammatical progression from gestures to demonstrative pronouns, which then bifurcated into either personal or locative pronouns. Personal pronouns, in turn, were grammaticalized into auxiliary pronouns. The research, in addition to drawing attention to the uniqueness of the fact that the grammaticalization process in sign languages can also revolve around gestures, endorses that, as observed in oral-auditory languages, grammaticalization also occurs in Libras, adding to the academic body of registration, appreciation and respect for minority languages of deaf people.

**Keywords:** grammaticalization; language acquisition; Cotas ; Brazilian Sign Language.

## 1 Introdução

Esta pesquisa visa analisar como ocorre o processo de gramaticalização de gestos de apontação em pronomes na produção linguística de três crianças Cotas durante o seu desenvolvimento linguístico na aquisição da linguagem. Com o intuito de responder tal pergunta, é necessário compreender que o processo de gramaticalização de pronomes faz parte do grande arcabouço de desenvolvimento linguístico humano. Nesse contexto, a análise da aquisição da linguagem em sujeitos Cotas – filhos ouvintes de pais surdos – traz uma visão única do processo desse desenvolvimento linguístico por se tratar de sujeitos que adquirem simultaneamente duas línguas de modalidades diferentes, uma oral-auditiva a outra visual-espacial sendo, portanto, pessoas bilíngues, bimodais e biculturais<sup>3</sup> (Bishop, 2011; Bishop e Hicks, 2005; Emmorey *et al.*, 2005; Tang, 2016; Quadros *et al.*, 2017), considerado também um contribuinte no processo de gramaticalização. Nesse sentido, a aquisição desse sujeito ocorre normalmente, sem prejuízos linguísticos para a criança, podendo até mesmo haver benefícios (Lillo-Martin *et al.*, 2014; Petitto, 1987; Petitto e Kovelman, 2003; Quadros, 2017 e é capaz de ser desenvolvida através dos gestos. Esta primeira seção teórica do artigo, consequentemente, busca compreender e interligar os temas aquisição da linguagem, gestos e sinais para posteriormente haver um aprofundamento sobre a gramaticalização de pronomes nesse processo por sujeitos Cotas.

Existem abordagens que tentam compreender a aquisição da linguagem. Para Wilcox (2012), essa se desenvolve através de características dinâmicas com o corpo e a cognição, possuindo como base estrutural a habilidade expressiva, o que não exclui interfaces, como com a dança e com gestos. O autor discorre que a língua surgiu com a necessidade de sobrevivência dos seres humanos e pelo seu desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, Traugott (2011) explana que o cérebro perpassa por mecanismos de mudança, sendo cognitivos e neuromotores e perceptivos, durante a aquisição da linguagem, que fazem com que surjam as estruturas das línguas. Os seres humanos, como criaturas que têm cérebro, evoluíram devido à sua flexibilidade com a junção de movimento e percepção, e começaram a criar significados, a partir dos quais não existia uma dicotomia entre a mente e o corpo, e consequentemente, sobre a linguagem e o gesto (Wilcox, 2012). O mesmo autor aponta que, na teoria dinâmica, os gestos – “uma unidade funcional com equivalência de classe de movimentos coordenados que alcançam algum fim” (Wilcox, 2004, p. 44, tradução nossa)<sup>4</sup> – os sinais, a fala, e a fonologia possuem tarefas distintas no proferimento da comunicação. Essa abordagem defende que o que percebemos é determinado pelo que fazemos. Berthoz (2000) descreve que a percepção é restrita pela ação. Essa visão é consistente com várias teorias atuais de desenvolvimento e função filogenética e ontogenética do cérebro. Nesse contexto, Clark (1976), Bates *et al.* (1983), Petitto (1987), Lima e Cruz-Santos (2012) também descrevem a existência de um paralelismo entre a aquisição dos gestos e o desenvolvimento da linguagem, nesta mesma linha de ligação com a cognição, em que a estimulação pelos gestos seria um catalisador para tal desenvolvimento. O gesto também continuaria auxiliando na comunicação e na organi-

<sup>3</sup> Bilíngue pois tem acesso às duas línguas, bimodal, acesso à duas modalidades linguísticas e bicultural, por ter contato com duas culturas (Quadros *et al.*, 2017).

<sup>4</sup> [...] which are defined as functional units, an equivalence class of coordinated movements that achieve some end.

zação do discurso até depois de adulto. “Inúmeras evidências (...) esclarecem as formas como os gestos facilitam e promovem competência comunicativa e desenvolvimento inicial da comunicação” (Lima e Cruz-Santos, 2012, p. 499). Os autores consideram os gestos a primeira ferramenta de comunicação de uma criança. Para eles, os gestos não são arbitrários, e são produzidos da mesma forma física que as palavras.

Conforme os gestos vão sendo utilizados, constroem-se também significados não específicos de um contexto, mas mais diretamente ao gesto em si de maneira independente. Os gestos na aquisição não só facilitariam o conceito, como também o exprimem, quando a criança ainda não consegue expressar verbalmente o que deseja. Especificamente nas línguas de sinais, Wilcox (2004) aborda que gestos, palavras e sinais têm distinção, apesar disso, ele acredita haver para eles um sistema comum. “O gesto facilita a busca por uma teoria abrangente de comunicação por meios da ação corporal” (Wilcox, 2004, p. 46, tradução nossa)<sup>5</sup>. Os gestos seriam expressos por surdos ou ouvintes concomitantemente à língua, com o uso da mão, cabeça ou expressões, não sendo expressos de modo aleatório, e podendo ocasionalmente fornecer informações que não fazem parte do enunciado verbal. Petitto (1987) afirma que os conhecimentos das crianças podem emergir a partir de gestos pré-linguísticos, os quais funcionariam como uma base para o desenvolvimento da linguagem. Tais gestos, influenciados pelas práticas culturais, podem passar por um processo de gramaticalização e ser incorporados ao sistema linguístico da língua de sinais (Wilcox, 2004). Nesse contexto, Quadros e Lillo-Martin (2007) argumentam que os gestos atuam como complementos à língua de sinais, assim como ocorre no desenvolvimento linguístico de crianças ouvintes.

Deve-se destacar que tais características não reduzem a língua de sinais puramente a gestos. Significa dizer que existe uma relação em comum entre as línguas de sinais e os gestos, devido à modalidade linguística (gesto-visual), podendo ser o gesto um ancestral da língua de sinais. Porém, ao contrário da língua de sinais, gestos são enormemente variáveis e não possuem uma estrutura específica. Capirci *et al.* (2002) também concorda que os gestos auxiliam no desenvolvimento da criança, e podem auxiliar na aquisição, mas que isso não altera a integridade de status linguísticos da língua de sinais e não é fator que difere a aquisição de crianças bilíngues e monolíngues, independente da modalidade. Já Pfau e Steibach (2006) descrevem que a língua de sinais consegue passar pela gramaticalização a partir dos gestos, devido à igualdade na modalidade linguística, diferente das línguas orais.

Este estudo tem como objetivo demonstrar um possível processo de gramaticalização de pronomes a partir de gestos nas línguas de sinais, partindo da hipótese de que gestos de apontar passam por um processo de gramaticalização, no qual sua função se transforma de lexical para pronominal. Assim, as próximas seções abordarão a relação entre gramaticalização e língua de sinais, para, em seguida, discutir como esse fenômeno pode ocorrer durante a aquisição da linguagem por crianças Cotas.

---

<sup>5</sup> The functional definition adopted here allows me to categorize together disparate phenomena and understand them as manifestations of a common underlying system — it facilitates the search for an overarching theory of communication by means of bodily action.

## 2 Gramaticalização significado e relações entre modalidades linguísticas

Nas línguas orais – auditivas, os autores Narrog e Heine (2011) referem que existem vários conceitos de definição da gramaticalização que variam de acordo com a função do material linguístico que perpassa tal processo. Adicionalmente, defendem que, a depender da definição utilizada, também são diferentes os fenômenos estudados/observados. O termo gramaticalização foi criado em 1912 pelo autor Meillet (1912). Segundo ele, esse termo expressa um processo de evolução gramatical em que a forma autônoma se transforma em uma forma presa, em uma perspectiva estrutural. Nesse sentido, Lehmann (2002) dispõe que um signo linguístico é gramaticalizado na medida em que é paulatinamente desprovido de significado lexical concreto e passa a imprimir, assim, um sentido mais abstrato. Segundo ele, “a gramaticalização é um processo de mudança gradual, cujos produtos podem ter diferentes graus de gramaticalidade” (Lehmann, 2002, p. 11, tradução nossa)<sup>6</sup>. Esse processo englobaria não somente os significantes linguísticos de um signo, mas também seus significados, sendo muito mais amplo e complexo que uma simples mudança morfológica ou sintática, e ocorre no sentido de deslocar tanto lexical para um estado gramatical, quanto um item já gramatical para um estado gramatical ainda maior.

Em um sentido mais amplo, Hopper e Traugott (2003) descrevem que a gramaticalização é um processo em que formas lexicais passam diacronicamente para formas gramaticais. Hopper e Traugott (2003) enfatizam que Meillet utilizou o termo gramaticalização como possuidor somente de característica diacrônica e estrutural, restringindo-se à morfologia, o que seria um processo estritamente gramatical. Ele defende, também, não só que o conceito foi ampliado para várias ordens gramaticais — inclusive com influência da pragmática —, como destaca que a gramaticalização pode advir de estruturas não gramaticais e lexicais. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), nesse sentido, expressam que a gramaticalização tem implicações na estrutura da língua e na sua descrição. “Onde uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou onde uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical [...]” (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991, p. 2, tradução nossa)<sup>7</sup>. Os autores já nessa época descreviam a gramaticalização como um fenômeno que ultrapassa a gramática, podendo ser advinda de unidades lexicais. Heine (2003) descreve que a teoria da gramaticalização não se trata de uma teoria de língua e nem de mudança linguística, mas que visa explicar a estrutura gramatical e como suas formas surgem e se desenvolvem. O autor explica dois erros históricos em relação à descrição e evolução do processo de gramaticalização. O primeiro seria considerar que o processo de gramaticalização atuaria somente em itens lexicais funcionais para geração de itens gramaticais, já que as próprias formas gramaticais podem se tornar ainda mais gramaticais. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) apontaram a existência da discussão sobre a delimitação do processo somente a níveis de lexicalização. Já o segundo erro descrito por Heine (2017) diz respeito ao nível gramatical. O processo, segundo o autor,

<sup>6</sup> Grammaticalization is a process of gradual change, and that its products may have different degrees of grammaticality.

<sup>7</sup> Where a lexical unit or structure assumes a grammatical function, or where a grammatical unit assumes a more grammatical function.

também é dependente do contexto, ou seja, os conceitos pragmáticos e os morfossintáticos devem ser considerados e que a função principal do processo seria melhorar a comunicação dos falantes. Como visto, Meillet (2017 [1912], p. 27) concebe a gramaticalização de uma forma autônoma que se torna presa em tal processo “o concreto”, como uma palavra autônoma, de forma gradual se torna “o abstrato”, como por exemplo ocorre quando palavras independentes se tornam elementos radicais. Ademais, Meillet (1912) descreve que as línguas estão em constante evolução. Seu estado atual é fruto de processos do passado e seu estado futuro será fruto dos processos atuais e futuros. Esses processos são denominados processos históricos, e, através deles, sistemas linguísticos passam por transformações, nas quais novas formas gramaticais são desenvolvidas.

Nesse mesmo sentido, as línguas visuais-espaciais, como as línguas de sinais, também começaram as investigações sobre esse processo de gramaticalização. Pfau e Steinbach (2006) descrevem que as línguas de sinais são incluídas nesse processo, porém possuem características específicas devido à sua modalidade visual-espacial. Nesse sentido, os autores explicam que, apesar do processo de gramaticalização ser na maioria das vezes explicado como um processo diacrônico (Givón, 1975; Meillet, 2002 [1912]), nas línguas de sinais ele é mais pesquisado na modalidade sincrônica, por serem línguas de modalidade visual, e não possuírem muitos registros. As fontes mais recentes para investigação diacrônica se dão majoritariamente através de dicionários com ilustrações, portanto não refletem efetivamente a língua, diferentemente de materiais em vídeos. Tais materiais começaram a ser registrados recentemente, no século XX, por isso são considerados incipientes para uma análise diacrônica.

É importante ressaltar que isso não exclui o fato de que as línguas de sinais passam pelo processo diacrônico, mas pela incipiência das análises por vídeo, há mais probabilidade de serem estudadas diacronicamente por meio de padrões de mudanças. Porém o presente estudo trata de uma pesquisa diacrônica sobre a gramaticalização nas línguas de sinais que ocorre por meio da aquisição da linguagem, em que as crianças são filmadas em idades distintas e que uma apontação de um nível menor gramatical (gestual) se torna mais gramatical (pronomes) com o passar do tempo, ou seja, produção da Libras em diferentes épocas no que concerne as idades das crianças. Como o presente trabalho trata de gramaticalização na língua de sinais, tendo como pergunta de pesquisa: “Como ocorre o processo de gramaticalização de gestos de apontação em pronomes na produção linguística de bilíngues e bimotoais durante o seu desenvolvimento linguístico na aquisição da linguagem?” aprofundar-se-á nesse tema na próxima seção.

## 2.1 Gramaticalização nas línguas de sinais

Pfau e Steinbach (2006, 2011) estudaram a gramaticalização de três línguas de sinais: a ASL (Língua de Sinais Americana), Língua de Sinais Alemã (DGS) e a Língua de Sinais Norueguesa (NTS). Pfau e Steinbach (2006) expressam que, além da modalidade linguística, existem muitas características semelhantes dos processos que ocorrem na gramaticalização destas línguas.

Pfau e Steinbach (2006, 2011) e Wilcox (2004) apontam que a gramaticalização de gestos se sucede somente na língua de sinais, devido à origem articulatória permanece no processo ser visual-espacial. Nesse sentido Petitto (1987), apesar de não usar o termo gramaticalização, descreve que a apontação para a ASL implica na transição da comunicação

pré-linguística para a competência linguística de maneira relativamente suave. Ou seja, se “as estruturas linguísticas são elaboradas a partir de formas pré-linguísticas, não deve haver descontinuidade abrupta no uso dessas formas diferentes.” (Petitto, 1987, p.5) Segundo Pfau e Steibach (2006, 2011) e Petitto (1987), o que auxilia a transformação de gestos em fatores linguísticos da língua de sinais é justamente a modalidade, que se mantém correspondente em ambas, com os mesmos sistemas articulatórios e perceptivos. As línguas de sinais têm a possibilidade única de integrar gestos manuais e não manuais em sua estrutura linguística. Nesse sentido, Wilcox (2004) expressa que a língua de sinais se utiliza dos gestos como fonte de morfemas lexicais e gramaticais, em que estes elementos são incorporados na morfologia da própria língua de sinais. Para o autor, há uma interface nas línguas sinalizadas com a língua gestual denominada “interface da língua gestual”. Os gestos na língua perpassam os processos cognitivos e sociais de gramaticalização, sendo incorporados na língua de sinais. A explicação de Wilcox (2004) acerca dessa interface advém da linguística cognitiva, segundo a qual as estruturas simbólicas gestuais evoluem para semânticas e fonológicas através da combinação entre os gestos e os elementos da língua de sinais, de formas mais simples para outras mais complexas. Os itens lexicais seriam os elementos mais simples e mais específicos, já os gramaticais mais esquematizados no âmbito da semântica e da fonologia. Wilcox (2004) explica que os próprios gestos experimentam esse processo de gramaticalização, entre a forma e o significado. Assim, “um gesto pode ter uma forma específica e significado (localizado) e, portanto, funcionar lexicamente, ou ter uma forma abstrata e um significado generalizado não específico” (Wilcox, 2004, p. 48). Segundo Pfau e Steribach (2006), existem dois tipos de gramaticalização: i) o primeiro seria da mudança lexical que se gramaticalizaria para a gramatical e o segundo pela gramaticalização de gesto; ii) o segundo percurso seria um processo exclusivo das línguas de sinais. Os autores expressam que “[...] as línguas de sinais têm a propriedade única de incorporar gestos em sua estrutura linguística por meio de lexicalização e gramaticalização devido à modalidade” (Pfau; Steibach, 2006, p. 85, tradução nossa). Nessa perspectiva, muitos elementos funcionais usados em línguas de sinais podem ser rastreados até gestos lexicalizados. Uma vez que esse caminho de gramaticalização não é atestado nas línguas faladas, apenas as línguas de sinais têm dois tipos diferentes de gestos gramaticalizados (Pfau; Steibach, 2006, p. 86, tradução nossa).

Segundo Pfau e Steibach (2006 e 2011), os gestos de origem manuais e não manuais se desenvolvem por meio de usos paralinguísticos em elementos funcionais que fornecem pistas importantes sobre a estrutura da informação e o tipo de frase. Os gestos podem ser livres ou com limitações, no entanto ambos serão lexicalizados. No processo de gramaticalização, os gestos livres se transformam em elemento lexical, para, por fim, se tornarem um elemento funcional. Já os gestos com limitação transformar-se-ão em elementos paralinguísticos e sofrerão gramaticalização em um elemento funcional. A trajetória linguística na formação de elementos funcionais parte de elementos com algumas características lexicais, que se tornam elementos lexicais, e, posteriormente, elementos funcionais. No caso da língua de sinais, eles partem, portanto, de gestos, e se transformam em elementos lexicais para depois se tornarem elementos funcionais/gramaticais (sinais). Em outras palavras, os elementos gramaticais somente surgem ao atingirem a última etapa do processo de gramaticalização. O segundo caminho proposto por Wilcox (2004) para a gramaticalização é a não dependência do gesto para a lexicalização. A gramaticalização inicia-se da fonte gestual para um elemento funcional, mediado por usos paralinguísticos, podendo ser os elementos de origem: gestos

livres ou vinculados, com uma forma de mão, movimentos e expressões não-manuais (ENM). Nesse contexto, Wilcox (2004) e Pfau e Steribach (2006, 2011) discutem as formas gestuais que os sinais podem advir. Isso traz uma nova perspectiva para os estudos de gramaticalização, que diferente da teoria de gramaticalização de Meillet (2017 [1912]), que descreve que os itens lexicais são a única fonte conhecida de morfemas gramaticais, já que a segunda rota de Wilcox (2004) defende que, para as línguas de sinais, os morfemas gramaticais também podem surgir diretamente de fontes gestuais. O autor cita um exemplo de gesto lexical que se transforma em morfema lexical e finaliza como um morfema gramatical. Segundo ele o sinal de “DEVE SER” em ASL pode ter-se originado do sinal da LSF de “É NECESSÁRIO”, o qual foi derivado dos gestos dos romanos para sinalizar obrigação e insistência. Wilcox e Wilcox (1995) pesquisaram em ASL os verbos modais, os quais vêm de morfemas lexicais, que também advêm de gestos anteriores. Como demonstrado na figura abaixo, o sinal de “CAN (poder)” é advindo do sinal “STRONG”<sup>2</sup> (forte), que veio de um gesto anterior de “STRONG” forte (Wilcox, 2004, p. 55).

IMAGEM 1 - Gramaticalização do sinal “CAN” (poder)



Fonte: Wilcox (2004, p. 55).

Pfau e Steibach (2006) também utilizaram o mesmo exemplo para demonstrar que é possível um gesto manual gramaticalizar-se em um léxico e depois se tornar um morfema. Portanto, como visto, fontes lexicais de um marcador gramatical podem derivar-se de um elemento gestual. No sinal de “FUTURO” em ASL, por exemplo, a gramaticalização ocorreu a partir de gestos livres tornando-se elemento gramatical (sem fontes transitórias). Outro exemplo, direcionado para esse trabalho seria a gramaticalização por meio dos pronomes.

Segundo Pfau e Steinbach (2006), a apontação em língua de sinais pode envolver marcação de pronomes, os quais apontam para referentes ausentes ou presentes em uma determinada localização no espaço. Nesse sentido Petitto (1987) estudou a aquisição de pronomes em crianças surdas e descreve que na aquisição “a tarefa da criança é aprender as regras gramaticais que governam a forma de apontar e integrar o uso de apontar pronominal com outros aspectos da língua e com apontar dêiticos paralinguísticos.” (Petitto, 1987, p.12) Pfau e Steinbach (2006) estudaram a gramaticalização de substantivos para pronomes, mais especificamente os pronomes indefinidos, que nas línguas faladas são utilizados como “algo” ou “alguém” no português e inglês. Nessas línguas, “alguém” era substantivo e se torna um

<sup>8</sup> Sinais escritos em formato de glosas foram colocados em letras maiúscula.

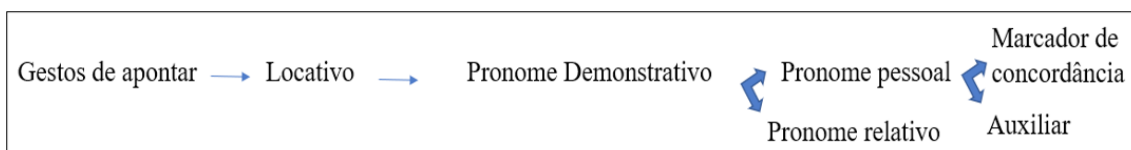
pronome, quando se junta ao verbo. Este fenômeno também é observado na língua de sinais, como na DGS e NTS, em que o substantivo “PESSOA”, com o numeral “UM”, se torna um pronome indefinido, não se referindo essencialmente a uma pessoa. Abaixo, exemplos das línguas DGS e NTS (Pfau; Steinbach, 2006, p. 35, tradução nossa).

- a) UMA PESSOA VER (GLOSA - língua de sinais)  
Eu vi alguém (tradução)
- b) LAVAR PESSOA PRATO (GLOSA - língua de sinais)  
Alguém tem que lavar a louça (tradução)

Como foi visto nos exemplos das glosas, os substantivos (UMA PESSOA) foram transformados em pronomes (alguém) – o que também ocorre nas línguas orais – quando eles estão próximos de algum verbo. O sinal de apontar muitas vezes é utilizado por ouvintes e surdos para demonstrar tanto marcadores locativos quanto de objetos (Petitto 1987; Pfau e Steinbach, 2006). Os autores acreditam que, nas línguas de sinais, o uso locativo de index também se desenvolveu a partir de seu uso de demonstrativo. Porém eles não se derivariam somente da linguística, ambos os pronomes demonstrativos e locativos, com utilização do apontamento, podem ter sido gramaticalizados a partir de gestos. Em concordância, Diessel (1999), sobre as línguas orais, aponta que há poucas evidências nas línguas faladas de que os demonstrativos possam ter se desenvolvido a partir de uma fonte lexical, assim como nas línguas de sinais. Portanto, sugeriu-se que os demonstrativos podem representar uma exceção à hipótese de que todas as expressões gramaticais são eventualmente derivadas de itens lexicais. O autor trata os elementos dêiticos como básicos de todas as línguas. A hipótese, portanto, de Pfau e Steibach (2006) é de que os gestos se gramaticalizaram para o locativo e posteriormente para o demonstrativo nas línguas de sinais.

Pfau e Steibach (2006, p. 65, tradução nossa) desenvolveram um esquema de como eles acreditam que a apontação pode se gramaticalizar.

IMAGEM 2 — Gramaticalização da Apontação



Fonte: Pfau e Steibach (2006, p. 65, tradução nossa).

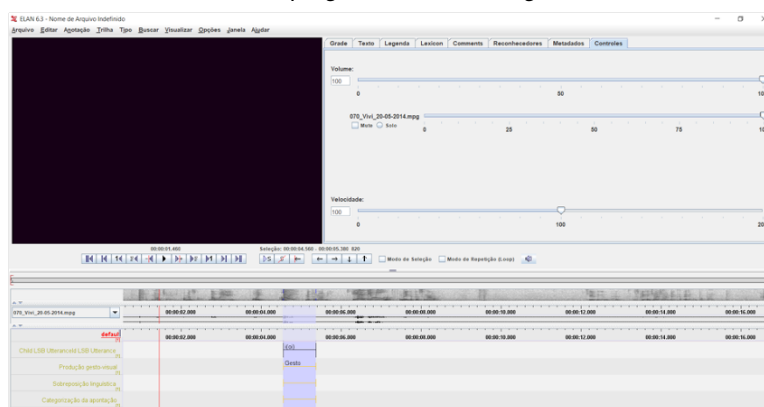
Conforme indicado no esquema de Pfau e Steibach (2006, p. 65, tradução nossa), todo o processo de gramaticalização do apontamento advém do gesto de apontar, que se transforma em um index locativo, que, por sua vez, pode se tornar pronome demonstrativo, o qual, em mais um estágio de gramaticalização, pode se desenvolver para um pronome pessoal ou relativo. O pronome pessoal também pode se gramaticalizar em um marcador de concordância ou um auxiliar. Já os estudos recentes de Silva (2021) propõem que o pronome definido se gramaticalizaria através do pronome de terceira pessoa ou do pronome demonstrativo. Para proporcionar uma compreensão inicial sobre como o processo de gramaticalização dos pronomes se desenvolve na Libras, apresentamos a seguir os procedimentos e os resultados do trabalho realizado com crianças Cotas.

### 3 Caracterização dos participantes e procedimentos metodológicos

As crianças<sup>9</sup> foram filmadas ao decorrer da aquisição da linguagem, cada criança foi filmada em épocas diferentes da sua aquisição, ou seja, de forma diacrônica: Igor (2;0<sup>10</sup> e 3;08); Vivi (2;01 e 3;08) e Edu (2;01 e 3;08). Os dados das crianças utilizados compõem o Corpus do projeto BIBIBI desenvolvido no NALS (Núcleo de Aquisição da Linguagem). O projeto BIBIBI tem como nome o “Desenvolvimento Bilíngue Bimodal Binacional”, sendo um estudo longitudinal. Os Cudas compartilham suas experiências de infância com outras crianças Cudas e com os pais surdos, em um universo bilíngue bimodal. Segundo alguns autores, os Cudas, não são só bilíngues bimodais, são também biculturais, já que “[p]ossuem uma identidade cultural definida por suas características bimodais e bilíngues, bem como por participarem de experiências de infância compartilhadas em famílias surdas.” (Emmorey; Borinstein; Thompson, 2005, p. 3). Bishop e Hicks (2005) explanam que Cudas são minorias linguísticas e crescem coparticipantes da comunidade surda, com o contato linguístico da língua de sinais, podendo ela ser considerada a sua primeira língua, mas também possuem contato com ouvintes e com a língua falada.

A partir das filmagens dessas crianças, os vídeos foram transcritos. As filmagens foram realizadas na casa das crianças, com elas interagindo com um adulto, totalizando seis vídeos. Essas interações foram naturais, sem imposição de regras. A duração da filmagem, em cada interação, era de 40 a 60 minutos. Houve uma padronização dos interlocutores que interagem com as crianças: a primeira sessão contou com adultos ouvintes (bilíngues) e a segunda com adultos surdos. A primeira sessão analisada foi de Igor, aos 2 anos de idade, interagindo com a mãe, ouvinte bilíngue em português e Libras, enquanto o pai (surdo) realizava a gravação. Na segunda sessão, Igor, aos 3 anos e 8 meses, interagiu com o pai, surdo e bilíngue. Vivi, aos 2 anos e 1 mês, interagiu com a tia ouvinte fluente em Libras, sendo filmada pelo pai (surdo). Aos 3 anos e 8 meses, a interação foi com o pai, enquanto a tia realizava a gravação. O último participante foi Edu, que, aos 2 anos e 1 mês, interagiu com Leo, ouvinte e bilíngue. Posteriormente, aos 3 anos e 8 meses, a interação foi com o pai surdo. O programa utilizado para a transcrição foi o ELAN (Eudico Linguistic Annotator). Abaixo, segue a imagem de um screenshot do ELAN:

IMAGEM 3 — Screenshot do programa ELAN (visão geral)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

<sup>9</sup> Certificado de apresentação para a apreciação ética (CAA): 0014.0.242.000-09.

<sup>10</sup> O número anterior ao “;” significa o ano da criança e posterior “;” corresponde aos meses.

Elaboraram-se trilhas para o desenvolvimento do projeto. Tais trilhas são subdivididas em dois grupos: (a) trilhas de conteúdo e (b) trilhas de análise de produção. Ou seja, além das trilhas do primeiro grupo – as de conteúdo – que têm o intuito de registro da produção total das crianças, sendo a “trilha mãe”, também foram criadas as trilhas do segundo grupo, “trilhas filhas” – as de análise de produção –, também sobrepostas e interconectadas, mas que almejam a análise da produção que foi registrada nas trilhas do primeiro grupo, as de conteúdo. Ou seja, as trilhas de conteúdo são um suporte para as trilhas de análise. Para cada vídeo de cada interação de cada criança é criado um total de seis trilhas, sendo três do primeiro grupo (trilhas de conteúdo) e três do segundo grupo (trilhas de análise da produção). Três trilhas de conteúdo de transcrição da produção gesto-visual foram criadas para o desenvolvimento do projeto (“a” e “e”), além de quatro de análise de produção (“b”, “c”, “d” e “f”) totalizando 6 trilhas: (a) Child LSB Utterance, (b) Produção gesto-visual, (c) Categorização de apontação, (d) Característica da Apontação, (e) Produção de Sobreposições das crianças e (f) Caracterização da sobreposição. A explicação de cada uma encontra-se abaixo.

- a) Child LSB Utterance: contém a transcrição das produções gesto-visuais das crianças; foi realizada em glosas (com letras maiúsculas), ou seja, cada sinal produzido pelo participante do vídeo foi transformado em glosa para o português. Para tal fim, utilizou-se do modelo de transcrição do projeto BIBIBI.
- b) Produção gesto-visual: em que foi classificada cada produção gesto-visual da criança, categorizando-a em (i) “apontação”, ao apontar-se para algo; (ii) “gestos”, uso de gestos e emblemas, geralmente, para imitar algo; (iii) “palavra-sinal”, uso de sinal de maneira individual; (iv) “descrição visual”, uso de classificadores; e (v) “fatores não reconhecidos”, produção sem significado definido; na transcrição foram referidos como “xxx”, assim como em Gomes (2019). Essa produção tem como “trilha mãe” a Child LSB Utterance.
- c) Categorização de apontação: em que foram categorizados os pronomes em “gestos de apontar”, “locativo”, “pronome demonstrativo”, “pronome pessoal”, “pronome relativo”, “marcador de concordância” e “auxiliar”. Essa categorização foi inspirada na classificação de apontação gramaticalizada de Pfau e Steibach (2006). É importante frisar que os auxiliares iniciam pelo sujeito na primeira apontação para depois se deslocarem para o objeto, mas, no caso das crianças, ambos, em algumas vezes, estão incorporados pela apontação, portanto não ocorreu exatamente como as descrições dos auxiliares utilizados pelos adultos na pesquisa de outros autores, mas sim uma versão menos desenvolvida, considerando um output primário, já que as crianças estão no início da aquisição da linguagem.
- d) Característica da Apontação: descrição de cada cena em que ocorreu a apontação para uma análise qualitativa da produção das crianças. Utilizou-se como trilha mãe a Categorização da apontação, como pode ser visto na figura abaixo.
- e) Produção de Sobreposições das crianças: A sobreposição acontece quando a criança realiza a apontação ou gesto ao mesmo tempo em que produz uma palavra oral, integrando duas modalidades de expressão para a comunicação. nesta trilha, categorizaram-se as sobreposições das crianças, assim como em Gomes (2019) em: ) (i) “Apontar +”, uso de apontação com alguma palavra, exemplo, Vivi apontou e falou em portu-

guês “ela”<sup>11,12</sup>; (ii) “Gesto+”, uso de gesto com alguma palavra. Exemplo, no momento da filmagem, a Vivi fez o gesto de balançar a cabeça e falou em português “não”<sup>13</sup>; (iii) “Palavra+”, uso de sinais em Libras e palavras no português. Exemplo, Vivi falou rou-pão e fez o sinal de roupão<sup>14</sup>; (iv) “Palavras diferentes de sinais”, seria o uso da palavra em português diferente do sinal produzido, exemplo, a Vivi falou papa(i), mas fez o sinal de mãe<sup>15</sup>; (v) “Vocalização+”, quando havia uma vocalização da fala em português e alguma palavra em Libras; (vi) “Ação+” seria o uso de algum barulho imitando, uma ação correspondente ao objeto ou um animal, com o sinal em conjunto. Exemplo, a Vivi, no vídeo, estava fazendo o sinal de violão e o barulho de música<sup>16</sup>.

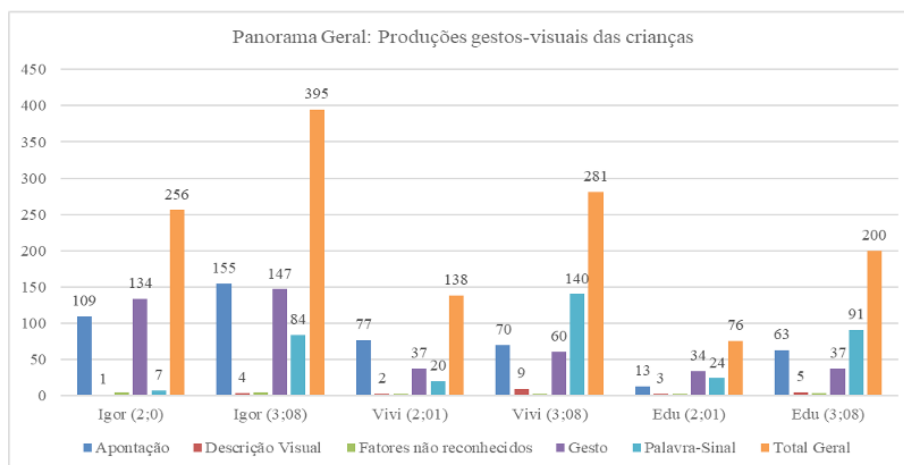
As transcrições das sobreposições foram realizadas descrevendo-se o que estava ocorrendo no momento. Por exemplo, se a criança sinalizasse “carrinho” e falasse “carrinho”, na trilha esta sobreposição estaria descrita como “carrinho”. A categorização da sobreposição também se utilizou de vocabulários controlado do ELAN e tinha como trilha mãe a “Child LSB utterance”.

- f) Caracterização da sobreposição, última trilha realizada pela pesquisa, tinha como intuito descrever qualitativamente o que estava ocorrendo no momento da sobreposição.

### 3.1 Análise das produções das crianças

Realizou-se a análise através da produção das crianças em distintas idades. O gráfico 1 corresponde à produção Gesto- Visual; o gráfico 2, à produção por tipo de pronomes produzidos e o gráfico 3, à produção de sobreposição das crianças. A seguir apresenta-se uma descrição sobre os dados encontrados.

GRÁFICO 1 — Panorama das produções gesto-visuais



Fonte: Elaborado pelas autoras.

<sup>11</sup> Exemplo disponível em: <https://youtu.be/plq7lDqxzlK>. Acesso em: 28 jul. 2025

<sup>12</sup> Exemplo disponível em: <https://youtu.be/plq7lDqxzlK>. Acesso em: 28 jul. 2025

<sup>13</sup> Exemplo disponível em: <https://youtu.be/L3H3xEJuGz8>. Acesso em: 28 jul. 2025

<sup>14</sup> Exemplo disponível em: <https://youtu.be/CPrsIMjAeWw>. Acesso em: 28 jul. 2025

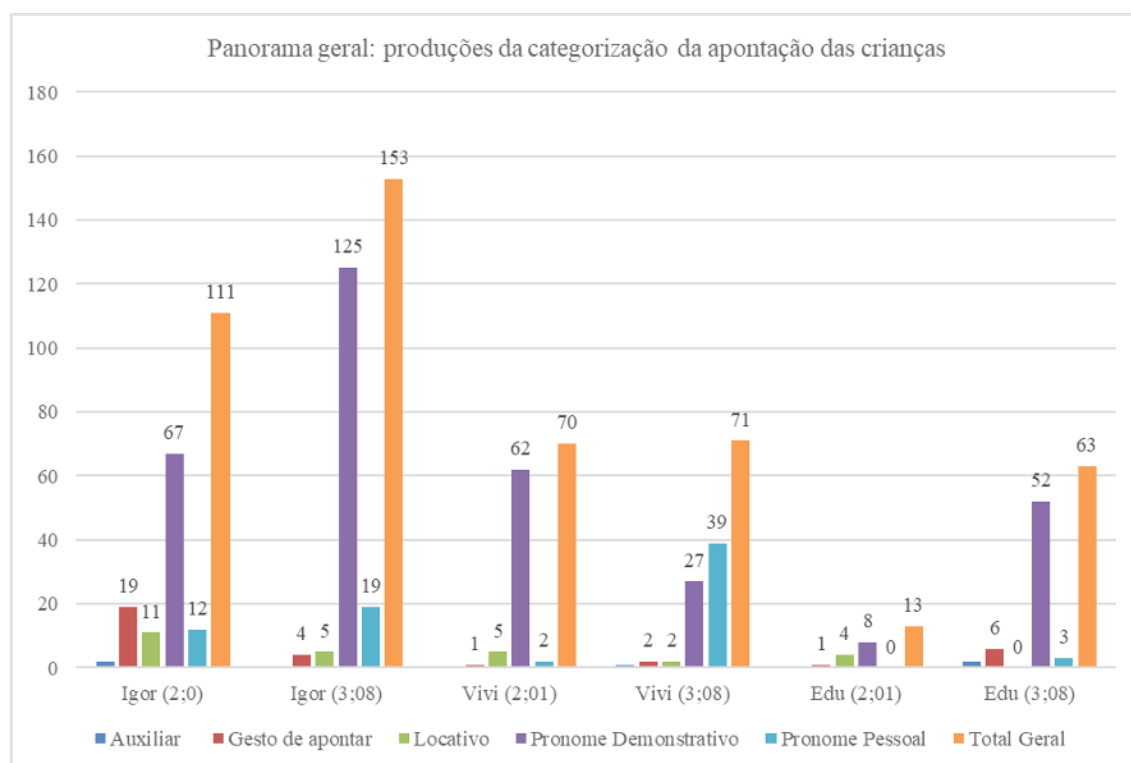
<sup>15</sup> Exemplo disponível em: [https://youtu.be/aI5M\\_yw-Tzo](https://youtu.be/aI5M_yw-Tzo). Acesso em: 28 jul. 2025

<sup>16</sup> Exemplo disponível em: <https://youtu.be/ojQnWsBXMos>. Acesso em: 28 jul. 2025

O panorama, ou seja, o gráfico 1 enfatiza as produções gesto-visuais, no decorrer das idades, a produção foi contabilizada no mesmo tempo de vídeo, em que foram apresentadas a quantidade de cada produção gesto-visual categorizada em Apontação, Descrição Visual, Fatores não reconhecidos, Gestos e Palavra Sinal. A produção de palavra-sinal aumentou significativamente no caso de Edu (24 para 91), Vivi (20 para 140), e Igor (7 para 84). A produção gestual e descrição-visual de Edu e Igor nas distintas idades praticamente se mantiveram, já a mesma produção de Vivi aumentou. A apontação teve tendência a crescer para os envolvidos. Com relação à apontação, Igor estava apontando muito em uma idade menor, semelhante ao que foi descrito nos estudos de Petitto (1987), porém as outras duas crianças destoaram disso. O *output* de palavra-sinal, aumentou para as crianças, demonstrando um avanço no vocabulário.

Já o gráfico 2 demonstra a produção de pronomes ao decorrer da idade das crianças: em “gestos de apontar”, “locativo”, “pronome demonstrativo”, “pronome pessoal”, “pronome relativo”, “marcador de concordância” e “auxiliar”. Observou-se um aumento do *output* de pronome pessoal ao decorrer das idades para as crianças. O mesmo ocorreu para a produção de pronomes demonstrativos para Edu e Igor. Estes pronomes, no entanto, diminuíram para Vivi.

Gráfico 2 — Panorama das produções de categorizações das crianças



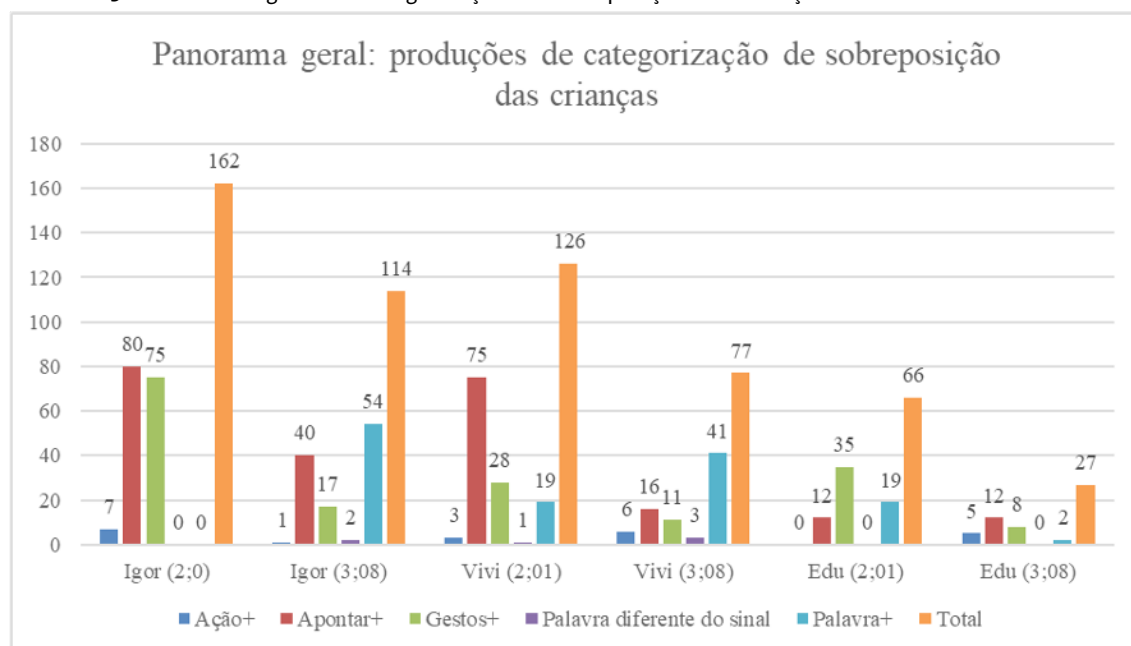
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os pronomes locativos diminuíram com o tempo para as três crianças. Igor diminuiu a quantidade de produção de Gesto de Apontar. Nessa mesma categoria, Edu e Vivi não expressaram muita alteração na produção. As apontações de apoio se mantiveram em baixa produção pelas crianças em ambas as idades. Os locativos diminuíram ao decorrer das idades. Por fim, os pronomes pessoais aumentaram.

Para finalizar o gráfico 3 retrata as sobreposições produzidas pelas crianças. “Apontar +” (a criança apontou e falou algo) , “Gesto+” (a criança fez um gesto e falou algo” , Palavra+ (a criança fez o sinal e falou a palavra correspondente ao sinal em português), Palavras diferentes de sinais (a criança falou uma palavra em português que não foi correspondente ao sinal produzido) ;Vocalização+ (a criança falou uma palavra que não tem significado em português e produziu algum sinal ou gesto); Ação+ (a criança fez uma barulho correspondente ao sinal do objeto manuseado).

Nota-se que o total de sobreposição diminuiu com o tempo para as crianças. O *output* da ação+ de Edu passou de zero para cinco, já na categoria de Apontar + ocorreu equivalência na produção em ambas as idades, as outras categorias diminuíram com a idades.

GRÁFICO 3 — Panorama geral das categorizações de sobreposições das crianças



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Igor (2;08) diminuiu a categoria de Apontar+ pela metade em comparação com (3;08). A produção da mesma categoria com Vivi diminuiu significamente, mais de 70%. Nota-se que a produção de Gesto+ diminuiu mais de 50% ao decorrer das idades das crianças: Edu de 35 produções para 8, Vivi de 28 para 11 e o Igor de 75 para 7. Já o número de Palavras+ aumentou para Igor e Vivi.

### 3.2 Comparação da produção: Igor (2;0) e (3;8), Vivi (2;1) e (3;8) e Edu (2;1) e (3;8)

Assim como em vários estudos (Petitto, 1987; Oliveira, 2018), o panorama geral das crianças demonstra que houve um aumento da produção gesto-visual, comprovando que está ocorrendo a aquisição de Libras. As categorias de palavra-sinal se desenvolveram mais com o decorrer das idades, com exceção de Igor, que apresentou um maior número de apontações

(155) e gestos (147), comparado aos de palavra-sinal (84). Igor com (2;0) produziu poucos sinais e grande utilização de gestos. Os gestos, no processo de aquisição, não apenas contribuem para a compreensão e assimilação do conceito, como também funcionam como um recurso de expressão, permitindo à criança comunicar-se em situações em que ainda não consegue verbalizar seus desejos. (Lima; Cruz-Santos, 2012) A produção de gestos e apontação aumentou para as crianças nos dois períodos analisados, com exceção de Vivi cuja produção se manteve. Diferentemente dos estudos do Iverson et al. (2008), as crianças analisadas aqui no início da aquisição produziam mais gestos que apontação, mas no final deste período, isso se alterou. O autor analisou a produção gestual de italianos, que culturalmente produzem mais gestos que crianças americanas. Os resultados apontaram que as crianças italianas produziram mais gestos que os dêiticos. O autor argumentou que as crianças Cotas já têm culturalmente uma produção gesto-visual superior às não Cotas para se referir a objetos, ações e atributos, portanto essa produção em maior quantidade pode ser natural. No quadro a seguir é possível visualizar o quantitativo produzidos pelas crianças, dos apontamentos, como forma de uma melhor visualização.

QUADRO 1 - Quantitativos dos pronomes e gestos de apontar produzidos

TIPOS DE APONTAÇÃO	IGOR 2;0 – 3;08	VIVI 2;1 – 3;08	EDU 2;1 – 3;08
Apontações de apoio	2 - 0	0 - 1	0 - 2
Gesto de Apontar	19 - 4	1 - 2	1 - 6
Pronome Locativo	11 - 5	5 - 2	4 - 0
Pronome Demonstrativo	67 - 125	62 - 27	8 - 52
Pronome Pessoal	12 - 19	2 - 39	0 - 3
Total produzido	111 - 153	70 - 71	13 - 63

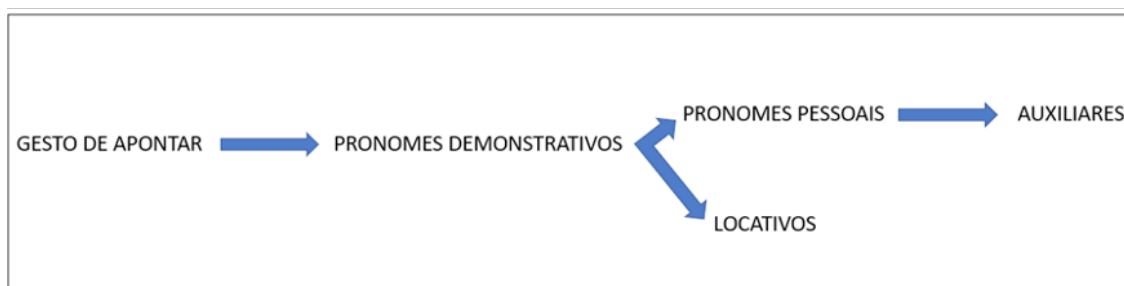
Fonte: Elaborado pelas autoras.

A produção de gestos de apontar por Vivi (1-6) e Edu (1-2) foi semelhante entre as idades ao contrário da de Igor, que diminuiu (19-4). Para todos os participantes, a produção de gestos gerais aumentou. É interessante ressaltar que, no recorte das idades pesquisadas, a maioria da produção de apontação já tem a função pronominal, mas existe uma distinção categórica de tal produção. Nos estudos de Pfau e Steibach (2006) a gramaticalização da apontação em ASL ocorreria de gestos de apontar, a locativo, a pronomes demonstrativos, que se desenvolveriam para pronomes relativos e pessoais, que, por sua vez, poderia se gramaticalizar em marcador de concordância e apontações de apoio. O presente trabalho obteve uma tendência de resultado diferente para o processo de gramaticalização. Pelos dados coletados, e dado o aumento de gestos gerais entre as idades, os gestos de apontar se gramaticalizaram para pronomes demonstrativos e posteriormente para pronomes pessoais, locativos e auxiliares (apontações de apoio). Nenhum marcador de concordância e nem pronomes relativos foram encontrados, portando possivelmente se desenvolveriam em um momento futuro.

Comparando-se a produção das três crianças, Vivi está no estágio mais avançado de aquisição da Libras e, consecutivamente, Igor e Edu. Essa conclusão sucede tanto da alta produção de palavra-sinal que ela adquiriu ao decorrer dos anos, demonstrando uma estabili-

dade em Libras, quanto pela produção de pronomes demonstrativos que diminuiu (62-27) e de pronomes pessoais que aumentou (2-39). Para o Igor (67-125) e Edu (8-52), no entanto, a produção de pronomes demonstrativos cresceu. Edu com (3;08) ainda está adquirindo pronomes pessoais, que cresceram de (0-3), porém Igor já demonstra tal desenvolvimento (12-19). Portanto, o desenvolvimento dos pronomes durante a aquisição está sendo paralelo à produção de palavra-sinal. Os outros pronomes não mostram tamanha estabilidade, mas produziu-se o locativo em maior quantidade. Portanto, a tendência demonstrada pelos dados é que durante a aquisição de crianças Cotas, a gramaticalização pronominal seria:

IMAGEM 4 - Gramaticalização dos pronomes de Igor, Vivi e Edu



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os marcadores de concordância e os pronomes relativos viriam posteriormente, mas, como as crianças não os produziram, não foram citados. A sobreposição de apontar+ também deve ser mencionada, sendo que diminuiu para as crianças com idade maior, demonstrando uma independência linguística, ou seja, sem a necessariamente da utilização do português em conjunto. Nesse sentido, os estudos de Bates et al. (1983) observaram uma forte produção de gestos durante o desenvolvimento da linguagem no nível lexical, semelhantemente a esta pesquisa, porém, com 28 meses, as crianças avançaram na quantidade de produção da linguagem vocal em comparação com a produção de gestos. Os autores justificam esta observação pelo fato de que, a partir desta idade, o fenômeno de gramaticalização das palavras é naturalmente intensificado, o que, por sua vez, aumenta o vocabulário oral das crianças e, consequentemente, lhes permite comunicar com menor dependência de gestos. No presente estudo também se observou independência de gestos. O número de apontações de sobreposições diminuiu e o número de palavras-sinais aumentou, ilustrando a gramaticalização. Tal processo se sucedeu entre 2;01 a 3;08, ou seja, idades distintas das que foram observadas pelos autores.

No que concerne à contextualização dos tipos de apontação encontrados, as crianças com 3;08 pararam de produzir apontações com o verbo “me dá”, utilizando de outra estratégia quando queriam algo, como a fala, gestos ou sinais. Clark (1976) explica que em idades iniciais é natural haver marcador dêitico verbal como esse. A apontação em conjunto com o objetivo se manteve de uma idade para a outra. Os pronomes pessoais não foram produzidos por Edu com a idade menor, o que demonstra, também, que ele está iniciando o processo de gramaticalização em estágio anterior comparado a Vivi e Igor. Com a idade mais avançada, Edu começou a produzir esses pronomes enquanto Igor apresentou reversão pronominal. Esse fato adicionalmente à menor produção de pronomes pessoais e o aumento de pronomes demonstrativos são evidências que Igor estaria em um estágio anterior no desenvolvimento linguístico comparado a Vivi. Os pronomes locativos para indicar lugares foram produzidos

em maior parte com sobreposições e tiveram a característica de braço alongado e olhar fixo. As apontações de apoio, apesar de em pouca quantidade, mostraram contextualmente que Edu com (3;08) utilizou a mesma estrutura das apontações de apoio que Igor e Vivi fizeram aos dois anos. Vivi (3;08) produziu somente uma apontação de apoio, mas em uma situação mais complexa, e Igor continuou a produção com estrutura incipiente. Tal fator endossa a conclusão que Vivi estaria em um estágio linguístico de língua de sinais mais avançado que as demais crianças. A respeito da sobreposição linguística, a produção de palavras+ era relacionada semanticamente ao contexto em que a criança estava inserida em ambas as idades, sugerindo que o desenvolvimento nos vocabulários de palavras e sinais ocorria em paralelo, assim como nos estudos de Carpici *et al.* (2002).

Como visto, a sinergia dos dados de produção gesto-visual, categorização da apontação e sobreposições se mostrou essencial para a compreensão de como o processo de gramaticalização da apontação ocorre, construindo-se um detalhamento de informações que propiciou os resultados e conclusões apresentadas.

## 4 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objeto geral identificar a gramaticalização da apontação durante o processo de aquisição de três crianças bilíngues bimodais. A gramaticalização é um processo pelo qual sinais ou gestos se tornam parte da gramática da língua de sinais e passam a possuir funções mais gramaticais específicas, fenômeno que, no caso dos gestos, não é observado nas línguas de orais, já que pertencem a outra modalidade linguística. Buscou-se observar como se dá o processo de gramaticalização de gestos de apontação e como os pronomes se desenvolvem durante a aquisição da linguagem, de forma diacrônica nas idades de 2;01 e 3;08, em três crianças Cotas, iniciando de uma forma menos gramatical (gestual) para mais gramatical (pronominal). A pesquisa trabalhou com a hipótese de que gestos de apontar perpassariam o processo de gramaticalização, em que sua função se transfiguraria de lexical para pronominal. Além disso, objetivou-se compreender as trajetórias linguísticas que tais pronomes transcorreriam até chegar em sua forma final.

Como resultado dos levantamentos realizados, observou-se, desde a primeira idade – 2;01 – que não só a produção de gestos especificamente de apontação não era significativa como também que a produção de pronomes demonstrativos era elevada, indicando, assim, que, desde o início de tal levantamento, o processo de gramaticalização, possivelmente, já estava em andamento.

Considerando como uma das características da gramaticalização a quantidade de uma forma linguística diminuir, com o passar dos anos, e a nova forma iniciar e aumentar (Heine, Claudi e Hünemeyer 1991; Hopper, 2003; Pfau e Steibach 2006), três pontos da produção das crianças na idade menor chamaram a atenção. Primeiramente, todas produziam um vasto número de sobreposições de apontamento, indicando uma dependência entre as línguas ativas. Segundamente, dentre as crianças, Igor se sobressaiu em relação ao número de pronomes demonstrativos, e, já nessa idade, sua produção de pronomes pessoais era considerável, quando comparado às outras crianças. Um terceiro ponto foi que, Igor, porém, produziu baixo número de palavras-sinais, tendo Vivi e Edu um maior destaque para essa categoria. Sugere-se, por esses indícios do segundo fato, portanto, que, nesta idade, Igor se encontrava

em uma etapa do processo de gramaticalização de gestos de apontação mais avançada que as demais crianças, mas que, do ponto de vista de produção de vocabulário em línguas de sinais, como vista pelo último ponto, essa situação era oposta entre as crianças.

Passa-se então à análise da idade de 3;08 das crianças. Para as crianças, a produção de sobreposições – mensurada através da contabilização de apontar+, diminuiu, indicando uma menor dependência linguística. Nessa idade, a produção de gestos de apontação continuou baixa para as três crianças, como era esperado do desenvolvimento do processo de gramaticalização. No caso de Edu e Vivi, a produção era baixa e permaneceu marginal. No caso de Igor, ela demonstrou significativo decréscimo.

A produção pronominal nesta idade teve contornos interessantes. Edu e Igor apresentaram aumento significativo de produção pronominal, em especial a de pronomes demonstrativos. Já Vivi manteve sua produção pronominal total. No caso de Vivi, no entanto, a classe de pronomes teve mudanças significativas. Enquanto Edu e Igor ainda fortaleciam o uso de pronomes demonstrativos, Vivi diminuiu o número de pronomes demonstrativos e desmontava no uso de pronomes pessoais que, segundo a linha desta pesquisa, representa o processo subsequente da gramaticalização de pronomes demonstrativos. Ou seja, Vivi, possivelmente, já apresentava o fluxo: gestos de apontar → pronomes demonstrativos → pronomes pessoais. Apesar desse forte desenvolvimento de Vivi em comparação aos demais, Edu e Igor também apresentaram o mesmo caminho de gramaticalização: para ambos, também foi observado aumento dos pronomes pessoais em idade maior. A produção em estágio mais avançado de gramaticalização de Vivi pode ter como pano de fundo o fato de que sua produção em línguas de sinais ter sido visivelmente (>50%) superior à de Edu e Igor.

Mais do que uma possível gramaticalização de pronomes demonstrativos em pessoais, dois outros fluxos foram observados. Para Igor e Vivi, já foi observada a produção de pronomes locativos, como um indício de bifurcação do processo de gramaticalização dos pronomes demonstrativos. Ou seja, os pronomes demonstrativos, de acordo com os dados, foram gramaticalizados não só em pronomes pessoais, mas também em pronomes locativos. Adicionalmente, para as crianças analisadas, foi observada também a produção de apontações de apoio, como processo seguinte à gramaticalização de pronomes pessoais. Em outras palavras, os resultados sugerem a seguinte trajetória para o processo de gramaticalização de gestos de apontar: gestos de apontar seriam gramaticalizados em pronomes demonstrativos. Esses passariam por uma bifurcação, se tornando ou pronomes pessoais ou pronomes locativos. Os pronomes pessoais, por sua vez, se gramaticalizariam em pronomes auxiliares (apontações de apoio).

O processo identificado nesta pesquisa difere-se daquele identificado por Pfau e Steibach (2006). Neste último processo, gestos de apontar se gramaticalizariam em pronomes locativos e, posteriormente, em pronomes demonstrativos. Os pronomes demonstrativos se bifurcariam em pessoais e relativos. Os pronomes pessoais, por sua vez, se bifurcariam em marcadores de concordância e auxiliares. No entanto, vale destacar que a presente investigação constitui uma abordagem inicial sobre o tema, e são necessárias pesquisas adicionais para que se possa afirmar com maior segurança a trajetória desse processo de gramaticalização.

A respeito das estruturas da apontação desenvolvida pelas crianças no trabalho atual, com idade de 2;01, os pronomes demonstrativos, em geral, desenvolveram-se em sentenças de “apontação+verbo”, “apontação+objeto”, “apontação+gestos” e “apontação+pronome demonstrativo”. Os pronomes locativos foram utilizados para demonstrar

a localização de um objeto ou pessoa “apontação+localização de objeto”, “apontação+localização de pessoa”. A respeito dos pronomes pessoais, produziram-se “EU”, “VOCÊ” e “ELE”, mas nem todas as crianças o fizeram e a produção foi baixa. As apontações de apoio foram produzidas somente por Igor, para expressar que duas cores eram iguais na sentença “APONTAÇÃO+SUBSTANTIVO+APONTAÇÃO”. Outras categorias de concordância verbal e anáfora não foram identificadas. As produções das crianças ocorreram com ou sem sobreposições linguísticas, que funcionavam como forma de complemento do contexto em que os pronomes estavam inseridos ou possuíam o mesmo significado nas duas línguas. Com 3;08 anos, as crianças expressaram apontação de demonstrativos para “apontação+objeto”, “apontação+incorporação e numeral”, “apontação+descrição visual” e “apontação+sujeito”. A respeito dos pronomes pessoais, foram expostos “EU”, “VOCÊ” e “ELE” nas apontações. Em destaque, Igor realizou uma reversão pronominal, considerado um evento natural durante a aquisição da linguagem. Os pronomes locativos foram utilizados para localização de objetos, pessoas e lugares. Por último, os pronomes foram apontados da seguinte forma de Apontação+substantivo+apontação e apontação+verbo+apontação. Tal como na idade de 2;01, as crianças não utilizaram marcadores de concordância e pronomes relativos.

Assim como Clark (1976), Bates *et al.* (1983) e Petitto (1987), Iverson (2008) Wilcox (2012), Lima e Cruz-Santos (2012) o presente estudo teoriza que a língua ocorre de forma dinâmica com utilização do corpo e da cognição, o que inclui a utilização de interfaces como os gestos, não sendo a gramaticalização um foco puramente linguístico. A aquisição da linguagem não ocorre somente através de *inputs* linguísticos, mas também através de todas interações entre a criança e o seu redor – incluindo pessoas e objetos – que acabam por resultar na construção de significados sobre o mundo, que podem ser expressos, por exemplo, através de gestos. Considera-se instrumento de aquisição, não somente o conteúdo gramatical, como também o contextual (Clark, 1976; Bates *et al.*, 1983; Lima; Cruz-Santos, 2012; Wilcox, 2012).

O presente estudo demonstrou que gestos foram utilizados nas idades estudadas com interlocutores surdos e ouvintes, fazendo parte da comunicação, com a utilização de sobreposições linguísticas ou não. Tais gestos foram facilitadores da comunicação com a utilização do corpo, atuando como léxico no *output* das crianças. Isso não significa dizer que a língua de sinais se reduz a gestos, mas sim que ela possui características semelhante à produção de gestos, o que não altera seu status linguístico (Capirci *et al.*, 2002). Teoriza-se também, assim como os estudos de Bates *et al.* (1983), que a produção linguística que inclui gestos pode ser limitada quanto à elaboração de significado, já que não foram identificadas em todas as crianças analisadas sequências com gestos que possuíam mais de três elementos.

Os estudos de Capirci *et al.* (2002) também encontraram o mesmo tipo de produção sintática envolvendo gestos, como no presente estudo. Assim, crianças bilíngues bimodais apresentaram combinações gesto-visuais que não foram identificadas em crianças monolíngues orais-auditivas como gesto+sinal, sinal+sinal e palavra+sinal. Nesse sentido, segundo os estudos de Lima, Cruz-Santos (2012) para que a criança estabeleça a relação de referente/significado/conceito, ela inicia com gestos, depois passa à produção dos gestos+palavras para, posteriormente, produzir somente a palavra. No presente estudo os gestos continuaram sendo produzidos, o que expôs que gestos estão conectados à aquisição pela competência comunicativa-linguística do indivíduo. Clark (1976) e Bates *et al.* (1983) apontam que as crianças não adquirem a linguagem simplesmente através dos *inputs* que recebem em um meio social. Elas

possuem, sim, um papel ativo na aquisição ao formar hipóteses sobre significados, independentemente do meio em que estão inseridas, criando estratégias para usá-las na comunicação.

Assim como nos estudos de Iverson *et al.* (2008), as crianças do presente estudo produziram apontações denominadas suplementares, quando apontavam e falavam algo, de forma não consecutiva, antes de completarem 2;05. Portanto, as crianças demonstraram desenvolvimento em ambas as línguas, não apresentando defasagem no processo de aquisição da linguagem, o que corrobora com os resultados da pesquisa dos autores Petitto (1986), Petitto *et al.* (2001), Capirci *et al.* (2002), Gomes (2018) e Gomes e Quadros (2019).

Isso demonstra que o bilinguismo precoce não afeta a aquisição e, consequentemente, também não afeta a produção infantil da linguagem. Pelo contrário, ele possibilita imersão cultural, além de viabilizar o desenvolvimento de habilidades sócio-linguísticas. Tal desenvolvimento é marcado por processos como a gramaticalização, que pôde ser notada pelo fato de a produção de apontação haver evoluído em distintas categorias gramaticais, independentemente da constante produção de gestos em diversas idades.

Em geral, o presente estudo discutiu sobre a gramaticalização e endossa que esse processo ocorre não só nas línguas orais, mas também nas línguas de sinais, demonstrando indícios de gramaticalização de pronomes da Libras, contribuindo com registro, valorização e respeito à língua minoritárias de brasileiros surdos. O trabalho também demonstrou que a gramaticalização por gestos pode ocorrer nas línguas de sinais, não sendo somente um processo puramente linguístico, mas também cognitivo. Um ponto destaque observado nos resultados é que o processo de gramaticalização de pronomes na Libras apresentado pelos sujeitos Cotas investigados iniciou-se pelos pronomes demonstrativos, para depois evoluírem para outras categorias. Complementarmente, durante o período de aquisição, as sobreposições de apontações tenderam a diminuir, conforme o passar da idade das crianças, o que aponta para uma independência entre o português e a língua de sinais brasileira. Para concluir, esta pesquisa se destacou de maneira inovadora ao apresentar dados sobre indícios de gramaticalização da língua de sinais sob uma perspectiva diacrônica, diferentemente de estudos anteriores (Pfau; Steibach, 2006 e 2011; Wilcox, 2004; Rodrigues e Souza, 2019), contribuindo, assim, para uma ampliação nos estudos linguísticos sobre a língua de sinais. Contudo, é importante destacar que se trata de uma pesquisa ainda incipiente, sendo necessários mais estudos sobre o tema proposto.

## Agradecimentos

Agradecemos às famílias que permitiram a realização deste estudo longitudinal com filmagens em seus lares. Também agradecemos o financiamento das pesquisas bibibi, NIH Grant #DCD00183 e CNPQ #301993/2004-1, #302392/2007-6, #200031/2009-0.

## Contribuição dos autores

A primeira autora foi responsável pelo desenvolvimento da investigação e pela redação do trabalho. A segunda autora, orientadora da primeira e coordenadora do projeto Desenvolvimento Bilíngue e Bimodal, no qual os dados foram coletados, contribuiu com a leitura crítica, a revisão do texto e o acompanhamento da pesquisa.

## Referências

BATES, E., BRETHERTON, I.; SHORE, C.; MCNEW, S. Names gestures and objects: The role of context in the emergence of symbols. In: NELSON, K. (ed.). *Children's language*, v. 4, Nova Jersey : Keith E. Nelson , 1983. p. 59-123.

BERTHOZ, A. *The brain's sense of movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BISHOP, M.; HICKS, S. Orange eyes: Bimodal bilingualism in hearing adults from deaf families. *Sign Language Studies*, Washington, DC,, v. 5, n. 2, p. 188-230, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1353/sls.2005.0001>.

BISHOP, M. Happen can't hear: An analysis of code-blends in hearing, native signers of American Sign Language. *Sign Language Studies*, Washington, DC,, v. 11, n. 2, p. 205-240, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1353/sls.2010.0007>.

CAPIRCI, O. *et al.* Gestural, signed and spoken modalities in early language development: the role of linguistic input. *Bilingualism: Language and Cognition*, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 25-37, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1366728902000123>.

CLARK, E. V. From gesture to word: On the natural history of deixis in language acquisition. In: BRUNER, J. S.; GARTON, A. (eds.). *Human growth and development: Wolfson College Lectures*. Oxford: Oxford University Press, 1976. p.85-120.

DIESSEL, H. *Demonstratives: Form, function, and grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1999.

EMMOREY, K.; BORINSTEIN, H. B.; THOMPSON, R. Bimodal bilingualism: code-blending between spoken English and American Sign Language. In: *Proceedings of the 4<sup>th</sup> International 137 Symposium on Bilingualism*. Somerville: Cascadilla Press Somerville, p. 663-673, 2005.

GIVÓN, T. Serial verbs and syntactic change: Niger-Cong. *Word Order and Word Order Change*, p. 47-112, 1975.

GOMES, B. S. Aquisição da Linguagem de uma criança Coda: produções, tipos de sobreposições e influência dos interlocutores neste processo. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GOMES, B. S.; QUADROS, R. M. de. Efeito do input na produção bilíngue bimodal de uma criança Coda. *Revista Vídeo Registros em Libras*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2013.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

- HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publish, 2017. p. 573-601.
- HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publish, 2003. p. 573-601.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University press, 2003 [1993].
- IVERSON, J.; CAPIRCI, O.; VOLTERRA, V.; GOLDIN-MEADOW, S. Learning to talk in a gesture-rich world: early communication in Italian vs American children. *First Lang*, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 164-181, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0142723707087736>.
- LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. 2 ed. Philosophische Fakultät Universität. Munchen, Newcastle: Lincon Europe, 2002.
- LILLO-MARTIN, D. *et al.* Language choice in bimodal bilingual development. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 5, p. 154-167, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.01163>.
- LIMA, E. do R. S.; CRUZ-SANTOS, A. Aquisição dos gestos na comunicação pré-linguística: uma abordagem teórica. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, São Paulo v. 17, n.4, p. 495-501, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342012000400022>.
- MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. *Rivista di scienza*, França, v. 12, n. 26, 6, p. 130-148, 1912.
- MEILLET, A. A evolução das formas gramaticais. Tradução de Letícia Resende. *Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 26-37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23210/12835>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. United Kingdom: Oxford University Press, 2011.
- PETITTO, L. A. On the autonomy of language and gesture: Evidence from the acquisition of personal pronouns in American Sign Language. *Cognition*, Amsterdam, v. 27, n. 1, p. 1-52, 1987. DOI: [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(87\)90034-5](https://doi.org/10.1016/0010-0277(87)90034-5).
- PETITTO, L. A. *et al.* Bilingual signed and spoken language acquisition from birth: Implications for the mechanisms underlying early bilingual language acquisition. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 453-496, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305000901004718>.
- PETITTO, L.; KOVELMAN, I. The bilingual paradox: How signing-speaking bilingual children help us to resolve it and teach us about the brain's mechanisms underlying all language acquisition. *Learning Languages*, v. 8, n. 3, p. 5-18, 2003.
- PFAU, R.; STEINBACH, M. Modality-independent and modality-specific aspects of grammaticalization in sign languages. In: DRENHAUS, H.; VAN DE VIJVER R.; VOGEL, R. *Linguistics in Potsdam 24*. Amsterdam: University of Amsterdam, 2006. p.5- 98.
- PFAU, R.; STEINBACH, M. Grammaticalization in sign languages. In: NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- QUADROS, LILLO-MARTIN, D. Gesture and the acquisition of verb agreement in sign languages. In: *Proceedings of the Boston University Conference on Language Development (BUCLD)*, Boston, 2007. p. 520-531.

QUADROS; LILLO-MARTIN, D.; EMMOREY, K. As línguas de bilíngues bimodais. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 11, p. 139-160, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21747/1645415X/linguistica11a8>.

RODRIGUES, A.; SOUZA, J. Gramaticalização do sinal “motivo” na língua brasileira de sinais: uma análise baseada no uso. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53-82, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21165/gel.v16i1.2435>.

SILVA, A. A. da. Uma proposta de categorização das apontações laterais em Libras. *Cadernos de Linguística*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. e465, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21165/gel.v16i1.2435>.

TANG, G. Bimodal bilingualism: Factors yet to be explored. *Bilingualism: Language and cognition*, Cambridge, v. 19, n. 2, p. 259-260, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1366728915000589>.

TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization and mechanisms of change*. In: HEINE, B.; NARROG, H. (eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press: 2011. p. 19-30.

WILCOX, S.; WILCOX, P. The semantics pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 189-218.

WILCOX, S. *Gesture and language: Cross-linguistic and historical data from signed languages*. University of New Mexico: John Benjamins Publishing Company, 2004. p. 43-73.

WILCOX, S. Language in motion: A framework for unifying spoken language, signed language, and gesture. *Anuari de Filologia. Estudis de Lingüística*, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 49-57, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1344/AFEL2012.2.4>.

# Nosso corpo realmente nos pertence?: discurso/corpo feminino no instagram

## *Do our Bodies Truly Belong to us?: Female Discourse/Body on Instagram*

**Denise Sousa dos Santos**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina | PR | BR

CAPES

denise.santtos123@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-9412-307X>

**Rosemeri Passos Baltazar**

**Machado**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina | PR | BR

rosemeri@uel.br

<https://orcid.org/0000-0002-3000-9941>

**Resumo:** Este artigo aborda as questões sobre os discursos de ódio, bem como os contradiscursos que circulam no *Instagram* referentes aos corpos femininos, revelando que as mulheres, em meio a relações de poder, resistem por meio de seus corpos. Nesse sentido, analisamos comentários públicos em *posts* de fotos de 4 mulheres distintas e reconhecidas socialmente como famosas para, assim, demonstrar que independentemente de idade e de corpos magros, gordos e bem delineados, as mulheres sofrem uma pressão social referente a seus corpos e a um ideal de beleza. Na esteira dos estudos discursivos foucaultianos, objetivamos compreender como os discursos, sejam de homens ou mulheres, desdobram-se na sociedade contemporânea, diante das novas condições de produção no Brasil. Refletimos sobre os padrões de beleza, em sua maioria, inalcançáveis e irreais, vigentes na atualidade e, principalmente, a respeito de regras de comportamento e de aparência ditados, sobretudo, às mulheres. Com isso, o corpo feminino, independentemente de suas formas físicas, nada diferente do que acontece no mundo real, torna-se alvo de críticas e de ataques frequentes no mundo virtual, o que evidencia e reforça aspectos pertencentes ao sistema patriarcal e a uma sociedade contaminada por ideias preconceituosas e, nesse sentido, repleta de desigualdade de gênero.

**Palavras-chave:** corpo feminino; poder; discurso; contradiscurso; Foucault.

**Abstract:** This article addresses hate speech and counter-discourses circulating on Instagram regarding women's bodies, revealing how women, embedded



in power relations, resist through their bodies. In this sense, we analyzed public comments on photos posted by 4 distinct women who are socially recognized as famous, to demonstrate that regardless of age and body types—thin, fat, and well-defined—women suffer social pressure regarding their bodies and an ideal of beauty. Grounded in Foucauldian discourse studies, we aim to understand how discourses, produced by both men and women, unfold in contemporary society under Brazil's new conditions of production. We reflect on beauty standards, which are mostly unattainable and unrealistic, that prevail today, and especially on the rules of behavior and appearance that are dictated, above all, to women. Consequently, the female body, regardless of its physical form, frequently becomes a target of criticism and attacks in the virtual world, mirroring what occurs in real life. This dynamic highlight and reinforces aspects of the patriarchal system and a society imbued with prejudiced ideas and marked by significant gender inequality.

**Keywords:** female body; power; discourse; counter-discourse; Foucault.

## 1 Introdução

O corpo feminino é, por longos anos, objeto de investigação na sociedade. Claramente, quando falamos em corpo, não estamos nos referindo apenas à ideia de corpo enquanto estado biológico, empírico e estrutural, mas, conforme os pressupostos foucaultianos, como discurso, um discurso que revela em si a articulação de poder, ou seja, a relação corpo - poder. Assim, o corpo é compreendido, nesta análise, como um corpo social e sua existência só ocorre porque exerce poder. Para Foucault (1987, p. 164), “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”, surgindo, assim, o processo de docilização dos corpos. Especificamente, quando pensamos em corpo feminino, portanto, temos a ideia de que esse corpo passa a ser mais útil quando é controlado e moldado pelo sistema, ou seja, a dominação do corpo das mulheres ocorre por meio de uma forma de poder. Esse mesmo corpo passa a ser entendido, então, como discurso, objeto de investigação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, mas que também é discutido por Michel Foucault em seus estudos discursivos, os quais consistem em nosso arcabouço teórico-metodológico. Para esse autor, o discurso pressupõe uma ideia de prática. Essas práticas discursivas são determinadas no tempo e no espaço por um conjunto de regras que buscam compreender a movimentação dos “atos praticados por sujeitos historicamente situados” (Gregolin, 2006, p. 95).

Na sociedade moderna, o corpo feminino está constantemente sob holofotes, principalmente no ambiente midiático. A atenção recai, de modo predominante, sobre um padrão de beleza estabelecido culturalmente na nossa sociedade, o que, por conseguinte, gera discursos de ódio a respeito da imagem feminina nas redes sociais. Ao longo do percurso histórico, observamos que as mulheres foram alvos de discursos depreciativos, sexistas, machistas e que abordam a sua inferioridade em relação aos homens. Esse pensamento é fruto de um sistema patriarcal que ainda está arraigado na sociedade contemporânea – o qual dita, por exemplo, regras sobre o que a mulher precisa vestir, fazer ou se comportar, refletindo uma corporiedade fabricada, subjugada e docilizada, além de evidenciar diversos estereótipos sociais.

A partir desse cenário, o corpo feminino foi retratado, muitas vezes, como objeto sexual, o que evidencia uma prática de exclusão e de violência simbólica em relação ao gênero feminino que ocorre em diversos níveis – físico, psicológico, emocional – e em vários espaços, sobretudo, nas redes sociais – recentemente, lugar de maior interação e propagação imediata de informações. Sendo assim, podemos dizer que o corpo feminino, objeto de investigação desta pesquisa, foi construído ao longo da história como símbolo de violência e legitimado pelas práticas sociais que se (re)produzem nos/pelos discursos. Assim, as mulheres se tornaram vítimas de discursos de ódio na internet e os seus corpos passaram a ser foco de frequentes ataques sociais, sendo ridicularizados, humilhados e rebaixados diante de uma ditadura da beleza que impera, não só, mas principalmente, no meio virtual. Logo, propomos, nesta pesquisa, uma discussão e reflexão sobre os discursos sobre o corpo feminino que circulam no *Instagram*, no qual pretendemos evidenciar os diversos estereótipos que se materializam nos discursos virtuais, além de ressaltarmos, os contradiscursos sobre os corpos femininos, destacando as resistências frente ao ambiente virtual, pois, conforme Foucault (1979, p. 241) “a partir do momento que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”, logo, “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”, mesmo diante de modernidades tecnológicas.

Dessa forma, foram selecionados quatro casos que ganharam grande notoriedade no Brasil. A escolha e seleção do *corpus* ocorreu mediante repercussão na mídia e, principalmente, no *Instagram*, sendo eles o da influencer Thaís Carla, o da Lua, o da cantora Maiara e o da atriz Paolla Oliveira. A partir da proposta de Foucault, esses exemplos foram investigados, levando em conta o discurso de ódio que circunda o discurso do controle do corpo feminino, evidenciando as relações de poder inerentes a uma sociedade machista e que são (re)produzidas nessa rede social. Nessa perspectiva, tais casos foram selecionados no intuito de evidenciar que a mulher, independentemente de sua idade e posição social, muitas vezes, é criticada e subjugada devido sua aparência e à ditadura da beleza que reina no mundo contemporâneo.

Para isso, buscamos traçar um sucinto panorama sobre a trajetória das mulheres no decorrer dos tempos, destacando os feitos na luta pela busca de uma sociedade mais respeitosa e igualitária, bem como discorrer sobre os diferentes efeitos de sentidos acerca do que tematiza o corpo feminino, revelando, desse modo, que ao mesmo tempo que se reproduz discursos misóginos e depreciativos sobre a mulher, também observamos novos sentidos e um contradiscurso como modos de resistência e de (re)existência no *Instagram*. Para tal, coletamos algumas imagens e comentários divulgados nesse ciberespaço que reverberam os intensos ataques de ódio ao corpo feminino, tal como a luta pela desconstrução de estereótipos e autoaceitação de corpos reais. Portanto, nossas reflexões se inserem no campo de estudo da Análise do Discurso (AD) e na ideia de corpo postulada por Michel Foucault.

## 2 O movimento feminista

O percurso histórico das mulheres no ocidente sempre foi marcado por uma série de lutas e buscas incessantes por direitos e melhores condições de vida. Nessa dura e árdua jornada, muitas mulheres tiveram que se rebelar contra sua condição e ir em direção contrária ao sistema imposto, o que, conseqüentemente, obrigou-as a pagarem o “preço” da liberdade com suas próprias vidas, a exemplo, o período da Santa Inquisição instaurado pela Igreja Católica, o qual foi impiedoso e incompaciente com qualquer mulher que ferisse ou desrespeitasse os princípios e dogmas pregados pela chamada fé cristã.

No Brasil, o movimento feminista se inicia com o esforço das mulheres em serem reconhecidas e incluídas no processo eleitoral. Nesse sentido, a primeira onda do feminismo no país foi marcada pela luta do direito ao voto, em que as mulheres que participaram desta disputa ficaram conhecidas como *suffragettes*.<sup>1</sup> Após um intenso período de confrontos, em 1932 – com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro –, as mulheres finalmente conquistaram o direito ao voto e alcançaram um grande avanço na história. Ao falarmos sobre feminismo, não podemos esquecer da década de 60 que foi, sem dúvidas, um grande marco para as mulheres do mundo ocidental. O período foi marcado por grandes transformações e reformas culturais que ocorreram em diferentes esferas: sociais, políticas e ideológicas. Os anos 60 consagraram, então, a segunda onda do feminismo e revolucionou os direitos das mulheres, tais como: maior liberdade de ser e de agir em sociedade, além da liberdade de controlar o seu próprio corpo, com o surgimento da pílula anticoncepcional. A segunda onda do feminismo surge com mais força, fortalecendo e encorajando o sujeito feminino a questionar as relações de poder existentes entre os homens e as mulheres.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (Pinto, 2010, p. 16).

O Brasil, na década de 1960, passou por um momento divergente do restante do mundo, enquanto a Europa e os Estados Unidos clamavam por mais liberdade cultural, social, política e ideológica. O país enfrentava um cenário caótico cheio de conflitos e repressão causados pela Ditadura Militar, decorrente do Golpe de 1964. Sendo assim, as manifestações

---

<sup>1</sup> No artigo intitulado “*Suffragettes* nos trópicos?!: A primeira fase do movimento sufragista no Brasil”, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Karawejczyk, comenta a respeito da conquista do voto pelo movimento feminino (final do séc XIX e começo de século XX) e traz alguns esclarecimentos e nomes relacionados ao movimento. De acordo com Karawejczyk (2014, p. 330), o movimento sufragista “fez parte de um interesse específico das mulheres que, como um grupo organizado, tinham uma demanda específica: o reconhecimento da sua cidadania através do direito de votar e serem votadas” e, no Brasil, as principais representantes desse movimento foram Leolinda de Figueiredo Daltro à frente do Partido Republicano Feminino (PRF) e Bertha Lutz, líder da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM).

feministas ocorreram timidamente a partir dos anos 1970. Já em 1980, o Brasil vivencia uma nova fase do feminismo e outros debates surgem em prol da luta feminina. Diante disso,

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (Pinto, 2010, p. 17).

Segundo Pinto (2010), o movimento feminista no Brasil, embora tenha surgido na classe média intelectualizada, atingiu também as classes populares e marginalizadas, o que ocasionou no surgimento de novas perspectivas, debates e políticas em ambos os contextos sociais existentes. O feminismo surgiu na emergência de se debater e discutir questões sobre a típica expressão de “ser mulher na sociedade”, o qual propôs mudanças de paradigmas até então silenciadas na história. Entre as diversas reivindicações do movimento, não podemos deixar de mencionar que as mulheres buscavam ter suas vozes ouvidas e legitimadas socialmente tendo, assim, maior visibilidade, incluindo, também, visibilidade política ao corpo. Surge, então, uma emergência, que para Michel Foucault, consiste na irrupção de novos discursos, posicionamentos outros e em como essas novas práticas moldam a sociedade, revelando-nos um encontro de forças, uma vez que esse movimento surge na contramão de uma sociedade majoritariamente patriarcal.

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (Foucault, 1986, p.109).

Essas discussões emergiram em um contexto sócio-histórico, no qual os grupos, ditos minoritários, revelavam novos sujeitos políticos, novos questionamentos e representações e identidades outras, as quais possibilitaram múltiplas formas à vida, à política e ao social. Diversos grupos marginalizados como mulheres, negros, homossexuais, dentre tantos outros, tiveram suas vozes amplificadas e conquistaram o direito de falar e de serem ouvidos, abordando, a partir de temas específicos, suas vivências no mundo, o que rompia a corrente de discursos políticos tradicionais, como o discurso do homem-branco-cis-hétero, o qual, até então, era uno, universal e representava todos os sujeitos. Esses movimentos, por meio de problemas específicos de cada grupo, tinham o objetivo de reformular e modificar as relações sociais existentes e excludentes. Assim, o feminismo, ao questionar, de forma teórica e política, os mecanismos de controle do corpo e da sexualidade da mulher, além, é claro, de suscitar outras discussões, almeja(va) revolucionar as relações de gênero que atravessa(va)m o conjunto de relações sociais.

Portanto, a história das mulheres, bem como de seus corpos, foi marcada por uma jornada de repressão e de silenciamento, em que elas se olhavam, sobretudo, para seus corpos de acordo com a óptica dos homens e, conseqüentemente, da sociedade. E, deixando de lado

seus desejos, as mulheres seguiam as normas prescritas pela sociedade perdendo, assim, o domínio e controle do próprio corpo, o qual, por sua vez, deixa(va) de ser algo inteiramente individual e transforma(va)-se em “um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (Perrot, 2012, p. 76).

Na contramão deste pensamento, uma das ideias centrais do feminismo contemporâneo, no tocante ao corpo feminino, é o direito à liberdade, isto é, a ideia de as mulheres serem livres e terem o direito de escolha sobre os seus próprios corpos, surgindo assim, a máxima “nosso corpo nos pertence” – criada e defendida pelas feministas – e que levantava a pauta das relações de poder entre os gêneros no espaço público e privado. Tal discurso, à medida que representava um ato de liberdade e resistência feminina, também atribuía um novo efeito de sentido ao corpo, trazendo à tona o questionamento e a reflexão a respeito do corpo disciplinado e controlado. A luta pela liberdade do corpo ultrapassava o desejo e direito individual, pois era uma luta, também, em prol da liberdade de controle social dos corpos femininos, os quais eram mantidos sob a sexualidade normalizada e mantida nas relações heteronormativas do matrimônio.

O movimento feminista, dessa forma, trazia e ainda traz um discurso político a respeito do corpo ao declarar suas distinções, requerer seus direitos, exercer sua liberdade e opor-se incessantemente contra o controle social, ao qual era constantemente subjugado. Assim, podemos entender que o discurso feminista prega a insubmissão de um corpo dominado, mercantilizado, medicalizado, controlado por esferas políticas, sociais e ideológicas, arraigadas no pensamento de natureza humana e critica a noção homogênea e determinista da corporeidade.

### 3 O corpo na perspectiva foucaultiana

Michel Foucault possui uma vasta, e densa, bibliografia, em que trata, de forma inquietante, sobre diversos temas, sobretudo questões relacionadas aos discursos, ao saber, ao poder e ao sujeito, inserido em áreas tais como a História e a Filosofia. Segundo Gregolin (2006), esses trabalhos desenvolvidos por Foucault atravessaram diferentes épocas, buscando sempre complementar suas ideias com o intuito de compreender a sociedade moderna e como ela se constituiu.

Para tanto, Michel Foucault vai, inicialmente, trabalhar com seu projeto metodológico denominado arqueologia, que busca investigar os discursos, entendidos, para ele, não apenas como palavras e textos, mas como uma prática social, e como os saberes são produzidos, legitimados e moldados na História, pois é por meio desse espaço que os sujeitos constroem os discursos. Em seu projeto genealógico, o filósofo procura analisar o conceito de poder. Para Foucault, essa concepção toma um outro sentido, uma vez que o poder não é tido como uma força repressiva, mas sim que esse conceito também tem seu lado positivo, produzindo saberes. O poder, nessa perspectiva, não parte apenas da soberania do Estado, mas se pulveriza na sociedade, formando-se em micropoderes, nos revelando que ele não está centralizado, logo, manifesta-se em vários níveis. Diante disso, o autor aponta que o poder não existe, mas sim relações de poder, ou seja, uma ação sobre ações (Ferreirinha; Raitz, 2010). Em resumo,

[...] Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz

não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 8).

Como mencionamos acima, os trabalhos empreendidos por Michel Foucault não se separam, mas se complementam. A partir do projeto genealógico, o autor começa a aprofundar em seus estudos a relação entre saber-poder, pois “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 1987, p. 30). Em sua obra *Vigiar e Punir*, o autor passa a tratar sobre o controle dos corpos e afirma que o corpo está mergulhado em um campo político e que as relações de poder

têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação (Foucault, 1987, p. 28).

Foucault, portanto, conforme Revel (2005, p. 310), centra suas análises buscando “compreender como se passou de uma concepção do poder em que se tratava o corpo como uma superfície de inscrição de suplícios e de penas a uma outra que buscava, ao contrário, formar, corrigir e reformar o corpo”.

Com a chegada do século XX o corpo feminino rompeu com certos paradigmas antes impostos na sociedade, o corpo que, antes era escondido e invisibilizado, agora passou a ser constantemente exposto, sobretudo, na mídia. Por um lado, a mulher teve sua imagem sexualizada nos meios de comunicação de massa, o corpo feminino, independentemente de formas físicas e padrões estéticos, foi escancarado, também, no mundo digital e, assim, foi se transformando e adaptando-se a outros cenários sociais. Contudo, por outro lado, a mulher passou a ter mais autonomia em suas escolhas, principalmente no que diz respeito ao seu corpo, e, vagarosamente, foi desconstruindo a crença de que seu corpo pudesse não lhe pertencer.

Nessa perspectiva, Foucault (1998) afirma que a vontade de governar seus próprios corpos sempre fora uma questão de disciplina. É justamente por isso que essa vontade e intuito de controle dos corpos se manifestava em diferentes épocas e momentos históricos, desde a cultura dos corpos nus marcada pelas indígenas, até o movimento de liberdade de decisões referentes às vestimentas das mulheres do século XXI. Logo, o corpo, especialmente, o feminino, tornou-se um “uma realidade biopolítica” (Foucault, 1998, p. 80) passando a ser controlado por sujeitos de uma dada sociedade. É por meio dessas relações de força, presentes nos discursos, que podemos compreender as manifestações ‘do’ e ‘sobre’ o corpo feminino nas redes sociais, buscando revelar como os corpos desses sujeitos, ainda, são, de alguma forma, controlados e permeados por discursos de ódio, advindos, muitas vezes, das próprias mulheres.

## 4 O corpo feminino sob holofotes: os discursos de ódio no Instagram

O século XXI, conforme o influente sociólogo Zygmunt Bauman, é marcado por uma sociedade imediatista e imersa em padrões culturais, no qual observamos a imposição de padrões estabelecidos socialmente (Bauman, 2010). Para o autor, a cultura carrega como parâmetro o grau de liberdade de escolha dos sujeitos, trazendo consigo, também, as grandes exigências da sociedade moderna:

A cultura de hoje é feita de ofertas, não de normas. A cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores. E como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores, a cultura também se transforma num armazém de produtos destinados ao consumo, cada qual concorrendo com os outros para conquistar a atenção inconstante/errante dos potenciais consumidores, na esperança de atraí-la e conservá-la por pouco mais de um breve segundo (Bauman, 2010, p. 43).

Com a chegada da sociedade moderna, estipulou-se socialmente uma ideia de beleza única e universal, isto é, instaurou-se um padrão de beleza no mundo contemporâneo fortemente influenciado e propagado pela mídia que, por consequência, disseminou diversos estereótipos, sobretudo, de gênero. Moreno (2008) afirma que

é inegável a influência da mídia hoje, particularmente da TV, na formação da subjetividade da população. Os modelos – de valor, beleza, felicidade – são introjetados desde a mais tenra infância e passam a ser modelos aspiracionais. É com a Barbie ou a Gisele Bündchen que as meninas e mulheres querem se parecer hoje. Afinal, ambas são referência de como a sociedade nos vê, nos quer e nos valoriza (Moreno, 2008, p. 30).

Diversas vezes que, plataformas midiáticas como: *Instagram*, *Facebook*, X (antigo *Twitter*), ao propagarem uma infinidade de conteúdos que fascinam e atraem os sujeitos a alcançarem um corpo “perfeito”, influenciam não só o consumo da sociedade brasileira, mas também a consolidação de comportamentos, hábitos e costumes. Logo, o sujeito feminino, para atingir o ideal de beleza imposto pelo mundo moderno, na maioria das vezes, sujeita-se aos modelos socioculturais, os quais encontram um campo fértil na mídia e, por conseguinte, instalam-se no imaginário coletivo, tornando-se verdades absolutas. Conforme Wolf (2020, p. 13), a população feminina sabia, de maneira consciente, que “o ideal era ser alta, magra, branca e loira, com um rosto sem poros, sem assimetrias nem defeitos; uma mulher totalmente ‘perfeita’, alguém que elas de algum modo percebiam que não eram”.

Paralelamente a isso, surge, na internet, pessoas que possuem um grande público, ou seja, muitos seguidores nas redes sociais, os que as fazem, desse modo, exercerem grande influência no ambiente virtual e, exatamente por esse motivo, recebem a alcunha de “*influencers* digitais”. No quesito influência, o *Instagram* se tornou um lugar extremamente poderoso para ditar padrões, preponderantemente, às mulheres, trazendo “imagens que repetem, insistem, complementam-se e somam na mesma mensagem, sobre como nos querem e como deveríamos gostar de ser” (Moreno, 2008, p. 39). Imediatamente, ao nos conectarmos ao mundo

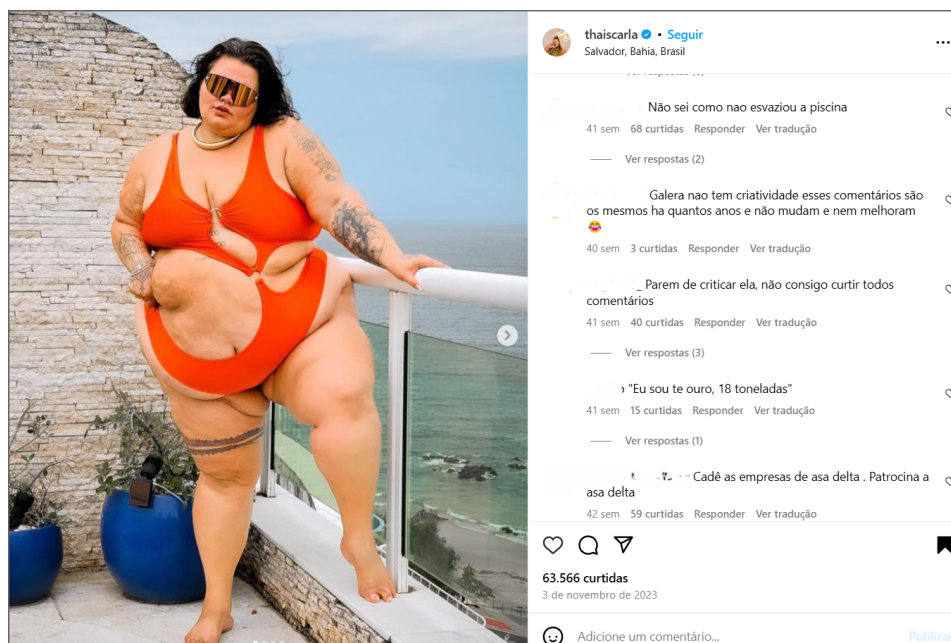
virtual, deparamo-nos com incontáveis discursos midiáticos opressores e sexistas, embasados em um sistema patriarcal que ainda reina na sociedade atual, que ecoam regras sobre comportamento, moda, beleza, além de outros aspectos relacionados ao universo feminino.

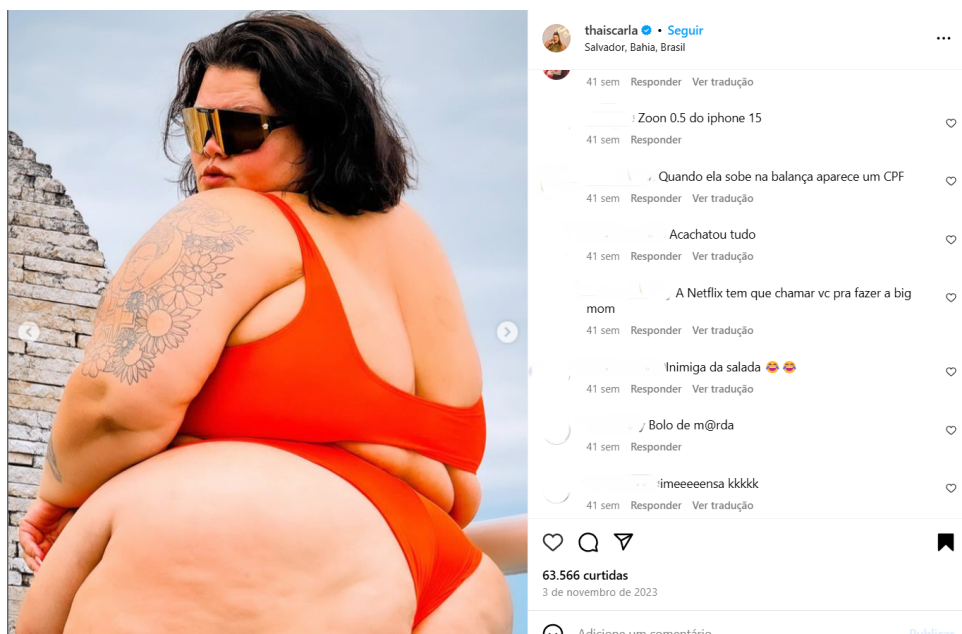
Observamos, então, que as *influencers* digitais, assim como outros instrumentos de manipulação da mídia, reproduzem com veemência um ideal de beleza, um modelo que deve ser seguido à risca, principalmente pelas mulheres, e aquelas que não o seguem, tornam-se alvos de discursos de ódio na internet, passíveis à tortura e à punição psicológica. Há, nesse processo, a aplicação de uma tecnologia de poder, a qual, seguindo na esteira de Foucault (1987), não se refere a algo físico, mas sim a uma “anatomia política”, ou seja, a um poder disciplinar que dita e normativiza, que age sobre o corpo do outro.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (Foucault, 1987, p. 164).

A imagem 1 é um exemplo claro dos discursos de ódio produzidos contra as mulheres que fogem da “ditadura da beleza”, evidenciando um reflexo de como a sociedade impõe padrões estéticos e modelos de perfeição aos corpos femininos, julgando-os e inferiorizando-os.

IMAGEM 1 - O corpo gordo no Instagram





Fonte: [https://www.instagram.com/p/CzM56QgpOoa/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFlZA==](https://www.instagram.com/p/CzM56QgpOoa/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFlZA==). Acesso em: 24 ago. 2024.

A cantora e *influencer* Thais Carla é alvo recorrente de críticas em seu perfil no *Instagram* devido ao seu corpo. Imediatamente ao acessarmos a conta da artista, deparamo-nos com uma avalanche de comentários ofensivos, humilhantes e gordofóbicos. Thaís Carla expõe livremente seu corpo em suas redes sociais, levantando a bandeira do empoderamento<sup>2</sup> feminino e a aceitação de corpos reais. Seu perfil na respectiva plataforma midiática é aberto, ou seja, todos podem vê-lo e acessá-lo sem restrições, o que inclui, também, realizar qualquer comentário em suas postagens.

Chama-nos atenção o segundo e terceiro comentário, em que os sujeitos que comentam a respectiva publicação se sentem felizes e alegres com todos os discursos de ódio que a cantora vem recebendo em seu perfil, ou seja, a sensação de felicidade pela infelicidade do outro. De acordo com Foucault (1997, p.146), “um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”. Logo, os discursos proferidos e apreendidos por meio dos comentários, levam para efeitos de sentidos de ódio, revelando formações discursivas (FDs) que, neste caso, além de possuírem raízes machistas possuem, também, caráter misógino. De acordo com Machado (2024, p.102):

(...) os posicionamentos homem e mulher, dentro do meio social, acabam sendo determinados pelas próprias formações discursivas, as quais determinam os dizeres (inclusive os não dizeres) e, por consequência, o próprio corpo social, ou seja, os lugares na sociedade.

<sup>2</sup> Compreendemos o empoderamento como “processo pelo qual as mulheres alcançam autonomia e autodeterminação, bem como um instrumento para a erradicação do patriarcado, um meio e um fim em si”, além de, também, “questionar, desestabilizar e, eventualmente, transformar a ordem de gênero da dominação patriarcal” (Sardenberg, 2010:235).

Conforme Orlandi (2015, p. 41), “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Desse modo, os comentários “quando ela sobe na balança aparece um CPF” e “inimiga da salada” e “imensaaaa”, demonstram, claramente, a imposição de um ideal de beleza, um padrão estético estabelecido no meio social, o qual revela a cultura da magreza em nossa sociedade, isto é, o designado como bonito é o corpo magro, por isso a única forma de o sujeito ser visto como tal é ele ser magro, mesmo que para isso ele tenha que se submeter a dietas perigosas a sua saúde e até renúncia da sua própria identidade. Assim, os meios de comunicação de massa fizeram com que acontecesse uma construção capitalista de identidades e subjetividades.

O comentário “bolo de m@rda” utiliza termos pejorativos e ofensivos para denominar as formas corporais de Thaís Carla. O comentário, além de exemplificar a misoginia ainda presente na sociedade moderna, também mostra o reflexo de uma sociedade gordofóbica que se utiliza de determinadas características do corpo para inferiorizar a mulher. O comentário “Cadê as empresas de asa delta. Patrocina asa delta” também usa de termos pejorativos e ofensivos para se referir ao tamanho do maiô utilizado pela cantora, o que reforça, mais uma vez, a imposição de um padrão de beleza.

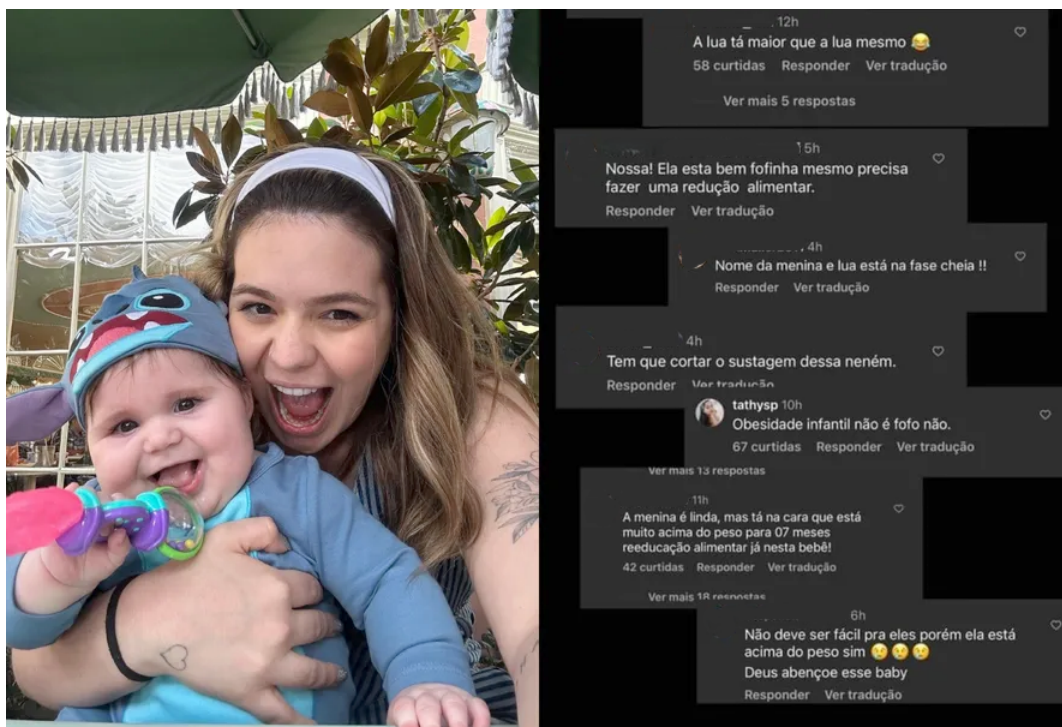
Apesar de incontáveis comentários negativos ao corpo de Thaís Carla, ela também recebe alguns elogios sobre sua aparência e sua forma física, entretanto, a fama e a repercussão da artista na mídia ainda geram tabus, pois a fama, neste caso, funciona, supostamente, como justificativa para os comentários elogiosos em suas fotos. Embora ainda haja inúmeros comentários ofensivos e depreciativos direcionados à Thaís Carla, ela continua firme na luta pela liberdade e empoderamento – algo importante a ser debatido na sociedade contemporânea – e expõe seu corpo no *Instagram* como uma forma de resistência e, com isso, serve de inspiração para outras mulheres. Percebemos, assim, que o corpo gordo feminino no *Instagram* não apenas existe, mas resiste, tanto o corpo quanto os comentários nos mostram que onde há articulação de poder, há resistência. A influenciadora digital, ao postar suas fotos na rede social, retira da invisibilidade o corpo gordo feminino e mostra ao mundo sua existência, o que representa, inclusive, uma relação de poder, já que

o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” –entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer (Foucault, 2006, p. 244).

Portanto, as fotos da influenciadora digital representam uma mulher resistindo aos parâmetros de beleza estipulados no meio social e impulsionados pela mídia; mesmo diante de diversos preconceitos criados socialmente em relação ao corpo feminino, a artista quebra tabus preconcebidos resistindo na sua existência e por meio de seu corpo.

Outro caso que ficou conhecido nas redes sociais e gerou grande repercussão foi o da Lua, filha dos ex-participantes do programa *Big Brother* Brasil, ViihTube e Eliéser. A criança, que na época não havia completado um ano de idade, passou a sofrer ataques, principalmente no *Instagram*, com relação ao seu peso. Na sequência, selecionamos alguns dos comentários referentes à menina, na época, com 7 meses de idade:

IMAGEM 2 - Os padrões corporais na criança



Fonte: <https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2023/11/viih-tube-expoe-comentarios-gordofobicos-direcionados-a-lua-obesidade-infantil.ghml>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Com os constantes ataques relacionados ao seu peso, os pais da criança resolveram tomar algumas medidas. Eles contrataram uma equipe que ficou monitorando os comentários nas redes sociais para que todos fossem processados. O pai da criança afirma que já processou cerca de 200 pessoas que fizeram comentários maldosos sobre o peso de sua filha.<sup>3</sup> É importante salientarmos que certos comentários extrapolam o que se entende por liberdade de expressão.<sup>4</sup> De acordo com Butler (2021, p. 13), a pessoa, “ao ser chamada de algo injurioso, ela é menosprezada e humilhada”. A mãe, enquanto isso, assevera em entrevista à *Revista Quem* que esses comentários não são de preocupação, mas sim de maldade, e declara que sua filha é assistida por vários profissionais de saúde e confirma que a menina está saudável.

Ao analisarmos os comentários referentes à aparência da criança, é possível constatar que não se trata, em absoluto, de “liberdade de expressão”, mas sim de um caso de violência verbal. Nesse sentido, entendemos que não há limites no que concerne aos padrões corporais, visto que até mesmo o corpo de um bebê não escapa dos chamados comentários, os quais não são raras às vezes que se traduzem nocivos ao bem-estar do ser humano. Conforme Butler (2021, p. 17), “certas palavras ou certas formas de chamar não apenas ameaçam o bem-estar físico; o corpo é alternadamente preservado e ameaçado pelos diferentes modos de endereçamento”.

Verificamos, também, que o corpo “fora das curvas”, ou melhor, o corpo fora dos padrões corporais determinados pelo pensamento dominante – o corpo gordo – na maio-

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/eliezer-revela-que-esta-processando-mais-de-200-perfis-por-ataques-a-filha-lua,7b512b6c83065bf112d012faa848foa605jhjpdz.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

<sup>4</sup> Da liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Disponível em: L5250 (planalto.gov.br). Acesso em: 10 out. 2024.

ria das vezes é associado a doenças, por exemplo, obesidade. Isso fica claro nos comentários expostos, especialmente, quando uma seguidora declara: “obesidade infantil não é fofo não”. Além disso, notamos ainda que o discurso agressivo destinado ao corpo feminino em questão é, muitas vezes, velado, disfarçado e mascarado na ideia de um comentário “bem-intencionado”, demonstrando certa “compaixão” ou preocupação e zelo pela criança, como pode ser observado nas falas “Nossa! ela está bem fofinha mesmo. Precisa fazer uma reeducação alimentar”, “Tem que cortar o sustagem dessa neném”, “Não deve ser fácil para eles, porém ela está acima do peso sim (emojis de choro) Deus abençoe esse baby”. Ademais, outro aspecto relevante a ser analisado é o discurso de ódio transvestido em tom de piada e deboche, tal como visto em “A Lua tá maior que a lua mesmo (emoji de riso)”, “Nome da menina é Lua e está na fase cheia!!”.

É importante lembrarmos, ainda, que a mãe de Lua, ViihTube, também sofreu sérios ataques em suas redes sociais após mostrar sua rotina e o seu corpo real após o nascimento de sua filha. A exposição do corpo de figuras públicas, como a da Ex-BBB, após experiências significativas como a maternidade, suscita uma série de discussões no ambiente midiático, já que esse processo, enquanto um marco biográfico e social, muitas vezes, transforma o corpo feminino em um espaço de escrutínio intenso, no qual padrões estéticos e expectativas sociais convergem para estabelecer normas de aceitação.

IMAGEM 3 - A cobrança do corpo perfeito pós-maternidade



Fonte: Pressão estética, ditadura da beleza e ataques virtuais: o que as críticas ao corpo de Paolla Oliveira – e a reação em defesa da atriz – revelam – Jornal O Mossoroense. Acesso em: 11 out. 2024.

A ex-participante do *reality show* enfrentou críticas devido ao seu sobrepeso e recebeu diversos comentários questionando por que não tinha optado pela lipoaspiração, uma vez que teria recursos financeiros para isso. A influenciadora respondeu a essas publicações, afirmando que esse procedimento não fazia parte de seus planos e recordou, na época, que sua maternidade era recente, com apenas alguns meses. Logo, os ataques direcionados ao corpo de Viih Tube podem ser analisados sob a ótica da cultura do corpo e da vigilância social.

A sociedade contemporânea frequentemente impõe ideais de beleza que tendem a se distanciar da realidade da experiência materna, promovendo uma imagem de corpo “ideal” que desconsidera as transformações naturais que ocorrem durante e após a gravidez. Esse fenômeno pode ser entendido como uma manifestação do machismo estrutural, que perpetua a desvalorização do corpo feminino e promove uma pressão incessante para que as mulheres se conformem a padrões estéticos específicos. Pressão ou obediência cega, o que cremos ser importante pontuarmos é a influência determinada por práticas sociais e por uma tecnologia de poder empreendida não só pela sociedade, mas também pelo próprio sujeito. De acordo com Milanez (2011, p. 277), “a beleza como forma de controle e gerenciamento de si é uma técnica de governo que inclui o próprio sujeito, num primeiro momento, para depois abarcar o governo do outro.”

Com o intenso acesso às redes sociais, a exposição do corpo feminino, seja magro ou gordo, tornou-se algo frequente na sociedade contemporânea, o que nos faz refletir que “diferentemente das nossas avós, não estamos mais preocupados em salvar nossas almas, mas salvar nossos corpos da desgraça e da rejeição social” (Del Priore, 2013, p. 36). Muitas mulheres, por livre escolha ou simplesmente cederem às pressões sociais, modificam seus corpos e suas aparências tentando, assim, enquadrar-se aos padrões corporais estipulados na sociedade moderna.

A esse respeito, temos o exemplo da cantora Maiara, da dupla sertaneja Maiara & Maraisa, a qual recentemente passou por uma grande transformação em sua aparência. Vale lembrar que a dupla sertaneja, no início da carreira artística, sofreu diversos preconceitos tal como o de gênero, pois foram uma das poucas duplas femininas inovando em um ritmo musical que, até o seu surgimento, era preponderantemente masculino. Além disso, as cantoras enfrentaram também uma série de preconceitos relacionados à aparência, pois aos olhos dos “ditadores” da moda e da beleza, elas estariam acima do peso e, com isso, fora dos padrões aceitos socialmente.

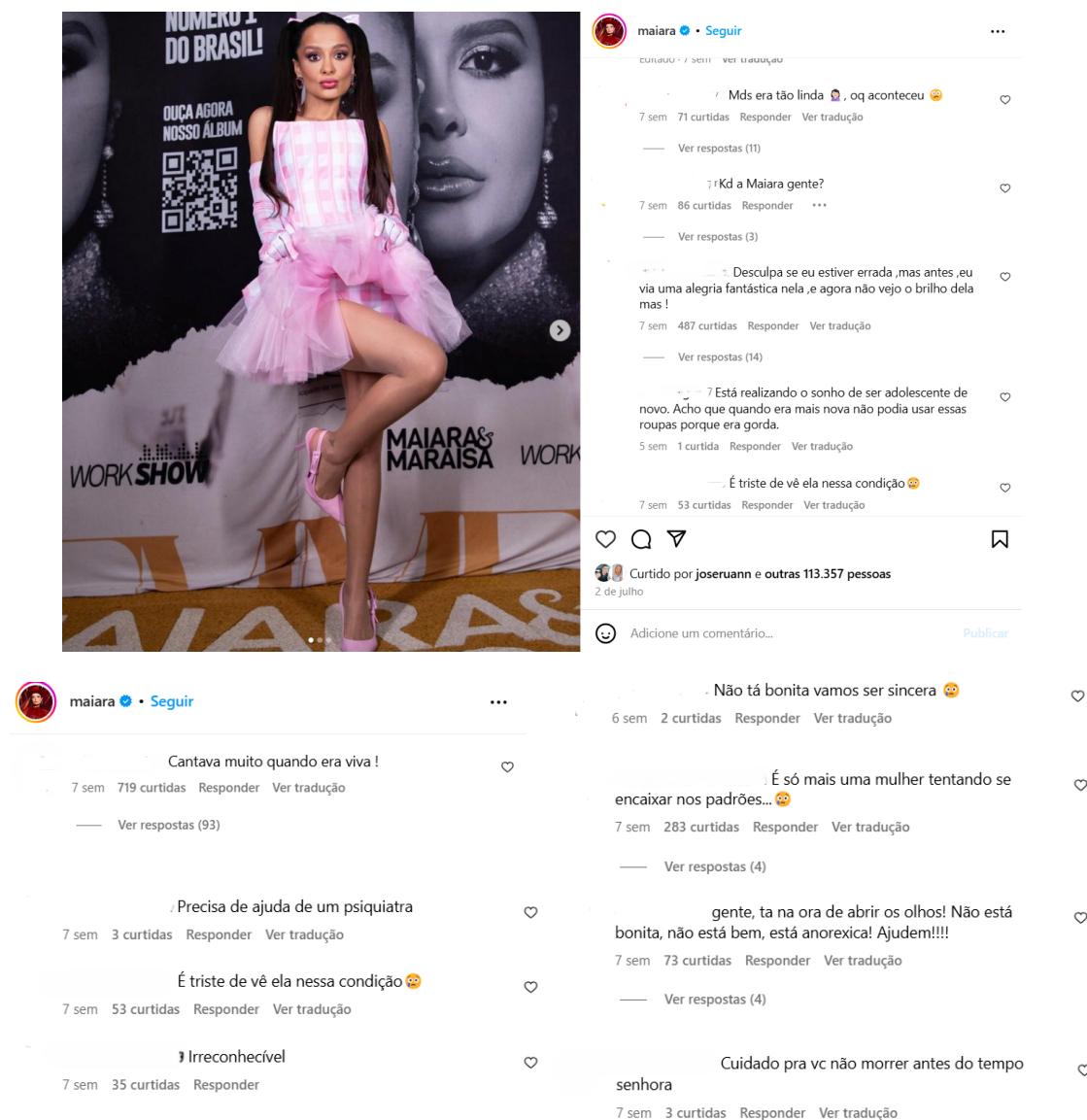
IMAGEM 4 - Antes e Depois de Maiara da Dupla Maiara & Maraisa



Fonte: <https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2024/03/maiara-revela-quantos-quilos-perdeu-em-um-ano-e-diz-que-fez-operacao-de-guerra-para-emagrecer.ghml>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Recentemente, a cantora Maiara tem chamado atenção em suas redes sociais pela sua nova aparência. A cantora sertaneja, após a insatisfação com o seu próprio corpo e a preocupação com a saúde, decidiu passar por um longo processo de emagrecimento, o que incluiu diversos procedimentos estéticos como, lipoaspiração e bariátrica. Ela ainda relatou em seu *Instagram* a respeito dos comentários negativos que vem recebendo em suas fotos, os quais, muitos, associam sua magreza a alguma doença. A artista rebate as críticas recebidas dizendo que não está doente e que está muito satisfeita com seu atual corpo, está “perfeita”.<sup>5</sup> Embora Maiara tenha explicado suas razões e motivos da sua mudança corporal, continuou sendo duramente criticada pelo seu físico, conforme ilustrado na imagem 5.

IMAGEM 5 - O corpo magro no *Instagram*



Fonte: [https://www.instagram.com/p/C87aQTdurwv/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNW-FIZA==](https://www.instagram.com/p/C87aQTdurwv/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNW-FIZA==). Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>5</sup> Maiara da Dupla sertaneja Maiara&Maraissa rebate críticas sobre seu corpo em uma Live em seu Instagram. Disponível em: <https://gshow.globo.com/tudo-mais/tv-e-famosos/noticia/maiara-fala-que-esta-com-cerca-de-47-kg-e-fez-bariatrica.ghml>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Chama-nos atenção que a maioria dos comentários ofensivos e depreciativos relacionados à forma corporal da cantora são produzidos pelas próprias mulheres, as quais deveriam apresentar mais sororidade<sup>6</sup> e não ataques. Toda essa ideia de que a mulher é algoz da própria mulher e, por isso, incapaz de ser solidária com a outra, na realidade, é a eterna máxima ditada por uma sociedade machista, a qual se utiliza do jogo hierárquico e de relação de poder/força criado e imposto por um posicionamento masculino, advindo de uma sociedade genuinamente patriarcal. Conforme descrito por Foucault (1988, p. 112-113),

[...] Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. Não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo de que teoria implícita derivam, ou que divisões morais introduzem, ou que ideologia – dominante ou dominada – representam; mas, ao contrário, cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos).

De acordo com os estudos de Foucault (1988), podemos refletir acerca da complexidade dos discursos de ódio que circulam nas redes sociais proferidos pelas próprias mulheres. Ao analisarmos os comentários negativos que as mulheres constantemente realizam umas das outras, podemos verificar como esses discursos funcionam como táticas que operam dentro de uma relação de poder. Esses discursos de ódio, muitas vezes, evidenciam as inseguranças e as pressões sociais que as mulheres enfrentam em um mundo que, historicamente, coloca-as em posição de inferioridade e de incapacidade em relação ao homem. Devemos entender esse fenômeno como uma forma de controle social, em que o discurso negativo se torna uma ferramenta para perpetuar a hierarquização e a rivalidade na sociedade, principalmente entre mulheres, em vez de promover a solidariedade e o apoio mútuo.

Quando consideramos a ideia de que não existe um discurso do poder unilateral, mas sim uma rede de discursos que interagem e entrelaçam-se, fica claro que as críticas que as mulheres dirigem umas às outras não são apenas expressões individuais, mas sim parte de uma estratégia mais ampla que está inserida nas dinâmicas sociais e nos contextos de poder existentes. Esses discursos podem apresentar diferentes faces – ora reforçando estereótipos de gênero, ora contestando-os – mas, em última análise, eles revelam uma luta por espaço e reconhecimento em um sistema que frequentemente marginaliza as vozes femininas.

Ao observarmos o primeiro comentário fica clara a imposição de uma “beleza ideal”, a qual você não pode ser gorda, porém também não pode ser tão magra para ser aceita socialmente. Percebemos, então, um padrão de beleza inatingível, pois o corpo feminino sempre

<sup>6</sup> É importante compreendermos a noção de sororidade de uma forma mais aprofundada e específica, o que, por sua vez, se desassocia do senso comum. Assim, a origem do termo é a palavra latina *soror*, que significa irmã. É como fraternidade, formada a partir do latim *frater*, que significa irmão. [...] Sororidade, no entanto, não é apenas o feminino de fraternidade. O substantivo se apropria de significados como solidariedade entre irmãs, harmonia e, sobretudo, aliança feminina, mas seu maior impacto está na luta contra a violência e injustiça relacionada ao gênero, sugerindo que através do apoio coletivo entre mulheres é possível lutar pelo direito de todas (Roschel, 2020, p. 8).

será alvo de críticas e de julgamentos sociais. A procura inalcançável pela beleza está intrinsecamente relacionada a aspectos ideológicos que predominam em nossa sociedade. Por muitos anos, acreditava-se no mito de que o corpo gordo ou o corpo muito magro eram sinais de doenças, como exemplificado no comentário “precisa de ajuda de um psiquiatra”, “gente, tá na ora de abrir os olhos! Não está bonita, não está bem, está anoréxica! Ajudem!!!!”. Quando o corpo feminino se expõe e mostra para a sociedade que as mulheres podem ter os corpos que quiserem, inclusive fora dos padrões, a culpa, os estereótipos e os estigmas sociais que imperam na mídia, sobretudo, no *Instagram* – uma plataforma digital criada com o intuito de postagens de fotos e vídeos – são direcionados às mulheres em forma de discursos de ódio ocorrendo, dessa forma, o massacre dos corpos femininos como submissão a um padrão de beleza imposto e enraizado na sociedade, conforme mencionado pela própria seguidora em seu comentário “É só mais uma mulher tentando se encaixar nos padrões...”. As mulheres reconhecem que existe uma padronização de beleza imposta, sobretudo, por meio da mídia. Na visão de Wolf (2020),

[...] o dinheiro movimenta a história com maior eficácia do que o sexo. Um reduzido amor-próprio na mulher pode ter um valor sexual para alguns indivíduos, mas tem um valor financeiro para toda a sociedade. A imagem insatisfatória que as mulheres têm de seu físico nos dias de hoje é muito menos consequência da concorrência entre os sexos do que das necessidades do mercado (Wolf, 2020, p. 79).

O corpo feminino passa, portanto, a ser idealizado e, como consequência, torna-se fruto do sistema capitalista, ou seja, a beleza, especialmente a beleza feminina, tem um preço e, na maioria dos casos, um preço muito alto a se pagar. A punição ao corpo/sujeito mulher é assunto, infelizmente, ainda muito em voga. No período da Idade Média, com a Santa Inquisição da Igreja Católica, mulheres morriam por irem contra a um sistema social; na atualidade, podemos dizer que a causa sofreu transformações, mas a consequência é quase a mesma, ou seja, muitas mulheres ainda morrem, devido à sujeição a um sistema de beleza padrão o qual oferece todo tipo de cirurgia e/ou procedimentos estéticos (conforme diversos casos divulgados na mídia).<sup>7</sup>

[...] na Antiguidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar a sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo. [...] Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras (Foucault, 2006, p. 289-290).

O terceiro comentário refere-se à sensação de felicidade/infelicidade que a mulher possui em relação ao seu corpo, isto é, de acordo com a forma corporal de uma mulher podemos, supostamente, delimitar seu estado emocional. Temos, portanto, uma noção de sujeito

<sup>7</sup> Observamos frequentemente notícias trágicas de mulheres que sofrem alguma sequela e/ou consequência em decorrência de procedimentos estéticos e que, infelizmente, muitas levam à falência. A respectiva matéria é apenas um exemplo de muitos casos que vemos na mídia. Disponível em: Influencer morta após procedimento estético nos glúteos: veja 7 pontos para entender o caso | CNN Brasil. Acesso em: 26 ago. 2024.

assujeitado, ou seja, determinado/atravessado pela vida moderna em que, não só o seu corpo, mas também o seu aspecto emocional está à mercê de um sistema que controla a vida dos sujeitos, determinando o que é considerado bonito, normal, aceitável e, portanto, padrão a ser seguido. Conforme descrito por Foucault (2006, p. 291),

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

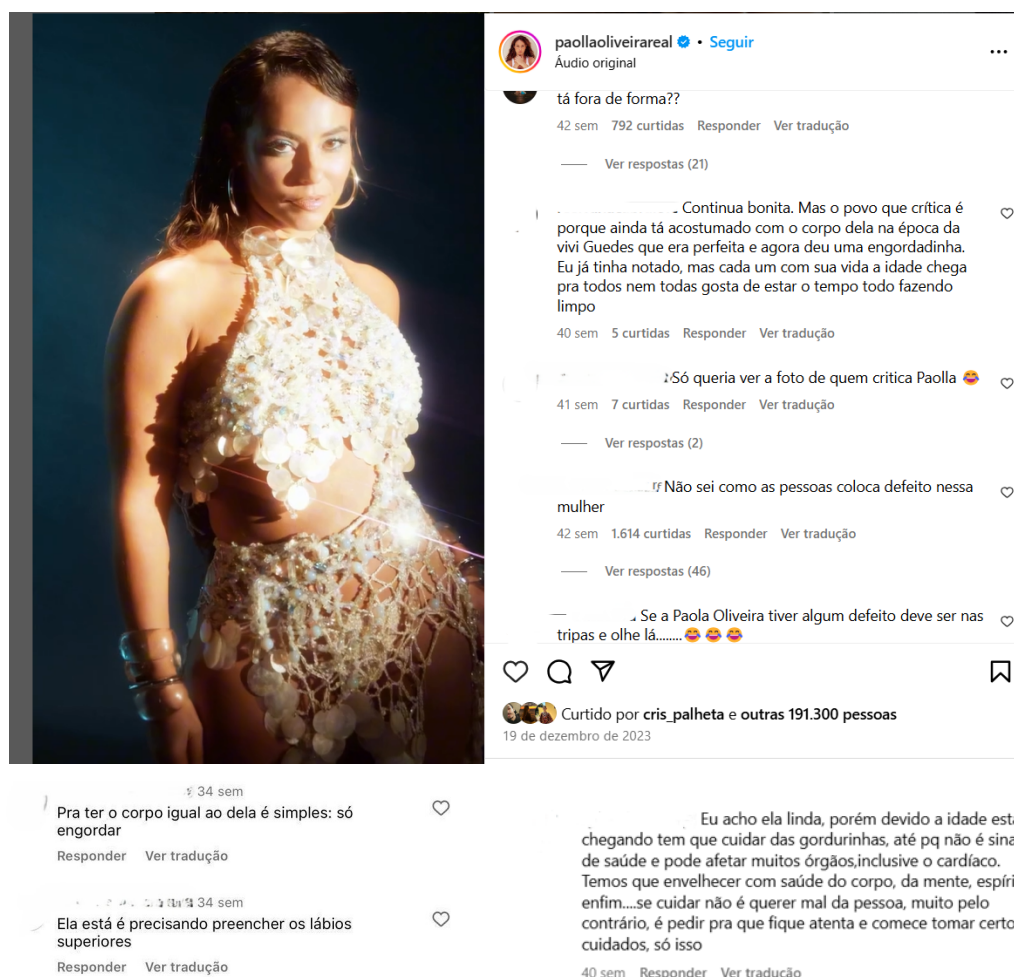
O quarto comentário ratifica, mais uma vez, o padrão de beleza instaurado na sociedade moderna, trazendo um discurso que implica a dedução de uma não aceitação da cantora, ou seja, surge a chamada não aceitação social, por isso, hipoteticamente, a cantora não se sente pertencida a um lugar: ela já passou pelo momento de ter um corpo gordo e era infeliz, porém, hoje, estando com um corpo magro também não encontra a felicidade, conforme o pensamento da seguidora. Além disso, o respectivo comentário também denota as aspirações de corpos que surgem ainda na infância e nos traz a reflexão de que uma parcela significativa de mulheres são invisibilizadas e não são representadas (com seus corpos e aparências reais) no ambiente midiático, o que causa uma “estranha sensação essa, a de mirar o que deveria ser uma janela para o mundo e não se ver retratada nela” (Moreno, 2008, p. 49). Notamos a complexidade, na sociedade moderna, em manter uma identidade mediante as críticas e julgamentos que a mulher recebe frequentemente, muitos dos quais, ferem até a sua própria existência como visto no comentário “Cantava muito quando era viva!” e “Cuidado pra vc não morrer antes do tempo senhora”. É nítido que existe um poder que incide sobre o corpo feminino e que tenta fabricar corpos ideais segundo os preceitos de verdade da sociedade contemporânea. De acordo com os estudos de Foucault (1998), a vontade de controlar os corpos era uma questão de disciplina. Por isso, independentemente da época, essa vontade e desejo se evidenciaram em todas as passagens históricas, desde o período da colonização com os corpos nus das indígenas, até à reflexão na sociedade moderna de corpos ideais e a livre escolha de vestimentas que as mulheres pudessem se sentir à vontade. Conforme nos lembra Foucault (1997, p.125), o corpo adotou uma posição biopolítica, em que há “uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder (...) corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, que responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”; enfim, um corpo controlado por determinados sujeitos numa determinada sociedade.

Na contramão do corpo magro exposto e criticado na mídia, especialmente, no *Instagram*, vemos também as críticas e julgamentos ao corpo de uma mulher, considerada por muitos, como a típica beleza brasileira (suas curvas são um exemplo de silhueta altamente valorizada na cultura brasileira). A atriz Paolla Oliveira, por longos anos, foi considerada um exemplo icônico de beleza no Brasil, refletindo as características físicas que, não raras às vezes, são celebradas no país. Seu corpo possui uma cintura bem definida que acentua suas curvas. As características de Paolla, como os quadris mais largos etc. são frequentemente associadas à estética brasileira, que valoriza formas femininas curvilíneas. Pelos seus traços e características marcantes, a atriz já chegou a ser considerada como uma das dez

mulheres mais bonitas do Brasil<sup>8</sup> e, também, como uma das mulheres mais sexys do mundo.<sup>9</sup> No entanto, mesmo com tantos atributos físicos cultuados na cultura brasileira, nem mesmo a renomada atriz escapou dos comentários referentes ao seu corpo no *Instagram*, sendo assim, mais uma vítima da “ditadura da beleza”.

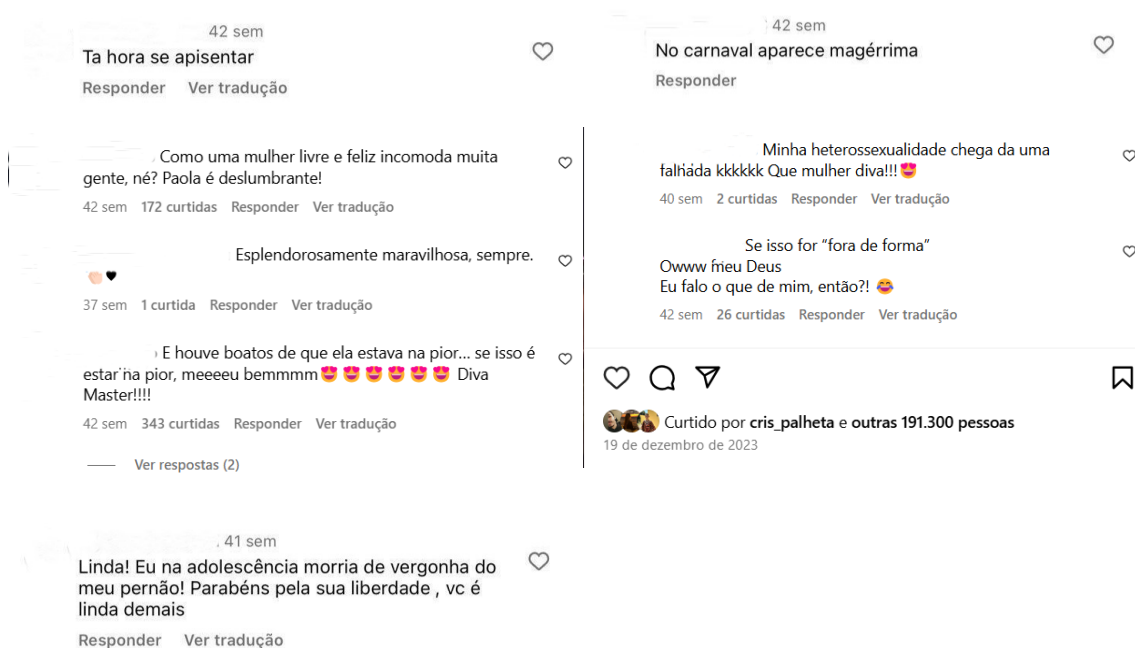
Recentemente, Paolla Oliveira se tornou alvo de críticas nas redes sociais. Em dezembro de 2023, ela compartilhou um vídeo no seu *Instagram* se divertindo durante um ensaio da Grande Rio, a escola de samba na qual é rainha da bateria. Todavia, sua alegria foi ofuscada por uma avalanche de comentários sobre seu corpo, peso e idade, gerando um constante julgamento. A atriz que, no respectivo momento tinha 41 anos, ocupou pela sexta vez o posto de rainha de bateria na escola – um recorde. O referido vídeo que possui mais de 6 milhões de visualizações, gerou uma onda de ataques ao corpo de Paolla. Dentre os vários comentários como “gorda”, “fora de forma” e tantos outros discursos que indicavam que a atriz precisava fazer dieta, ou seja, seguir um padrão de beleza, visualizamos diversas expressões gordofóbicas, machistas e etaristas usadas tanto pelos homens quanto pelas próprias mulheres.

IMAGEM 6 - Críticas ao corpo da atriz Paolla Oliveira



<sup>8</sup> Paolla Oliveira é eleita uma das 10 mulheres mais bonitas do Brasil. Disponível em: Paolla Oliveira é eleita uma das 10 mulheres mais bonitas do país | Metrôpoles (metropoles.com). Acesso em: 11 out. 2024.

<sup>9</sup> A atriz, no ano de 2021, foi considerada como uma das mulheres mais sexys do mundo. Disponível em: Paolla Oliveira é eleita a mulher mais sexy do mundo (correio braziliense.com.br). Acesso em: 11 out. 2024.



Fonte: [https://www.instagram.com/reel/C1DIzaOPXcT/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIOD-BiNWFIZA==](https://www.instagram.com/reel/C1DIzaOPXcT/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIOD-BiNWFIZA==). Acesso em 11 out. 2024.

Vemos claramente, por meio dos discursos referentes ao corpo feminino, a imposição de um ideal de beleza inalcançável e de um padrão estético que se revela amplamente prejudicial à saúde das mulheres brasileiras, já que, muitas vezes, o sujeito feminino, ao se submeter a procedimentos e intervenções cirúrgicas na busca por conformidade a esse padrão inatingível, coloca-se em situações arriscadas e insalubres, comprometendo a sua própria qualidade de vida. Notamos, portanto, que o corpo da Paola, apesar de, por longevos anos, sempre se encaixar em todos os padrões de beleza impostos pela sociedade, ainda assim é alvo de discursos de ódio no *Instagram*.

Isso fica nítido quando observamos os seguintes comentários: “Para ter o corpo igual ao dela é simples: só engordar”, “No carnaval aparece magérrima”. Para muitos e/ou para os *haters*<sup>10</sup>, como são conhecidos na internet, a atriz está fora de forma, logo, fora dos padrões corporais exigidos pela sociedade. Além disso, percebemos que, independente do que faça ou de como esteja, a mulher sempre é criticada por algum atributo físico (ou mesmo emocional), isto é, sempre haverá uma expectativa de que a mulher se empenhe em aprimorar sua aparência. Um exemplo disso pode ser observado no comentário: “Ela está é precisando preencher os lábios superiores”.

<sup>10</sup> Nascidos (ou reconhecidos) nestes ambientes virtuais, os *haters* podem formar organizações com estratégias minuciosas com o principal objetivo de disseminar a sua ideologia de ódio contra alguém ou mesmo contra grupos específicos. Na maior parte dos casos, estes sujeitos são considerados “fora-da-lei” e não parecem se importar com isso, pois ficam escondidos pelas máscaras dos *fakes* (perfis falsos). O seu discurso é repleto de violência explícita por meio das palavras que parecem gerar o efeito esperado justamente pelo seu excesso. Ou seja, as repetições, a quantidade de xingamentos, as ações coletivas programadas ou mesmo o alto teor de agressividade cíclica no discurso é o que traz o trauma ao sujeito a ser lesado (Rebs, 2017, p. 2513).

Ainda, notamos discursos etaristas como: “Tá na hora de se aposentar”, assim surgem os discursos preconceituosos, os quais intensificam a ideia de que se ficou velho, também ficou feio e por isso não pode mais fazer parte do ‘seleto’ grupo de perfeitos, belos e jovens. Lembrando Moreno (2008, p. 46), beleza e juventude andam juntas, por isso “na medida em que a beleza é o cartão de visitas e a perspectiva de boa aceitação, ninguém quer envelhecer”. Na contemporaneidade, a teoria do biopoder exercido sobre os corpos femininos tornou-se cada vez mais intolerante no que diz respeito aos desvios dos padrões de normalidade. Assim, novamente surgem discursos “bem-intencionados” referentes ao corpo feminino, os quais estão atrelados à ideia de que a mulher, ao passar pelo processo de envelhecimento, vai perdendo sua beleza e até mesmo ficando “relaxada” com sua aparência, conforme podemos notar no segundo comentário da imagem anterior: “Continua bonita. Mas o povo que critica é porque ainda tá acostumado com o corpo dela na época da Vivi Guedes que era perfeita e agora deu uma engordadinha. Eu já tinha notado, mas cada um com sua vida. A idade chega pra todos. Nem todas gostam de estar o tempo todo fazendo lipo” e “Eu acho ela linda, porém devido a idade estar chegando, tem que cuidar das gordurinhas, até pq não é sinal de saúde e pode afetar muitos órgãos, inclusive o cardíaco. Temos que envelhecer com saúde do corpo, da mente, espírito, enfim...se cuidar não é querer mal da pessoa, muito pelo contrário, é pedir para que fique atenta e comece tomar certos cuidados, só isso”. E, nesse sentido, mais uma vez, a noção foucaultiana de biopoder faz-se importante para compreendermos todo o processo de subjetivação do indivíduo, o qual se encontra envolto numa prática e atravessado por um poder “que penetra no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo” (Foucault, 2008, p. 146).

Os mesmos sujeitos que colocam mulheres como Paolla Oliveira em um pedestal, as retiram quando percebem qualquer vestígio de envelhecimento e de um corpo real, que sofre os processos naturais da vida humana, pois o que se espera e deseja é um corpo fabricado. O envelhecimento, portanto, é algo “proibido” para as mulheres, mesmo as que ocupam uma posição privilegiada na sociedade e que estão ou ao menos já estiveram no topo dos padrões de beleza, assim como Paolla Oliveira. Foucault (1988, p. 160-161) esclarece que “[...] Quanto a nós, estamos em uma sociedade do “sexo” [...] os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de cominar, ou sua aptidão para ser utilizada”.

Logo, vemos um modelo de corpo que tem como objetivo submeter e excluir, de maneira asséptica, qualquer corporeidade que se distancie das normas estabelecidas no contexto social. Nesse sentido, notamos a relação dos pensamentos Foucaultianos ao corpo “envelhecido”. A disciplinarização exerce um papel fundamental ao categorizar os sujeitos, segmentando-os com base em suas potencialidades e nos níveis de valor atribuídos a eles. Este processo envolve uma análise detalhada e a decomposição de aspectos diversos, como pessoas, espaços, temporalidades e comportamentos. Tal abordagem visa não apenas a compreensão desses elementos, mas também a sua transformação. Além disso, realiza-se uma ordenação desses elementos, os quais são categorizados em função de objetivos específicos. Por fim, é implementado um adiestramento e uma vigilância contínua, em que são identificados sujeitos capacitados e aqueles considerados incapazes. De acordo com Foucault (1997, p. 153), isso seria “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições. Compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”.

Outro comentário que nos chamou atenção foi o de uma seguidora que comenta: “Linda! Eu na adolescência morria de vergonha do meu pernã! Parabéns pela sua liberdade, vc

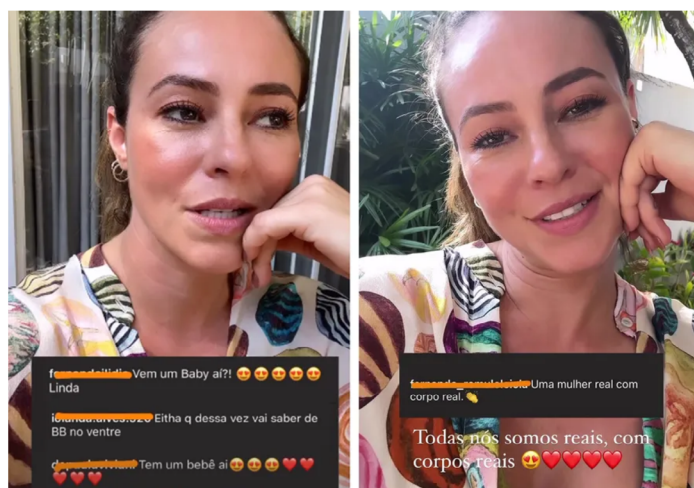
é linda demais”. No referido comentário, verificamos a presença de um discurso mais voltado para a importância da autoestima, já que tal questão emerge como um estigma associado àquelas pessoas que estão fora dos padrões corporais. Para sujeitos que nutrem preconceitos em relação à própria imagem, essa condição pode suscitar sentimentos de repugnância. No quesito “pernã”, conforme citado pela seguidora, em outra ocasião, Paolla Oliveira também foi criticada por esse motivo: segundo a própria atriz, ela passou por uma situação polêmica e constrangedora, tendo que ser substituída por uma “dublê de pernas” devido suas coxas fora do padrão.<sup>11</sup> Em relação à atriz, sua autoestima e liberdade são alvos de discursos que, possivelmente, servem de exemplo para outras mulheres, haja vista que, aos olhos de alguns, mesmo sem estar de acordo com os padrões sociais, a atriz se mostra e exerce sua “liberdade”.

Sendo assim, evidenciamos o quanto a beleza corporal feminina pode ser símbolo de poder para determinadas mulheres. A concepção de classe em relação ao corpo enfatiza a valorização do que é considerado “tendência” ou “moda”. O aspecto mais alarmante, conforme visto nos discursos anteriormente analisados, é que, independentemente de sua classe social, etnia ou crença religiosa, muitas mulheres continuam a se submeter a um processo de autocritica em relação à imagem corporal que possuem, tal como o comentário: “Se isso for “fora de forma” Owww meu Deus Eu falo o que de mim, então?! (emoji de riso)”. Porém, a beleza natural, ou seja, sem cirurgias e procedimentos estéticos, revelam discursos de empatia, dado que também observamos comentários que parabenizaram a atriz pela sua liberdade e coragem de expor o seu corpo real, sem filtros e retoques em suas fotos e vídeos.

O corpo de Paolla Oliveira se movimenta como um símbolo de resistência e empoderamento, sobretudo, nas redes sociais, funcionando como uma fonte de inspiração para que outras mulheres também se libertem e resistam aos padrões de beleza impostos.

A atriz, após o ocorrido, pronunciou-se em seu *Instagram* e, por conseguinte, levantou a bandeira da liberdade e de corpos femininos reais.

IMAGEM 7 - Pronunciamento de Paolla Oliveira



Fonte: Paolla Oliveira desabafa após comentários sobre seu corpo: “Nem toda barriga é de bebê” (globo.com). Acesso em: 15 out. 2024.

<sup>11</sup> Paolla Oliveira comenta em um *Podcast* que já precisou ser substituída em um comercial de absorvente por causa de suas coxas grossas. “Já tive um dublê de perna porque minha perna não era boa o suficiente”, disparou a atriz, que também revelou sua luta contra a pressão estética sobre os corpos femininos. Disponível em: Paolla Oliveira, criticada por corpo ‘fora do padrão’, revela situação polêmica com dublê de pernas em comercial: ‘Coxa muito grossa’ - Purepeople. Acesso em: 15 out. 2024.

Paolla Oliveira, após a grande repercussão de seu vídeo no ensaio de carnaval, conforme fontes da Revista Quem, comenta e rebate algumas críticas e ataques que recebeu: “Vocês acharam que eu estava de barriga? Quer saber, com barriga ou sem barriga eu estava me achando linda, é isso que importa. E vem cá, gente, nem toda barriga é de bebê, não. Mas o que eu queria falar é que a gente tem que se cuidar, sim, isso faz parte, mas, principalmente, pra gente se sentir saudável, bem e linda. E não ficar linda. E o que eu quero para o meu Carnaval é ter disposição, ter animação. E fica um alerta aqui, falar do corpo do outro é uma coisa bem séria. Então, vamos tentar não fazer isso? E, para finalizar, eu queria mandar um beijo para todos vocês, agradecer os elogios. E dizer que: uma mulher com corpo real somos todas nós”. Como bem nos lembra Butler (2021, p. 13),

o chamamento injurioso pode parecer restringir ou paralisar aquele ao qual é dirigido, mas também pode produzir uma resposta inesperada e que oferece possibilidades. Se ser chamado é ser interpelado, a denominação ofensiva tem o risco de introduzir no discurso um sujeito que utilizará a linguagem para rebater a denominação ofensiva. Quando o chamamento é injurioso, exerce sua força sobre aquele a quem fere.

Logo, os discursos de ódio podem gerar uma reação inesperada, seja de forma negativa seja de forma positiva, em relação ao proferimento disseminado na internet. Paolla Oliveira, por exemplo, não se deixou paralisar pelos comentários dos *haters* ao se posicionar em suas redes sociais defendendo corpos reais e livres de pressões estéticas. Em consonância com Foucault (1988),

com relação ao poder, existem [...] resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (Foucault, 1988, p. 106).

Notamos, então, que as resistências ocorrem de formas diferentes, dependendo das condições sócio-históricas-ideológicas e dos sujeitos envolvidos. Isso fica claro, por exemplo, quando observamos as séries de mudanças sociais, políticas e históricas que as mulheres vivenciaram e continuam vivenciando. Sendo assim, os discursos de ódio referentes ao corpo feminino proferidos pela própria classe feminina surgem em resposta a situações de opressão ou controle.

## 5 Considerações finais

Com o crescimento das redes sociais no Brasil, muitos artistas e influenciadores passaram a expor com certa frequência suas vidas nas plataformas digitais, em especial no *Instagram*.<sup>12</sup> Grande parte da população também passa a usá-las, muitas vezes, para acompanhar a vida dessas figuras. Contudo, essas ferramentas tornaram-se um meio de controle dos corpos, principalmente o feminino. Como podemos perceber, ao longo deste trabalho, mulheres, independentemente da idade e da classe social, vêm sendo severamente atacadas por uma sociedade que ainda busca pelo famigerado “corpo perfeito”.

Identificamos, ainda, na atual sociedade, especialmente no *Instagram*, a imposição de um padrão de beleza inatingível e irreal, culminando em discursos que operam o *Body Shaming* – termo cunhado em língua inglesa que em sua tradução literal significa “vergonha do corpo”. Tal ação diz respeito aos ataques e às agressões direcionados ao corpo humano, seja de homem ou de mulher, no intuito de humilhar, criticar, julgar e menosprezar alguém devido a sua aparência física. O modo como isso acontece na modernidade pode ser visto como uma forma de controle social, já que as regras de comportamento e aparência femininas acabam limitando a liberdade das mulheres.

Para compreendermos esse controle, buscamos respaldo nos trabalhos do filósofo Michel Foucault, que investiga como os corpos passam a ser controlados com a consolidação do capitalismo e mostramos, neste estudo, como isso ainda se reflete atualmente, agora com outras ferramentas, mas, com o mesmo objetivo: além do controle, ataques depreciativos e ofensivos, sobretudo, ao gênero feminino.

Diante do exposto, podemos afirmar que os corpos femininos não são públicos, independentemente se as mulheres são figuras públicas ou pessoas anônimas. A grande questão é que os sujeitos que destilam ódio ao corpo feminino e, conseqüentemente, ao gênero feminino, sentem-se confortáveis ao falar acerca da aparência das mulheres, muitas vezes, encorajados pela falsa sensação de impunidade no mundo virtual, outrora, escondidos em falsos perfis das redes sociais. Ao longo das análises verificamos discursos machistas, sexistas e até mesmo misóginos e logo percebemos uma equação insolúvel, ou seja, constatamos que a mulher sempre é alvo de críticas e julgamentos (se ela for alta ou baixa; se ela for magra ou gorda; se é sensual ou austera; se é nova ou velha). Tais comentários, pautados apenas na aparência feminina (sobre quem se fala), comumente fazem parte do discurso, não raras vezes, para ofender e inferiorizar e até mesmo deslegitimar a credibilidade do sujeito feminino.

O corpo feminino, aparentemente, é compreendido como domínio público, entretanto, não o é. Apesar da intensa exposição no mundo digital, isso não justifica, muito menos legitima o surgimento de comentários a respeito do corpo das mulheres. Os conselhos, orientações, sugestões e intromissões ao corpo da mulher são infinitos, a cada momento surge uma avalanche de comentários dizendo o que a mulher precisa ou não fazer. Embora estejamos vivendo em novas condições de produções, o que nos possibilitou grandes conquistas e avanços no que

---

<sup>12</sup> De acordo com o site mLabs, o Instagram está entre as 10 plataformas digitais mais utilizadas no Brasil, ocupando a 3ª colocação no *ranking*. Outro dado importante apontado pelo referido site é que tal rede social é composta, majoritariamente por mulheres, com 58,4% do público sendo mulheres e 41,6% homens. Disponível em: Redes Sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2024 (mlabs.com.br). Acesso em: 17 out. 2024.

se refere à luta de gênero no Brasil, ainda experienciamos, infelizmente, dilemas insolúveis, como por exemplo o fato de a mulher não poder ser bonita demais, nem feia demais.

Os discursos a respeito da beleza feminina ainda são superiores em detrimentos de suas outras qualidades e atributos. Por conseguinte, intensifica-se a objetificação feminina e, nas relações de poder, os homens ainda veem os corpos femininos como um objeto que deve servi-los reafirmando, assim, o patriarcado, uma vez que estabelecem dinâmicas de poder acentuadas pelos discursos de ódio ao corpo feminino, os quais ocorrem em diferentes esferas sociais. Como consequência, as mulheres alvos de discursos depreciativos, eventualmente, sentem-se menos empoderadas e mais vulneráveis em suas relações sociais, mantendo-se, dessa forma, sob o vigilante controle dos corpos.

A mudança, principalmente no que se refere à dignidade humana, deve ser urgente e constante. No que se refere ao gênero/corpo/mulher não há mais espaço para ideias sectaristas e preconceituosas. O papel de dependente, inclusive financeiramente, de frágil e incapaz de gerir assuntos que não sejam apenas em relação aos afazeres domésticos e criação dos filhos, não é algo que deva ser atribuído apenas à mulher. Segundo Moreno (2008, p. 26), atualmente, as mulheres conquistaram um espaço maior no mercado de trabalho, assumindo cargos melhores; contudo, “[...] ironia fina, essa situação não se reflete na equiparação salarial. Isso ocorre porque quem se beneficia ainda mais do nosso desempenho na escola ou no mercado de trabalho é quem nos contrata por salários menores.”

Como podemos perceber, são grandes e várias as dificuldades e entraves que tornam a conquista feminina, nos mais diversos âmbitos, mais lenta. Do mercado de trabalho aos cuidados, respeito e aceitação do corpo, estamos sempre no meio de um campo de guerra, cujas batalhas vão sendo travadas e ressignificadas, sucessivamente, na/pela história e, assim como os discursos, nunca terminam.

## Contribuição dos autores

Denise Sousa dos Santos é a autora principal, tendo criado o artigo, elaborado a estrutura do texto e contribuído com a concepção teórica e a discussão dos resultados. Rosemeri Passos Baltazar Machado, como orientadora, atuou na supervisão metodológica, correção de conteúdo, orientação acadêmica e validação das principais linhas de argumentação apresentadas, assegurando o rigor científico e a coerência global do trabalho.

## Referências

BAUMAN, Z. *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: UNESP, 2021.

DEL PRIORE, M. *Histórias e Conversas de Mulher*. 2ed. São Paulo, 2013.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista De Administração Pública*, v. 44, n. 2, 2010, p. 367-383. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6928/5495>. Acesso em: 16 set. 2024.

- FOUCAULT, M. (org.) *Foucault: a critical reader*. New York: Basil Blackwell, 1986.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. tradução de Raquel Ramalhete. 20 ed. Petrópolis, Ed. Pontes, 1987.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- KARAWECZYK, M. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- MACHADO, R.P.B. Gasparino da mata: a mulher sob a ótica do homem de modo de vida gay e ambos sob a ditadura. In: Milanez, N.; Machado, R.P.B. (Orgs.). *50 anos de Gasparino Damata: discursividades em Os Solteirões*. Salvador: LABEDISCO, 2024. p.102-118.
- MILANEZ, N. O nó discursivo entre corpo e imagem. Intericonicidade e Brasilidade. In: TFOUNI, L. V.; CHIARETTI, P.; MONTE-SERRAT, D. M. (org.). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João, 2011.
- MORENO, R. *A beleza impossível: mulher, mídia e consumo*. São Paulo: Ágora. 2008.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12ª. Ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PERROT, M. O corpo. In: *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.
- REBS, R. R. O excesso no discurso de ódio dos haters. *Fórum Linguístico*, Santa Catarina, v. 14, n. Especial, p. 2512-2523, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14nespp2512/35377>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROSCHER, P. *Sororidade: quando mulher ajuda a mulher*. São Paulo: Editora Europa, 2020.
- SARDENBERG, C. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Empowerment from a Latin American Feminist Perspective*. *IDS Bulletin*, v.39, n. 6, p.18-27, 2008.
- WOLF, N. *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.